This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

B 1,371,678

PROPERTY OF
University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

PROPERTY OF
University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

GARCIA DA ORTA

E

O SEU TEMPO

GARCIA DA ORTA

E

O SEU TEMPO

PELO

CONDE DE FICALHO,

LENTE DE BOTANICA NA ESCOLA POLYTECHNICA,
SOCIO EFFECTIVO DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA, ETC.

LISBOA,
IMPRENSA NACIONAL
1886

QH
31
.07
F44

Scripsit D. Garcias ab Orta... librum de iis plantis & aromatibus, quæ longa cura et diligenti studio apud Indos observavit.

CLUSIUS, 1567.

... el doctor Garcia de Orta, medico portugues, y varon grave, de raro y peregrino ingenio: cuyos loores dexo para mejor occasion por ser tantos, que quando pensasse aver dicho muchos, serian mas los que avria dexado.

CHRISTOVAL ACOSTA, 1578.

... trotz aller Mängel, welche grösstentheils jenem Zeitaltter überhaupt zur Last gelegt werden müssen, werden die *Coloquios* einen Ehrenplatz, in der Geschichte der Pharmakognosie behalten.

F. A. FLÜCKIGER, 1884.

1952
3a

Cód - 197787

AO LEITOR

Tendo recebido da Academia Real das Sciencias de Lisboa, o honroso mas difficil encargo de dirigir e annotar uma edição critica dos *Coloquios* de Garcia da Orta, procurei reunir alguns dados para escrever uma curta biographia do celebre naturalista portuguez, destinada a ser impressa com a nova edição do seu livro. Á medida, porém, que avançava no meu trabalho, reconhecia a necessidade de collocar a sua interessante figura no quadro onde se moveu, e de estudar um pouco a epocha para comprehender melhor o homem. Comecei, pois, a reler as nossas chronicas, e a reler ou a ler alguns documentos historicos do tempo. Não tinha, nem o vagar, nem o ensejo, nem sobretudo a aptidão e o preparo necessarios para fazer pesquizas nos manuscriptos em busca de factos ou apreciações inéditas. Contentei-me, portanto, com o que por ahi anda publicado, e é do dominio de todos. Isto mesmo é já bastante; e as notas foram-se accumulando por um modo absolutamente imprevisto.

Quando, depois, tratei de as ordenar, dando-lhes uma tal ou qual fórma, vi desde logo, que a projectada biographia tomava porporções inesperadas, e ficaria deslocada na reimpressão dos *Coloquios*. D'ahi nasceu o presente livro, feito quasi involuntariamente, e sob a solicitação irresistivel do assumpto.

O assumpto era multiplo; familiar e intimo na parte puramente biographica, tocando na historia pelo que dizia respeito á epocha e meio em que Garcia da Orta viveu, scientifico no relativo á apreciação do seu livro. Não era facil, ou não sube talvez, fundir estas faces do assumpto; e receio ter feito um livro sem unidade, demasiado superficial para os que n'elle busquem a analyse botanica dos *Coloquios*, demasiado insistente em questões de Sciencia, para o leitor, estranho á especialidade.

Seja como for, o livro está feito, e não me pertence julgal-o. O que eu devia — seguindo as boas praxes antigas — era dar conta ao benevolo leitor dos motivos que tive para o escrever, transformando uma simples e curta introducção aos *Coloquios* em uma obra independente. Não resulta comtudo da publicação á parte d'esta obra, que eu abandonasse, ou differisse alem do indispensavel, a da nova edição dos *Coloquios*, antes tenciono e espero dal-a á estampa com a possivel brevidade.

Na coordenação do presente trabalho, eu tive de fazer investigações nas bibliothecas, e em alguns archivos, ou de recorrer ao aviso de pessoas

competentes na elucidação de pontos, para mim obscuros; em todos encontrei a mais prompta, mais amavel, e mais dedicada coadjuvação. A todos agradeço n'este logar, comquanto n'um ou n'outro caso eu mencione especialmente, em nota, os serviços que me foram prestados.

E agora, candido leitor — como dizia nos bons tempos o velho Clusius — aqui tens o meu livro, e se o acolheres com benevolencia, *luculentum meorum laborum præmium me consequutum arbitrabor. Vale.*

Cascaes, 20 de Outubro de 1885.

SUMMARIO

CAPITULO I

SALAMANCA E ALCALÁ

PAG.

Naturalidade de Garcia da Orta — data provavel do seu nascimento — a sua familia e a dos Sousas — estudante em Salamanca — o Renascimento na Hespanha — a inquisição — a rainha Isabel — estudos em Salamanca — a medicina — Hippocrates, Galeno e Avicenna — Aristoteles, Dioscorides e Plinio — a reacção hippocratica — o curso de Garcia da Orta — professores e estudantes portuguezes em Salamanca — Alcalá de Henares — o cardeal Cisneros — a nova universidade — Antonio de Lebrija lente de botanica — a Biblia polyglotta — a formatura de Garcia da Orta — a indole do ensino: em humanidades: em philosophia: em sciencias — Bacon e Descartes 1

CAPITULO II

CASTELLO DE VIDE E LISBOA

Garcia da Orta obtem licença para andar em mulla — a sua carta de physico — data provavel da sua volta de Hespanha — medico em Castello de Vide — a Universidade de Lisboa — as Escolas geraes — a sua organisação — Orta professor de Summulas — a sua nomeação — as regras da opposição — o compendio de Summulas — o papa João XXI — o estado da Universidade — subornos e devassas — a epocha de D Manuel e D. João III — o Renascimento — Lisboa — a chegada das especiarias — a rua Nova — reversos da medalha — os fumos da India — Gil Vicente — a comedia Euphrosina — a epopeia — a decadencia — a India corrompe — Resende, Sá de Miranda e Ferreira — os fumos dentro das Escolas geraes — Garcia da Orta tocado do contagio — parte para a India 35

CAPITULO III

MARTIM AFFONSO DE SOUSA

A sua mocidade e as suas relações com Garcia da Orta — a coragem de Martim Affonso — a sua illustração — duvidas sobre a sua probidade — as chronicas e a historia da India — o mexerico — o caso do Adil Shah e do Meale — o thesouro de Khuája Shems-ed-din — opiniões dos contemporaneos — Dupleix, Lord Clive e Warren Hastings — as modas na probidade — banqueiros e Khans — difficuldade de desculpar Martim Affonso — as suas qualidades — a sua seducção pessoal e a sua influencia — um homem do Renascimento — o Capitão mór do mar parte para a India — a sua armada e os seus compartheiros de viagem — chegada a Goa 65

CAPITÚLO IV

BAÇAIM E DIU

PAG

Nuno da Cunha — a expedição a Diu — Bahádur Shah — a armada das vistas — chegada de Martim Affonso e Garcia da Orta — a entrega de Baçaim — Báber — o imperio do Grão-Mogol — Bahádur e Humáyun — a derrota de Mandésor — o auxilio dos portuguezes — Martim Affonso e Garcia da Orta nos catures — a fortaleza de Diu — o bazar — a compra do turbith — a marcha sobre Ahmedábád — Garcia da Orta em campanha — uma conferencia medica com o rei de Cambaya — invernagem em Goa 85

CAPITULO V

O MALABAR

As monções — inverno e verão — o clima do Malabar — as terras alagadas e Camões — a vegetação — as especiarias — Plinio, os arabes e os frades franciscanos — o estado politico do Deckan — os mouros da India — o Malabar é terra dravidica — a lenda de Sri Perumal — a viagem de Ibn Batuta — os rájas da costa — as colonias arabes — os nestorianos — Vasco da Gama orando em um pagode — franciscanos e hereies — os judeus pretos e os judeus brancos — Cochim e Calicut 105

CAPITULO VI

O MALABAR

A pedra de Repelim — linga e yóni — a tomada de Repelim — Garcia da Orta no ataque — a defeza do passo de Combalão — demora em Cochim — uma invernagem bem aproveitada — as plantas do Malabar — a batalha de Beadalá — exagerações — Ceylão — dous irmãos inimigos — Garcia da Orta vae a Ceylão — os Rumes — o primeiro cerco de Diu — contrastes — a galé bastarda — Martim Affonso e D. Garcia de Noronha — partida de Martim Affonso para Portugal — Garcia da Orta fica em Goa 123

CAPITULO VII

GOA

Aspecto da cidade — o triumpho de D. João de Castro — vice-reis e governadores — opiniões de D. Francisco de Almeida e D. João de Castro — os fidalgos — bom e máu — os soldados — os officiaes de fazenda — a justiça — opiniões de um jesuita, de um védor e de um vice-rei — o clero — fr. João de Albuquerque — as freguezias da cidade — franciscanos, jesuitas e dominicos — fr. Antonio do Porto e S. Francisco Xavier — o vigario geral — a inquisição — a tolerancia de Affonso de Albuquerque — tempos mudados — os casados de Goa — uma creação de um grande homem — intrigas e conspirações — fidalgos e mestiços — o povo da cidade e a sua lingua — hortelões, boys e mainatos — os logistas e cambistas da rua Direita — os arruamentos dos bancanes — a troça aos judeus — venezianos e flamengos 139

CAPITULO VIII

GOA

PAG.

Um passeio matinal — o leilão da rua Direita — o terreiro da Fortaleza — a roda elegante — um desafio — valentões e rixas — uma ceia em casa de Luiz de Camões — faltão senhoras — as casadas — opiniões de um flamengo e de um francez — a Marqueza e os seus maridos — companheiras de viagem de um padre jesuita — as mulheres de Goa — opiniões de Camões e de Ferreira — descontos — as escravas — as solteiras — Garcia da Orta em casa de Paula de Andrade — as festas de igreja — a morte do Vigario, e um pontifical como remedio — uma briga de mulheres — Orta medico — as mortes de dous vice-reis 175

CAPITULO IX

GOA

Os descobrimentos e a sciencia — escriptores portuguezes — o movimento intellectual em Goa — Martim Affonso, D. João de Castro e D. Pedro Mascarenhas — os padres de S. Paulo — os estudos de samskrito — a imprensa na India — D. fr. Ambrosio — um bispo armenio e Pic de la Mirandole — noticias de fidalgos e mercadores — os amigos de Garcia da Orta — Thomé Caiado e o licenciado Dimas Bosque — Camões e a sua Ode ao conde de Redondo — a casa de Garcia da Orta — as arvores do seu quintal — a sua creada Antonia — os jantares e as sobremezas de um botanico — as suas collecções — trinta annos de historia da India — as mudanças 201

CAPITULO X

O NIZAMALUCO

Os mouros do Deckan — Haçan Bahmani — a historia do Sabayo — o Hidalcão, o Nizamaluco, o Cotamaluco, o Madremaluco e o Verido das chronicas — o grande amigo de Garcia da Orta — intrigas no Harem — a bailadeira Amina e Biby Mariam — um alliado — tratados de paz — os paços do Nizam Shah — a sua côrte — um general mouro, natural de Mattosinhos — as doenças do Nizam Shah — a sciencia dos Hakims — os seus livros — Abu Ali e Ben Zakaria — Hippocrates e Galeno na India — a lingua arabica, Garcia da Orta e Scaliger — o Ayur Veda, e os livros samskriticos e tamilicos — Hakims e Vydias 221

CAPITULO XI

AS TERRAS DE BAÇAIM

Os templos subterraneos — um Vihara buddhico e uma igreja catholica — Garcia da Orta em Elephanta — as origens dos templos — opiniões de Diogo do Couto — Buddha e S. Josaphat — confusão entre chins e buddhistas — Garcia da Orta proprietario — uma carta de Rivara — as rendas de Baçaim — mandovins, caçabes e praganas — a administração de Simão Botelho — um grande homem em difficuldades — a ilha de Bombaim — rendas e fóros — historia posterior da ilha — os cargos de Garcia da Orta — a sua familia — epocha provavel da sua morte 249

CAPITULO XII

OS COLOQUIOS

PAG.

Garcia da Orta escriptor — eruditos e viajantes — as suas leituras — o catalogo da sua bibliotheca — ao par da sciencia — a independencia de um naturalista — emendas a Dioscorides e a Santo Agostinho — juizo sobre os arabes — as questões de medicina — Gil Vicente e Molière — Luiz XIV e o *Malade imaginaire* — Paracelso e o Auto dos fisicos — a therapeutica do alóes — o caso de cholera em D. Jeronymo — a epidemia de 1543 e Gaspar Corrêa — diagnose e tratamento — triaga, páu de cobra e pedra bezoar — o mordexi secco — a medicina por incidente — o assumpto dos Coloquios 281

CAPITULO XIII

OS COLOQUIOS

Antigas communicações com a India — as frotas de Salomão e as naus de Ur — José vendido por seus irmãos — os nomes samskriticos — plantas da India nos livros de Hippocrates — Theophrasto e as conquistas de Alexandre — Dioscorides e Plinio — Galeno e outros gregos — a sciencia islamita — Harun-er-Raschid e Leão X — cargas de livros — viajantes e escriptores arabicos — Marco Polo, os frades e os mercadores — de Salomão a D. Manuel — a imprensa — os commentadores — os primeiros portuguezes — Thomé Pires, Duarte Barbosa e Antonio Nunes — Garcia da Orta vae a tempo — analyse dos Coloquios — plantas não vistas nem conhecidas — as drogas — myrobalanos, camfora, manná, benjoim e cardamomo — outros exemplos — um dever de honra — as opiniões dos modernos 32

CAPITULO XIV

CLUSIUS

A primeira edição dos Coloquios — erros de imprensa — Carlos de L'Écluse — a sua viagem a Portugal — encontra o livro de Orta — a primeira edição do seu resumo — edições successivas — Annibal Briganti e a versão italiana — edições successivas — Antonio Colin e a versão franceza — ninguem lê os Coloquios no original — Jacques de Bondt e as suas notas — Christovam da Costa — encontra Orta na India — o seu livro — o livro do licenciado Fragoso — a moderna edição dos Coloquios — conclusão 367

CAPITULO I

SALAMANCA E ALCALÁ

O erudito abbade de Santo Adrião do Sever diz na sua *Bibliotheca Lusitana:* «Garcia da Orta, natural de Elvas, donde depois de estar instruido com os primeiros rudimentos passou a Castella...». É esta —que eu saiba— a unica, e bem secca, indicação que possuimos relativamente á naturalidade do nosso celebrado medico e botanico. Os escriptores antigos, nacionaes e estrangeiros, que fallaram com louvor do seu livro, como Clusius, Christovão da Costa, D. Nicolau Antonio, Francisco Leitão e varios outros, pouco ou nada disseram da sua pessoa; e os modernos nada mais fizeram do que copiar n'este ponto a asserção de Barbosa Machado. É pena que este fosse tão laconico, e nos não dissesse ao menos, como e onde havia obtido aquella informação. Em todo o caso não temos motivo para a pôr em duvida, e certas circumstancias da vida de Garcia da Orta nos levam a crer que seja exacta e elle de feito nascesse n'aquella região do alto Alemtejo; taes são as relações, que, segundo parece, teve com a nobre familia dos Sousas, estabelecidos em Villa Viçosa, e o facto, bem demonstrado, de haver exercido a clinica em Castello de Vide, logo que regressou das uni-

versidades hespanholas. Admittiremos pois, na fé do douto bibliographo, que elle era natural de Elvas, um puro alemtejano portanto, ao que não repugnam por certo alguns traços dos seus escriptos e algumas qualidades do seu espirito. Tinha, com effeito, o fino scepticismo, temperado de bom humor, e a critica pachorrenta e graciosa, mas nem por isso menos mordaz, que não é raro encontrar entre os nossos provincianos do sul.

Se relativamente á terra d'onde foi natural, só encontrâmos a curta indicação, dada por Barbosa Machado, ainda sabemos menos a respeito da data do seu nascimento. Nenhum dos escriptores que d'elle se occuparam nos dá sobre este ponto noticias seguras; e unicamente podemos conjecturar, em vista dos successos conhecidos da sua vida, que essa data se deverá collocar pelos ultimos dez annos do seculo XV.

Ignorâmos tambem completamente o nome de seus paes, e as circumstancias e situação da sua familia. Apenas o mesmo Barbosa Machado, fallando da sua partida para a India, e referindo o facto bem conhecido de elle ter ido na armada de Martim Affonso de Sousa, acrescenta estas palavras: «de cuja familia era domestico». Parece assim indicar, que entre a familia dos Ortas e os ascendentes do futuro governador da India existiam algumas relações de dependencia. Eram esses ascendentes mais proximos um dos numerosos ramos dos Sousas, que procediam por varonia de Martim Affonso Chichorro, filho natural de Affonso III, e —diziam as más linguas d'aquelles tempos— de uma formosissima moura, filha do alcaide de Faro. Pedro de Sousa, filho segundo ou terceiro de um dos senhores de Mortagoa, tomou o serviço da casa de Bragança e foi senhor do Prado. Seu filho, Lopo de Sousa, continuou depois ao serviço dos duques, sendo tambem senhor do Prado e alcaide mór de Bragança. Obrigado pela sua situação na côrte —que já então era uma verdadeira côrte— dos Bragançaa, residiu, senão sempre

pelo menos com frequencia, em Villa Viçosa, onde nasceu o seu filho primogenito, Martim Affonso de Sousa, de quem teremos de fallar largamente nas paginas seguintes. Era este Lopo de Sousa um fidalgo opulento, tendo um grande estado e uma «caza muy luzida e pomposa[1]». É possivel que entre os seus servidores, entre os seus escudeiros e mordomos, se contassem alguns dos Ortas de Elvas, talvez o pae do nosso naturalista. Tudo isto não passa de uma simples conjectura, fundada unicamente sobre a phrase bem pouco explicita de Barbosa Machado. O certo, é que os paes de Garcia da Orta, se bem devessem occupar uma posição modesta e relativamente obscura, tinham já ou protecções bastante poderosas ou meios de fortuna sufficientes para lhe dar uma instrucção scientifica superior, a mais completa que então se podia obter na Hespanha, destinando-o assim a uma profissão liberal e considerada.

Sabemos effectivamente que o moço Garcia da Orta cursou os estudos de medicina nas famosas universidades de Salamanca e Alcalá de Henares; e entrâmos aqui em um campo seguro, pois temos sobre este ponto o testemunho concorde de muitos escriptores, alguns dos quaes o conheciam bem de perto, como por exemplo o licenciado Dimas Bosque, que na carta ou prologo, publicado com os *Coloquios*, nos diz ter elle saído «ensinado nos principios da sua faculdade das insignes universidades de Alcalá e Salamanca[2]». E temos mais do que isso; temos a affirmação do proprio Garcia da Orta, que no *Coloquio da pedra Diamão* diz ter conhecido

---

[1] *Historia genealogica da casa real portugueza*, XII, parte II, pag. 1097 e seguintes.

[2] *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India*, etc., Goa, 1563. Cito pelo exemplar pertencente á bibliotheca da Ajuda. Devo advertir que, na transcripção dos trechos, me não sujeitei á orthographia irregularissima d'esta edição; sem que isto signifique qual o plano que será adoptado na futura.

em Salamanca um frade dominico, chamado fr. Domingos de Baltanas[1]; e no *Coloquio que trata d'algumas couzas, que vieram á noticia do autor, das mézinhas ditas atraz,* nos informa de que travou amizade em Alcalá com um boticario, chamado Tordelaguna[2]. É pois um facto seguro e incontestavel, o de elle ter feito os seus estudos nas escolas de Hespanha; e podemos admittir que pelos annos de 1510 a 1515, pouco mais ou pouco menos, fosse já estudante em Salamanca.

Estas palavras *estudante de Salamanca* evocam naturalmente no espirito a imagem de um rapaz alegre, sem cuidados, vivendo ao Deus dará, de viola em punho, capa rota traçada, e colhér mettida na fita do grande chapéu armado. Applicada ao tempo de Garcia da Orta, a imagem seria sem duvida anachronica, pelo menos no que diz respeito ao habito externo, pois no tocante ao modo de viver de muitos estudantes, bem póde julgar-se exacta. Os escolares, desde os mais antigos tempos das universidades de París e de Bolonha, tiveram sempre a reputação de serem travessos e ruidosos; e em Salamanca, onde se juntavam habitualmente seis ou sete mil, e, segundo dizem, se chegaram a reunir quatorze mil, pela maior parte hespanhoes, expansivos e cheios de vida, em Salamanca por certo não estabeleciam elles uma excepção á regra geral. Já no XIII seculo, D. Affonso o Sabio, lhes recommendava paternalmente que não andassem de noite, fazendo desordens e arruidos, «*mas que finquem asocegados em sus posadas et puñem de estudiar, et de facer vida honesta et buena*». Dois seculos mais tarde, o papa Martinho V, para os trazer quietos, e os arredar de más companhias e de mulheres suspeitosas, ameaçava-os nem mais nem menos do que com a excommunhão. E pouco depois de ali estudar Gar-

---

Coloquio fl. 163.
[2] *Coloquios,* fl. 224.

cia da Orta, nos estatutos approvados por Carlos V, e nas instrucções relativas aos bachareis, de novo se lhes ordenava que andassem *onestos* no seu traje, barbas e cabellos, não armassem jogo em casa, *naipes ó dados,* prohibindo-se expressamente aos bachareis que tivessem *por ama á mujer sospechosa*[1]. A insistencia nas prohibições prova a reincidencia nas culpas, e é certo que muitos estudantes levavam então uma vida de bohemios, como hoje diriamos na expressão afrancezada, ou de tunantes, como já então se dizia na genuina locução peninsular.

É sempre um methodo fallivel, o querer julgar do que os homens foram, por aquillo em que se tornaram. No emtanto parece-me provavel que Garcia da Orta não pertencesse nunca áquella classe de estudantes. O seu espirito tranquillo, methodico, e por vezes mesmo meticuloso, o seu amor ás miudas averiguações scientificas levam-me a crer, que elle fosse desde o começo um estudante applicado e modelo, o que os francezes hoje chamam um *piocheur*. Imagino que elle se teria alojado em alguma modesta e respeitavel casa de pupillos, e seguiria com assiduidade as prelecções dos regentes em Artes, ou as leituras de Prima, Vespera e Sexta. Ás tardes desceria pela porta do Rio, a tomar o fresco sobre a grande ponte romana, tão velha e veneravel, que attribuiam a Hercules a sua fundação. Algumas vezes alongaria os seus passeios pelas margens do Tormes, por entre as frescas hortas e pomares da vasta campina, onde muito ao longe, na luz escassa do crepusculo, se esbatia o azul fino da serra de Béjar. Depois, já candeias accesas, subiria as ruas estreitas da velha Salmantica, recolhendo-se prudentemente a casa, e revendo ahi os seus themas de grego, ou as *Summulae logicales* do mes-

---

[1] D. Alexandro Vidal y Diaz, *Memoria historica de la universidad de Salamanca,* pag. 25 e seguintes, Salamanca, 1869.

tre Pedro Hispano, fazendo assim vida *honesta et buena*, como queria o sabio rei.

Se esta conjectura é fundada, se elle se dedicou assiduamente ao estudo, tinha sem duvida os meios de progredir rapidamente. Com effeito a sua estada em Salamanca coincide com um dos momentos mais brilhantes d'aquella escola. A reputação nascente e crescente das novas universidades não offuscava ainda o brilho da velha instituição de Affonso IX; e por outro lado o impulso dado na Hespanha ás letras e ás sciencias, durante o ultimo quartel do XV seculo, fizera-se ali sentir com particular intensidade.

É certamente um dos periodos mais interessantes da historia aquelle acabar do seculo XV. Não é ainda o esplendor do seculo de quinhentos, não é ainda o espirito humano expandindo-se livre e á vontade, não é a arte segura e senhora de si, não é a culta opulencia das côrtes de Julio II e de Leão X, de Francisco I, de Carlos V ou de D. Manuel; mas é tudo isto em começo, em fermentação, tudo isto ainda novo, fresco e ingenuo. Na Hespanha é aquelle periodo especialmente notavel. Ao saír do reinado turbulento de D. João II de Castella, e do reinado ainda mais infeliz e accidentado do, a todos os respeitos, debil Henrique IV, a Hespanha, sob a mão firme dos reis catholicos, respira. Perante a ordem material que se restabelece, a dignidade exterior que se levanta, e a nacionalidade que se alarga e se affirma, os espiritos acordam. O reinado de Fernando e Izabel é sem duvida uma das paginas mais gloriosas da historia hespanhola; pagina infelizmente ensanguentada, ou antes chamuscada pelas fogueiras da inquisição. Ao indicar apenas de relance a influencia d'aquelle reinado nos progressos scientificos, devemos todavia distinguir os seus dois periodos, ou melhor as suas duas faces.

Por um lado o fogo inquisitorial, avivado por fr. Thomás de Torquemada, lavra por toda a Hespanha. Não é necessario ler a historia d'esse periodo em algu-

mas relações modernas, que se podem alcanhar de suspeitas, basta percorrer as paginas dos graves chronistas, como Mariana ou Zurita, basta lançar os olhos sobre o que escreve um contemporaneo, Lucio Marineo Siculo, que de certo não pensa em condemnar a inquisição, e muito menos os reis catholicos, para sentir ainda viva a sensação da chamma crepitante[1]. Milhares e milhares de judeus e christãos novos são perseguidos, queimados e sobre isso roubados. Marineo Siculo, depois de contar como foram suppliciados e desterrados, acrescenta tranquillamente: *y los bienes destos assy muebles, como raices, gastarón los principes catholicos en las guerras*[2]... A atmosphera de terror, de hypocrisia, de delação que assim pesava sobre uma parte da Hespanha era necessariamente deprimente. E ás causas geraes juntava-se uma circumstancia especial. Entre os judeus e christãos novos encontravam-se então muitos homens illustrados. Pelo seu trato e convivencia com os arabes e com os christãos, pelo seu conhecimento da lingua hespanhola e dos idiomas semiticos, os judeus formaram muitas vezes o élo entre a velha sciencia arabe de Cordova e a nova sciencia das universidades catholicas. Deveram-se-lhes, entre outros serviços, varias traducções dos codices arabicos. A sua falta tornava-se pois muito sensivel, sobretudo em relação ao adiantamento das sciencias mathematicas, physicas e naturaes, em que eram mais especialmente versados, e que haviam sido brilhantemente cultivadas pelos arabes. E o zêlo dos inquisidores não se limitou aos homens, alcançou tambem os livros. Pelo anno de 1500, fez Torquemada queimar na praça de Santo Estevão de Salamanca perto de seis mil volumes, suspeitos de judaismo, feitiçaria e doutrinas heterodo-

---

[1] *De las cosas memorables.* Veja-se particularmente o capitulo *Del castigo y justicia de los reyes catholicos contra los herejes.*

[2] *De las cosas memorables*, fl. CLXV, edição de 1539.

xas. É de crer que entre elles se incluissem alguns codices preciosos e unicos, cuja perda a sciencia deve lamentar. Tudo isto se concilia mal com o que dissemos a principio sobre a influencia d'aquelle reinado no progresso das letras e das sciencias.

Mas a verdade é que estas scenas sombrias não constituem por si só a historia do governo de Fernando e Izabel. A par d'ellas e apesar d'ellas, a Hespanha enriquecia e engrandecia-se. Os reis catholicos terminavam a longa contenda com Portugal, conquistavam Granada, influiam habilmente nos negocios de Italia, abriam o caminho do Novo Mundo, e restabeleciam no interior a ordem e o respeito á auctoridade. Desde o começo do seu reinado elles dispensaram ás escolas, e aos homens que se dedicavam ao ensino e ás profissões liberaes o mais decidido favor e protecção. É agradavel o poder dizer que, se a responsabilidade dos rigores da inquisição pertence mais directamente a Fernando, a gloria do impulso dado ás sciencias e ás letras cabe mais especialmente a Izabel. A rainha influiu do modo o mais efficaz —pelo exemplo. Mostrou-se sempre desejosa de se instruir e a final chamou para junto de si e para sua mestra, D. Beatriz Galindo, a *latina*, tão afamada então na Hespanha pela sua pericia nas linguas e litteraturas classicas, como annos depois foi entre nós Luiza Sigéa. Partindo assim de uma mulher e de uma rainha, o exemplo foi seguido por todos, sem distincção de sexo e de classe; uma senhora, D. Lucia Medraño, explicou então os classicos latinos em uma cadeira publica de Salamanca; mais tarde, a filha do celebre professor Antonio de Nebrija, D. Francisca de Nebrija, substituiu seu pae na regencia de rhetorica em Alcalá[1]; o filho do duque de Alba, o filho do conde de Haro e outros membros da aristocracia professaram, ou, como então se dizia, le-

[1] D. Miguel de Portilla, *Historia de la ciudad de Compluto*, II, 18.

ram sciencias e letras nas universidades—caso nunca visto. D'este amor á cultura intellectual, que então se diffunde entre todas as classes da Hespanha, dão testemunho unanime alguns dos mais notaveis sabios da Europa, que por aquella epocha visitaram a peninsula, como Pedro Martyr d'Angleria, Paulo Jovio e Erasmo[1]. Era evidente que a velha universidade de Salamanca, considerada o primeiro estabelecimento scientifico do paiz, á qual Pedro Martyr chamava a «nova Athenas», e Marineo Siculo «a mãe de todas as artes liberaes e de todas as virtudes», não podia deixar de tomar parte n'este movimento, e de receber provas do favor e munificencia regia. Effectivamente os reis catholicos confirmaram todos os seus privilegios, definindo as pessoas que os podiam gosar; e por varias vezes a visitaram, assistindo mesmo aos actos academicos. Um cathedratico, chamado D. Diogo, sustentou em Salamanca conclusões de theologia, perante o rei, a rainha, a côrte e um grande numero de bispos e de doutores, havendo-se n'estas difficeis provas tão habilmente, com tão pesada e valente erudição, que pouco depois foi elle proprio nomeado bispo[2]. Este facto, e muitos outros, provam com quanto interesse se seguia a vida universitaria, e particularmente a de Salamanca, onde n'esse findar do seculo XV, e principios do seguinte, floresciam os estudos das letras, da theologia, da jurisprudeneia e da medicina. Devemos especialmente examinar em que consistiam os da ultima faculdade, na qual se instruiu Garcia da Orta, e que lhe serviram de base e de bagagem scientifica para escrever o seu livro, objecto principal do nosso estudo.

---

[1] Conf. D. Diégo Clemencin, *Ensayo sobre el siglo literario de la Reina Doña Isabel,* nas *Memorias de la real Academia de la Historia,* VI, 395; Modesto Lafuente, *Historia general de España,* parte II, libro IV, capitulo 10.

[2] Gil Gonçalez de Avila *Historia de las antiguedades de la ciudad de Salamanca,* edição de 1606.

Em Salamanca, como nas outras universidades da Europa, o ensino da medicina assentava ainda sobre as obras de Hippocrates, em torno das quaes, por um curioso phenomeno de immobilisação scientifica, girava havia perto de vinte seculos. Não que os escriptos do velho medico grego, ou, para fallarmos com mais rigor, os que constituiam a collecção hippocratica, fossem os unicos compendios seguidos e estudados. Outros auctores, quer antigos, quer relativamente modernos, haviam partilhado e continuavam a partilhar com elles o favor das escolas. Entre os antigos, tem o primeiro logar, pela auctoridade despotica que exerceu, Galeno, o infallivel, o oraculo da medicina, de cujas affirmações não era licito duvidar, ainda quando para isso fosse necessario fechar os olhos á evidencia, e ver, por exemplo, no septo do coração os orificios, que lá não estavam. Mas Galeno, embora fosse um fino espirito e um perito observador, embora incluisse na sua obra doutrinas e factos originaes, derivava directamente de Hippocrates. Não é um simples commentador, um vulgar compilador como houve tantos, mas é um discipulo fervente da escola de Cós, á qual pertence o fundo e essencia dos seus escriptos, ordenados na verdade por um systema diverso, que se filia em Aristoteles. É pois ainda Hippocrates, visto atravez de Galeno, quem reina despoticamente sobre o ensino durante longos seculos.

As velhas escolas, grega e latina, haviam começado a decaír depois da morte d'aquelle famoso medico. Prolongou-se ainda a influencia d'estas escolas até aos primeiros seculos da idade media, e, como uma lampada que se apaga, lançou um ultimo clarão na escola de Salerno, a qual, segundo algumas opiniões de muito valor[1], n'ellas se filia directamente. Ao mesmo tempo,

---

[1] Daremberg, *Histoire des sciences médicales*, II, 255 e seguintes, 1870.

porém, que a sciencia amortece e quasi se extingue no barbaro occidente, alastra para o oriente. Os factos, relativos a esta marcha dos conhecimentos humanos são por tal modo familiares a todos, que bastará recordar os principaes, e muito succintamente. Alguns medicos gregos, que se estabelecem na Asia menor, e successivamente se vão internando pela Persia, alguns judeus, e alguns christãos nestorianos, levam para as terras orientaes os germens do notavel movimento scientifico que ali se vae desenvolver. Acolhido com interesse pelos musulmanos, encontrando favor e apoio junto de alguns khalifas, illustrados e generosos, cujos nomes todos conhecem, o movimento toma força e vigor. As principaes obras philosophicas ou scientificas dos gregos são então vertidas em syriaco, e d'esta lingua trasladadas para persiano ou arabico. Criam-se centros activos de estudo em Damasco, em Baghdad, e mesmo em remotas terras da Asia central, como Bokhara, ou Merw. Com estas escolas orientaes rivalisam, se as não excedem, as escolas da Hespanha musulmana, a de Cordova e outras. Pullulam então os escriptores arabes e persas, compiladores e annotadores das obras gregas[1]. É a esta sciencia musulmana, impropriamente chamada arabe, pois pertence igualmente aos persas e outros povos convertidos á nova religião, que as universidades da Europa vão depois procurar a luz, e reatar o fio da tradição, quebrado durante o periodo mais barbaro da idade media.

Nenhum dos escriptores musulmanos teve influencia comparavel com a de Avicenna. As obras d'este celebre persa, tidas já em grande estima no oriente, e no occidente islamita, foram depois diversas vezes, e em diversas partes da Europa trasladadas para latim. Em

---

[1] Conf. entre outros, Kurt Sprengel, *Hist. de la médecine* II, 246 e seguintes; Renan, *Hist. des langues sémitiques,* livre III, chapitre IV; Sédillot, *Hist. des arabes,* livre VI.

Salamanca, por exemplo, mandou fazer Affonso o Sabio uma versão latina d'estas obras e das de Averróes[1], provavelmente por algum judeu. Tornaram-se assim conhecidas, foram geralmente adoptadas no ensino das universidades, e durante alguns seculos dominaram completamente a sciencia ou arte de curar. Não parece que o merito do livro determinasse a preferencia. Alguns juizes competentes consideram muito superiores outros escriptos musulmanos, por exemplo, os do persa Rasis, ou os do sevilhano Avenzoar. Mas o livro de Avicenna tinha em seu favor uma clareza relativa, e um certo methodo. Não ha ali doutrinas novas, numerosas observações proprias, opiniões atrevidas, que de resto teriam sido mal comprehendidas e mais nocivas que favoraveis á sua reputação. O *Canon* é uma compilação pallida e por vezes indigesta, mas bastante completa e methodica; é uma especie de encyclopedia de medicina e sciencias correlativas, onde os doutores da idade media, que sobretudo evitavam decidir pela sua propria rasão, encontravam textos, applicaveis a todos os casos embaraçosos. Alem d'isso o *Canon* é um livro enorme, e tinha por si a ponderosa massa, sem a qual se não podia obter auctoridade nos bons tempos escolasticos. Fossem quaes fossem os motivos da preferencia, a preferencia existiu, e Avicenna foi um dos arbitros da sciencia, o terceiro nome d'aquella especie de trindade medica dos tempos antigos. Mas Avicenna era um compilador; o seu livro é feito de retalhos habilmente serzidos, e procurados um pouco nas obras de Rasis e de outros orientaes, mais especialmente nos livros gregos. Na parte medica, o seu guia principal e quasi unico é Galeno. Avicenna é pois Galeno commentado, como Galeno era Hippocrates ampliado e explanado. Com a differença que Avicenna é um espirito inferior a Gale-

---

[1] Avila, *Hist. de las ant. de Salamanca,* 191

no, e um commentador muito mais servil. Eis porque podemos dizer que do anno de 450 antes de Christo, pouco mais ou menos, até ao anno de 1510 ou 1520 da nossa era, isto é, durante bem perto de vinte seculos as sciencias medicas tiveram por base os escriptos hippocraticos. E continuou ainda a sua influencia durante longo tempo, o que agora nos não importa considerar.

Ao lado das tres grandes auctoridades no ensino da medicina, Hippocrates, Galeno e Avicenna, devemos citar outros nomes que influiram poderosamente, se não nos estudos propriamente medicos, pelo menos nos das sciencias accessorias. O primeiro é o de Aristoteles, um dos maiores espiritos da antiguidade e de todos os tempos, e que para os escolasticos foi mais do que um homem, foi quasi um Deus. Conta-se, que os santos doutores dominicanos e franciscanos da idade media o quizeram canonisar e declarar infallivel. Creio que esta anecdota é uma simples invenção; mas dá bem a nota do fanatismo que havia pelo homem, e das peias theologicas com que se pretendia conciliar. Aristoteles teve uma grande acção sobre o ensino scientifico, não fallando mesmo do ensino philosophico que dominou completamente. Actuou directamente, porque muitos dos seus tratados foram adoptados como compendios nas universidades; indirectamente, porque os livros arabes derivavam da sua escola, se não no fundo, ao menos no methodo. Mas é necessario advertir que o Aristoteles da idade media não é o verdadeiro, o grande philosopho grego; é um Aristoteles subtilisado, adelgaçado, puxado á fieira, do qual se tomaram as finas distincções dialecticas, sem muitas vezes lhes comprehender o fundo e a essencia. Devemos acrescentar, que as noções correntes em zoologia eram em grande parte extrahidas da sua *Historia dos animaes.*

A botanica era então simplesmente a *materia medica vegetal,* e girava como um modesto satelite em torno

da medicina. Deviam passar annos e seculos antes de ella conquistar os seus fóros de sciencia autonomica. Por um concurso de circumstancias, entre as quaes figurava talvez o acaso, a obra grega de botanica em que se encontra mais patente o espirito scientifico —a de Theophrasto— foi mal conhecida. Fizeram-se na verdade versões latinas da *Historia plantarum* e das *Causis plantarum,* e depois edições numerosas d'essas versões; mas o livro não entrou propriamente no ensino, e na leitura dos eruditos. Garcia da Orta, por exemplo, mui raras vezes cita Theophrasto. Pelo contrario a *Materia medica* de Dioscorides, muito inferior sob o ponto de vista da sciencia pura, foi um dos livros mais vezes vertidos, e mais annotados, commentados e esmiuçados nas escolas da idade media, tanto musulmanas como christãs; Dioscorides, directamente, ou visto atravez das obras de Avicenna, de Mesué, de Serapio o Moço e de outros, foi pois a origem principal das noções de botanica, correntes no tempo em que Garcia da Orta frequentou as universidades. E mesmo depois, durante o seculo XVI, foi ainda objecto de eruditissimos commentarios da parte de Ruellio, Matthioli, Laguna, Amato Lusitano e varios mais. Citaremos ainda Plinio, cuja encyclopedia, desordenada e falta de critica, mas singularmente vasta e grandiosa, foi tambem um dos livros classicos no estudo das sciencias da natureza.

Tal é o rapido, secco, e muito incompleto elenco das principaes obras que constituiam o fundo do ensino nas sciencias medicas e naturaes, até quasi ao tempo em que Garcia da Orta estudou. Poucos annos antes de elle passar a Salamanca, isto é, depois do meiado do XV seculo, havia começado uma evolução curiosa, conhecida mais tarde pelo nome de reacção hippocratica.

A reacção hippocratica foi no seu principio um puro e simples movimento litterario. Depois da tomada de Constantinopla pelos turcos, emigraram para o occidente e principalmente para a Italia, muitos eruditos, que no

imperio byzantino haviam conservado mais puro e intacto o culto das boas letras gregas. Do contacto d'estes hellenistas orientaes com os sabios e professores da Italia, das suas relações com as escolas e universidades resultou naturalmente o aperfeiçoar-se o estudo e conhecimento da lingua grega. Procuraram-se cuidadosamente os codices gregos, que se começavam a entender melhor, e fizeram-se novas versões. Reconheceu-se então com surpreza que as versões existentes eram absolutamente barbaras. Não admirava que assim fosse; alguns livros gregos haviam sido trasladados para syriaco, do syriaco para arabico, e do arabico para latim; e em cada uma das versões os traductores, pouco escrupulosos ou pouco illustrados, haviam accumulado erros sobre erros. Outros livros só se conheciam pelas citações e extractos dos compiladores. Em outros succedia que as notas e reflexões do traductor andavam amalgamadas com o texto primitivo. Havia assim um Hippocrates deturpado, um Galeno arabisado e um Aristoteles de phantasia. Começou-se pois um trabalho puramente grammatical, mas utilissimo, de reconstituição dos textos. Á medida, porém, que esse trabalho adiantava, adquiria uma feição scientifica, a qual, nas doutrinas que agora nos occupam, levou á chamada reacção hippocratica. Do conhecimento dos auctores gregos na sua pureza primitiva, resultou o dispensarem-se e depois desprezarem-se os commentadores e compiladores arabes. Remontou-se de Avicenna a Galeno, de Galeno a Hippocrates—d'ahi o nome da reacção. Naturalmente a reacção exagerou-se, e exagerou-se tanto mais, quanto mais acatados haviam sido os compiladores. As escolas queimavam o que tinham adorado. Vingavam-se de um servilismo de seculos. Avicenna e os arabes eram postos pela rua da amargura. Segundo nos diz Garcia da Orta, chamavam-lhes *maumetistas barbaros*. Com os arabes tornaram-se suspeitos os escolasticos, todo o peripatetismo moderno, e o proprio Aristoteles. Esta re-

acção durou seculos. Nos curiosissimos estatutos da universidade de Coimbra da ultima metade do seculo passado, ainda o senhor rei D. José —ou antes o marquez de Pombal e José Monteiro da Rocha pela sua bôca— falla com horror do «fantasma vão da filosofia arabiga», e desterra d'estes reinos a «filosofia escolastica, emanada das lições frivolas e capciosas dos arabes», ameaçando os que seguirem taes doutrinas de serem considerados «inimigos do bem publico», de «incorrerem no seu real desagrado», e —o que era mais serio,— de serem para sempre suspensos de ensinar[1]. Chegâmos quasi a crer, que se o pobre Avicenna ainda vivesse teria tido a sorte dos Tavoras. No tempo de Garcia da Orta a reacção não era tão feroz; começava apenas, e em Salamanca ainda o livro de Avicenna era seguido no ensino.

A reacção hippocratica tinha bom e mau. Tinha a vantagem de fazer retroceder a sciencia para livros claros, elevados, inspirados no puro e simples bom senso, alliviando-a das subtilezas que a obscureciam, e expurgando-a de muitas doutrinas falsas e complicadas, de muitas receitas de curandeiros, de muitas crendices absurdas, que sobre ella haviam enxertado longos seculos de relativa ignorancia. Tinha o inconveniente grave de condemnar sem exame, e em *odium auctoris,* tudo quanto escreveram os arabes, nos quaes, principalmente pelo que dizia respeito á materia medica das regiões afastadas, havia muito que aprender. Veremos que o nosso Garcia da Orta julgou a reacção n'este ponto com perfeito conhecimento de causa e muito bom senso.

Em todo o caso a reacção era fatalmente infecunda. Era mais uma volta sobre o terreno já pisado—n'essa especie de eira ou de nora em que o ensino continuava a girar. Appellava de Avicenna ou de Rasis para Hip-

---

[1] *Estatutos da universidade de Coimbra* de 1772, na introducção ao livro III, pag. 2 e 3.

pocrates, de Serapio para Dioscorides, de uma auctoridade para outra auctoridade. Continuava a ser uma lucta de humanistas e de eruditos, apedrejando-se com *textos*. A verdadeira reacção foi outra; foi a que appellou de todas as auctoridades, e de todos os textos para a rasão e para a observação directa; foi a que se atreveu a ter fé em si, e a ver pelos seus proprios olhos, o que não tinham visto, ou o contrario do que tinham visto Plinio, Galeno e os outros. Veremos como Garcia da Orta —dentro da sua especialidade— tomou parte n'essa fecundissima reacção, a qual, ao cabo de seculos de lucta, creou a sciencia moderna, e como a feição e sabor particular do seu livro resulta exactamente da observação propria, posta, modesta mas firmemente, em frente da auctoridade. Quando elle estudou, porém, o movimento nem estava esboçado, e na velha Salamanca, como em Alcalá, o ensino continuava a ser mais ou menos arabico e aristotelico, mais ou menos hippocratico, mas sempre fundado na auctoridade e nos *textos*.

É possivel reconstruir alguns traços do ensino universitario recebido por Garcia da Orta, pelos estatutos de Salamanca do anno de 1538, que embora viessem perto de vinte annos mais tarde, não deviam introduzir muitas innovações, e apenas regular o que era já pratica. Por ali se vê que os grammaticos —o que hoje corresponderia á classe de estudantes de instrucção secundaria— só entravam para a universidade depois de passarem por uma prova, perante um examinador especial[1]. Os que se destinavam á medicina eram primeiro obrigados a obter o grau de bachareis em artes. O curso dos artistas, na accepção que então se dava á palavra, abrangia lições de *summulas*, pelo velho livro de Pedro Hispano —o mesmo que, segundo dizem,

[1] Titulo XXIV. Cito pelos extractos dos *Estatutos*, dados por D. Alexandro Vidal y Dias na *Memoria historica de la universidad de Salamanca*.

foi papa sob o nome de João XXI —, de *logica* pelos tratados de Aristoteles, de *mathematica*, de *musica*, e de linguas, grega e hebraica[1]. Havia então no regimen da universidade algumas disposições interessantes, singularmente liberaes e democraticas. A primeira e a mais importante de todas, era a intervenção directa dos estudantes na nomeação dos lentes, assistindo ás provas publicas da *opposição*, e votando depois na eleição[2]. Varias outras disposições contribuiam para lhes garantir uma certa iniciativa na direcção a dar aos seus cursos; assim os estudantes de *summulas*, *logica e philosophia* podiam escolher os regentes a cujas lições queriam assistir, tendo um mez para se decidirem na escolha, e sendo expressamente prohibido a esses regentes o empregarem meios de suborno para attrahirem ouvintes. Por outra disposição muito democratica, o cathedratico de *rhetorica* era obrigado a explicar o que os ouvintes lhe pediam[3]. Depois de passarem á faculdade de medicina, os estudantes ainda seguiam um curso de *philosophia natural*, consistindo essencialmente na explanação das obras de Aristoteles.

Na parte puramente medica, o livro principal continuava a ser o de Avicenna, lido pelo cathedratico de prima; mas por uma das disposições democraticas a que me referi, quem decidia que parte do *canon* devia fazer o objecto da explanação, era a maioria dos ouvintes. Alem das lições regulares, *reparações*, disputações publicas e outros actos academicos, os estudantes, antes de serem graduados, deviam praticar, durante pelo menos meio anno, com algum doutor ou licenciado á sua escolha[4]. Havia assim parallelamente ao curso official, uma especie de ensino

---

[1] Titulo XIX. O extracto é talvez deficiente. Sobre o ensino das artes veja-se uma nota a pag. 31.

[2] Titulos XXXII, XXXIII, e XXXIV.

[3] Titulo XIX.

[4] Titulo XVIII.

livre. Este regimen parece-nos hoje complicado, habituados, como estamos, á regularidade —talvez exagerada e estreita— das nossas escolas modernas nos paizes de raça latina; mas poderiamos encontrar ainda nas universidades allemãs alguns traços similhantes. Da liberdade que os estudantes gosavam, de em certos casos escolherem os seus professores, resultava uma solidariedade mais intima do lente com os ouvintes. E da escassez relativa de livros, procedia a maior importancia do ensino oral. Vinham de longe estudantes a París, a Bolonha, ou a Salamanca ouvir um certo professor afamado. E muitas vezes os humanistas, os theologos, ou os medicos se diziam com orgulho, não discipulos de tal ou tal universidade, mas simplesmente discipulos de tal ou tal homem—de Ayres Barbosa, de Alonso de Madrigal, ou de Realdo Colombo, por exemplo.

Não faltavam então em Salamanca d'estes professores celebres, junto dos quaes Garcia da Orta podia encontrar boa lição; e não faltavam entre elles portuguezes em quem, alem da lição, encontraria favor e apoio. Professava ali grego e rhetorica, o famoso Ayres Barbosa, natural de Aveiro, um dos primeiros humanistas do tempo, que havia frequentado em Florença a escola de Angelo Policiano, e foi um dos homens, que mais concorreram para introduzir na Hespanha e depois em Portugal o amor ás boas letras classicas, florescentes então na Italia. Já ali estaria tambem o grande theologo, mestre Pedro Margalho, um poço de erudição, formado em artes e theologia na universidade de París, depois collegial de S. Bartholomeu e cathedratico de philosophia moral na de Salamanca, e por ultimo cathedratico de prima de theologia na de Lisboa. Junto d'elle encontraria de certo o moço estudante amizade e protecção, pois, alem de compatriotas, eram conterraneos, sendo Pedro Margalho natural de Elvas. Pôde ali conhecer igualmente o seu patricio alemtejano Pedro Nunes, uma das maiores glorias da sciencia portugueza, o qual por

aquelle tempo[1] devia estar em Salamanca, d'onde mais tarde foi chamado a professar mathematica, primeiro em Lisboa e depois em Coimbra; ou tambem outro alemtejano illustre, o erudito historiador e antiquario, André de Resende, que depois de estudar em Alcalá com o celebre Antonio de Nebrija, foi cursar theologia a Salamanca, passando a final a París; ou talvez o insigne e elegantissimo latinista Jeronymo Osorio, o historiador de el-rei D. Manuel, que muito moço, quasi creança, foi a Salamanca seguir os cursos de humanidades e de direito, sendo já então admirado pela facilidade e pureza com que fallava latim; ou finalmente Henrique Fernandes, que na mesma universidade foi cathedratico de prima de philosophia natural. Na sua faculdade e profissão elle pôde tambem conhecer varios portuguezes: Thomé Rodrigues da Veiga, o illustre medico, a quem o licenciado Dimas Bosque dirigiu a epistola latina impressa com os *Coloquios,* o qual em Salamanca obteve o grau de doutor e depois alcançou por opposição uma cadeira de medicina, sendo annos mais tarde chamado a Coimbra; o judeu João Rodrigues, natural de Castello Branco, mais conhecido pelo nome de Amato Lusitano, eruditissimo commentador de Dioscorides, cujas obras todavia Garcia da Orta raras vezes cita; Antonio Luiz, de Lisboa, um hippocratico, commentador de Hippocrates e de Galeno, e auctor do curioso tratado *De occultis proprietatibus;* Luiz de Lemos, natural de Fronteira, que escreveu um commentario sobre Galeno; Henrique Jorge Henriques, da Guarda, regente de artes em Salamanca, e auctor do *Retrato del perfecto medico,* livro que foi então muito apreciado. Como se vê, a sociedade era numerosa e escolhida; e Portugal estava brilhan-

[1] Faltando-nos datas exactas, estas approximações são um tanto vagas. Indicam apenas a *possibilidade* de Garcia da Orta se ter encontrado com alguns compatriotas illustres, que *por aquelles annos* frequentaram a universidade hespanhola.

temente representado, não só nos bancos dos escolares, se não tambem nas cathedras dos professores.

Tornar-se-ía demasiado longa esta lista, se n'ella quizessemos incluir os hespanhoes. Não faltaram por certo em Castella n'aquelle seculo homens distinctos em todas os profissões liberaes, humanistas, jurisconsultos ou theologos, e pela maior parte haviam passado pelos bancos da velha universidade. A enumeração dos ex alumnos de Salamanca equivalia quasi á resenha das notabilidades hespanholas do seculo XVI, o que nos levava muito longe. Limitando-nos mesmo a mencionar os que cursaram medicina, ainda teriamos de accumular grande copia de nomes. E para nos convencermos d'isso bastaria percorrer a obra do excellente D. Antonio Morejon, por vezes falta de critica, e demasiado cheia de ingenuas expansões de patriotismo, mas contendo muitos dados e informações interessantes[1]. O que temos dito é sufficiente, porém, para mostrar que a cidade de Salamanca era então um dos centros de movimento scientifico mais importantes, não só na peninsula como na Europa; os estudantes congregavam-se ali aos milhares; as cadeiras da sua universidade eram occupadas pelos mais afamados professores; e dos seus prelos saíam numerosos e pesados in-folios, repletos de erudição sagrada e profana. Garcia da Orta achava-se pois collocado em um meio, onde lhe era facil adquirir uma instrucção solida em humanidades, artes, e tambem em medicina, se acaso ali a estudou.

Acabo de exprimir uma duvida, e necessito explicar os seus fundamentos. Suppuz —e devo confessal-o, arbitrariamente— que Garcia da Orta se havia dirigido primeiro a Salamanca. Sobre este ponto não encontro affirmação positiva, nem mesmo uma indicação qualquer nos escriptores contemporaneos ou mais modernos.

---

[1] *Historia bibliographica de la medicina española*, Madrid, 1842.

Todos se limitam a dizer que elle se graduou em Salamanca e Alcalá, sem especificarem qual das universidades frequentou primeiro, e que graus obteve em uma e outra. Fundando-me opis apenas em conjecturas, que me pareceram plausiveis, admitti que se tivesse primeiro encaminhado para a velha universidade, mais conhecida em Portugal, onde professavam varios portuguezes, e estudavam numerosos compatriotas seus. Depois, graduado talvez já bacharel em artes, ou mesmo bacharel em medicina, deixaria Salamanca, attrahido pela fama crescente dos estudos de Alcalá. Que elle seguiu em Alcalá os cursos de medicina é facto que me parece seguro. Em um dos ultimos *Coloquios*, já citado, desculpando-se do erro que havia commettido de trocar o nome do famoso André Laguna em Tordelaguna, diz assim: «porque não li bem o titulo, e mais porque conheci em Alcalá ouvir medicina, hum, que se chamava Tordelaguna, o qual avia sido buticairo, e sabia algum pouquo de Arabio, e era grande ervolario, e por isto me pareceu que devia ser esse[1]». D'esta phrase se póde inferir que elle era condiscipulo do tal Tordelaguna, e portanto *ouvia* tambem medicina em Alcalá. Se ali se graduou em bacharel e em licenciado, se havia obtido já o primeiro grau, ou voltou a Salamanca a alcançar o segundo, são questões de difficil solução[2], e de resto, pouco importantes. O que me parece admissivel é que começasse os seus estudos em Salamanca e os continuasse em Alcalá.

A universidade de Alcalá de Henares era uma creação recente. Surgíra do solo, evocada pela energia e pelo poder de um homem, como por uma varinha de

---

[1] *Coloquios*, fl. 224.

[2] O primeiro livro de matriculas, existente hoje em Salamanca, refere-se ao anno lectivo de 1546 a 1547. Devemos pois reputar perdidos todos os vestigios da passagem de Orta pelas universidades hespanholas.

condão. Francisco Ximenez de Cisneros, natural de Alcalá, fôra um pobre estudante de Salamanca, tão pobre que ganhava ali a sua vida ensinando particularmente pupillos. Tomou depois o habito, e foi durante annos um obscuro frade de S. Francisco; mas chamado mais tarde ao cargo, então importantissimo, de confessor da rainha, subiu successivamente a arcebispo de Toledo, inquisidor, cardeal, e regente do reino. Um dos primeiros usos, que Cisneros fez do seu crescente poder, foi dotar a sua terra natal, a velha *Complutum* romana, de um estabelecimento scientifico que, na sua intenção, devia igualar se não exceder todos os existentes na Hespanha. No dia 28 de fevereiro do anno 1498 saía elle em grande pompa do convento de S. Francisco, acompanhado por toda a communidade de cruz alçada para ir lançar a primeira pedra dos novos edificios. Em poucos annos se levantou a magestosa fabrica, delineada pelo architecto Pedro Gumiel; e se Cisneros não logrou ver rematada a sua obra, terminada a esplendida fachada principal, e completos os grandes pateos de nomes caracteristicos, o *trilingue* e o dos *philosophos*, conseguiu no emtanto activar as obras principaes por modo tal, que já no anno de 1508 inaugurava o edificio, pondo-lhe o nome de *Collegio mayor de San Ildefonso*, e installando ali as faculdades da nova universidade. Como era natural, as sciencias ecclesiasticas haviam merecido a especial attenção do poderoso cardeal. Vieram de Salamanca, de París e de outras escolas os mais eruditos e eloquentes canonistas e theologos para ensinarem em Alcalá as doutrinas de Santo Thomás e de Escoto, do *doctor angelicus* e do *doctor subtilis*, assim como as outras materias do curso. Entre elles podemos apontar: Pedro de Campos, Gonçalo Gil de Burgos, fr. Clemente de S. Francisco e o famoso Pedro Ciruelo. Logo depois da faculdade de theologia, foi, segundo parece, a faculdade de medicina a que recebeu mais completa organisação, adquirindo rapidamente uma grande nomeada. O

conhecido biographo do cardeal, Alvaro Gomez de Castro, refere o nome de alguns dos primeiros professores que ali ensinaram medicina e elle ainda conhecêra pessoalmente; como eram o dr. Tarragona e Antonio de Carthagena, um notavel escriptor e tão agradavel no trato, que a sua alegria animava singularmente os doentes «*qua mire animos ægrotantium recreabat*»[1]. Professaram ali tambem n'estes primeiros tempos Pedro de Leon e João Reinoso, assim como ensinou philosophia um medico, Antonio de Morales[2].

Emquanto em Salamanca o ensino continuava a seguir os livros arabes, e o lente de prima a ler Avicenna, parece que em Alcalá tomou desde logo o moderno cunho hippocratico. Não temos, ou pelo menos eu não vi, o plano dos estudos de Alcalá, mas em Valencia, universidade organisada pelo mesmo tempo e sob as mesmas inspirações, os livros seguidos no ensino eram exclusivamente os de Hippocrates e de Galeno[3]. Alem d'isso um dos primeiros professores, João Reinoso, estivera em Italia estudando grego, e fôra discipulo de Nicolau Leoniceno. Ora Leoniceno era simplesmente o chefe, a alma da reacção hellenica e hippocratica, e devemos suppor que o seu discipulo trouxesse para Hespanha as novas, ou antes as renovadas doutrinas. D'esta feição mais moderna resultou sem duvida a grande reputação dos estudos medicos de Alcalá, a rivalidade com Salamanca, e o facto de muitos estudantes abandonarem a velha universidade pela nova instituição de Cisneros.

Uma innovação, que nos interessa de modo muito particular, é a creação em Alcalá de uma cadeira es-

---

[1] Alvaro Gomez de Castro, *De rebus gestis a Francisco Ximenio*, etc., na *Hispaniæ illustratæ*, I, pag. 1008.

[2] Morejon, *Hist. bibl.*, II, 16.

[3] *Memorias* de D. Francisco de Figueiroa, citadas por Morejon, *Hist. bibl.*, II, 17.

pecial de *botanica,* a primeira que houve na peninsula. Foi a sua regencia confiada a Antonio de Lebrija, ou de Nebrija, como mais geralmente se diz. Nebrija era um dos homens mais doutos, e um dos escriptores mais ferteis da Hespanha; e seguramente aquelle que exerceu no renascimento das letras e das sciencias na peninsula mais decidida influencia. O seu vasto espirito e a sua mais vasta erudição abrangeram todos os assumptos. Foi humanista e historiador. Compoz um diccionario e tratou intrincadas questões de theologia. Escreveu largos tratados de grammatica, e reuniu as noções de medicina no seu *Lexicon artis medicamentariae.* Publicou a versão de Dioscorides, feita por Ruellio, com correcções e notas suas, e explanou os logares obscuros de Plinio. Todavia, e com o devido respeito pela sua illustre memoria, eu supponho que elle seria um mediocre professor de botanica. N'aquelle tempo em que todos peccavam por eruditos, elle devia exagerar o defeito. Era já velho e passára a sua mocidade, empenhado em estudos de todo o ponto diversos. Vivêra demasiado com os livros e pelos livros. Devia faltar-lhe a comprehensão, ou pelo menos uma certa intuição da natureza, de que já tinham lampejos alguns contemporaneos seus, naturalistas de raça. É de crer que a sua explanação se limitasse a um secco commentario dos velhos auctores, no qual fossem mais illustradas as difficuldades grammaticaes, gregas ou latinas, do que tirada a limpo a concordancia das especies mencionadas com as modestas hervas, encontradas pelos campos de Castella. É certo, no emtanto, que a sua lição não foi perdida para o nosso naturalista, se acaso este seguiu o seu curso, como parece provavel. Garcia da Orta revela nos *Coloquios* um intimo conhecimento da *Materia medica* de Dioscorides, e dos livros da *Historiæ naturalis* de Plinio; e não será uma conjectura falta de fundamento, o attribuir esta sua familiaridade com as grandes encyclopedias botanicas da antigui-

dade, á influencia de Antonio de Nebrija, que as conhecia a fundo.

Devo ainda mencionar de passagem um notabilissimo trabalho litterario, levado a cabo por aquelles annos em Alcalá: refiro-me á edição da *Biblia polyglota*, chamada tambem *Biblia complutense*. A empreza não era facil. Foi necessario reunir numerosos codices em variadas linguas, buscando e escolhendo os mais authenticos e dignos de fé; depois interpretal-os, cotejal-os e corrigil-os; por ultimo dal-os nitidamente á estampa em caracteres latinos, gregos e hebraicos, isto em uma epocha em que á arte de imprimir estava na infancia. A tudo proveu e todas as difficuldades superou a clara intelligencia e a energica vontade do cardeal. Obteve do papa a permissão de consultar a riquissima collecção vaticana; mandou tirar copias dos principaes manuscriptos existentes na Europa, e adquiriu por elevados preços alguns codices hebraicos. Para occorrer ás exigencias do trabalho material e typographico mandou vir da Allemanha operarios peritos, creando e montando em Alcalá officinas especiaes. Finalmente para a parte mais ardua e delicada, de revisão e correcção dos textos, reuniu um grupo dos mais notaveis e sabios philologos: Antonio de Nebrija, o decano e o mais illustre dos eruditos hespanhoes; Lopes de Zuniga; Bartholomeu de Castro; João de Vergara; Nuñez, *o pinciano;* um grego, Demetrio Cretense, e os judeus conversos, profundos hebraizantes e orientalistas, Affonso de Zamora, Paulo Coronel e Affonso Medico. Ao cabo de quinze annos de improbo trabalho saía a lume a famosa *Biblia complutense* em seis volumes de folio. O cardeal Cisneros ainda vivia, e quando o moço Antonio Bocario, filho do impressor, veiu todo vestido de gala depor nas suas mãos o sexto volume terminado, levantou-se e deu graças a Deus, por lhe ter concedido aquella grande satisfação. Dizia elle aos seus familiares, que nenhum dos triumphos obtidos durante a sua

longa e gloriosa carreira lhe causára mais intimo prazer: «*nihil est amici de quo mihi magis gratulari debeatis, quam de hac Bibliarum editione*[1]». Circumstancia curiosa—o cardeal tencionava, depois de terminada a biblia, dar á estampa as obras completas de Aristoteles. Depois do livro sagrado, a grande auctoridade profana. Estas edições não eram directamente feitas pela universidade, mas deviam contribuir para dar maior brilho aos estudos de Alcalá; e sobretudo deviam chamar as attenções para o ensino das linguas, de que os estudantes, e entre elles Garcia da Orta, podiam aproveitar.

Tal foi a atmosphera intellectual em que o nosso naturalista se educou, e em que passou alguns annos da sua mocidade. Quantos e quaes é difficil dizer ao certo. Sabemos que no mez de abril do anno de 1526 estava de volta em Portugal, havia já algum tempo, sendo provavel que houvesse regressado no decurso do anno anterior de 1525. Por outro lado, se, como parece, passou a Hespanha instruido apenas nos primeiros rudimentos, e portanto teve de cursar grammatica, artes e medicina, não deveria ali permanecer menos talvez de dez annos. Podemos pois admittir, com certa probabilidade, que a sua estada nas universidades hespanholas se estendeu do anno de 1515 ao de 1525, pouco mais ou menos. Emquanto á ordem em que frequentou as universidades, e aos graus obtidos em cada uma d'ellas, já vimos como sobre isso nos faltavam dados e informações seguras, podendo apenas suppor que se dirigiu primeiro a Salamanca, e mais tarde a Alcalá. É bem possivel mesmo que se graduasse em Salamanca, e fosse depois a Alcalá, unicamente para se aperfeiçoar nas sciencias medicas, ouvindo alguns professores afamados,

---

[1] Castro, *De rebus gestis* na *Hispaniae illustratae*, I, pag. 967; Modesto Lafuente, *Historia general de España*, parte II, libro IV, capitulo XXVIII.

o que estava bastante nos habitos da epocha. O certo, é que elle se graduou apenas em licenciado. No titulo do seu livro, nomeia-se *doutor garcia dorta, fisico del Rey nosso senhor;* e Dimas Bosque chama-lhe tambem *doutor;* mas os documentos officiaes, posteriores á sua vinda de Hespanha, que transcreverei integralmente no capitulo seguinte, dão-lhe apenas o titulo de *licenciado;* e os livros da universidade de Lisboa mencionam-no como o *licenciado Orta,* quando ali era já regente em artes. Aquella designação de doutor seria pois um simples comprimento, usado, naturalmente, para com um homem respeitavel e que havia exercido a sua profissão durante muitos annos.

Se elle se contentou com o grau de licenciado, não foi seguramente porque lhe faltassem conhecimentos sufficientes para atravessar as provas scientificas do doutoramento, e unicamente porque lhe escasseariam os meios pecuniarios. Com effeito, o receber o grau de doutor com pompa devia ser um caso serio: a construcção e adorno dos estrados para os actos; o solemne passeio pelas ruas de Salamanca de toda a universidade, a cavallo, com as suas insignias e trajes de gala, precedida pelas trombetas e atabales; a tourada do estylo, a que não faltava cousa alguma, nem mesmo o passeio na vespera á tarde, a ver o gado no prado de Panaderos; todos estes actos acompanhados de collações, merendas e refrescos; uma larga distribuição de luvas e propinas; um assombroso consumo de doces e de assucar; tudo isto acarretava despezas muito superiores ás posses da magra bolsa do nosso modesto estudante. Mesmo a simples licenciatura não devia custar pouco. Entre variadas despezas, podemos citar as seguintes, que são interessantes, e dão o cunho da epocha. O examinando devia dar a cada um dos examinadores, doutores e mestres da sua faculdade, que estivessem presentes ao acto, duas dobras ou *castelhanos,* uma tocha; uma caixa de diacitron, um arratel de confeitos e tres casaes de gallinhas.

Como o exame acabava tarde, devia ter preparada uma ceia para todos; sómente não era obrigado a dar mais de um frango, uma perdiz ou duas rolas, uma escudella de manjar branco e duas fructas a cada um, com o pão e vinho competentes[1]. Este era o *menu* official, mas parece que na pratica se alargava bastante. Servia-se uma lauta ceia, em que se tornava notavel a famosa salada, chamada *real*, composta de fructas e hortaliças variadas, ovos, confeitos, grangeia, cerejas de conserva e outros ingredientes[2]. Entremeavam-se assim as solidas orações, com as solidas refeições, feitas á custa do graduando.

Temos conduzido o nosso estudante até ao momento em que, já licenciado, vae deixar as universidades e procurar o seu caminho na vida. E agora, antes de passarmos a novas scenas, podemos resumir o que levâmos dito, procurando definir o ensino que havia recebido.

Esse ensino póde parecer-nos estranho, singularmente falho em milhares de noções, hoje consideradas elementares e fundamentaes, demasiado insistente em questões, hoje tidas na conta de futeis e dispensaveis; mas não deixava de ser profundo e relativamente vasto.

Em humanidades havia primeiro que tudo uma base solida de letras e linguas gregas e latinas, principalmente latinas. O latim não era só a lingua escripta, era tambem a lingua *fallada* dos eruditos. Nas principaes cadeiras de Salamanca, era expressamente prohibido aos cathedraticos empregarem nas suas lições e explanações o *romance*, a não ser para citar algum texto de lei. E não se contentavam já com o latim barbaro, quasi *macarronico*, dos seculos precedentes; procuravam a pureza e elegancia de dicção, estudando os bons modelos. Nos

---

[1] Titulo XXIX dos estatutos de 1538, citados por D. Alexandro Vidal y Diaz, *Memoria historica*, pag. 78.

[2] D. Alexandro Vidal y Diaz, l. c., pag. 230.

collegios de grammatica de Salamanca, representavam-se as comedias de Plauto e de Terencio; e por uma curiosa alliança, o dia escolhido para esta homenagem annual ás boas letras pagãs era a dominga da oitava de Corpus Christi. Sabemos que Garcia da Orta escrevia correntemente latim. Elle proprio nos diz, como havia composto o seu livro n'aquella lingua, e depois o trasladou para portuguez, por ser mais geral, principalmente entre os que habitavam «as indianas regiões» e «folgariam de o ler». Ao grego e ao latim juntava-se o ensino do hebraico, considerado sobretudo nas suas relações com as sciencias ecclesiasticas, e falsamente considerado então a lingua mãe, d'onde todas derivavam. Não parece que as modernas linguas semiticas fossem objecto de ensino official; mas na Hespanha, a expulsão dos mouros não ía ainda bastante longe, para que se não encontrassem algumas pessoas, tendo —como o tal Tordelaguna de quem falla Garcia da Orta— uma certa tintura de arabico. Das linguas europêas, as mais conhecidas pelos portuguezes instruidos d'aquella epocha, eram a hespanhola e a italiana. O conhecimento litterario do hespanhol, ou do castelhano, como então se dizia, era muito mais commum entre nós, do que hoje é. Camões e Sá de Miranda escreviam correcta e correntemente em castelhano; e Gil Vicente rimava com a mesma facilidade, e quasi indifferentemente, em qualquer das duas linguas da peninsula. Garcia da Orta devia sem duvida fallar hespanhol tão facilmente como a sua lingua materna, e de varias passagens dos *Coloquios* se deprehende, que o italiano lhe seria igualmente familiar.

Em philosophia, havia primeiramente a parte constitutiva do chamado curso de artes, na qual a base quasi exclusiva do ensino era a obra de Aristoteles, desde os primeiros tratados, abrangidos então sob o nome de *logica,* até aquelles livros em que elle se occupou dos conhecimentos de sciencias naturaes, ou das noções de

psychologia, sem todavia empregar este nome[1]. Em outra região dos estudos philosophicos, estava de pé e quasi intacto o velho edificio da idade media, que derivava tambem de Aristoteles. A philosophia escolastica tinha-se identificado com a theologia, e conservava-se á sombra e amparo da Igreja. Em todas as grandes escolas se ensinava a doutrina da *Summa* de Santo Thomás, em uma ou mais cadeiras especiaes, assim como a doutrina

---

1 Dos *Estatutos* de Salamanca de 1538 se vê que um dos compendios seguidos era *Summulae logicales*, de Pedro Hispano, um livro peripatetico, todo fundado sobre a doutrina de Aristoteles; depois a *logica* d'este auctor; e finalmente, na *philosophia natural*, cursada pelos estudantes de medicina, a *metaphysica* e outros tratados do mesmo (titulos XVIII e XIX). Dos *Estatutos da universidade de Coimbra* de 1591, que, embora viessem annos depois, nos elucidam sobre o ensino de artes no seculo XVI, se vê bem claramente (titulo LVIII, pag. 118 v.) a sequencia das doutrinas. No primeiro anno liam-se a «entroducção» ou *isagoge* de Porphyrio, e os «predicamentos e periherminias» isto é, a *interpretatione* de Aristoteles. No segundo «priores, posteriores, topicos e elenchos». Isto é, até aqui, proximamente a chamada *logica*, tal qual consta dos compendios impressos por Antonio de Maris em Coimbra nos annos de 1556 e 1561. No mesmo segundo anno se liam seis livros «physicos» ou *de naturalis auscultationis*. No terceiro anno liam-se os dois ultimos livros «physicos» os «de cœlo, metaphysica, metauros» (sic), isto é *meteorologicorum*, e os «parvos naturaes» (sic)—devia ser a collecção de pequenos tratados, impressos á parte por Simão Colineo em 1530, sob o titulo de *Parva quae vocant naturalia*. No quarto anno os «de generatione, de anima, e das ethicas», sendo prohibido tratar «ex professo da doutrina da primeira e segunda de Santo Thomaz». Esta prohibição referia-se á conhecida obra *Sancti doctoris Thomae de Aquino in decem libros ethicorum Aristotelis profundissima commentaria*; e reparando na natureza theologica das doutrinas da primeira e segunda ethica, e dos respectivos commentarios, comprehende-se o motivo da prohibição. Os theologos reservavam para si este campo, em que os mestres em artes não seriam talvez bastante orthodoxos.

Se se compara esta enumeração com uma das numerosas edições das obras completas de Aristoteles, vê-se que o ensino das artes era só Aristoteles, e era quasi todo Aristoteles.

de Escoto e dos restantes doutores orthodoxos, *seraphicos, irrefragaveis* e outros. Das sciencias ecclesiasticas, onde reinavam despoticamente, elles estendiam a sua influencia aos outros ramos dos conhecimentos humanos. É verdade que pelos meiados do XV seculo se manifestára em philosophia uma reacção, parallela á que na medicina se chamou hippocratica. Na Italia, onde nasceu, essa reacção tomou diversas fórmas. Primeiro a forma neo-platonica, que teve por séde Florença, e por apostolos Marsileo Ficino, e os seus discipulos, João e Francisco Pic de la Mirandole. Depois a fórma neo-peripatetica, representada principalmente na escola de Padua, e seguida mais tarde por um notavel botanico, André Cesalpino. Devendo advertir-se, que este novo aristotelismo não era catholico e orthodoxo, como o dos escolasticos; mas livremente interpretado á maneira de Averróes, descambando francamente para o pantheismo, e incorrendo por vezes nas censuras ecclesiasticas. É certo, porém, que o echo d'estas tentativas de insubordinação devia chegar enfraquecido á catholica Hespanha, e não podia penetrar facilmente, nem em uma velha universidade, tradicionalmente orthodoxa, como a de Salamanca, nem em uma nova universidade, creada e inspirada por um cardeal e inquisidor, como a de Alcalá.

Em sciencias, os conhecimentos de mathematica, de physica, de historia natural e de medicina andavam ainda mais ou menos fundidos e confundidos em volumosos tratados heterogeneos. A mathematica começava a destacar-se em corpo de doutrinas independente, e para isso contribuiam sobretudo as exigencias da navegação, que se ía alargando e reclamava um apoio solido nas observações astronomicas. Podemos, sem falso patriotismo, apontar de passagem o logar eminente occupado por Portugal n'este movimento scientifico, e citar o nome illustre de Pedro Nunes, entre os fundadores da astronomia e cosmographia

modernas. Emquanto, porém, ás sciencias naturaes e á medicina, permaneciam unidas, e vivendo, como vimos, da tradição. Mal podia renovar-se a arte de curar quando a anatomia e a physiologia eram quasi desconhecidas. Vesalio e Fallopio, que deviam transformar os estudos anatomicos; Miguel Servet, ou antes Realdo Colombo, que, descobrindo a pequena circulação, iam abrir o periodo da physiologia moderna, eram então apenas nascidos alguns, simples estudantes outros. No emtanto continuavam a citar-se as obras de Hippocrates, Galeno, Dioscorides ou Plinio.

Como se vê, o ensino era vasto, e, sob certos aspectos, profundo; mas pesado, morto, formado de conhecimentos em segunda mão, destinado a crear eruditos. Faltava-lhe a luz propria. O seu brilho era um simples reflexo. E a' luz emprestada que o illuminava vinha de longe; vinha da maravilhosa cultura hellenica, uma das mais potentes manifestações da intelligencia humana; vinha da philosophia e da sciencia grega, que, sem meios de observação, sem os modernos recursos da experiencia, pela simples contenção interior de alguns altissimos engenhos, havia revolvido todas as questões, tocado em todos os assumptos, adivinhado o que não podia demonstrar, suspeitado o que lhe não era dado averiguar. Depois, essa luz amortecêra ao atravessar as densas e crassas camadas dos longos seculos de oppressão, de corrupção e de ignorancia, que constituiram o singular periodo, ao qual Taine, na sua pittoresca phrase, chamou *une gigantesque moisissure de mille ans en vase clos*. Depois, quando os espiritos acordaram e, ainda bocejantes e mal despertos, olharam em volta de si, ou para dentro de si, não viram a natureza e voltaram-se para o velho foco de luz. A longa disciplina tornara-os timidos. Precisavam de um tutor. Subtituiram uma auctoridade a outra. Os mesmos que se revoltavam contra S.Thomás, se curvavam reverentes perante Platão. Á idade media, feudal e catholica, succedia o renascimento classico e

pagão. Todavia a familiaridade com os grandes espiritos do tempo antigo, se não era ainda a independencia, era pelo menos uma iniciação. Levantou-se então um sopro de indisciplina, de livre exame, da rasão humana reclamando os seus direitos. Era um sopro leve, intermittente, como um d'esses fremitos mysteriosos, que passam sobre as florestas, durante o repouso solemne, precursor da tempestade.

Mas, no tempo e logar em que Garcia da Orta estudou, a tempestade ainda vinha longe. As velhas auctoridades estavam solidamente de pé. A philosophia ainda não aprendêra, com o chanceller de Inglaterra, a procurar a origem dos conhecimentos na «observação e na inducção, fundada na observação». As velhas auctoridades estavam solidamente de pé, não só em tudo quanto continham de verdadeiro, de exacto, de luminoso; mas tambem em muitos erros palpaveis e patentes, acceitos com os olhos fechados, e, —permitta-se esta expressão vulgar—, na fé dos padrinhos por dezenas de gerações. Descartes ainda não formulára a sua celebre regra: «não acceitar cousa alguma nos meus raciocinios, senão o que se apresentasse tão claramente ao meu espirito, que eu não tivesse um só motivo de o pôr em duvida».

CAPITULO II

CASTELLO DE VIDE E LISBOA

Sendo tão escassos os documentos authenticos, relativos a Garcia da Orta, possuimos no emtanto dois, passados em datas mui proximas, e referidos ambos a um dos periodos mais modestos da sua vida, áquelle em que, saído das universidades de Hespanha, vinha estabelecer-se como medico, ou, na phrase do tempo, como physico de provincia, em uma pequena villa do Alemtejo.

O primeiro em data d'esses documentos é do teor seguinte:

«Dom Joham etc. a quamtos esta minha carta virem faço saber que ey por bem e me praz dar lugar e licença ao lecenceado gracia dorta fisyquo morador em castello da vide pera que elle posa amdar em mulla ou faca posto que nom tenha cavalo sem embargo da ordenaçam per que defemdo as ditas mullas e facas notefico asy a todas minhas justiças oficiaes e pesoas a que o conhecimento disto pertencer e lhes mando que leixem amdar o dito lecemceado na dita mulla ou faca posto que nom tenha cavallo e sem embargo da dita ordenaçam como dito he esprito em Almeirym a b dias dabrill antonio godinho a fez de mill e B^C X X B J (5 de Abril de 1526)[1].»

---

[1] Chanc. de D. João III, liv. 12, fl. 43 v. Devo a communicação d'este documento ao favor do meu consocio o sr. João da Costa Basto, erudito official maior do Archivo da Torre do Tombo.

O segundo documento é posterior a este apenas de cinco dias e diz assim:

«D. Joham etc. a quamtos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo eu nas letras e ciemcia do leterado guarcia dorta morador em castello da vide e no exame que fez o meu fisyquo moor em o quall ho achou auto e soficiemte e ydonyo e soficiemte asy na teorica como na pratica queremdo lhe fazer graça e merce comffiamdo nele que sempre o fara asy bem e como compre a seruyco de deus e meu e saude do meu povo tenho por bem e lhe dou lugar e licemça que ele posa curar de fisyca por todos meus Regnos e senhoryos. E mamdo as mynhas justiças oficiaes e pesoas a que o conhecymento pertemcer que livremente o leyxem usar de sua cyemcia e aver os proes e percalços omrras e liberdades de que por seu grao exame e cyemcia lhe dereytamente pertemcer aver. E ele jurara em a mynha chamçaleria aos samtos avamgelhos que asy bem e como deve e com sua ciemcia e asy como compre a seruyço de deus e meu e booa saude do povo. E mando que se algum fisyco em meus Regnos e senhoryos sem amostrar mynha carta pasada pelo meu fisiquo moor posto que agraduado seja emcorra em pena de trimta dobras comteudas em meu Regimento e sendo Requerido pollo lecemceado gracia dorta as mynhas justiças o constrangeram que paguem a dita pena. Dada em almeyrym ao x dia do mes dabrill ElRei o mandou polo doutor diogo lopez cavaleyro da ordem de christo e fisyco moor em seus Régnos e senhorios Amtonio de faria a fez anno do nacymento de noso senhor jesuu christo de J B C X X V J (10 de Abril de 1526)[1].»

Comparando os dois documentos e reparando na proximidade das datas, vê-se que se podem ligar entre si, e que o primeiro deve ser resultado do segundo; isto é, que a licença para andar em mulla ou faca lhe seria concedida depois do seu exame, e em virtude de n'elle haver sido encontrado «ydonyo e soficiemte». Por uma circumstancia qualquer, que pouco nos interessa, um

[1] Chanc. de D. João III, liv. 36, fl. 97. Communicado e transcripto como o anterior pelo sr. João da Costa Basto. Esta carta foi já publicada pelo fallecido Pedro José da Silva na *Gazeta de Pharmacia,* 1867, pag. 45, porém com a data errada, emquanto ao anno, que ali se diz ser 1525.

dos empregados da chancellaria apressou-se mais do que o outro, e elle teve licença para cavalgar, cinco dias antes de ter licença para curar.

As datas d'estes documentos fornecem-nos meio de fixar com certo grau de probabilidade e bastante approximação a epocha do seu regresso de Hespanha. Com effeito Garcia da Orta queria seguir a carreira da medicina, e não o podia fazer, não obstante o seu grau e diploma de licenciado, sem ser examinado e approvado pelo physico-mór. Já D. João I havia ordenado que não fosse «nenhum tão ousado homem, nem mulher, christão, nem mouro, nem judeu» que se atrevesse a «usar de fysica» nos seus senhorios, sem primeiro ser examinado por mestre Martinho, seu physico; e os seus successores mantiveram e confirmaram esta determinação[1]. É de crer, que o moço licenciado, necessitando estabelecer-se e ganhar a sua vida, se não demorasse muito em cumprir esta formalidade, que por certo o exame, para um distincto estudante, saído de fresco das brilhantes universidades de Salamanca e Alcalá, não seria mais do que uma pura formalidade. Vendo pois que elle fizera o seu exame antes de abril, isto é, nos primeiros mezes do anno de 1526, concluiremos que tinha voltado de Hespanha no decurso, e provavelmente já nos fins do anno anterior de 1525.

Das cartas se vê igualmente, que elle era então morador em Castello de Vide. Podemos admittir que a sua familia tivesse transferido para ali a residencia, ou que elle, encontrando estabelecidos em Elvas, terra da sua naturalidade, varios physicos antigos e já acreditados, fosse procurar clientela a uma villa mais pequena e não muito distante, onde teria tambem relações de parentesco ou de amisade. O certo, é que de Castello de Vide

---

[1] Vejam-se os interessantes documentos, publicados por diligencia de Pedro José da Silva na *Gazeta de pharmacia*, 1866 e 1867.

veiu fazer exame perante Diogo Lopes, cavalleiro de Christo, e physico-mór nos reinos e senhorios do senhor D. João III, o qual havia succedido n'este cargo a mestre Affonso, o medico valido de el-rei D. Manuel. Sendo encontrado «auto soficlemte e ydonyo asi na theorica como na pratica», obteve a sua carta, authorisando-o a curar livremente.

Solicitava e obtinha ao mesmo tempo licença para «amdar em mulla ou faca». A prohibição de usar, para o serviço de sella, de bestas muares ou de pequena estatura era muito antiga, e tendente a promover a creação e uso dos cavallos de marca, proprios para as expedições de guerra. Na lei de D. João I dá-se bem a entender o motivo da prohibição: «nom andem de muas, nem facanees, nem em sendeiros, senom quem quizer andar de bestas de sella ande de cavallo... ou em potro de dous annos acima, que seja de boa levada». Mantiveram-se depois estas disposições com maior ou menor rigor; e o senhor D. João II, que geralmente não tomava meias medidas, prohibiu absolutamente e sem excepção o uso das mulas. Mas então alguns abbades e clerigos ricos do norte, habituados ás suas nedeas e pacificas mulás, commodas e bem andejas, representaram contra esta ordem inaudita, encabeçando as suas representações nos antigos privilegios e regalias da igreja, e ameaçando levar o negocio a Roma. O rei resolveu a contenda com graça, dizendo-lhes que se não queria intrometter na jurisdicção da igreja, que tivessem muito embora as suas mulinhas, e mandando ao mesmo tempo apregoar, que nenhum ferrador ou outro qualquer homem ferrasse mula de sella, sob *pena de morte!* Depois do seu fallecimento porém, os reverendos e gordos abbades voltaram a usar as suas classicas cavalgaduras, e deram-se tambem licenças especiaes para isso a outras pessoas de profissões pacificas, medicos, letrados ou architectos. Só muito mais tarde, nas côrtes de Thomar, se revogaram totalmente estas res-

tricções[1]. Em 1526 estavam portanto ainda em pleno vigor, e foi este o motivo por que Garcia da Orta teve de pedir uma licença especial, e só o fez depois de ser approvado no seu exame.

Temos pois na primavera do anno de 1526 o nosso joven physico, munido das auctorisações necessarias para curar livremente de sua sciencia, e montar a sua faca ou mula. Estava, como vimos, estabelecido em Castello de Vide, a bonita e fresca villa, assente nas vertentes do prolongamento septentrional da serra de S. Mamede, regada pela ribeirita de Vide, e dominando as extensas charnecas que vão do Crato a Alpalhão e a Niza. Por ali ficou alguns annos, levando a vida monotona de um medico de provincia, relendo os seus livrecos, conversando ás tardes na botica, e percorrendo as estradas da serra ou da charneca, montado no seu cavallinho. Adquiria assim alguma pratica de equitação, que depois lhe não foi inutil, quando teve de fazer a guerra nos esplendidos cavallos de puro sangue arabe, do sultão Bahádur, rei de Cambaya. D'esta modesta phase da sua vida não ficaram naturalmente vestigios, e só tornâmos a ter noticias suas, passados seis annos, quando vem reger a cadeira de *summulas* na universidade de Lisboa.

A universidade portugueza, fundada em Lisboa, nos fins do XIII seculo por D. Diniz, andára depois em continuos passeios. O proprio fundador a transferiu ao cabo de pouco tempo para Coimbra, e d'ali a trouxe para a capital D. Affonso IV, que mais tarde a levou de novo para Coimbra, d'onde veiu segunda vez para Lisboa em tempos de D. Fernando, ficando então n'esta ultima cidade até ao periodo de que nos occupâmos. Mesmo dentro de Lisboa, mudou varias vezes de sitio, estando quasi sempre, ao que parece, mal alojada, em edificios

---

[1] Cf. Viterbo, *Elucidario*, palavras *cavallo de Maio, mulas, mulato e facané*.—Garcia de Rezende, *Chronica de D. João II*, cap. CLII.

provisorios e improvisados. D. Diniz estabeleceu-a no campo da Pedreira, onde mais tarde se levantou a porta da Cruz; e n'esse mesmo sitio ou nas proximidades lhe deu D. João I umas casas, chamadas da Moeda-velha. Depois o infante D. Henrique doou-lhe uma morada de casas, sitas na freguezia de S. Thomé, onde havia salas accommodadas para os diversos cursos, nas quaes —segundo as disposições do dador— se deviam pintar assumptos proprios a cada uma das sciencias: um Aristoteles na aula de philosophia, um Galeno na de medicina, um imperador na de leis, um papa na de decretaes, e a Santissima Trindade na de theologia. Como se vê, os dois sabios gregos estavam em excellente companhia. É de crer que esta casa ainda não fosse boa, e que com o andar dos tempos e pelo augmento de disciplinas e de escolares se tornasse absolutamente impropria ao fim para que era destinada, pois vemos mais tarde o rei D. Manuel, empenhado em mudar o local dos estudos. Deu á universidade umas casas, a que esta annexou mais outra casa com seu quintal, comprada ao conde de Penella, e ainda outras propriedades contiguas; e sobre estes terrenos se levantaram os novos edificios. Estavam situados no bairro de Alfama, proximo a Santa Marinha, no sitio ainda hoje chamado das *Escolas Geraes*. Os edificios seriam de certo superiores em accommodações e largueza aos precedentes; mas nem das relações dos antigos, nem dos vestigios que d'elles ficaram durante muito tempo se póde deprehender que fossem sumptuosos e comparaveis com os de muitas outras universidades d'aquelle periodo. Ali ficaram os estudos até que D. João III os transferiu definitivamente para Coimbra, e ali estavam portanto nos annos em que Garcia da Orta leu a cadeira de summulas.

O que dissemos no capitulo precedente a respeito das universidades hespanholas dispensa-nos de entrar agora em longas explanações sobre o que se sabe relativamente á organisação da nossa. De feito era no seu regimen

interno uma copia mais ou menos fiel d'aquelles estabelecimentos. Copia um tanto pallida e apagada, pois é forçoso confessar —em que pese ao nosso orgulho patriotico— que não podia hombrear com as grandes universidades de Salamanca e de Alcalá, ou com outros afamados e activos centros scientificos da Europa. Refiro-me naturalmente a este periodo especial, porque é certo que em outras epochas igualou ou mesmo excedeu alguns dos estabelecimentos de instrucção a que então era notoriamente inferior. No tempo de que nos occupâmos a universidade de Lisboa regia-se pelos estatutos que lhe dera, ou que approvára el-rei D. Manuel, liam-se ali com maior ou menor larguesa as sciencias das faculdades que formavam então por toda a parte um fundo geral de ensino, isto é, theologia, decretaes ou canones, leis, physica ou medicina, e tambem logica, metaphysica, philosophia natural e outras doutrinas do chamado curso de artes[1].

Foi para este ultimo curso, que o licenciado Orta entrou na qualidade de professor no começo do anno de 1532. Esta data é geralmente ignorada, e nenhuma publicação —que eu saiba— a menciona; mas consta bem claramente dos livros manuscriptos da universidade de Lisboa de 1526 a 1537, que hoje se acham archivados em Coimbra. Ahi se lê o assento seguinte:

«Aos vimte sete dias do mes de ianeiro de mil e quinhentos e trimta e dous annos no estudo de Lix.ª na capela do dito estudo

---

[1] Passando de leve pelo que diz respeito á nossa universidade remetto o leitor —que tiver coragem para tanto— para as *Noticias chronologicas* do beneficiado Francisco Leitão Ferreira, tão eruditas, quanto pesadas e indigestas; ou para os valiosos trabalhos modernos do dr. José Maria de Abreu, do visconde de Villa Maior, e do sr. José Silvestre Ribeiro. Os *Estatutos da universidade de Coimbra,* confirmados por Filippe I no anno de 1591, posto que se refiram a uma epocha em que os estudos estavam bem mais completos, lançam ainda muita luz sobre todo este periodo.

pelo Sõr Reitor Lemtes comselheiros deputados foi acordado q̃ as cadeiras de canones. s. de prima e vespora e sexta fosem postas por vagas e asi de prima de fisica e a de sumulas. Q em demtro de tres dias se uenha quem quizer opoer a ellas e porq̃ asi foi acordado Mandaram os ditos Sõres asi asemtar pera o asinarem. Vagas somts. a sustituisam.»

Seguem as assignaturas e depois continua:

«E a cadeira de sumulas se opoerá por vimte dias demtro dos quaes se opoeram. e esta sustituiçam he de tres annos.»

No verso da folha lê-se o seguinte:

«Fas por gracia dorta[1]»

«E loguo no dito dia atraz esprito (sic) foy acordado no dito cõselho q̃ a cadeira de sumas (sic) a lese gracia dorta até Sam Lucas e isto per emcomenda, por emtam se fará eleiçam da dita catedra por tres annos[2].»

Este assento é um tanto obscuro; mas esclarece-se ao examinarmos as regras seguidas nas universidades de então, na nomeação ou eleição dos lentes. O primeiro dever do reitor e conselheiros consistia em declarar officialmente *vagas*, aquellas cadeiras a que faltava professor, por morte, desistencia ou transferencia do proprietario; e isto devia ser feito em prasos muito curtos. Depois, se as cadeiras eram providas de propriedade,

---

[1] Segundo as observações do dr. Motta Veiga era este o cabeçalho obrigado de todos os provimentos—Fás por fulano—.

[2] Tive primeiro conhecimento d'este assento por uma nota manuscripta do fallecido dr. Motta Veiga, a qual—assim como outros importantes documentos relativos a Garcia da Orta— me foi amavel e liberalmente communicada pelo sr. conselheiro Venancio Deslandes. Depois, e por intermedio do illustre professor da universidade o dr. Lourenço de Almeida e Azevedo, obtive a copia que transcrevo, e foi fielmente tirada do livro pelo sr. Simões de Castro. O assento encontra-se no tomo II. a fl. 90, passando a fl. 90 v.

ou em substituição um tanto longa, o provimento devia fazer-se precedendo *opposição*, que equivalia —salvas naturalmente differenças de fórma— aos nossos modernos concursos. N'este caso, os oppositores, depois de satisfazerem ás provas publicas, lições e argumentos, eram eleitos pelos *votos*. Gozavam do direito de votar diversas entidades academicas, taes como os graduados, e mesmo os estudantes, maiores de quatorze annos, e tendo um certo tempo de frequencia e outros requisitos. Ás vezes uma só pessoa reunia em si diversas qualidades, que lhe davam outros tantos votos, regulando-se tudo isto segundo regras complicadissimas, que não vem para aqui[1]. Quando porém as substituições não devessem exceder o praso de quatro mezes, o conselho podia provel-as nas pessoas que julgasse competentes, sem necessidade de previa *opposição*, ou prova publica de qualquer ordem[2]. Posto isto, examinemos o assento. O conselho começa por declarar vagas certas cadeiras de canones e de medicina, e a de summulas. Depois para a cadeira de summulas, que mais especialmente nos interessa, marca o praso de vinte dias dentro dos quaes os oppositores se deverão apresentar; e declara mais que a substituição posta a concurso durará tres annos. Até aqui segue correctamente todas as praxes. Logo em seguida, porém, reconsidera, sem nos dizer os motivos porquê; dá a cadeira a Garcia da Orta, e adia para S. Lucas o concurso. Ainda estava dentro das suas attribuições, posto que de janeiro a S. Lucas decorram mais de quatro mezes; mas devemos notar que isto se passava no anno de 1532, em que o conselho teria talvez faculdades mais amplas, que depois, no de 1591, lhe foram cerceadas. É portanto agora tudo perfeita-

---

[1] Cf. *Estatutos da universidade de Salamanca* de 1538 nos titulos XXXII, XXXIII, e XXXIV. Igualmente *Est. da univ. de Coimbra* de 1591, livro III, titulo VI.

[2] *Est. da univ. de Coimbra* de 1591, livr. III, titulo VI, § 4.

mente claro, menos os motivos que levaram os conselheiros a tomar uma deliberação e logo depois outra diversa—esses ficarão com as suas consciencias. O que se vê, é que Garcia da Orta não alcançou a cadeira por opposição; mas foi apenas encarregado da sua regencia interinamente «por encomenda». Como, porém, o concurso que deiva ter logar pelo S. Lucas se não realisou[1], a interinidade, o que muitas vezes succede, foi-se prolongando, e o seu nome apparece entre os lentes de artes, nas *tabulæ legentium*, durante dois annos.

Explicava, ou, na linguagem do tempo, lia summulas. Não encontrei noticia positiva relativamente ao compendio então adoptado n'esta cadeira; mas é muito provavel, quasi seguro, que fosse o livro de Pedro Hispano, aquelle celebre portuguez, que nos velhos tempos de D. Affonso III percorreu uma tão brilhante carreira ecclesiastica, subindo de prior de Mafra a arcebispo de Braga, e d'ahi á purpura cardinalicia e ao solio pontificio, sob o nome de João XXI. Este Pedro Hispano ou Pedro Julião havia estudado em París medicina e astrologia; e, antes de se elevar áquellas altas situações, tinha escripto um livro de medicina, intitulado *Thesaurus pauperum*, assim como —segundo a opinião geral— alguns pequenos tratados de philosophia, e entre esses as *Summulæ logicales*. Teve este livrinho em toda a Europa, e durante varios seculos, uma enorme voga; foi commentado por Versorio, doutor parisiense, e por uma serie de frades dominicos, franciscanos e carmelitas; d'elle se fizeram numerosas edições, uma ainda no XV seculo, e as restantes em todo o decorrer do seguinte; e finalmente foi o compendio officialmente adoptado no ensino de summulas em Salamanca, em outras universidades, e, segundo todas as probabilidades, na de Lisboa. Parece mes-

[1] Das pesquizas feitas nos livros da universidade pelo dr. Motta Veiga resulta que o concurso não teve logar, ou pelo menos d'elle não ficaram vestigios.

mo que a designação da cadeira se derivou do titulo do livro, o qual fôra pela primeira vez empregado por Pedro Hispano, como se póde deprehender das observações de Versorio[1]. As *Summulae logicales,* que o nosso Garcia da Orta ouvíra como estudante em Salamanca, e lia como professor em Lisboa, começam pela phrase typica *Dialectica est ars artium, scientia scientiarum,* e são um resumo das logicas dos antigos, de Boecio, de Porphyrio e principalmente de Aristoteles, escripto naturalmente com todas as subtilezas escolasticas e todo o sabor medieval que se podia e devia esperar[2]. É curioso que dous dos mais illustres homens de sciencia de Portugal, Pedro Nunes e Garcia da Orta, lessem simultaneamente artes, na universidade de Lisboa, um *metaphysica* e outro *summulas.* Exercitavam-se assim na gymnastica syllogistica e dialectica do peripatetismo, antes de se encerrarem nas especialidades que os deviam illustrar, um na classificação dos simplices e drogas, outro na luminosa theoria do crepusculo — seja dito sem trocadilho.

Occorre agora indagar se Garcia da Orta ainda estaria em Castello de Vide, quando o escolheram e chamaram para professor, e quaes as influencias que determinaram aquella escolha. Nem a uma nem a outra d'estas perguntas podemos dar resposta satisfactoria. Parece-me natural que o nosso medico, ainda moço, tendo ambições, e possuindo um cabedal de conhecimentos muito notavel para o seu tempo, se não deixasse

---

[1] Cf. *Summulae Petri Hispani logicales* na edição de Veneza de 1593 a pag. 1. Na *Bibliotheca-lusitana,* II, 559 se encontra uma enumeração das diversas edições d'este livro; mas incompleta, faltando, por exemplo, a de 1503, de que a Bibliotheca nacional possue um bello exemplar, que foi da livraria de Alcobaça, todo annotado á margem. Na bibliotheca da universidade ha outro exemplar, creio, da mesma edição.

[2] Póde ver-se uma analyse da obra no livro do dr. Lopes Praça, *Hist. da philosophia em Portugal,* I., p. 33 a 38.

ficar durante seis annos enterrado na clinica de uma pequena villa de provincia. Se elle era já então protegido por Martim Affonso de Sousa, como julgo provavel e discutirei mais a fundo no capitulo seguinte, não lhe teria sido difficil obter boas relações e uma collocação na côrte. Com effeito Martim Affonso era um alto personagem, fôra em rapaz grande valido de D. João III, e era primo com irmão de Antonio de Athayde, conde da Castanheira, a pessoa de maior influencia junto do rei. É pois admissivel que o licenciado Orta estivesse já em Lisboa. Emquanto ás suas relações no corpo docente da universidade, devemos naturalmente procural-as entre os seus antigos contemporaneos de Salamanca, os quaes conheciam bem o seu valor e applicação. Seria um d'estes o velho Pedro Margalho, lente de prima de theologia, vice-reitor no impedimento do reitor, Francisco de Mello, durante todo o anno de 1530, e pessoa de grandissima auctoridade. É verdade que em 1532 já tinha deixado a sua cadeira, mas devia gosar ainda de muita influencia, que provavelmente exerceu em favor do seu patricio e antigo conhecido. Seria outro Pedro Nunes, que no anno de 1530 leu logica em Lisboa, passando nos dois seguintes a ler metaphysica. O grande mathematico apreciava sem duvida desde Salamanca o fino espirito do illustre naturalista, e estimaria tel-o por collega no ensino das artes. Isto são apenas conjecturas, que não podem supprir provas, mas se me afiguram plausiveis.

Garcia da Orta demorou-se na universidade até ao anno de 1534, em que embarcou para a India. Este facto é geralmente sabido, e mencionado por muitos escriptores; por Leitão nas suas *Noticias chronologicas;* por Figueiroa nas suas *Memorias da universidade,* e por varios outros. Alem d'isso os livros manuscriptos, já citados, dão-nos a data exacta da sua saída. Com effeito no fol. 80 v. do segundo tomo, referindo-se ao anno de 1534, ha uma *tabula legentium 2.ª, 3.ª,* ou

relação dos que leram na segunda terça do anno lectivo, na qual, entre os artistas, figura «L^do orta»; e quasi no fim da folha encontra-se a seguinte nota:

—«aos desaseys dias do mes de março começou a ler ayres de luna a cadeyra dartes q̃ foy do L^do orta.»

Vê-se d'aqui que elle leu até fevereiro ou principio de março, isto é, até quasi ao dia do seu embarque, o qual teve logar, como veremos, no meiado de março. Fez portanto parte do corpo docente da universidade dois annos completos, de janeiro de 1532 a fevereiro ou março de 1534.

Não se póde dizer, que estes dois annos pertencessem a um dos periodos mais brilhantes da nossa escola, pelo contrario, parece que então lavrava no seu interior uma certa confusão, desorganisação, ou alguma cousa peior. Quando por morte de D. Manuel, lhe succedeu D. João III, a universidade não se apressou a elegel-o seu protector; e só passados dois annos, e por advertencia que lhe fez o novo soberano, tratou de cumprir o que então se julgava o seu dever. Póde bem ser que d'este descuido ou acto intencional, se originasse no animo do rei alguma má vontade, que depois o levou a proceder contra aquelle estabelecimento; mas é innegavel que a universidade deu sobejos motivos para ser censurada. Em todo o caso as censuras mais ou menos claras repetem-se com frequencia. No anno de 1525 o rei ordena á universidade que observe os seus estatutos, pelo que dizia respeito á eleição do reitor e a outros pontos, em que havia sido remissa. No anno de 1532 manda devassar dos subornos que se faziam no provimento das cadeiras. E logo no de 1534 manda novamente o corregedor Francisco Tibau devassar d'esses subornos, constando-lhe particularmente, que uma cadeira de artes acabava de ser provida por aquelle modo. Nem são estes os unicos symptomas de desorganisação. Vagando cadeiras importantes, como a de prima e outras de

canones, vimos que se não proveram de propriedade, como cumpria á auctoridade do ensino, mas unicamente se tratou da sua substituição. Do mesmo modo, quando vaga a cadeira de prima de theologia, dá-se a simples substituição a um frade dominico, fr. João Framengo. No proprio caso de Garcia da Orta, elle fica dois annos regendo interinamente, sem que pelo S. Lucas se proceda á opposição e eleição definitiva, como havia sido accordado em conselho. Todos estes factos accusavam um estado de cousas pouco regular. O estudo das artes e das linguas devia ser particularmente falho e incompleto, a julgarmos pelo grande numero de professores, uns estrangeiros, outros portuguezes, graduados nas universidades de diversos paizes, que pouco depois, em 1537, se mandaram vir de fóra do reino[1]. De tudo isto resulta a impressão de que a universidade atravessava um periodo de decadencia scientifica e mesmo moral. Podemos naturalmente procurar se esta decadencia seria um facto isolado e de pura e exclusiva responsabilidade dos professores, ou resultaria do estado geral dos espiritos e da sociedade. E para isso será necessario grupar rapidamente alguns factos, que nos dêem, quanto possivel, a feição da vida de Lisboa, n'aquelles trinta ou quarenta primeiros annos do XVI seculo.

O periodo da nossa historia, que abrange os reinados de D. Manuel e D. João III, póde julgar-se, e de feito tem sido julgado de modos bem diversos. Não foi por certo uma epocha de puras e immaculadas glorias, como durante mais de dous seculos a pintaram alguns dos nossos chronistas e escriptores; mas por outro lado poderá parecer injusta, e dura em demasia, a phrase do nosso grande historiador moderno, classificando-a de

---

[1] Cf. Leitão, *Not. chronologicas;* e no que diz respeito aos professores vindos de fóra, Pedro de Mariz, *Dialogos de varia historia,* dial. V., cap. III.

«vasto cemiterio de podridão e lantejoulas[1]». Qualquer que seja, porém, o grau de admiração ou de severidade com que a olhemos, é forçoso confessar que foi uma epocha anormal e desequilibrada. Nem é este caracter especial ao nosso paiz, se não commum a toda a Europa. Aquelle periodo do renascimento, mil vezes estudado sob todos os aspectos, foi indubitavelmente grande —sem duvida um dos maiores da historia; mas revolveu por tal fórma e tão profundamente a alma humana, que exacerbou todos os seus vicios, como todas as suas qualidades. O homem do renascimento foi excessivo— excessivo no mal, como no bem. Quando nos entristecem os actos de rapina, de violencia, de selvagem crueldade, que deslustram as nossas guerras indianas, podemos lembrar-nos do que então se passava na culta Italia. Ao vermos Vasco da Gama mandando queimar uma nau de mouros, cheia de homens, mulheres e creanças, e D. Francisco de Almeida, mandando saquear e incendiar Dabul, que se não defendia; ou, descendo a planos inferiores, ao recordarmos os crimes mesclados de villanias dos governos de D. Duarte de Menezes, do velho D. Garcia de Noronha e de tantos mais, é necessario não esquecer que estamos no seculo XVI. N'esse seculo, em que em plena Europa, nas mais civilisadas cidades da Italia, onde se creavam as maravilhosas obras de arte que fazem a nossa admiração, onde *renasciam* as letras e as sciencias, se presenciavam, á luz do sol, as scenas da mais extraordinaria violencia; n'esse seculo, em que o bando do duque de Valentinois, para saber onde estava escondido um certo dinheiro, pendurava pelos braços dois velhos e oito velhas, accendendo-lhes fogueiras por baixo dos pés, e deixando-os morrer n'esta postura; em que o proprio duque, no pateo do palacio, rica-

---

[1] Alexandre Herculano, *Annaes de el-rei D. João III* por fr. Luiz de Sousa, na *Advertencia preliminar*, a pag XXI.

mente vestido de gala, dava aos seus convidados, uma luzida companhia de damas e cavalleiros, o espectaculo de matar pela sua mão ás frechadas os condemnados á morte; em que Benevenuto Cellini, o grande artista, assassinava os seus inimigos, ás punhaladas, á luz do dia, na praça publica, e os cardeaes, seus protectores, sorriam; em que Hercules d'Este mandava vasar um olho ou cortar uma mão a duzentos e oitenta prisioneiros, antes de os vender. E note-se, que não estavam, como os portuguezes, a milhares de leguas da patria, deslumbrados pelas riquezas do Oriente, quasi isolados, rodeados de populações hostis, a que era necessario impor-se pelo terror, e pelo excesso de energia. Aqui ainda a pressão das circumstancias nos póde fornecer uma sombra de desculpa, ali as violencias vinham simplesmente do desequilibrio dos espiritos, precipitando-se sem medida e sem peias para onde os impelliam as paixões ou a indole. Era uma epocha de heroes, de santos e de malvados. Ás vezes havia misturas. O homem de então vibrava como a corda retezada de um arco tendido, esplendido de vigor, de invenção genial, de deslumbrante phantasia, mas tão prompto a subir ás alturas do mais puro heroismo, como a descer aos excessos de luxuria ou crueldade de um animal feroz.

Em Portugal o desequilibrio geral dos espiritos aggravava-se pelo desequilibrio enorme que existia entre as forças da nação e as suas emprezas. Portugal batalhava então nos campos de Arzilla e de Azamor, nos muros de Diu, nas aguas do Malabar, no Bengala, em Malaca e nas Molucas; defendia-se dos corsarios francezes na costa da Malagueta, em Africa, e na bahia de Todos os Santos, na America. Queria abarcar, não o céu, mas a terra com as mãos ambas; e abarcava-a mal. A vida nacional estava deslocada. O sangue affluia ás extremidades, e o coração, o reino, batia frouxamente. Isto sente-se bem ao ler as chronicas do tempo, onde após longos capitulos successivos, em que se tratam largamente os

feitos da India e das guerras de Africa, vem em pequenos capitulos insignificantes, como que envergonhados, alguns acontecimentos da côrte. Do povo, nada. Ainda hoje a impressão permanece. Todos, pelo menos todos os medianamente instruidos, sabem o que então se passava em Diu, em Cochim e em Malaca; ninguem sabe o que se passava em Vizeu ou em Bragança. De feito não se passava nada. A vida local das provincias tinha parado. Ao cheiro da canella, o reino ía-se despovoando, como dizia o dr. Sá de Miranda. De vez em quando, o trigo escasseava e encarecia. Havia fomes geraes, em que os pobres morriam pelos alpendres de Lisboa, emquanto, ao lado, a casa da India regorgitava de pimenta e de cravo. Á fome juntava-se quasi sempre a peste, e a côrte andava então em passeios, fugindo ao contagio de Montemór para Evora, de Evora para a Chamusca.

Em Lisboa havia uma vida activa, uma grande prosperidade, talvez mais apparente que real. Veneza estava apeada do seu throno commercial, que passára para o nosso porto. O grande successo era a chegada das naus da India, carregadas de pimenta, de cravo, de noz, de gengivre e de canella. As lojas da rua Nova deviam tomar um certo aspecto de bazares orientaes, cheias como estavam, de perfumes subtis, de ricos tecidos, de preciosos metaes, de finissimas porcellanas, de cocos lavrados e montados em prata. Os mercadores de Italia, de França, de Inglaterra e de Flandres acudiam ao nosso porto, trazendo os productos das suas industrias, e comprando as especiarias, de que tinhamos o monopolio. E, ao sol posto, da Ribeira das Naus, podia ver-se o Tejo coalhado de navios, a floresta de mastros e de vergas, recortando-se em preto no céu vermelho, e os galeões alterosos, as bojudas urcas flamengas, formando grandes manchas escuras no oiro da agua tranquilla.

Tornando-se assim, pelo seu commercio, uma cidade populosa e rica, Lisboa tornára-se igualmente uma cidade culta, aberta a todo o movimento scientifico e lit-

terario da Europa. Na sua famosa rua Nova, entre as lojas de productos orientaes, de pannos, de sedas, de objectos de oiro e prata, viam-se varias lojas de livreiros bem fornecidas de obras em portuguez, castelhano, italiano e latim, nas quaes se fazia um commercio activo, calculado em quantia não inferior a 20:000 cruzados annuaes. Ali encontravam os eruditos, os pesados in-folios do tempo, e todos os productos, alguns já primorosos, da nova arte de imprimir; ali forneciam as suas livrarias os fidalgos instruidos e illustrados, e sobretudo os ricos conventos e abbadias; e ali costumavam os estudantes alugar os livros, cujo preço excedia os recursos limitados das suas bolsas. A instrucção, mesmo elementar, estava comtudo longe de ser commum, e, para supprir as suas faltas, viam-se escriptores publicos, estabelecidos no Pelourinho-velho e outros pontos da cidade. Sentados na rua, com suas mesas diante, e uma provisão de papel e de boas pennas de pato, esperavam os freguezes, promptos a redigirem as mais variadas producções litterarias, entre as quaes avultavam as cartas de amores, de que se fazia grande consumo[1].

N'esta vida brilhante e bulliçosa da nova Lisboa, mercantil e opulenta, havia comtudo sombras, e bem negras. Nunca as pestes e as fomes foram mais frequentes e crueis do que n'aquelle XVI seculo. Viram-se então na grande cidade homens que «pareciam desenterrados, pallidos nos sembrantes, debiles e sem força nos membros», pedindo de porta em porta o pão que ninguem lhes podia dar[2]. Ás vezes o povo levantava-se, fustigado pelo excesso das privações. E do proprio movimento commercial, d'onde vinha a riqueza, vinham tambem

---

[1] *Viagem dos cavalleiros Tron e Lippomani,* publicada por A. Herculano no *Panorama*, e recentemente reimpressa nos *Opusculos,* VI, 119. Esta viagem refere-se ao anno de 1580; mas Damião de Goes já indica o mesmo uso, annos antes.

[2] Fr. Luiz de Sousa, *Annays,* 44.

os elementos da desordem e da corrupção. Magotes de marinheiros dos navios mercantes de todas as nações, rudes flamengos loiros, ou finos genovezes devassos, corriam as tavernas e os prostibulos de Lisboa, misturando-se com a arraia miuda nos motins e arruaças. Nos funebres dias 15, 16, e 17 de abril de 1506, em que no Rocio se queimaram centenas de homens, mulheres e creanças, as tripulações dos navios surtos no Tejo andaram de envolta com o povo da cidade, roubando, incendiando e violando. Do rapido crescer da riqueza, e da sua desigual distribuição, procediam esses contrastes dolorosos, que não eram privativos do tempo, que ainda hoje podemos ver nos grandes centros de população, como Londres ou París, mas que a rudeza dos costumes tornava então mais frisantes. Ao passo que os nobres fidalgos percorriam as ruas, montados nos seus formosos ginetes, com as suas espadas doiradas, e os seus vistosos gorros de velludo, ornados de plumas, que as formosas damas passeiavam apertadas nos longos corpetes, bordados de oiro e de perolas finas da costa da Pescaría, que os opulentos burguezes se repoltreavam atrás dos balcões das suas lojas, entre pilhas de escarlatas, de razos, e de sarjas, os corpos dos escravos mortos íam lançar-se no monturo, junto de uma cruz, que ficava no caminho das portas de Santa Catharina para Santos e ali os deixavam a descoberto «ssobre a teerra», até serem comidos pelos cães vadios[1].

Prosperidade e desordem, riqueza e miseria, todos estes traços da vida material de Lisboa derivavam do seu commercio, e, pelo commercio, das longinquas possessões que o alimentavam. Mas nem só os interesses materiaes nos ligavam ás conquistas do oriente. Com

---

1 Carta de el-rei D. Manuel, de 13 de novembro de 1515, publicada nos *El. para a hist. do municipio de Lisboa,* pag. 509.

as especiarias vinham da India as novas dos successos de guerra, victorias ou derrotas — mais vezes victorias. E com essas novas vinham os maços de cartas, de irmãos, de amigos, de maridos; ou vinham os proprios guerreiros da India, ricos, com as suas cargas que negociavam e vendiam por bom preço, com as suas arcas de bordo, cheias de preciosidades orientaes, que iam adornar as salas das casas nobres do bairro de Alfama. Lisboa vivia assim uma vida singular, alheiada de si, presa áquelles successos longinquos pelo interesse e pelas affeições. O sonho de todos os moços válidos era partir para o Oriente — e era naturalissimo isto. Chamavam-nos ali todos os incentivos, os mais nobres como os menos elevados — servir a fé catholica e o rei, ganhar honra e nome, e ter a probabilidade de voltar rico, que mais podiam querer? Os *fumos* da India — como lhes chamava Affonso de Albuquerque — perturbavam os espiritos. As rapidas fortunas de alguns desviavam as vontades das profissões pacificas, das existencias modestas, das longas carreiras, em que os pequenos ganhos se accumulavam lentamente. Havia no ar uma febre de aventuras e de jogo; e o portuguez foi sempre aventuroso e jogador. A India exercia sobre o portuguez de então a fascinação que o Brazil exerce sobre o minhoto de hoje. N'aquelle tempo o jogo era heroico, porque a parada era a vida. E é justo dizel-o, o valor pessoal estremado, o absoluto desprezo da morte, o vigor viril levado aos ultimos limites do heroismo e da temeridade, envolvem todos aquelles successos em uma aureola brilhante e gloriosa, que nos faz perdoar muitas acções barbaras ou villãs. Os actos de inutil crueldade, ou de baixa ambição, são infelizmente communs entre os nossos; os actos de covardia rarissimos.

Esta febre de aventuras penetrára em todas as classes. Em Africa ou no Oriente estava a flor da fidalguia portugueza. Rara seria a nobre dama, que não tivesse n'essas longinquas paragens, exposto aos azares da

guerra, um irmão, um marido, um filho ou um pae. Podemos imaginar quantas missas, quantas devotas novenas iriam ouvir as mães afflictas, de manhã cedo, envoltas na manta sombria, acompanhadas pelo velho escudeiro, que chorava tambem pelo menino da casa. Ao correr a noticia de que uma nau chegára ao Rastello deviam empallidecer muitos gentis rostos de damas e donzellas, lembrando-se de que ali vinham novas dos maridos ou dos noivos; emquanto os ingratos conquistavam talvez n'esse momento, em Cochim ou em Ceylão, alguma facil belleza, cobreada e perfumada de sandalo. Mas não eram só os fidalgos que íam buscar fortuna e servir a religião e o rei; os populares alistavam-se aos milheiros como soldados ou mareantes da armada. Os preparativos não seriam longos; uma capa rota e uma espada ferrugenta constituiam a bagagem; olho vivo, pé leve, e o coração no seu logar, eram os requisitos necessarios, e esses não costumam faltar ao soldado portuguez. Assim a India invadia e absorvia o interesse da vida social, nas altas classes, como no povo. Isto sente-se na litteratura. Na historia, como vimos, os successos de Portugal passam ao segundo plano, obscurecidos pelos brilhantes feitos de armas do Oriente ou da Africa. A grande epopeia nacional é escripta na India, por um soldado da India. E nas fórmas litterarias mais intimas pelas quaes podemos penetrar mais profundamente na vida commum, o traço indiano nunca falta. Gil Vicente, no seu encantador theatro, que é como um album de perfis portuguezes, desenhados do natural com uma *verve* extraordinaria, Gil Vicente lá tem o soldado da India. Não lhe dá nome; chama-lhe simplesmente o *marido,* collocando-o assim em todo o vago de um typo geral. O *marido* vae para a India, deixando em Lisboa a mulher, que na fidelidade se não parece com Penelope; e quando ao cabo de tres annos —porque a pequenina farça dura tres annos, com um soberano desprezo das unidades, digno de Shakspeare— quando

ao cabo de tres annos volta, conta os trabalhos da sua viagem:

Fomos na volta do mar
Quasi quasi a quartelar:
A nossa Garça voava
Que o mar s'espedaçava.
Fomos ao rio da Méca,
Pelejámos e roubámos,
E muito risco passámos
Á vela e arvore sêcca.

É perfeitamente a linguagem profissional do marinheiro, não esquecendo o traço caracteristico da batalha e do saque «Pelejámos e roubámos». A mulher faz-lhe a pergunta typica:

Porém vindes muito rico?

E elle responde-lhe um pouco enigmaticamente:

Se não fôra o capitão,
Eu trouxera a meu quinhão
Hum milhão vos certifico.
Callae-vos que vós vereis
Quão louçan haveis de sahir.

Na comedia *Eufrosina* de Jorge Ferreira não entra propriamente o homem da India; mas Silvia de Sousa recebe de seu irmão, que está em Goa, uma longa carta, lida em scena. A carta está admiravelmente feita, e escripta com tal naturalidade que parece authentica. O irmão de Silvia conta-lhe os trabalhos da viagem, falla-lhe das moças indianas, «as perrinhas malabares», promette-lhe fazer fortuna para a amparar e honrar, e no fim manda-lhe noticias para os seus conhecimentos —a uma supposta tia Briolanja Soares manda dizer que o filho foi ás ilhas de Maldiva, onde fez fazenda— a uma supposta Constança Dornellas diz que o marido partiu para a China, e vendeu com proveito em Malaca a mercadoria que levava. Toda a carta é preciosa, e muito mais significativa do que se fosse verdadeira, pois pre-

suppõe centenares de cartas similhantes, cuja existencia auctorisava o artista —e Jorge Ferreira de Vasconcellos era um verdadeiro artista— a introduzil-a como feição da epocha em uma comedia de costumes. Estranha sociedade esta, em que os homens escasseiam, em que as familias vivem em continuo sobresalto, olhando para os horisontes azulados do vasto oceano, d'onde póde vir a fortuna ou a desgraça.

A acção deleteria d'este estado de cousas é evidente. A Africa, e principalmente a India, absorvem as forças da nação, na fórma dos seus homens válidos, que por lá ficam afogados em algum parcel desconhecido, mortos ás fréchadas em algum desvio escuro de palmar, ou de lá voltam pervertidos pelo contacto dos costumes asiaticos. Em Lisboa agita-se a turba dos inuteis, esses typos originaes do theatro de Gil Vicente, que elle desenhou como Gavarni, deixando transparecer o retrato sob a caricatura; escudeiros esfomeados e trovadores, como Ayres Rosado; frades doidos, como fr. Martinho; clerigos namorados; fidalgos pagando as dividas com promessas de empenhos; cortezãos correndo aventuras de baixa esphera. As mulheres do povo consultam bruxas e feiticeiras para saberem onde param os maridos, ou consolam-se na companhia de castelhanos, como a do *Auto da India*. E as raparigas pobres que têem aspirações, e querem «sahir louçans», dão ouvidos áquellas velhas, cujo officio hoje se não nomeia, que podem dizer cynicamente como a Brizida Vaz:

> Santa Ursula não converteu
> Tantas cachopas como eu.

As escravas, escuras e dengosas, contribuem com os ardores do seu sangue mestiço para perverter os costumes, dando-lhes não sei que feição oriental e tropical. Os rapazes elegantes de Lisboa passam noites inteiras na sua companhia — «fazem pagodes, bailando com mulatas de sol a sol», diz Ferreira na sua *Ulysippo*.

Sobre tudo isto paira uma atmosphera de loucas esperanças, de confiança no imprevisto, que desvia os animos do labutar de cada dia. É a situação de um povo, que comprou um bilhete da loteria e espera a sorte grande.

Ao lado, parallelamente, desenrola-se a epopeia heroica. Porque os nossos descobrimentos e conquistas podem ser condemnados pela prudencia, pelo frio bom senso, pela economia politica, podem ser classificados de aventura, mas são, pelo menos no seu começo, uma aventura de capa e espada, nobre como o entrecho de um auto de Calderon. A somma de energia despendida então por Portugal é assombrosa. É não só a bruta energia do valor pessoal, mas a energia mais alta que reside nas grandes qualidades militares, na firmeza e na serenidade perante o perigo, nos vastos planos arrojados e rapidamente concebidos, nos recursos inventivos que fazem face a todas as emergencias. Durante um momento, Portugal é verdadeiramente grande, e tem a consciencia de que o é. Tem orgulho em si—força enorme. É d'este orgulho que sae a sua litteratura. Para contar as façanhas dos seus heroes, cria uma lingua. Em menos de um seculo transforma o estylo rude e hesitante de Azurara no admiravel instrumento, que dá a prosa de Barros e os versos de Camões. Singular epocha e singulares misturas.

Á medida que o tempo corre, o quadro transforma-se. As tintas brilhantes desmerecem e as sombras carregam-se. Toda a pintura ennegrece, como um velho retrato abandonado. D. Manuel não assiste ao desmoronar da sua obra. Quando elle morre e lhe succede seu filho, o esplendor da côrte e o poder de Portugal ainda deslumbram. No dia da sua acclamação, o moço D. João III, montado em um formoso cavallo ruço, vestido em uma opa roçagante de brocado, forrada em martas, precedido por um infante, que empunha o estoque de condestavel, levado de redea por outro infante,

esperado na igreja por um terceiro infante e cardeal, acompanhado a pé pelo duque de Bragança, pelo duque de Coimbra, pelo marquez de Torres Novas, pelo marquez de Villa Real, pelos condes, entre os quaes vae o illustre conde da Vidigueira, D. Vasco da Gama, o moço D. João III personifica bem a realeza do XVI seculo, firmada no sangue dos grandes vassalos por D. João II, ornada com as pompas do Oriente por D. Manuel. O velho Garcia de Rezende, que assistíra aos dois ultimos reinados, fica offuscado. Nunca viu tal pompa; «nunca foy tão grande estado», diz elle. O principe parece-lhe a propria imagem da realeza:

Rey do mundo parescia
Em poder e perfeiçam.

As embaixadas que o novo rei manda no começo do seu governo ás côrtes da Europa são sumptuosas. Luiz da Silveira, acreditado junto do emperador Carlos V, sae de Lisboa com um sequito tão numeroso e luzido, com tanta riqueza de prata de serviço, de paramentos de casa, que lembra a famosa embaixada de Tristão da Cunha á côrte de Leão X. O velho Vasco da Gama vae então para a India com apparato real, veador, porteiros com suas maças, pagens com largos collares de oiro, moços de camara, duzentos homens de guarda, vestidos com a sua libré, baixella de prata, tapeçarias de Flandres. Portugal tem n'esse momento em Africa, Tanger, Ceuta e Arzilla, com Çafim e Azamor sobre o Atlantico; tem as ilhas; tem a costa da Malagueta e S. Jorge da Mina e o Congo. Tem na America as terras de Santa Cruz. Tem o Oriente semeado de fortalezas, desde Sofala em Africa, até Pacem em Sumatra. «Maquina grande», diz fr. Luiz de Sousa, «e bem necessitada de um valoroso e sabio governador». O governador não era nem sabio, nem valoroso; mas, que o fosse, não evitava a decadencia. A decadencia veio rapida. Annos depois as praças de Çafim e Azamor

estão abandonadas; na India aggravam-se as intrigas e a indisciplina; os corsarios francezes devassam a costa da Malagueta; e devem-se em Flandres e nas feiras de Castella grossas quantias a juros tão altos, que o feitor de Flandres escreve assustado —«dobra-se o dinheiro em quatro annos». Por certo D. João III não valia grande cousa; mas não podemos lançar esta quéda profunda unicamente á conta dos seus erros e desgoverno. Ha aqui uma causa mais intima. D. João III herdava as responsabilidades das emprezas demasiado amplas de D. Manuel, como este herdára as forças vivas, accumuladas na nação pelo governo habil e rispido de D. João II. Ao esforço desmesurado devia fatalmente succeder o abatimento.

Alem d'isso a India exercia sobre os nossos uma lenta acção dissolvente. Não se tratava ali de uma colonisação ordinaria. Não se tratava de conquistar regiões incultas, ou florestas virgens, desapossando algumas pobres tribus selvagens, como tantas vezes se tem feito por esse mundo, com maior ou menor rudeza, deshumanidade e injustiça. Na India o caso era diverso. Os europeus, e primeiro os portuguezes, acharam-se em face de uma civilisação completa. Civilisação diversa da sua, inferior em muitos traços, superior em alguns. Esta civilisação reagiu sobre elles. O contacto com o Oriente era perigoso. Aquelles thesouros fabulosos, accumulados no meio de populações que morriam á fome, ou viviam de um punhado de arroz; aquella opulencia, a um tempo barbara e requintada; aquellas côrtes em que se viam passar as bailadeiras provocantes, e se viam caír as cabeças, a um aceno do amo; aquella mistura de perfumes e de cheiro a sangue; aquella duplicidade cruel que provoca as represalias, e aquella baixa covardia que as tolera, accordavam todas as ruins paixões dos dominadores. «Os nossos portuguezes que sohião ser mais temperados que os laconios, vivem cá mui viciosa e desordenadamente», diz um escriptor da epocha. Os

portuguezes saquearam a India; a India corrompeu-os. Ficaram pagos.

A vida de Lisboa era o echo da vida da India. Vinham de lá cartas, intrigas, delações. Como diz o padre Balthazar Telles, «ferviam na côrte os Indiaticos com as suas pretensões». D. João III, fraco, pouco intelligente, dominado por estreitas preoccupações, ou não sabia escolher os homens, ou já os não encontrava. Mandava vir Nuno da Cunha, para o prender á chegada, e substituia-o por D. Garcia de Noronha, dando-se como rasão da escolha, que era velho, tinha muitos filhos e filhas, e necessitava fazer fortuna. O nivel baixava. Havia excepções, como D. João de Castro ou Antonio Galvão, mas em geral os homens e os successos iam-se tornando mais pequenos. Até o traje se amesquinhava. Segundo nos diz o velho Rezende, talvez um pouco rabugento, já se não viam os largos vestidos frisados, as grandes espadas, os cintos lavrados e esmaltados; agora tudo eram:

.....capinhas,
Muito curtos pelotinhos,
Golpinhos e sapatinhos.
.....
E muito más invenções
Porque tudo são couzinhas.

Cousinhas effectivamente; mas ainda illuminadas ás vezes por largos rasgos heroicos, como nos cercos de Diu.

Alguns espiritos finos viam claramente o perigo que nos ameaçava. Já nos velhos historiadores da India, Gaspar Corrêa, Castanheda, se sente a impressão desconsolada da decadencia. Mesmo nas puras obras de arte ha traços fugitivos indicando o susto. Sá de Miranda, lá do seu retiro de Ponte de Lima, temia-se:

.....de Lisboa
Que ao cheiro d'esta canella
O reino nos despovoa.

Ou dizia, estragando um pouco a phrase com a sua mania de classicismo:

D'estes mimos indianos
Hei grão medo a Portugal,
Que venhão fazer-lhe os damnos
Que Capua fez a Annibal.

Ferreira escrevia «que ganhámos a India como cavalleiros esforçados, e que a perderemos como mercadores cubiçosos e viciosos».

É certo, porém, que nos dez ou vinte primeiros annos do reinado de D. João III, o publico não via, nem podia ver, nem mesmo suspeitar o que se preparava. A febre da India estava no seu auge. De Lisboa partiam armadas sobre armadas: Vasco da Gama com dois mil e setecentos homens, Nuno da Cunha com dois mil e oitocentos, D. Garcia de Noronha com quatro mil cento e cincoenta, a fóra as armadas ordinarias. As naus continuavam a chegar abarrotadas de especiarias, e o movimento commercial recrescia. A riqueza, ou pelo menos as suas manifestações exteriores, a pompa e o luxo, augmentavam. E a sêde de gosos materiaes, as visões vagas do longinquo *eldorado* perturbavam mais do que nunca os espiritos.

Estes *fumos* da India penetraram nos tranquillos recintos das Escolas Geraes. Era effectivamente difficil que uma classe qualquer se isolasse, e se desinteressasse do que então constituia a essencia da vida nacional. Não podia succeder, e de feito não succedeu assim. A existencia buliçosa e agitada da grande cidade veiu a distrahir lentes e escolares dos seus trabalhos universitarios. Pensava-se mais nas intrigas da côrte, ou nas rapidas fortunas feitas no Oriente, do que nos problemas de logica, ou na interpretação das decretaes. Na desordem, e mais do que desordem, nos *subornos* e na corrupção interna, sentia-se a influencia da desorganisação exterior. Segundo nos refere Pedro de Mariz nos

seus *Dialogos de varia historia* «pela conquista da India veyo aquella cidade Lisboa a ser de tanto trato e negocio que a quietação das sciencias se perturbava».

O nosso Garcia da Orta foi tambem tocado do contagio. Não creio que o ataque fosse grave; ou, para fallar sem figura, não creio que elle se deixasse levar de ambição ou cubiça desregrada. Garcia da Orta era um modesto, um perguiçoso, como elle se define a si proprio; e os conselhos d'esta salutar perguiça, que significa o amor da quietação, e o desdem um pouco altivo pelas intrigas da vida activa, levaram-no sempre a procurar a *aurea mediocridade,* recommendada pelo velho poeta. Comprehende-se, porém, que sem grandes esperanças de fortuna ou de acrescentamento, como então se dizia, elle se decidisse a partir para a India. Com effeito a sua situação em Lisboa, não era, nem rendosa, nem segura, nem agradavel. Os lentes tinham escassos ordenados, em especial os de artes, e de pequenas cadeiras, como a de summulas. Alem d'isso elle regia «por encomenda», exposto a ser privado do seu logar de um momento para o outro. E sobre tudo o mais, regia uma cadeira em que devia estar deslocado. As complicações da logica, as regras do syllogismo, dos seus modos e figuras, as classificações em *prae-prae* ou *prae-sub,* os raciocinios em *barbara,* em *celarent,* ou em *darii,* deviam deixar frio o seu espirito, voltado já para a observação da natureza. Comprehende-se pois, como disse, que elle aproveitasse o ensejo favoravel que se lhe offerecia de procurar nova vida e novos estudos. Renunciou, portanto, á sua cadeira, reuniu as suas pequenas economias, e comprou alguma mercadoria para negociar no Oriente. Era pouca, segundo elle proprio nos diz: «trouxe pouca fazenda, como se acontece a muitos». N'esta bagagem mercantil do physico entravam naturalmente alguns medicamentos, como eram cinco quintaes de *guaiacão,* que depois vendeu por bom preço. Feitos estes preparativos, que não seriam lon-

gos, achava-se prompto a embarcar nos principios do mez de março do anno de 1534.

O ensejo favoravel de passar á India, a que acima me referi, era a partida para ali do seu protector e amigo, Martim Affonso de Sousa.

CAPITULO III

MARTIM AFFONSO DE SOUSA

Era Martim Affonso de Sousa, como já indiquei no capitulo I, um fidalgo principal e de alta linhagem, neto de Pedro de Sousa, senhor do Prado, e filho de Lopo de Sousa, senhor do Prado, Pavia e Baltar, alcaide mór de Bragança, e aio do duque de Bragança, D. Jayme[1]. O proprio Martim Affonso foi, na sua primeira mocidade, creado dos duques, passando depois para o serviço do principe herdeiro, D. João. Diz-nos um escriptor do tempo[2], que o seu trato e pessoa se tornaram particularmente bem acceitos ao moço principe. Elle, e seu primo co-irmão, D. Antonio de Athayde, foram os dois grandes validos e privados de D. João, chegando a tal ponto este valimento que offuscou o animo cioso d'el-rei D. Manuel, o qual tratou de arredar os dois jovens fidalgos da companhia de seu filho. Teve isto sem duvida logar depois do ultimo casamento de D. Manuel, quan-

---

[1] *Hist. gen. da casa real portugueza,* XII, p. II, 1097 e seguintes, e taboa XXVI.

[2] Gaspar Corrêa, *Lendas da India,* III, 579.

do tambem foi desterrado da côrte, Luiz da Silveira[1]. Martim Affonso de Sousa era «fantesioso e opiniatigo», e ressentiu-se tanto d'esta intervenção do rei, e da fraca resistencia, offerecida pelo principe ás determinações de seu pae, que se retirou para Castella. Visitou então Salamanca, e residiu mesmo durante algum tempo n'aquella cidade, vindo a casar ali com D. Anna Pimentel, filha de Aryas Maldonado, regedor de Salamanca e Talavera[2], e pertencendo a uma das mais nobres familias d'aquella provincia[3].

Quando el-rei D. Manuel falleceu, ainda Martim Affonso se conservava em Hespanha e ali se deteve até que o novo rei o mandou chamar; o que este não fez nem tão promptamente, nem de tão boa vontade, quanto elle esperava e desejava. No animo fraco e voluvel de D. João III estava já um tanto apagada a memoria da antiga amisade, «a privança era resfriada». Dominava-o, alem d'isso, a influencia do outro valido, Antonio de Athayde, que depois foi conde da Castanheira, védor da sua fazenda, e já então era, como continuou a ser, o seu principal e mais intimo conselheiro. Dados os habitos das côrtes de então, podemos crer que Antonio de Athayde receiasse a presença do seu antigo amigo e rival, e desejasse conserval-o arredado da pessoa do rei. Por isso vemos Martim Affonso encarregado depois de altas e honrosas, mas longinquas commissões. No anno de 1530 é mandado com uma armada correr as costas austraes do Brazil, e reconhecer o rio da Prata, dando então ao Rio de Janeiro o nome que ainda conserva[4]; e apenas de volta dos mares occidentaes, é enviado para o Oriente, na qualidade de capitão mór do mar. Era este

---

[1] *Lendas*, l. c; Andrade, *Chron.*, I, 6; fr. Luiz de Sousa, *Annays*, 18.

[2] *Hist. gen.*, XII, p. II, 1101.

[3] Avila, *Hist. de las ant. de Salamanca*, 187.

[4] D. Francisco de S. Luiz, *Obr. compl.*, I, 412.

cargo o segundo na India, apenas inferior ao de vice-rei ou governador, e a elle andava ligada a memoria gloriosa dos feitos de alguns dos primeiros heroes do Oriente, como Duarte Pacheco, ou D. Lourenço de Almeida. Todavia Martim Affonso acceitou-o com alguma reluctancia, não o julgando talvez á altura da sua situação e qualidades. Acceitou-o, porém, e partiu, levando na sua companhia, e na qualidade de seu medico particular, Garcia da Orta.

Suscita-se agora naturalmente a questão de saber, desde quando datavam as relações existentes entre estes dois homens illustres. Se acceitarmos a indicação, dada por Barbosa Machado na *Bibliotheca lusitana*, onde diz, que Orta era «domestico» da familia dos senhores do Prado, admittiremos que essas relações remontavam á infancia de amboa, pois entre elles não podia existir grande differença de idade. N'este caso a sua amisade, começando assim de rapazes pequenos, que talvez brincasem juntos n'alguma horta de Villa Viçosa, deveria depois estreitar-se ainda mais em Salamanca. Com effeito, pelas proximidades do anno de 1521, estudava ali Garcia da Orta, porventura a expensas de Lopo de Sousa, o qual era um fidalgo rico e generoso; e n'este mesmo tempo assistia ali Martim Affonso, e ali fez a sua côrte á nobre D. Anna Pimentel, com quem veiu a casar. É pois de crer, que o moço cavalleiro convivesse diariamente com o moço estudante, protegido talvez por seu pae, e com quem fôra creado. Quando, mais tarde, Martim Affonso recuperou, até certo ponto, as boas graças de D. João III, não se esqueceria de certo do seu amigo de infancia; e é muito provavel que se servisse da sua influencia para o tirar da obscura situação de medico em Castello de Vide, para lhe dar uma collocação em Lisboa, e para lhe obter o titulo de «physico d'el-Rey», o qual, segundo varios auctores, já tinha quando partiu para a India. Tudo isto são simples conjecturas; mas bastante plausiveis, a meu ver. Explica-

se bem assim a intima amisade, que ligou sempre o protector e o protegido, na qual se sente claramente a mutua estima e affeição; amizade que se conservou inalteravel até á sua velhice e á sua morte.

Que o nosso naturalista foi para a India, não só na armada, mas no sequito pessoal de Martim Affonso, e na qualidade de seu medico particular, é facto, quanto a mim, perfeitamente demonstrado. Não só, como veremos, se não afastou um momento da sua pessoa durante todo o tempo em que elle foi capitão mór do mar; mas varias vezes se nomeia explicitamente seu «creado», ou se refere em termos bem claros á sua situação junto d'elle, como quando diz: «E achando-me em casa d'aquelle excellente varão, Martim Affonso de Sousa (a quem eu servia)...[1]»

Do seu amo e amigo fallou sempre Garcia da Orta, com especial estima e veneração. Em varias passagens dos *Coloquios,* e mais largamente na dedicatoria que os precede, elle louva as suas grandes façanhas, as altas qualidades do seu espirito, e a «beninidade e outras graças que o senhor Deus vos dotou». Bem poderia este juizo ser taxado de parcial, e gerado da muita amisade que lhe tinha, e grandes obrigações que lhe devia. Sabemos no emtanto, que o elogio era, pelo menos em parte, perfeitamente fundado.

Que Martim Affonso foi um capitão energico, dotado de coragem pessoal singular e excepcional, mesmo n'aquelles dias em que o valor estremado era tão commum, é facto que ninguem contesta. Nas aguas do Brazil, no Guzarate, na costa do Malabar teve elle muitas occasiões de pôr esta qualidade em evidencia. Corria na India o dictado «guarda de Martim Affonso». No vau de Combalão, quando as tropas do Zamorim commettiam o passo com grande valentia, quando os naires

---

[1] *Coloquios,* fl. 7 v.

de Cochim fugiam em desordem, quando os rostos de alguns portuguezes estavam pallidos e enfiados, e só se conservavam firmes Manuel de Sousa de Sepulveda com poucos mais, Martim Affonso tomou uma lança e bradando «Sanctiago, senhor Deus misericordia» remetteu diante de todos ao inimigo, forçando-o a recuar, e salvando assim Gaspar de Lemos e um troço de espingardeiros, já envolvidos pelas tropas de Calicut[1]. Annos depois, sendo já governador, voltava elle de uma expedição —pouco honrosa é certo— a um dos pagodes do interior. A tropa retirava em filas singelas e apertadas por entre os densos palmares e bambusaes; e da espessura sombria e intrincada do *jungle,* os indios perseguiam os nossos com tiros e frechadas. Atraz, a cavallo, alvo de todas as pontarias, vinha Martim Affonso. Rogaram-lhe que se apeasse; a principio não deu ouvidos, e quando Vasco da Cunha aporfiou com elle para que o fizesse, perguntou-lhe serenamente:

—Parece-vos, senhor, bem isso?

Respondendo-lhe Vasco da Cunha que sim, desceu-se e veiu a pé, atraz de todos, sem nunca apressar o passo, «sempre muy enteiro, de rostro muy seguro, sem nenhum mudamento, antes bem assombrado, sem mostrar nenhum temor[2]». Tal era o genero particular da sua coragem, uma coragem serena e fria, altiva e orgulhosa como todo o seu caracter.

Que elle possuia um alto valor intellectual, é facto sobre que tambem não póde haver duvida. Todos os escriptores do tempo, amigos como inimigos, se referem ao seu engenho agudo e subtil, á sua rasão clara, e á prudencia do seu conselho. Reunia aos dotes naturaes do espirito uma instrucção pouco vulgar. Era-lhe familiar a lingua latina, como se fosse a sua propria e mater-

---

[1] *Lendas,* III, 774; João de Barros, *Asia,* decada IV, liv. VII, cap. 10.
[2] *Lendas,* IV, 328; Diogo do Couto, *Asia,* decada V, liv. IX, cap. 7.

na. Passava na India as raras horas de ocio em graves leituras de historia[1]. Era, como D. João de Castro, perito nas questões de navegação e cosmographia. Quando voltou do Brazil, deu a Pedro Nunes miuda relação da sua derrota, contou-lhe «com quanta diligencia e por quantas maneiras tomara a altura dos logares em que se achára e verificára as rotas por que fazia seus caminhos», e expoz-lhe algumas duvidas que tivera durante a navegação, as quaes o grande geometra tomou em tanta conta, que expressamente compoz um tratado para as resolver[2]. Escreveu as suas memorias, — um *Epitome* da sua vida — que provavelmente se perderam, mas ainda foram vistas pelo erudito investigador conde da Ericeira[3]. O juizo de Garcia da Orta está, em todos estes pontos, de accordo com os dos seus mais illustres contemporaneos; de accordo com o de S. Francisco Xavier, quando louvava as grandes virtudes e piedade de Martim Affonso[4]; de accordo com o de D. João de Castro, quando dizia: «Martim Affonso he homem muito sufficiente para governar a India, porque tem muitas calidades, que se requerem para o governo d'esta terra[5],» e de accordo com o de Luiz de Camões, quando d'elle escrevia[6]:

> Tanto em armas illustre em toda a parte,
> Quanto em conselho sabio e bem cuidado.

Se a integridade de caracter correspondia em Martim Affonso de Sousa ao brilho das faculdades intellectuaes

---

1 *Coloquios*, fl. 7 v.

2 *Tratado que o doutor Pedro Nunes fez sobre certas duvidas de navegação*, etc. Anda annexo ao *Tratado da sphera*.

3 Barbosa Machado, *Bibliotheca lusitana*.

4 *Sancti Francisci Xaverii Epis. libri quatuor*, 1693 — Veja-se particularmente a carta a Santo Ignacio de Loyola, a pag. 20.

5 Carta a D. João III, no *Investig. port.*, XVI, 278.

6 *Lusiadas*, canto X, estancia 67. Vejam-se tambem as estancias 63, 64, 65 e 66.

e ao esplendor da coragem, é questão diversa, sobre a qual se podem levantar, e de feito se têem levantado duvidas. Não escrevo a historia da India portugueza, nem a biographia de Martim Affonso, e não me cumpre averiguar miudamente qual seja a parte de verdade, que possa haver em todas as accusações que lhe fizeram. Devo no emtanto dizer, de um modo geral e não em relação a este caso especial, que na maneira de julgar os homens e as cousas da India, ha modernamente uma reacção, em principio perfeitamente justa; mas que —como muitas reacções justas— nos póde levar alem da justiça. Por certo a historia dos portuguezes na India não é exactamente a que escreveram João de Barros ou Diogo do Couto. Chronistas officiaes, sujeitos ás obrigações do cargo, movendo-se em um circulo de influencias poderosas, elles não podiam, qualquer que fosse a sua isenção, dizer-nos tudo quanto sabiam; e muito mais disseram do que era licito esperar. Absolvendo-os mesmo de toda a suspeita de servilismo ou adulação, ainda restava a acção do meio em que viviam, do modo de pensar e de escrever de então, do que se julgava devido á gravidade e dignidade do historiador e da historia, para lhes tolher a liberdade completa de linguagem. Assim elles muitas vezes nos pintaram os personagens do drama, já vestidos para a scena, e tomando attitudes diante do publico, sem nos dizerem o que se passava atraz dos bastidores. Acceitar sem reflexão todas as suas affirmações seria por certo faltar ás mais elementares regras da critica. Muito menos podemos tomar como verdadeira a historia encomiastica e pomposa, tal qual a escreveram depois Freire de Andrade, Barbosa Machado e varios outros. Mas por outro lado, correriamos risco de ir de encontro á verdade e á justiça, se acceitassemos, sem previo e rigoroso exame, todas as revelações encontradas em documentos de indole mais intima, que modernamente têem vindo a lume. A circumstancia de emanarem de contemporaneos e testemunhas dos factos,

se garante até certo ponto a completa informação do escriptor, não póde garantir a sua veracidade, nem a sua imparcialidade. Pelo contrario póde levar-nos a suspeitar que o movesse a paixão, o interesse, ou o ressentimento. O mais grave mal de que adoeceu a India, peior do que a indisciplina, peior do que a corrupção, peior do que a venalidade, foi a intriga, o *mexerico*, como por lá se dizia. Ao mexerico, á maledicencia, á delação não escapou ninguem, nem Affonso de Albuquerque, nem D. João de Castro. O animo suspeitoso e ngrato de D. Manuel, o espirito fraco e sombrio de D. João III acceitaram com leviana e condemnavel facilidade essas delações. Desde que as acolheram, ou mesmo as promoveram, os delatores pullularam. Havia na India uma espionagem organisada. Não saía de Portugal um unico governador, que não levasse o rol das culpas do seu antecessor, o *apontamento* dos males, verdadeiros ou suppostos que fizera. O poderoso da vespera encontrava em volta de si, ao caír, os aggravos, as invejas passadas, as ingratidões, desabafando em maledicencias, que eram ao mesmo tempo adulação para com o poderoso do dia. Hindús e mahometanos tomavam parte n'este concerto com a baixeza e a duplicidade proprias de orientaes. A calumnia e o falso testetemunho medravam na India, como plantas naturaes d'aquelle solo e clima. Não eram só pecha de portuguezes, eram vicios da região. Seculos depois, quando julgaram Warren Hastings caído, os accusadores surgiram em volta d'elle vigorosos e bastos, como haviam surgido em volta de Albuquerque ou de Nuno da Cunha. Warren Hastings não estava puro, os nossos tambem o não estariam; mas em vista da baixeza dos accusadores, o impulso natural é tomar o lado dos accusados, que em todo o caso eram grandes.

Nas cartas e memorias da epocha devemos forçosamente encontrar o echo d'estes mexericos. Podemos acceitar o que nos dizem como elemento importante de

informação, nunca como verdade demonstrada *a priori*. Lastima seria que o mexerico, depois de contribuir para perder a India, viesse agora perverter a sua historia. Porque de envolta com a maledicencia, póde e deve vir alguma calumnia; ás vezes mesmo sem deliberada falsidade, ou má intenção do que escreve. O livro de Gaspar Corrêa, por exemplo, o mais precioso documento que hoje temos para a historia intima da India, é evidentemente sincero. O auctor das *Lendas* diz-nos conscienciosamente o que pensa, e conta-nos sem artificio o que julga ser a verdade. Mas ao mesmo tempo que o livro nos causa esta impressão de sinceridade, deixa-nos suspeitar que o ingenuo escriptor registasse com demasiada credulidade e pouco rigoroso escrupulo, todos os boatos, verdadeiros ou falsos, que corriam em Goa. E deixa-nos tambem ver —e quem lh'o póde levar a mal? —que elle tinha as suas amizades e as suas aversões. No caso que agora examinâmos a sua predilecção é manifesta. Gaspar Corrêa era claramente muito affeiçoado a D. Estevão da Gama, e como tal pouco inclinado para o partido do seu successor, Martim Affonso. Não poderiamos acceitar, sem varias e graves correcções, o que nos diz a respeito do ultimo. Buscando, porém, outros testemunhos, e particularmente um, de todo o ponto insuspeito, o do proprio Martim Affonso, devemos reconhecer que alguns actos do governo d'este não fazem muita honra á sua memoria.

Governava elle a India, quando no estado de Bijápúr, confinante com as terras de Goa, se levantou uma grave contenda entre o principe reinante, o Adil Shah (Hidalcão dos nossos escriptores), que se chamava Ibrahim, e o seu principal ministro, Assed Khan. Este, que, alem de primeiro ministro, era um poderoso vassallo, senhor de parte do Concan, e da grande fortaleza de Bilgão, favorecia as intrigas de um pretendente ao throno, a quem os nossos historiadores chamam o

Meale[1]. Ambos os partidos procuraram o apoio do governador, o qual poz deliberadamente de parte qualquer consideração de justiça, e decidiu tomar o partido do mais forte, «do que levava a melhor», e tambem do que désse mais. Primeiro favoreceu Assed Khan, que promettia ceder a Portugal todo o Concan, e dar uma grande somma em dinheiro. Depois tomou o partido do Adil Shah, o qual deu as terras de Bardez e Salsete, setenta mil pardáos, e os seus direitos ao thesouro de Assed Khan. Para influir no animo do Adil Shah, mandou vir o pretendente de Cambaya e teve-o em Goa, como uma ameaça. Mais tarde prometteu mandal-o para as Molucas, e depois faltou, especulando com a presença do pobre principe, que d'isso se queixava em linguagem energica e pittoresca, dizendo: «querem ganhar com a minha pessoa, como se fosse uma p...».

No entretanto Assed Khan morreu, e o seu thesouro foi parar ás mãos de um mouro, chamado Coge Cemaçadim[2]. Travou-se então entre Martim Affonso e o mou-

---

[1] Segundo os nossos chronistas, e particularmente Couto (v, IX, 8), o pretendente era tio de Ibrahim, irmão de seu pae Ismael. Segundo o historiador persa Ferishta, era irmão de Ibrahim e chamava-se Abdullá (Ferishta, *Hist. of the rise of the mahomedan power in India* translated by John Briggs, III, 98). O procedimento de Assed Khan encontra-se descripto por Ferishta de um modo diverso; mas não ha motivo para duvidar das affirmações concordes dos nossos escriptores, em um negocio que conheciam de perto.

De passagem mencionarei, que Briggs depois de, em uma nota, accusar os portuguezes de ignorantes, diz que Faria e Sousa estava então (1542) na India! Quarenta e oito annos antes de nascer era difficil.

[2] O verdadeiro nome do mouro era Khuája Shems-ed-din, e era um nome pomposo, pois significa litteralmente o *Senhor sol da fé*. Os nomes orientaes foram geralmente estropiados pelos nossos, que os escreveram n'uma especie de orthographia sonica, e nem sempre é facil reconstruil-os, digo, reconstruil-os com consciencia, porque umas reconstrucções ao acaso, como ás vezes se têem feito,

ro uma lucta verdadeiramente épica. Martim Affonso queria a todo transe arrancar-lhe o thesouro; Cemaçadim queria a todo o transe guardal-o. A final, levado um pouco pela persuasão, e mais ainda pelo medo, deu a Martim Affonso quinhentos mil pardáos, dos quaes este, segundo diz, mandou trezentos mil a D. João III, «para ajuda do casamento da senhora Iffante», empregando a maior parte dos restantes duzentos mil em pagar as dividas de el-rei a orfãos e outras pessoas necessitadas[1].

É claro, que todo este procedimento se não póde deffender, nem quasi desculpar; mas é tambem certo que seria injusto aprecial-o á luz das idéas que hoje temos sobre taes assumptos. Alguns dos contemporaneos encaravam o negocio sob um ponto de vista bem diverso do nosso. D. João III, em uma carta a D. João de Castro dizia, que os serviços prestados n'este caso por Martim Affonso foram taes «que he razão receber de mim mercê e favor»; e, como os trezentos mil pardáos lhe tivessem aberto o appetite, acrescentava que seria conveniente e possivel obter mais alguma cousa do mouro «porque são ymformado que em seu poder ha aynda grande soma de dinheiro[2]». O proprio D. João de Castro nomeava depois para um cargo importante, Ruy Gonçalves de Caminha, homem de mau caracter, tão falso que tinha em Goa a alcunha de conde Galalão, e para explicar esta nomeação dizia: «O principal motivo

---

são peiores que o antigo erro. Em nomes muito conhecidos, como Cochim ou Calicut, a reconstrucção afigura-se-me não só inutil como prejudicial, introduzindo na leitura um elemento de incerteza.

[1] Cf. Carta de Martim Affonso, em fr. Luiz de Sousa, *Annaes de D. João III*, 413; Couto, v, ix, 8 e seguintes; *Lendas*, iv, 314 a 324, 331 a 336, 339 a 341, etc. Naturalmente as versões sobre o *quantum* da somma dada variam bastante; acceitei a marcada por Martim Affonso, sem ter plena confiança de que seja a verdadeira.

[2] *Vida de D. João de Castro*, ed. da Academia, doc. 25, pag. 434.

que tive de o por n'este officio foi parecer-me que por esta via podia haver dinheiro de Coje Cemaçadim... [1]». Não era pois Martim Affonso de Sousa o unico que se envolvia n'estas negociações.

Mas ha mais. Martim Affonso, subordinando todas as outras considerações ao interesse politico e pecuniario do seu paiz, não attendendo aos direitos dos infieis, quer fossem musulmanos, quer idolatras, usando com os soberanos orientaes as praticas de violencia ou duplicidade de que elles diariamente usavam entre si, não só raciocinava e procedia, como raciocinavam e procediam alguns dos seus contemporaneos e compatriotas, mas ainda como, na mesma India, e muitos annos depois, deviam raciocinar e proceder os mais illustres representantes da França e da Inglaterra. Quando Dupleix fez Musaffir Jing vice-rei do Deckan, e Chanda Sahib governador do Carnatic, nem um momento pensou nos seus incertos e problematicos direitos, e unicamente tratou dos interesses da companhia a cujo serviço estava, ou das aspirações da sua propria ambição. Quando Lord Clive poz Mir Jaffier no throno de Bengala, e para o conseguir se embrenhou em tão tenebrosas e perfidas negociações que até teve de imitar a assignatura do almirante Watson, de certo se não decidiu pelos direitos de Mir Jaffier, que os não tinha, e unicamente por considerações de interesse politico ou pecuniario. Terminada a transacção, recebeu oitocentas mil libras sterlinas para a companhia, e mais de duzentas mil para si[2]. Quando Warren Hastings prestou o seu auxilio ao principe de Oude para ir submetter os rohillas, um povo que não havia offendido os inglezes, que não ameaçava as suas possessões, que lhes não podia crear embaraços, nem mesmo teve a desculpa de servir inte-

---

[1] Carta de D. João de Castro no *Investig. Port.*, XVI, 407.

[2] Macaulay, *Lord Clive.*

resses politicos, e unicamente se decidiu por apertos financeiros. Vendeu por quatrocentas mil libras o concurso das suas tropas em uma guerra de injusta conquista e barbaro exterminio[1]. E note-se que estes acontecimentos se davam dois seculos depois do tempo de Martim Affonso, quando os costumes deviam ser mais brandos e a noção da justiça mais clara, e que, portanto, podemos e devemos ser mais severos na sua apreciação. Mas, no fundo, as circumstancias conservavam-se proximamente as mesmas. Os cofres de D. João III, como os cofres da companhia das Indias, estavam vazios. Eram necessarios pardáos ou rupias para os encher. Arrancal-os, ainda que fosse pela perfidia ou pela violencia, a um vil adorador de Síva, ou a um odiado sectario de Mafoma, podia parecer obra meritoria, tanto ao catholico e orgulhoso fidalgo portuguez, como ao protestante e não menos orgulhoso general da Gran-Bretanha, pois ambos desprezavam por igual as raças orientaes.

No caso de Martim Affonso ha porém uma circumstancia aggravante. Confessa elle que recebêra do Adil Shah vinte mil pardáos para si, e que no negocio com o mouro guardára tambem trinta mil pardáos; e naturalmente os seus inimigos affirmavam que as sommas recebidas eram muito maiores. Embora se possa allegar, que lhe foram livremente dados, na fórma de presentes, embora se possa deprehender do teor da carta, que elle não conservava secreta esta parte da negociação, é certo que tal acto seria hoje considerado francamente deshonesto. Mas mesmo n'este caso devemos ter em conta as idéas da epocha. Não está ainda escripta uma historia que seria curiosissima, a da probidade. Esta noção de probidade, absolutamente fixa na sua essencia intima, foi singularmente variavel, no que podemos chamar a sua fórma convencional. Houve modas

[1] Macaulay, *Warren Hastings*.

na probidade, como na mobilia ou no vestuario. Evidentemente a probidade exigida de um satrapa persa, ou de um proconsul romano, era diversa da que hoje se requer em um ministro constitucional. Não faço o confronto da probidade, ou antes da improbidade antiga com a moderna; não sei, se um banqueiro, comprando ao desbarato, e no momento de um *krach* que promoveu, as acções dos pobres, é mais ou menos probo do que um Khan Mongol, retirando de Baghdad com as suas eguas das steppes, carregadas de vasos de oiro, roubados aos khalifas. A decidir-me pela pura sympathia, perfiro o ultimo. Mas não é esta a questão. A probidade official, a que se exige dos homens publicos, dos servidores dos estados, essa tem hoje regras mais severas do que tinha no seculo XVI. Não era então desdouro receber de soberanos estrangeiros ricas dadivas, mesmo quando com esses soberanos se tratavam concertos ou negociações diplomaticas. Isto que hoje seria tido na conta de peita ou suborno, fazia-se então quasi claramente, em certos casos claramente. El-rei D. Manuel dava um rico presente a Guilherme de Croy, senhor de Chievres, ministro de Carlos V, pelo bem que o havia servido no negocio do seu terceiro casamento[1]. D. João III mandava offerecer a Anne de Montmorency, a Antonio du Prat, e ao conde de Charny, as primeiras pessoas de França, pensões de quatro mil cruzados, para os preparar em seu favor, nas negociações que trazia pendentes com Francisco I[2]. Na côrte de Roma, raros negocios caminhavam, sem que sobre os cardeaes influentes chovessem as dadivas e as joias[3]. No Oriente este habito de dar e receber presentes era ainda mais constante e natural. Vimos como em uma

---

[1] Damião de Goes, *Chron. de el-rei D. Manuel*, cap. 33.
[2] Fr. Luiz de Sousa, *Annays*, 379.
[3] Cf. o *Corpo diplomatico portuguez* em variados documentos.

epocha relativamente recente, Lord Clive recebeu uma dadiva que equivalia a uma grande fortuna.

Não adduzimos todos estes exemplos para desculpar ou legitimar os actos praticados por Martim Affonso. É evidente que o seu procedimento como homem foi pouco escrupuloso, para usarmos a mais suave expressão que agora nos occorre; e foi pouco escrupuloso, mesmo em relação ás idéas da epocha. Nem D. Estevão da Gamã, que o precede, nem D. João de Castro, que lhe succede, se lembrariam nunca de receber de um mouro alguns milhares de pardáos para si, ou algumas joias para suas mulheres. Como governador a sua conducta foi pouco habil, pondo mesmo de parte qualquer consideração de pura moral. O facto de elle tratar com orientaes de lealdade muito problematica não o póde desculpar. O conhecido adagio, segundo o qual é util roubar a ladrão, ou enganar a perfido, sobre ser immoral, é em questões d'esta ordem perfeitamente insensato. As raças inferiores, se unem muitas vezes a duplicidade á fraqueza, são no emtanto finamente sensiveis á justiça das raças mais fortes. A absoluta lealdade nas relações com os principes orientaes, alem de ser um dever, era a unica politica habil e segura; a unica que, unida á energia, podia firmar o prestigio do nome portuguez. Bem o comprehendeu Affonso de Albuquerque, a cujo tumulo os indigenas vinham em romaria queixar-se das injustiças que lhes faziam. É certo pois que todo este negocio do Meale lança uma nodoa no caracter de Martim Affonso. Unicamente recordámos, não como desculpa, mas como explicação, quanto eram frequentes, por aquelles brilhantes tempos do renascimento, os traços de duvidosa moralidade; e não só nas remotas e barbaras terras do oriente, senão tambem nas mais civilisadas côrtes da culta Europa.

Alem d'estes actos bem pouco louvaveis, podemos tambem suspeitar que o procedimento de Martim Affonso não fosse correcto em varias transacções relativas

ao governo de Hormuz. Igualmente pesam sobre a sua memoria os saques dos pagodes do Malabar, posto que, segundo alguns dizem, fossem feitos em virtude de ordens expressas, que levava de Portugal. Na marcha ordinaria do seu governo parece haver sido methodico, zeloso e severo administrador da fazenda real, o que talvez lhe acarretasse algumas inimizades. Regularisou o pagamento á tropa, amortisou parte das dividas antigas, e conservou sempre em cofre as sommas necessarias para occorrer ás despezas imprevistas, Foi o homem que, segundo nos diz Couto, «emquanto governou poupou mais o superfluo e despendeu melhor o necessario». Em uma das suas medidas, severamente criticada, a cunhagem de uns bazarucos pequenos, que mandou fazer por conselho do védor da fazenda, Aleixo de Sousa, foi simplesmente victima de uma illusão e de um erro economico, perfeitamente desculpavel no seu tempo.

Como era natural, as suas grandes qualidades, e os seus graves defeitos sobresaíram ou aggravaram-se á mercê dos acontecimentos. Assim, na sua primeira jornada á India como capitão mór do mar, envolvido em incessantes batalhas, elle unicamente revelou os seus admiraveis dotes militares; depois, como governador, deixou bem ver o lado menos puro do seu caracter. Observou Faria e Sousa, justamente, e com mais fina critica do que lhe é habitual: ter elle merecido melhor o titulo de governador antes do que depois de o possuir. É igualmente justa a observação feita por um escriptor moderno[1], de ter sido prejudicial á sua memoria, a paz relativa, de que gozaram então as possessões portuguezas no oriente.

De feito, se durante o seu governo tivessem passado rumes á India, se o Hidalcão com todo o seu poder

---

Pinheiro Chagas, *Hist. de Port.*, v, 455.

tivesse descido sobre Goa, ninguem melhor do que elle, nem com maiores talentos militares, nem com mais inquebrantavel energia, teria sido capaz de encarar essas criticas circumstancias. Encerrado nos muros de Diú, teria deixado uma memoria tão gloriosa, como as de Antonio da Silveira, ou de D. João Mascarenhas. Infelizmente para a sua reputação, os inimigos deram-lhe treguas, e teve assim tempo de sobejo para saquear os pagodes do Malabar e explorar Coje Cemaçadim.

Apezar dos seus gravissimos defeitos, Martim Affonso parece haver sempre exercido em todos os que o rodeavam uma grande seducção pessoal, devida em parte aos seus dotes naturaes, pois era «homem de boa estatura, gentil-homem e aprazivel», em parte tambem ás suas maneiras e ao seu trato, «benigno» com os inferiores, facil e lhano para com os iguaes, algum tanto indisciplinado e «opiniatigo» em frente dos superiores. D'este orgulho deu elle mostras, sendo muito moço, quasi creança, quando se esquivou a receber um rico collar, que lhe queria lançar ao pescoço não menor pessoa do que Gonçalo de Cordova. O velho heroe das guerras de Italia comprehendeu os escrupulos do rapaz, e, sorrindo, tirou da cinta e deu-lhe a propria espada, a qual Martim Affonso teve sempre em grande estima, usando-a nas mais solemnes occasiões da sua vida.

Da sua seducção pessoal, assim como da sua coragem, e dos seus dotes militares, resultava-lhe uma grande auctoridade, e o dom raro de inspirar confiança. Vemo-lo na India, acompanhado por um grupo de fidalgos moços, sempre os mesmos, que o seguem, não só com a disciplina de soldados valentes, mas com a dedicação de amigos. Era tal a sua influencia na flor dos bravos indianos, que muitas vezes chegou a incommodar Nuno da Cunha, não obstante o prestigio que a este davam, a sua situação de governador, os seus longos serviços e a sua alta jerarchia. Quan-

do, uma vez, Martim Affonso, aggravado pelo vice-rei D. Garcia de Noronha, largou o commando da sua famosa galé bastarda, quasi toda a guarnição, fidalgos e soldados, desembarcou com elle, não querendo servir ás ordens do seu successor. Não nos póde pois surprehender que elle soubesse inspirar aos seus creados, aos que o tratavam mais de perto, sentimentos de verdadeira affeição. Ao seu medico, Garcia da Orta, inspirou elle uma d'estas amizades, que nunca se alteram e nunca se desmentem. E essa amizade, conservando-se viva ao cabo de sessenta annos, quando ha já dezoito annos que se não vêem, quando entre elles medeiam o mar Indico e o Atlantico, quando o velho medico de Goa já não póde esperar mercê ou acrescentamento da parte do poderoso fidalgo, essa amizade honra por igual a ambos—ao protector e ao protegido.

Necessitavamos esboçar assim em breves traços a physionomia de Martim Affonso de Sousa, o amigo constante de Garcia da Orta, e o homem que maior influencia exerceu na sua vida, levando-o para o Oriente e determinando assim a sua vocação. Collocado em perspectiva nos planos já afastados da historia, elle apparece-nos como um dos typos mais caracteristicos e perfeitos daquella epocha anormal e desequilibrada. Do mesmo modo que o seu tempo, elle era um mixto estranho de heroismo, de altas e cultivadas faculdades, e de desregrada cubiça. Erudito e homem de sciencia, como cumpria a um legitimo filho do renascimento; fidalgo nos primores da bravura, e na cortezia altiva; aventureiro na sêde de oiro, na falta de escrupulos e na largueza de consciencia cynicamente manifestada, elle lembra os seus contemporaneos da republica de Florença, ou do ducado de Ferrara. Affigura-se-nos ver um grande senhor italiano, um companheiro dos Medicis, ou dos Éstes, transportado para a India, e aquecido por aquelle sol do Oriente, que ainda mais lhe aviva as boas e as más paixões.

Voltaremos agora atraz, ao momento em que Martim Affonso de Sousa parte pela primeira vez para a India, ainda moço, vigoroso e cheio de vida, levando comsigo o seu erudito medico para as terras onde nascem as especiarias. Saíu a armada do capitão mór do mar a barra do Tejo no dia 12 do mez de março do anno de 1534[1]. Compunha-se de cinco náus: a *Rainha,* de que ía por capitão o proprio capitão mór; a *Santa Cruz,* capitão Diogo Lopes de Sousa; a *Santo Antonio,* capitão Tristão Gomes da Gran (ou da Mina); a *Graça,* capitão Simão Guedes de Sousa; e a *S. Miguel,* capitão Antonio de Brito. Embarcára como passageiro Fernão Eannes de Sotomayor, que ía tomar o governo de Cananor; e mais uma luzida companhia de fidalgos moços, parte dos quaes seguiram depois a pessoa de Martim Affonso, e encontraremos sempre a seu lado nas mais incertas e arriscadas occasiões, como eram Manuel de Sousa de Sepulveda, D. Diogo de Almeida Freire, Fernão de Sousa de Tavora, Francisco de Sá dos oculos e Martim Correia da Silva[2]. Embarcou tambem na armada, e de certo na náu *Rainha,* o nosso Garcia da Orta, posto que os chronistas o não mencionem. A sua pessoa era então demasiado obscura, para merecer uma referencia especial.

A armada seguiu a sua derrota, sem successo digno de se contar, e no mez de setembro do mesmo anno de 1534, lançou ferro na barra de Goa, no surgidou-

---

[1] Gaspar Corrêa diz que esta armada partiu no mez de fevereiro, e Diogo do Couto marca vagamente o meado de março; mas Figueiredo Falcão no *Livro de toda a fazenda* dá o dia exacto da partida — 12 de março. Em um manuscripto intitulado *Relaçam de todas as nãos da India,* propriedade da Academia real das sciencias de Lisboa, encontra-se a mesma data.

[2] *Lendas,* III, 579; Couto, IV, IX, I; Figueiredo Falcão, *Livro de toda a fazenda,* 156; *Relaçam de todas as nãos da India,* mss. da Ac. real das sc. de Lisboa.

ro das naus do reino. Temos pois o nosso naturalista, transportado para essas regiões tropico-orientaes, das quaes os botanicos antigos e os do seu tempo tinham escassas e incompletas noticias, e que ella ía estudar attentamente durante perto de trinta annos, deixando-nos o resultado do seu estudo, e das suas minuciosas e pacientes observações no curioso livro dos *Coloquios*.

CAPITULO IV

BAÇAIM E DIU

Garcia da Orta aportava a Goa em um momento interessante, e fa desde logo assistir a alguns acontecimentos importantes e curiosos.

Governava então a India Nuno da Cunha, um capitão prudente e experimentado, um diplomata habil, prompto a aproveitar-se das dissidencias suscitadas entre os principes orientaes, e um dos homens que mais contribuiram para levantar n'aquellas paragens o prestigio, já um tanto diminuido, do nome portuguez. Os primitivos e heroicos tempos de Duarte Pacheco, de D. Francisco e D. Lourenço de Almeida, fam longe, não tanto pelo correr dos annos, como pela marcha ainda mais apressada dos acontecimentos. Viera depois o governo glorioso de Affonso de Albuquerque, do qual na realidade data o estabelecimento da supremacia portugueza nos mares orientaes. Albuquerque concebêra um plano singularmente grande —o de concentrar nas mãos dos portuguezes, não só o commercio, como o dominio effectivo do Oriente. E não tivera unicamente a visão vaga d'esta colossal empreza, tivera a noção perfeitamente lucida e clara do caminho a seguir para a levar a cabo— n'isto está a sua verdadeira superiori-

dade. Hormuz, Goa e Malaca são tres nomes que resumem a vida e a gloria de Albuquerque; e estes nomes mostram-nos desde logo, como elle viu bem, e viu rapido: Goa, centro admiravelmente escolhido para ligar os membros dispersos do grande imperio commercial; Hormuz, a chave principal das antigas transacções do Oriente com o Occidente; Malaca, a porta aberta para o rico e ainda nebuloso extremo Oriente. O plano de Albuquerque tinha um gravissimo defeito, a flagrante desproporção entre o fim que pretendia e os meios de que dispunha. Para dominar os mares, do Cabo da Boa Esperança ao Japão, para arrancar das mãos dos venezianos, dos rumes, e dos arabes, o monopolio commercial que possuiam havia seculos, elle tinha na India um punhado de portuguezes, destemidos na verdade, e dispostos a commetterem as mais temerarias acções, mas já indisciplinados e intrigantes; tinha na Europa os recursos de um paiz pequeno, uma côrte invejosa, e um rei ciumento e ingrato, mais prompto a ressentir-se da grandeza dos seus subditos, do que a reconhecer-lhes os serviços. Emquanto manteve na mão o poder, as suas grandissimas faculdades estabeleceram o equilibrio, ou pelo menos crearam uma illusão de equilibrio. Quando moribundo e desgostoso entregou o governo a Lopo Soares, aquella desproporção tornou-se manifesta, e a decadencia começou. Administrações frouxas, ou pouco escrupulosas, ou notoriamente corruptas e corruptoras como as de Lopo Soares, de Sequeira; e de D. Duarte de Menèzes, precipitaram a decadencia com assombrosa rapidez. A curta apparição na India do Conde Almirante D. Vasco da Gama, quebrado já pela idade e pela doença, não fôra sufficiente para levantar os espiritos abatidos, não obstante o prestigio e auctoridade do seu grande e glorioso nome. E a prolongada e lamentavel contenda, suscitada depois entre Pero Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio ainda viera aggravar a indisciplina, as malquerenças e as intrigas que lavra-

vam entre os portuguezes, dando animo e ousadia aos seus inimigos.

Nuno da Cunha ao tomar conta do governo n'estas condições pouco favoraveis encontrou ao menos uma numerosa armada, reunida á custa de grandes sacrificios e avultadas despezas pelo seu predecessor, Lopo Vaz de Sampaio. Após uma curta viagem ao sul, e a demora necessaria em Goa para deixar passar a estação chuvosa, e terminar os ultimos apercebimentos, tomou o commando d'esta armada, a mais forte que se havia visto no mar das Iudias, e deu á vela em direcção a Diu. Diu estivera annos antes quasi a ponto de caír nas mãos do primeiro vice-rei, e fôra sempre cubiçada pelos portuguezes. Effectivamente a sua situação era excepcional e singularmente favoravel. Collocada na extremidade da peninsula do Guzarate, como uma sentinella avançada, vigiava por um lado toda a costa indiana até ao cabo Comorim, por outro o enorme golfo ao fundo do qual se abrem os famosos estreitos de Hormuz e Bab-el-Mandeb. D'esta situação privilegiada lhe resultava o ser frequentada pelas naus de Hormuz, de Aden e da costa africana, e pelos navios do Malabar, sendo o logar de «mór trato que agora se acha em todas estas partes», como dizia o exacto e sempre bem informado Duarte Barbosa. A importancia de Diu provou-se bem, não tanto pelos esforços que fizemos para a ganhar, como pelo sangue que depois vertemos para a conservar.

Parece que Nuno da Cunha levava de Portugal como missão especial o occupar-se d'este negocio da tomada de Diu, ou pelo menos do estabelecimento ali de uma fortaleza, o que só veiu a conseguir mais tarde, e por meios indirectos, como adiante veremos. Em todo o caso esta sua primeira expedição, comquanto não fosse bem succedida, não foi tambem inutil, pois deixou os inimigos algum tanto maltratados, e receiosos de segunda tentativa. Alem d'isso o governador proseguiu a guerra

com energia, tomando e destruindo Baçaim, e mandando correr e devastar os portos da enseada de Cambaya, por Antonio de Saldanha e outros capitães.

As terras do Guzarate, ou de Cambaya, como mais habitualmente lhes chamam os nossos escriptores, haviam feito parte do imperio musulmano de Delhi, durante longo tempo, e sob varias dynastias. Mas reinando em Delhi o moço Mahmud Tuglak, pelo anno de 1394, quando o imperio estava já em decadencia e dissolução, e as hostes de Timúr ameaçavam a India, o governador do Guzarate, Mosaffer Khan, declarou-se independente. Depois, o novo reino cresceu em importancia e poder, particularmente durante o longo reinado de Mahmud Shah, por alcunha o Begará, o mesmo que prestou o seu auxilio aos mameluks, na memoravel e desgraçada batalha de Chaul, onde pereceu D. Lourenço de Almeida. Succedeu a Mahmud, seu filho Mosaffer Shah II, o qual teve tambem um reinado prospero, de modo que o Guzarate se tornou um dos mais poderosos, e sobretudo um dos mais ricos estados da India septentrional. Depois da morte de Mosaffer, e em resultado de complicadas, romanescas e sangrentas peripecias, conhecidas dos nossos historiadores, mas contadas por elles um tanto confusamente, veiu a occupar o throno o seu terceiro filho, Bahádur Shah, o sultão Badur dos nossos chronistas[1]. Este alargou muito os seus estados, tomando a um principe musulmano, chamado Mahmud, o reino de Malwá com a sua capital Mandú, voltando depois as armas contra um principe rajput, por nome Silhadi, e atacando a final o reino de Mewar, e a sua capital Chitór, onde governava o moço Vicramajit, de uma dynastia hindú. De todas estas guerras dá noticia o nosso historiador Barros, com uma exa-

---

[1] *Lendas*, III, 504 e seguintes; Barros, IV, V, 5; compare-se Brigg's, Ferishta, *Hist. of the rise of the mahomedan power in India*, IV, 98 e seguintes; Elphinstone's, *History of India*, 766, 6th edition,

ctidão, que, para o seu tempo e meios de informação, é muito notavel[1].

Não estavam estas novas provincias de Bahádur Shah completamente tranquillas, e elle desejava partir para o interior a fim de as reduzir á obediencia, mas receiava ao mesmo tempo deixar a costa maritima desguarnecida; e os seus portos, e particularmente Diu, expostos aos ataques dos portuguezes. Fez por isso junto de Nuno da Cunha algumas aberturas para concertos e assento de pazes, d'onde resultou partir o governador de novo para Diu, mas d'esta vez pacificamente, com uma luzida armada, que ficou conhecida pelo nome da «armada das vistas». A politica tortuosa e dilatoria de Bahádur, junta a alguns melindres em pontos de etiqueta, fizeram com que não tivesse logar a desejada entrevista, e Nuno da Cunha retirasse para Goa, continuando em guerra com o Guzarate. Tinha isto logar pelo mez de janeiro do anno de 1534, e em setembro d'esse mesmo anno chegavam á India Martim Affonso de Sousa e Garcia da Orta.

Algum tanto discrepam entre si os nossos chronistas, Gaspar Corrêa, Barros e Couto, no modo por que contam os successos, que se seguem; mas seria ocioso demorar-se no exame d'essas discrepancias, pois nos interessa muito mais procurar a physionomia dos acontecimentos, do que averiguar miudamente a concordancia de algumas datas ou a exactidão de algumas circumstancias secundarias. Segundo Diogo do Couto, que n'este ponto deve andar muito proximo á verdade, Martim Affonso, chegado a Goa em setembro, foi logo em outubro mandado para o norte, á frente de uma grossa armada[2]. Levava como regimento, correr e vigiar a costa de Cambaya, e mesmo continuar as hostilidades, pois

---

[1] Barros, IV, V, 9, 10 e 11; conf. Brigg's, *Ferishta* l. c.; Elphinstone l. c.

[2] Couto, IV, IX, 1.

Nuno da Cunha activava as operações militares, não obstante ter boas esperanças de reatar o fio das negociações, quebrado durante a sua ultima estada em Diu. N'esta viagem collocam alguns historiadores a tomada de Damão[1], que outros não mencionam.

Martim Affonso foi correndo a costa devagar, entrando e demorando-se em diversos pontos, e nomeadamente na bahia, hoje chamada de Bombaim. Levava comsigo Garcia da Orta, o qual, desejoso de se instruir, e curioso de ver as novidades d'aquella celebre e apregoada região, não perdeu os numerosos ensejos de ir a terra, que lhe proporcionava de certo uma navegação costeira e vagarosa. Visitou então pela primeira vez o famoso templo de Elephanta, sendo o primeiro europeu, que nos dá noticia de algumas das suas feições. A data da sua visita consta mui claramente da seguinte passagem que se encontra no *Coloquio do Turbit:* «Verdade he que aguora está muyto danificado este pagode com gado que lhe entra dentro, e no anno de trinta e quatro, que eu vim de Portugal estava couza muyto pera ver; e eu o vi, estando Baçaim de guerra comnosquo; e lo guo o deu El-Rey de Cambaia a Nuno da Cunha[2]». Vemos pois não só que elle ía na armada, como tambem que esta —segundo diz egualmente Couto— foi no fim do anno correr demoradamente a costa do norte.

No emtanto Bahádur, pezando-lhe já haver rompido em Diu as negociações, mandava a Nuno da Cunha um embaixador —a que os nossos escriptores dão o nome de Xacoez— levando-lhe propostas de paz extremamente vantajosas. Cedia a Portugal Baçaim, com todas as suas terras e rendas; sujeitava em parte o commercio do Guzarate á fiscalisação dos portuguezes; obri-

---

[1] Fernão Lopes de Castanheda, *Historia do descobrimento e conquista da India,* livro VIII, capitulo 82; Barros, IV, I, 27.

[2] *Coloquios,* fl. 212, v.

gava-se a não construir nos seus portos navios de guerra, e fazia outras concessões importantes. O embaixador encontrou-se com Nuno da Cunha em frente de Baçaim para onde este viera, a fim de vigiar mais de perto as operações militares e as negociações diplomaticas. Para ali foi tambem chamado Martim Affonso, não só porque a sua presença na costa de Surate se tornava desnecessaria, como porque a sua assistencia e conselho seriam requeridos em negocio de tanta importancia. Depois de alguma demora, destinada mais a dissimular a sua satisfação, do que significativa de hesitação ou duvida, o governador acceitou as propostas de paz. Com effeito a cedencia de Baçaim, para ali construir uma fortaleza admiravelmente collocada, e a posse das suas riquissimas rendas, constituia um verdadeiro triumpho diplomatico, obtido pela sua energia, e ao mesmo tempo pela sua prudencia e persistencia. Aos vinte e tres dias do mez de dezembro do anno de 1534, e a bordo do galeão S. Matheus, surto no porto de Baçaim, celebrava-se com grande solemnidade o contrato entre «o muito manifiquo senhor o senhor nuno da cunha do conselho d'el-Rey nosso senhor, veedor de sua fazenda, capitão gerall e guovernador da India» e «xacoes embaxador d'elRey bador Rey de canbaya», assignando como primeira testemunha «martim affonso de sousa, capitam moor do maar[1]».

Facilmente podemos imaginar com quanto interesse o doutor Orta, saído poucos mezes antes da sua vida tranquilla de Lisboa, das suas graves e aridas prelecções de summulas na universidade, devia assistir a estes con-

---

[1] Veja-se o contrato ou tratado no *Tombo do estado da India* de Simão Botelho, modernamente publicado pelo academico Rodrigo José de Lima Felner, *Subsidios para a historia da India portugueza*, pag. 134. Note-se que, por erro do secretario ou copista, a data do contrato vem trocada em 1543, o que já observou Felner na sua *Noticia preliminar*.

tratos de paz, a estas scenas completamente novas para elle; com quanto interesse devia notar o traje e feições do embaixador de Cambaya e do seu sequito, indagando já de um ou de outro, algumas cousas relativas ao trato, ás drogas e aos simples das suas terras. A bordo do galeão S. Matheus travou elle de certo conhecimento com um certo coje Perculim, que ali estava e assignou o contrato na qualidade de interprete ou de «linguoa». Era este Perculim um persa, mercador rico, instruido a seu modo «bom letrado á sua guisa», o qual depois lhe deu excellentes informações sobre o *aloes,* o seu commercio, e os seus nomes em «turco, e persio e arabio[1]».

Os primeiros mezes do anno de 1535 passou Garcia da Orta, ou em Baçaim, onde Martim Affonso ajudava o governador no provimento das cousas necessarias á construcção da nova fortaleza, ou cruzando na costa do norte, vindo a final a Chaul para invernar já nos fins de abril, ou principios de maio. Preparavam-se no emtanto novos e mais graves acontecimentos, que deviam ter para Portugal consequencias importantes, e fam envolver o nosso naturalista em aventuras pouco proprias do seu caracter pacifico, as quaes não têem sido —que eu saiba— notadas ou apontadas pelos que d'elle se occuparam. Se eu escrevesse a sua chronica, poderia fazer capitulo á parte das paginas seguintes, e intitulal-o: De como o doutor Orta foi guerrear o Grão-Magor, e do que sobre isso succedeu.

Nove annos apenas antes do momento a que nos estamos referindo, apparece na historia propriamente da India, um homem em extremo notavel a todos os respeitos, Zahir-ed-din Mohammed, mais conhecido pela sua alcunha tartara de Báber—o lião. Era, pelo lado paterno, um descendente directo de Timúr, ou Tamer-

[1] *Coloquios,* fl. 4.

lão, e vinha pelo lado de sua mãe, de raça mongol, da linhagem de Ghingiz Khan. Tinha, como se vê, bom sangue de conquistadores nas veias, e não mentiu a esse sangue. Depois de uma mocidade tão aventurosa e accidentada, que a sua historia constituiria uma verdadeira epopeia, Báber invadiu a India, tomou Delhi e Agra, e derribou a dynastia afghan de Lodi, já quasi moribunda. Fundava assim o grande Imperio de Delhi, geralmente chamado do Grão-Mogol, o qual com o correr do tempo veiu a abranger quasi toda a peninsula Indo-gangetica, e a formar um dos mais poderosos estados, não só do Oriente, como do mundo. Báber occupou o throno de Delhi durante bem poucos annos, os sufficientes no emtanto para alargar e consolidar os seus novos estados, que deixou, bastante engrandecidos, a seu filho Humáyún. Não tardou muito que entre este e Bahádur se suscitassem graves desintelligencias, ás quaes os nossos chronistas se referem miudamente. Gaspar Corrêa com muita incorrecção, Barros e Couto, mais chegados á verdade, contam os motivos das differenças que houve entre os dous vizinhos, e a historia das embaixadas que «o rei dos magores» mandou ao «sultão de Cambaia[1]». A verdade é que Bahádur dera imprudentemente a Humáyún varias e graves rasões de queixa; acolhêra na côrte um cunhado d'elle Mohammed Zemán Mirza, que conspirára contra o seu governo e a sua vida, o qual —seja dito de passagem— o nosso Garcia da Orta conheceu pessoalmente; concedêra a um membro da familia desthronada de Lodi, Alá-ed-din, e a seu filho, Tatar Khan, favor e activa protecção; e alargára as suas vistas sobre os territorios de Mewar, cubiçados talvez por Humáyún[2]. Bahádur, habituado á vizinhança da velha e desmantelada dynastia dos Lodi, não comprehen-

[1] *Lendas*, III, 576 e 587: Barros, IV, V, 16; Couto, IV, IX, 5.

[2] Elphinstone, 442; William Erskine, *History of India under Báber and Humáyún*, II, 41 e seguintes.

dia evidentemente todo o poder do novo e vigoroso estado, que agora se levantava a seu lado, nem fazia a justiça devida a Humáyún, o qual herdára algumas das qualidades de seu pae—o grande Báber. Depressa, porém, e á sua custa, aprendeu o que elle valia.

Descansado pelo lado do mar depois das pazes de Baçaim, Bahádur partíra para o interior com um colossal exercito[1], a fim de reduzir á obediencia o reino rebellado de Mewar; e tinha de feito tomado a sua capital Chitór, distinguindo-se no assedio e entrada d'esta praça, Diogo de Mesquita e outros portuguezes, que então andavam, como prisioneiros, na sua companhia. Ao mesmo tempo, porém, Humáyún invadia o Guzarate á frente das suas tropas, e vinha encontrar Bahádur, já depois da tomada de Chitór, entrincheirado em um forte acampamento, junto a Mandésor. Não sei se Bahádur seria tão grande e refinado cobarde, como o descreve Diogo do Couto; mas era sem duvida um espirito fraco, voluvel, arrogante na prosperidade, e prompto a desanimar nas circumstancias adversas. Havia sido feliz nas suas primeiras expedições militares, mais em resultado da fraqueza dos adversarios, do que em virtude da sua propria coragem ou habilidade. Encontrava agora um inimigo verdadeiramente aguerrido, e não teve animo de encarar a perspectiva de uma batalha campal. Depois de permanecer muitos dias encerrado, fugiu vergonhosamente do acampamento durante a noite; e quando de manhã correu a noticia d'esta fuga, o seu exercito dispersou-se, em um d'aquelles completos panicos, e desordenadas derrotas, tão frequentes n'estes heterogeneos aggregados de gentes e raças diversas, que constituiam os grandes exercitos orientaes. Bahádur fugíra para Mandú, e sendo perseguido, foi encerrar-

---

[1] Póde ver-se em Castanheda, livro VIII, capitulo 94, a relação, exagerada de certo, das forças que compunham este exercito.

se em Champánir, um forte considerado inexpugnavel; mas ainda ali se não julgou seguro; fugiu para o porto de Cambaya, e d'ahi fugiu emquanto encontrou terra adiante de si, indo finalmente parar em Diu, d'onde ainda queria fugir para a Meca. No profundo terror dos mongoes, que se apossára do seu espirito, lembrou-se dos seus velhos adversarios e novos amigos, os portuguezes; e despachou um mensageiro, que alguns dizem ter sido Diogo de Mesquita, a pedir o seu auxilio.

Diogo de Mesquita foi por terra de Surate a Baçaim, e d'ali a Chaul, onde encontrou o capitão mór, a quem deu miuda conta do que se passava, e de como Bahádur mandava pedir o auxilio do governador, e lhe pedia tambem a elle (capitão mór) que se fosse a Diu. Martim Affonso comprehendeu desde logo toda a importancia do ensejo, e viu que agora, ou nunca, chegára o momento de obter a desejada fortaleza. Expediu Diogo de Mesquita para Goa, mandando dizer ao governador, que lhe parecia necessario ir immediatamente a Diu, ainda que fosse «por debaxo d'agoa»; e que lhe cumpria partir logo, pois estava mais perto. Não attendeu ás ordens em contrario que recebeu do governador e partiu. Foi quasi «por debaxo d'agoa», como dissera, porque tendo a armada ainda varada para invernar, tomou quatro embarcações ligeiras «quatro catures esquipados» e chegou á barra de Diu meio alagado. Chegavam ali tambem n'esse momento Simão Ferreira e Diogo de Mesquita, que vinham de Goa mandados pelo governador. Como era de esperar, Bahádur estava disposto a fazer todas as concessões, e immediatamente consentiu na erecção da fortaleza, permittindo ao capitão mór, que para isso elegesse o logar que mais lhe aprouvesse[1]. Martim Affonso foi desde logo escolher e marcar o sitio, hasteando ali a «bandeira das armas

[1] *Lendas*, III, 609 a 618; Felner, *Subsidios*, 217 a 219.

reaes», e começando alguns trabalhos. N'esta aventurosa travessia nos catures, ía Garcia da Orta, segundo elle proprio diz mui claramente «... mas sabei que, quando aquelle invencivel capitam Martim Affonso de Sousa foi com quarenta homens a Dio, por mandado do soldam Bhadur (que era o mais poderoso Rey da Mourama) e lhe deu com tanto risquo e esforço e saber seu a cidade de Dio, tão nomeada por todo o mundo, eu estava com elle...[1]».

Dias depois chegou Nuno da Cunha com algumas fustas, e foi successivamente reunindo-se em Diu a sua armada, e a do capitão mór, que ficára varada em Chaul, mas fôra desde logo lançada ao mar. O governador vinha naturalmente satisfeito com o successo; e ressentido ao mesmo tempo de Martim Affonso se ter adiantado em negocio de tanta honra, no qual elle se empenhava particularmente, e lhe fôra commettido de modo especial. Dissimulou no emtanto este ressentimento, com a sua habitual prudencia, e entre os dois fidalgos trocaram-se apenas a tal respeito algumas phrases, azedas no fundo, perfeitamente correctas e cortezes na fórma[2]. Chegado Nuno da Cunha, o concerto das pazes ultimou-se rapidamente, e o contrato foi solemnemente assignado a 25 do mez de outubro de 1535[3]. Obtinha-se assim a entrada n'essa desejada Diu, que depois foi tumulo de muitos portuguezes, campo de muitos e heroicos feitos de armas, e que ainda hoje pertence a Portugal. Assignado o contrato, Nuno da Cunha começou a prover, com toda a energia e actividade, na construcção da fortaleza, com annuencia e agrado de Bahádur, o qual vinha mesmo de quando em quando visitar as obras e zombava com os fidalgos portugue-

---

[1] *Coloquios*, fl. 205.
[2] *Lendas*, III, 621.
[3] Felner, *Subsidios*, 220.

zes, que andavam acarretando pedra ás costas, dando assim exemplo aos soldados e marinheiros.

No emtanto o nosso Garcia da Orta, andava *oucioso,* como elle proprio nos diz, e entretinha-se em observar a «opulencia e trato d'essa cidade», visitando particularmente o bazar[1], o obrigado ponto de reunião nas terras orientaes. Interessante devia ser esse bazar de Diu, «ho lugar de mór trato» que então havia por aquellas partes, ao qual concorriam os mercadores de todo o Oriente. Podemos imaginar quanto seria animada a scena nas estreitas ruas do bazar, onde, sob um céu implacavelmente azul, feridos pelo sol vivo, se cruzavam os mais variados e pittorescos trajes e figuras; baneanes prudentes e circumspectos, incapazes de matarem uma mosca, desviando-se para não pisarem uma formiga, emprestando dinheiro a dez por cento ao mez, vestidos em largas camisas de seda ou de algodão, com os turbantes collocados sobre os cabellos negros, atados em trunfa, ornados de flores cheirosas; ricos mercadores persas de Schiraz ou de Bassora, trajando opulentas cabaias do famoso brocado, tecido em Baghdad; beduinos magros, chegados de Aden com os seus finos cavallos do Yemen, envolvidos nos burnus claros de lã grossa; montanhezes do Afghanistan, incultos e arrogantes, com as barbas negras e hirsutas escondendo quasi os rostos bronzeados; marathas, descidos dos seus inacessiveis Ghattes septentrionaes, selvagens e semi-nús; turcos soberbos, com os seus altos turbantes, seguidos de pagens, levando nas mãos os seus terçados, guarnecidos de oiro; brahmanes de Surate ou de Cambaya, sobraçando os alvissimos pannos de fino algodão, trazendo ao pescoço os mysteriosos fios, signal da raça privilegiada; yogis mendicantes, intonsos e fanaticos, descarnados como espectros; soldados da armada, fu-

[1] *Coloquios*, fl. 205.

gidos por um momento aos trabalhos da fortaleza, de espada á cinta buscando aventuras; mussulmanas, escondidas sob os longos veus escuros, que permittem apenas entrever o brilho dos olhos negros, alongados pelo antimonio; bailadeiras, apertadas nas saias estreitas, os ventres nús, e os pequeninos peitos tersos apenas cobertos pelos corpetes bordados, deixando atraz de si, como um rasto, o vago perfume do sandalo, e o tilintar provocante das manilhas de prata. Todas as cores e todos os cambiantes, desde o preto retinto do abexim, chegado de fresco de Massauá, até ao tom claro, fino, levemente dourado da nobre senhora hindú. Todas as linguas, cruzando-se em uma especie de Babel moderna, desde o arabico e o persiano, o guzarati e o marathi, até ao tamil dos malabares do sul, á *lingua franca* do Mediterraneo, fallada por algum judeu maughrabino, ou algum veneziano disfarçado, e ao legitimo portuguez dos soldados, trocando dichotes em vernacula giria de Alfama ou da Ribeira das Náus. Expostos á venda os mais variados productos; as sedas da China; os cocos, a areca, o gengibre, o sandalo e a pimenta do Malabar; os beiramos e baetilhas de Chaul e Dabul; os chamalotes de seda, e os pannos de algodão da propria Cambaya; o trigo, o gergelim e o opio tambem da terra; o coral, o açafrão, e as aguas rosadas de Aden e da Meca; os tapetes e os cramesis da Persia; todas as tintas e todos os perfumes misturando-se na pittoresca confusão do bazar indiano.

Garcia da Orta devia passar ali tardes excellentes, examinando o opio, o gengibre, e a pimenta, perguntando pelo manná, ou pelo mysterioso amomo, emendando os erros commettidos por Plinio, verificando algumas asserções de Dioscorides ou de Avicenna, sorrindo ao lembrar-se das inexactidões, que na Europa accummulavam o douto Manardo, ou o erudito Ruellio. Uma tarde estava elle ali, assentado á porta de um baneane, quando acertou de passar uma mulher, levando um

sacco de turbith para vender. Reconheceu a natureza da droga, e esteve então perguntando ao baneane muitas cousas sobre o turbith, como o chamavam os mouros e os marathas, para onde o vendiam e como o applicavam os medicos da terra. O baneane deu-lhe sobre todos estes pontos informações muito completas, fez-lhe ver como aquelle turbith era excellente, gommoso e branco, e tanto lhe disse que lh'o vendeu a 60 reais os vinte sete arrateis; por signal que o enganou descaradamente, pois acabava de o comprar pela quarta parte d'este preço á pobre mulher. É curiosa esta compra do turbith á porta do baneane, emquanto ali perto se fam levantando os famosos muros, que deviam illustrar os nomes gloriosos de Antonio da Silveira, de D. João Mascarenhas e de D. João de Castro.

As obras da fortaleza proseguiam com actividade, os muros cresciam a olhos vistos, e no solo fam-se escavando as grandes cisternas que depois foram tão uteis, quando a Bahâdur veiu noticia de que Humáyún fa em retirada para Delhi. Effectivamente chamava-o á sua capital a revolta do celebre Shir Khan, que depois teve gravissimas consequencias, mas nos interessa n'este momento, unicamente por ser a causa determinante da retirada de Humáyún. Parece que Bahâdur cobrava animo, tão rapidamente quanto o perdia; e apenas soube que os mongoes evacuavam os seus estados quiz partir em seu seguimento. Pediu então ao governador um corpo de portuguezes para o acompanhar, e indicou Martim Affonso como pessoa muito do seu agrado para o commando d'esse corpo.

A commissão era perigosa e sobretudo extremamente desagradavel. De feito, se o grosso das tropas de Humáyún fa já em marcha para Delhi, ficavam ainda espalhadas pelo Guzarate muitas partidas, algumas bastante numerosas para constituirem verdadeiros exercitos. Nem o rei, nem os soldados do Guzarate podiam inspirar a mais leve confiança. Era muito de crer que se dis-

persassem ao primeiro rebate de proximidade de mongoes[1], deixando os portuguezes na dura alternativa de fugirem tambem, ou de serem victimas em uma causa estranha, na qual não estavam envolvidos directa, nem indirectamente os interesses do seu paiz. Por outro lado seria difficil, sem quebra de honra, recusar a Bahádur o auxilio pedido, no momento em que elle acabava de conceder o terreno para a fortaleza. Nuno da Cunha, não querendo tomar sobre si toda a responsabilidade da resolução, reuniu em conselho os capitães da armada. Mas ahi Martim Affonso de Sousa, que, na sua qualidade de capitão mór do mar, era o primeiro a usar da palavra, resolveu a difficuldade, offerecendo-se para partir, e pedindo ao governador «que lhe fizesse mercê conceder-lhe aquella jornada, porque negando-lha maior risco corria a fama do nome portuguez que a sua vida»; e acrescentando que «só pela confiança que aquelle rei attribulado tinha nos Portuguezes, se lhe havia de conceder o que pedia[2]». Agradeceu-lhe o governador esta determinação, nomeando-o desde logo para commandar a expedição, e assignando-lhe quinhentos homens para o acompanharem. Então acudiram a offerecer-se para partir os melhores e mais lustrosos da armada, e entre elles um grupo de fidalgos moços e destemidos, que encontrâmos sempre junto de Martim Affonso nas occasiões arriscadas, aquelles a quem Gaspar Corrêa chama «uma liga de fidalgos seus amigos, muito de sua crença». Foram, n'esta expedição, seu primo Manuel de Sousa, Fernão de Sousa de Tavora, Francisco de Sá dos oculos, D. Diogo de Almeida Freire, Martim Corrêa da Silva, Manuel de Sousa de Sepulveda, Antonio Moniz Barreto e outros. Íam bem

---

[1] Os soldados de Hamáyún não eram mongoes, e sim turcos chagatais, misturados já com tropas indianas; mas aquelle nome, posto que incorrecto, tem sido geralmente usado.

[2] Couto, IV, IX, 10.

apercebidos e luzidamente armados, levando couraças e capacetes, lanças e adargas. Bahádur fornecêra os seus melhores cavallos—e devia ter os mais finos e nobres de toda a Arabia, porque o commercio dos cavallos era um dos mais importantes dos seus portos, e aquelle que procurou sempre reservar para si nos tratados de paz. Pois n'esta arriscada expedição, entre estes destemidos fidalgos, ía o doutor Garcia da Orta, montado tambem em um dos puro-sangues de Bahádur, que, devemos suppor, seria escolhido entre os mais mansos.

Passando de Diu á terra firme, foram atravessando toda a peninsula do Guzarate, mais propriamente chamada do Kathiawar. Encontravam aqui ou ali guerrilhas de mongoes, que andavam desmandados, roubando e saqueando pelos campos, e fugiam diante das tropas mais numerosas de Cambaya, ou, sendo surprehendidos, caíam victimas do seu descuido. Estes encontros, ainda que pouco graves, eram sufficientes para mostrar que os soldados de Cambaya estavam mais dispostos a desertar do que a combater. Bahádur nem de dia, nem de noite se arredava um passo do lado de Martim Affonso, procurando apoio e coragem no animo perfeitamente tranquillo do capitão portuguez, a quem dizia em segredo a pouca confiança que tinha nos seus. Uma manhã ao darem-lhe a noticia, que de noite fugíra boa parte da tropa, voltou-se para Martim Affonso, exclamando:

—Que te parece d'esta minha gente?

A final, já muito proximo a Ahmedábád, saíu-lhes ao encontro um corpo de cavallaria de sete ou oito mil homens escolhidos, commandados por Mirzá Askarí, um irmão de Húmáyun. Foram avisados da sua vinda, pelo tropel de gente que fugia das aldeias, e Bahádur sobresaltado, voltou-se naturalmente para Martim Affonso, perguntando-lhe o que devia fazer. Este conseguiu serenal-o um pouco, e levou-o para um monte que

se levantava no campo, onde mandou hastear o estandarte real. Grupado ali o exercito, e acolhendo-se para aquelle ponto numerosos fugitivos, cobriram as encostas do monte de tão densa multidão, que Mirzá Askarí, julgando ser tudo gente de guerra, não ousou commetter aquella posição e voltou para Ahmedábád. A experiencia era porém mais que sufficiente para mostrar o que valia a tropa de Cambaya; e Bahádur, receiando novas ciladas, resolveu voltar para Diu, tomando então os portuguezes a retaguarda do exercito, para que a retirada se não transformasse em completa derrota. Assim vieram parar, em frente de Diu, á «quintan do Meliquias», uma grande quinta ou horta, que fôra do famoso Melik Eiaz, d'onde passaram para a ilha. Vinha Bahádur muito satisfeito com os seus portuguezes; e estes naturalmente muito alliviados ao verem concluir, melhor do que era licito esperar, aquella louca expedição[1].

É perfeitamente caracteristico o modo por que Garcia da Orta se refere á expedição. Nem conta miudamente o que succedeu, nem se demora a encarecer os perigos por que passou, e apenas faz a este acontecimento duas curtas allusões. Discutindo no *Coloquio das hervas* o

---

[1] Barros, IV, VI, 16; Couto, IV, IX, 10; *Lendas*, III, 655 e seguintes. É claro que em um trabalho d'esta ordem, no qual toco na historia de passagem, eu não posso demorar-me no longo e difficil exame da concordancia dos diversos escriptores. O oriental Ferishta é particularmente deficiente em toda esta historia de Bahádur (l. c. IV, 128), e alem d'isso merece pouca confiança em tudo quanto diz respeito ás relações com os christãos. William Erskine, na sua aliás excellente historia de Humáyún, é n'esta parte um tanto confuso (l. c. II, 81 e seguintes), e mostra desconhecer os escriptores portuguezes, o que é verdadeiramente indesculpavel, tratando d'este periodo particular. A relação da expedição, tal qual a resumi, deve ser na essencia correcta. Foi verdadeiramente um simples reconhecimento; e nas posteriores operações de guerra, que restituiram a Bahádur os seus estados, os portuguezes não tomaram parte.

tratamento da diarrhéa, e dizendo que os arabes «curam as camaras com opio retificado com noz», acrescenta: «E eu vi curar asi a hum arabio, quando andava com aquelle grande soltam Badur na guerra, em companhia de Martim Affonso de Sousa, meu amo[1]».

No *Coloquio do melam* (melão) e a proposito do tratamento das febres, diz: «Caminhando com o soltam Bhadur, em companhia do senhor Martim Affonso de Sousa, adoeceo elle de febres, e chamou-me elRey e perguntou-me como havia de curar a Martim Affonso d'aquellas febres...» Garcia da Orta disse-lhe então que o sangraria, e lhe daria xarope de sumo de limões, romãs e assucar, e o purgaria com manná e ruibarbo; mas Bahádur não se deu por satisfeito, e observou-lhe que os portuguezes não sabiam curar febres, e que não havia tão bom remedio como uma dieta absoluta e prolongada. A estes reparos entendeu prudentemente o nosso medico que não devia responder porque Bahádur «era voluntario, e ho maior Rey que havia na Mourama; e mais por não ser letrado[2]». Singularissima conferencia esta, entre o despota oriental e o licenciado de Salamanca; e que nos dá um traço intimo e vivo d'aquelles memoraveis successos.

D'estas allusões, posto que curtas e indirectas, se vê bem claramente que Garcia da Orta, assim como não havia abandonado seu amo na perigosa travessia do golfo de Cambaya nos quatro pequenos catures, e em estação ainda tempestuosa, o não abandonou tambem n'esta arriscada expedição pelas terras do Guzarate. Interessa-nos egualmente saber que elle não só visitou os portos da India septentrional, como penetrou no interior, atravessando toda a peninsula do Kathiawar, desde Diu na sua extremidade occidental até ás pro-

---

[1] *Coloquios*, fl. 109 v. A pagina deveria ser 109; mas por um dos innumeraveis erros da edição está marcada 119.

[2] *Coloquios*, fl. 145 v.

ximidades da grande cidade de Ahmedábád. Teve assim occasião de ver directamente e pelos seus olhos o aspecto da vegetação d'aquella parte da India, de clima mais temperado, e um tanto arida, quando comparada com as terras mais viçosas e ricas do Concan, Canará e Malabar que posteriormente visitou.

Pouco depois do regresso a Diu, partiram para Goa Nuno da Cunha e Martim Affonso, demorando-se ali todo o verão —chamado pelos nossos chronistas inverno— do anno de 1536. Se acreditarmos no que nos diz Gaspar Corrêa, não eram então muito cordiaes as relações entre o governador e o capitão mór do mar. Nuno da Cunha sentia-se da liberdade de linguagem, e da influencia de Martim Affonso, o qual «trazia sobre sy hum apartamento e companha de fidalgos e gente que o muyto agardavão». Conservavam porém todas as fórmas, visitando-se a miudo, e praticando amavelmente quando se encontravam na igreja.

Chegaram no emtanto novas do Malabar, que obrigaram o governador a expedir para ali Martim Affonso, o qual partiu logo que o estado do mar o permittiu, acompanhando-o na primeira parte da sua viagem o conhecido escriptor, Antonio Galvão, que então ía governar as Molucas. Martim Affonso levava uma numerosa armada de galés, galeotas, fustas e catures, commandadas em parte pelos fidalgos da sua *liga* e da sua *crença;* e levava tambem na armada o seu medico Garcia da Orta.

CAPITULO V

O MALABAR

As terras do Malabar offereciam ao nosso naturalista um campo de observações e pesquizas completamente novo, e extremamente rico em variados productos vegetaes que não havia visto no norte.

Entre as causas que contribuem para determinar o clima das diversas partes da India, e portanto a distribuição á sua superficie das plantas interessantes e uteis, tem o phenomeno das monções um dos primeiros, se não o primeiro logar. E este phenomeno influiu tambem, e muito de perto, em todos os successos das nossas guerras indianas, pois d'elle dependiam as communicações com o reino, e os periodos de repouso ou actividade das operações militares. É portanto necessario examinar brevemente em que consiste, limitando-nos a considerar a sua influencia na costa occidental d'aquella região.

Durante os mezes de inverno reina em toda esta costa, e em todo o mar que medeia entre a India, a Arabia, e a Africa a monção de nordeste, a qual não é mais do que o geral —que alguns chamam hoje *alisado*— do nosso hemispherio, soprando regularmente da zona de

calmas de Cancer até á zona de calmas do Equador. Se não interviessem ali causas especiaes, este vento seria constante, como é em outras longitudes, por exemplo no Atlantico. Chegados porém os mezes de verão e aquecida a enorme extensão de terras da Asia, determina-se uma aspiração poderosissima, que não só suspende, como inverte este curso das correntes superficiaes, começando então a soprar ali o vento de sudoeste. Esta attracção estende-se ao longe, e sob a sua influencia o geral sueste do hemispherio austral passa para áquem do Equador, e, desviando-se para leste, já pela propria acção do continente aquecido, já em virtude do movimento de rotação da terra, vem reforçar ou constituir a monção do sudoeste. Assim alternam periodica e quasi mathematicamente as duas monções, devidas ás causas geraes que regulam os movimentos da atmosphera terrestre, alteradas ou modificadas n'esta parte pela desigual distribuição das terras e dos mares nos dois hemispherios[1].

Nos mezes de novembro a março a monção de nordeste póde-se considerar estabelecida em toda a costa indiana. O vento é então moderado e constante, o tempo magnifico e a navegação facil. Fazem-se sentir nas proximidades da costa as virações e os terraes, alternando nas vinte e quatro horas. Os terraes particularmente, que a monção não contraría, encontram-se ás vezes a grandes distancias ao mar. Era este o periodo da maior actividade nos mares da India, em que a entrada nos rios era facil, em que as barras estavam abertas, em que navegavam á vontade os barcos pequenos, como fustas e catures. Por fins de março e em abril o tempo é já variavel; e em maio, mais tarde ou mais

---

[1] Maury, *The physical geography of the sea*, 60; Grisebach, *La végétation du globe*, tr. francaise de P. de Tchihatchef, II, 1 a 10.

cedo segundo as latitudes, estabelece-se a monção de sudoeste. A chegada da monção é geralmente rapida e violenta, acompanhada de grandes trovoadas, golpes subitos de vento dos quadrantes do sul, e chuvas torrenciaes. Sir Emerson Tennent no seu excellente e classico livro sobre Ceylão, faz-nos uma descripção pittoresca e viva d'esta transição, tal qual a observou n'aquella ilha, a qual se póde applicar com leves alterações á costa proxima do Malabar. Mostra-nos a vegetação exhausta pelos intensos calores de março e abril, o homem e os animaes, opprimidos pela atmosphera abafada, aguardando anciosamente a chegada da monção, e depois a natureza revivendo rapidamente em presença d'esse grande elemento, a agua[1]. Nos mezes de junho e julho até agosto, a monção de sudoeste fixa-se; o mar é grosso e de travessia, as chuvas abundantes. Hoje mesmo a navegacão é difficil durante este periodo; mas no XVI seculo, em catures de bôca aberta, em fustas pequenissimas, em galés e naus mal apparelhadas era impossivel. Ao ler os nossos chronistas é necessario ter sempre em vista que esta era a estação a que chamavam inverno. Então recolhiam as armadas nos rios e portos para invernarem, varando-as em terra e aproveitando o forçado descanso para limparem e corregerem os fundos. Então ficavam as nossas fortalezas isoladas, sem meios de se soccorrerem, nem quasi de se communicarem. Todos têem presentes á memoria os successos do segundo cerco de Diu, e todos se lembram dos trabalhos que D. Alvaro de Castro passou no golfo de Cambaya, pois, apertado pelas circumstancias, navegava ainda fóra da monção. Fóra da monção, foi tambem Garcia da Orta com Martim Affonso, de Chaul para Diu, como contámos no capitulo anterior. Seria facil multiplicar os exemplos, que provam quantas vezes as monções deci-

---

[1] Tennent, *Ceylon*, 5.th edition. I, 58,

diram, e sem appellação, os successos de guerra. Pelos fins de agosto o tempo começa a melhorar, conserva-se ainda variavel em setembro, e no decurso de outubro fixa-se de novo a monção de nordeste. Tal é exposta, rapida e grosseiramente, a successão das estações na costa occidental da India[1].

A duração das monções não é, porém, a mesma em toda a costa. A monção de sudoeste estabelece-se primeiro a partir do cabo Comorim pela costa do Malabar, onde reina ás vezes já em abril, e onde póde durar seis mezes completos. Vae depois ganhando terreno pelo Canará, Concan e costa do Guzarate, começando successivamente mais tarde e acabando mais cedo, de modo que na costa do norte vem a durar quatro mezes ou mesmo menos. Sendo esta a monção das chuvas, resulta muito naturalmente da sua menor duração, que os climas do norte são menos humidos. A esta causa unem-se outras, derivadas do relevo orographico e varias circumstancias mais, que accentuam esta maior seccura das terras do norte. No Sind ha mesmo uma região desertica, privada de chuvas, a qual é como um retalho do deserto do Saharà, prolongado atravez da Arabia deserta até á India. O Guzarate partilha ainda algumas das condições d'esta região secca que lhe demora ao norte. Alem d'isso está collocado em uma latitude elevada, e proximo ao tropico. D'estas circumstancias resulta que se não dão ali muitas das plantas pura e propriamente equatoriaes e pelo contrario prosperam algumas culturas das regiões temperadas, por exemplo o trigo, que se colhe em abundancia e escasseia d'ali para baixo. Descendo para o sul, o clima vae sendo mais humido, e para isso contribuem, não só a maior duração da estação chuvosa, já apontada, senão tambem outra circumstancia importante. Ao longo da costa

---

[1] P. de Kerhallet, *l'Océan Indien*, 23.

e a pouca distancia d'ella corre a alta cordilheira dos Ghattes occidentaes; e o vento do mar, carregado de humidade, impellido de encontro ás suas vertentes, precipita quantidades de chuva verdadeiramente extraordinarias. Em alguns pontos a chuva annual mede seis metros. No Malabar propriamente dito, é menor; mas ainda é muito consideravel, andando proximo a tres metros, e sendo mais regularmente distribuida. A esta grande e quasi constante humidade, reune-se uma temperatura elevada. O Equador thermico faz aqui uma inflexão para o norte, vindo cortar a costa do Malabar, acima do parallelo de 10°; e a temperatura média é ali superior a 27°. Ao mesmo tempo que é elevada é muito uniforme, sendo pouco sensiveis as oscillações entre as médias de verão e de inverno e as maximas e minimas[1]. Tudo isto constitue uma atmosphera de estufa, singularmente propria á vegetação de certos organismos delicados e exigentes. E comquanto o Malabar se possa reunir ao resto da India em uma grande região botanica, chamada por Grisebach das *monções,* é certo que só por si fórma uma sub-região, bastante caracterisada.

As condições de relevo e constituição do solo são tambem favoraveis á vida vegetal. As terras do Malabar, correndo ao longo da costa «na fralda do mar», são geralmente baixas e chãs; e os rios curtos, mas caudalosos, que descem em grande numero do pendor das montanhas vizinhas, dividem-se ali em numerosos braços, em complicados esteiros, recortando-as em peninsulas, separando-as em mouchões e ilhas, enriquecendo-as com alluviões successivas. João de Barros, que as não viu, mas tomou as mais minuciosas informações dos que bem as conheciam, compara-as com felicidade ás nossas *lezirias;* Camões, que viu uma das

---

[1] Grisebach, *Végét. du Globe,* II, 94 e seguintes; Hooker et Thomson, *Introductory essay to the Flora Indica,* London, 1855, pag. 122.

partes onde esta feição melhor se accentua, compara-as pittorescamente a Veneza:

> Uma ilha que o Rei de Porcá tem
> E que o Rei da Pimenta lhe tomára
> Fomos tomar-lha e succedeu-nos bem.
> .....
> Era a ilha com aguas alagada
> De modo que se andava em almadias
> Em fim, outra Veneza trasladada.

Facilmente se póde comprehender quanto, em taes condições de solo e clima, a vegetação deve ser activa e vigorosa. Nos sitios incultos, o *jungle*, formado em parte de bambus e rotangs, torna-se impenetravel ao homem, e refugio seguro para os tigres e outros grandes animaes. Mas os tractos de terreno onde se patenteava todo o esplendor da vegetação espontanea, eram já no tempo a que nos referimos e mesmo muito antes, cortados por vastas e numerosas culturas; encontravam-se grandes palmares, extensos arrozaes, orlados de arvores. Os coqueiros, comquanto se dêem e prosperem tambem no norte, tinham no Malabar as suas condições de vida predilecta, e attingiam ali a maior perfeição; as arequeiras finas e elegantes eram numerosas, e d'ali se carregava a areca para regiões afastadas. Nas encostas das terras mais altas e já mais chegadas aos Ghattes, cresciam densas florestas de essencias preciosas. Queimavam-se habitualmente nas cozinhas, páu brazil e canneleira; não da boa e fina, que só havia em Ceylão, mas da *brava*, que tambem era valiosa.

As especiarias abundavam. O Malabar foi sempre a terra classica da pimenta. Por ali algures devia estar situada a Cottonara, de Plinio, d'onde levavam a pimenta em almadias para o porto de embarque... «*ex qua piper monoxylis lintribus Baracen convehunt*». O monge Cosmas Indicopleustes chama ao Malabar a terra da pimenta. Os arabes, como Abulféda ou Ibn Batuta dão-lhe o mesmo nome, *belad-el-fulful*. Os francisca-

nos que, por lá andaram nos antigos tempos encarecem a sua abundancia, Fr. Odorico diz, que só ali nascia... *et non in aliqua parte mundi nascitur nisi ibi*[1]. Não era verdade que só ali nascesse, mas era verdade que ali havia grande quantidade; e ali foram depois regularmente as náus de carga de Portugal prover-se de pimenta aos portos de Cochim e outros. Era celebre tambem o gengibre do Malabar. Havia-o em Cananor e ainda melhor em Calicut; aquelle fino «jenjivre beledy», que Affonso de Albuquerque mandava cuidadosamente comprar para satisfazer aos desejos de el-rei D. Manuel[2]. Muitas outras e mui variadas especiarias e drogas se creavam n'aquellas ferteis terras do Malabar, para onde navegava agora Garcia da Orta na armada de Martim Affonso de Sousa.

Ia este accommodar uma das eternas contendas do rája de Cochim, com o rája de Calicut, que começaram quando os portuguezes chegaram á India e nunca mais tiveram fim. Se o clima, o aspecto e as producções do Malabar differiam profundamente do que Orta havia observado no norte em volta de Diu ou de Baçaim, não differiam menos as condições sociaes das duas regiões. Posto que a indole restricta do meu assumpto não exija nem permitta que eu entre em largas explanações sobre a historia da India, devo todavia recordar alguns factos essenciaes, sem o conhecimento dos quaes será difficil comprehender os successos que se seguem, ou mesmo, de um modo geral, as largas narrações dos nossos chronistas.

Quando os portuguezes chegaram á India, havia já alguns seculos que os mouros estavam senhores dos es-

---

[1] Conf. Henry Yule, *Cathay and the way thither*; em diversas passagens.

[2] Carta de 20 de outubro de 1514. *Cartas de Affonso de Albuquerque*, pag. 268.

tados do Hindustão. Não quer isto dizer, que não existissem ali provincias ou tribus hindús independentes; mas unicamente que, tomadas as cousas em globo, os musulmanos dominavam toda a India septentrional ao norte do rio Nerbadda. Áquem do Nerbadda, possuiam tambem o reino do Deckan, ao qual os primeiros portuguezes por uma curiosa confusão entre o nome e a situação chamaram o *reino d'aquem*. Este reino fizera em tempo parte dos estados de Delhi, mas tinha conquistado a sua independencia pelo meiado do XIV seculo, um pouco antes da separação do reino de Guzarate, a que nos referimos no capitulo anterior. Continuou assim unido, governado pela dynastia musulmana de Bahmani, durante o resto do seculo, e quasi todo o seculo seguinte.

Pouco antes, porém, da chegada dos nossos, havia-se o proprio Deckan fraccionado, e governavam ali diversos capitães, que se tornaram independentes, primeiro de facto e depois em nome. Chamam-lhes os nossos chronistas o Hidalcão, o Nizamaluco, o Cotamaluco, o Madremaluco, e o Verido; e teremos occasião de ver em um dos capitulos seguintes quaes eram os seus verdadeiros nomes. Em uma carta, que Affonso de Albuquerque escrevia a 17 de outubro de 1510 a D. Manuel, explicava elle, na sua orthographia caprichosa e grammatica singular, mas com perfeito conhecimento de causa, e clarissima intuição da politica a seguir, este estado interno do Deckan, a vantajosa situação em que nos collocava a rivalidade d'aquelles principes, e a necessidade de favorecer os hindús, creando assim alliados. Não creio que D. Manuel o comprehendesse; e não o comprehenderam de certo, os que depois destruiram pagodes e mesquitas com igual zelo. Mas voltando ao fio da nossa exposição, vemos que todos aquelles capitães eram mouros. Tómo esta palavra mouro na accepção que lhe davam os portuguezes de então, como synonymo de mahometano, como significando crença e não

raça. Com effeito os mouros da India pertenciam a raças variadissimas. O primeiro impulso da conquista musulmana partiu dos arabes, e estes representaram de certo a principio um papel importante, como numero e situação; mas depois vieram para a India contingentes de todas as populações asiaticas, convertidas á nova religião. Assim, entre os mouros da India, havia numerosos persas das diversas provincias; khoraçanys, a que os nossos escriptores chamam coraçones; afghans, a que chamam patanes[1]; turcos em grande quantidade, tanto das tribus mais selvagens do Turquestan, como dos turcos mais cultos do Rúm; e depois alguns georgianos, circassianos, italianos e mesmo francezes renegados, não fallando de grande numero de abexins ou outros africanos, nem dos hindús convertidos. Invasões successivas, exercitos recrutados em toda a Asia, corpos de mercenarios trazidos de longe haviam produzido este amalgama. Acrescia ainda uma circumstancia especial. Na promiscuidade despotica e democratica das côrtes musulmanas, as fortunas rapidas, as mudanças subitas de condição eram frequentes. Os reis rodeavam-se de guardas de escravos ou mameluks, comprados aqui e ali, e muitas vezes os chamavam a occuparem os mais altos cargos do estado. As intrigas e as revoltas levavam facilmente d'esses cargos ao throno; e é na verdade extraordinario o numero de soberanos que saíram da condição servil, e naturalmente chamaram depois para junto de si alguns dos seus compatriotas[2]. Formou-se assim, não uma aristocracia —era mesmo o contrario d'isso— mas uma vasta classe dominante, a que pertenciam os thronos, e os altos cargos administrativos e militares.

---

[1] Designação perfeitamente correcta e usada na India, na fórma pátán. O nome de afghan, hoje mais empregado, é, segundo creio, de origem persa.

[2] Conf. Elphinistone's, *History of India*, 370 e seg.

Esta classe, composta de adventicios, e aventureiros das mais variadas raças e procedencias, tinha um só ponto commum, uma só ligação, a religião islamita. Foram estes os mouros, que os portuguezes encontraram em frente de si, em Goa, em Chaul ou em Diu. De vez em quando, ainda por ligações de interesse ou de religião, recebiam o apoio dos mameluks do Egypto, ou dos rumes da Asia menor.

Sob o governo d'estes mouros existia uma numerosa população hindú, seguindo em geral a religião brahmanica; população opprimida de certo, mas menos do que poderiamos suppor, pois ao fanatismo dos primeiros conquistadores islamitas havia succedido uma tolerancia relativa. Estendia-se este estado de cousas até um pouco ao sul de Goa; mas d'ali para baixo até ao cabo Comorim governavam principes indianos.

O Malabar e em parte o Canará é terra dravidica; isto é, terra que primitivamente foi occupada por um povo distincto dos aryas, e até hoje conserva a marca d'essa occupação no typo dos habitantes, e no uso de uma lingua que se não filia ou prende no samskrito. Seria perfeitamente deslocado procurar aqui indicações historicas nas relações mythologicas dos hindús, nas guerras de Ráma com Rávana, ou na lenda de Parasu Ráma que conquistou milagrosamente ao mar as terras littoraes do sul. A essas relações chamava o nosso João de Barros «um modo de fabulas... um metamorfoseos de transmutações», com irreverencia, que difficilmente lhe será perdoada pelos sabios indianistas de hoje. Passando a tempos relativamente modernos, ainda encontrâmos bastante confusão e incerteza pelo que diz respeito á historia do Malabar. Dos tres reinos antigos da India meridional, o de Pándya, o de Chéra, e o de Chóla, parece que, pelo menos os dois primeiros se estenderam ao Malabar, mas por pouco tempo. Segundo uma tradição, que se afigura acceitavel, viéra no segundo seculo da nossa era para as terras de Kerala,

—que comprehendem o Canará e o Malabar— uma colonia de brahmanes do norte, os quaes governaram ali muito tempo em assembléa geral da sua casta, até que entregaram mais tarde o poder a um principe da casta militar[1]. O que é certo é que da antiga civilisação dravidica, se a houve, restam escassos vestigios. Dos dravidas ficou o fundo da população, e a lingua —o malayálam, que é um ramo bastante alterado do tamil, e ainda hoje é fallado por mais de tres milhões de pessoas ao longo da costa do Malabar[2]. Emquanto á religião, aos costumes, á noção das castas, á civilisação em geral, essa é nos traços principaes perfeitamente aryana e foi introduzida pelos colonisadores ou conquistadores do norte.

Passando a tempos mais chegados ás nossas relações com a India, vemos que os escriptores portuguezes repetem com insistencia uma historia, cujo fundo é o seguinte. Seiscentos annos, pouco mais ou menos, antes de Vasco da Gama descobrir o caminho para a India, reinava em toda a terra do Malabar um rei poderoso, chamado Saramá Pereimal, ou Cirimay Pirençal, o qual, pelo contacto e pratica que começou a ter com os mercadores arabes, se veiu a converter «á seita do abominavel Mafamede». Tornado mahometano, e desejando salvar a sua alma, segundo os preceitos da sua nova religião, deliberou ir em peregrinação á Meca. Fez então testamento em vida, repartindo pelos principes seus parentes as terras do Malabar; e deixando a um sobrinho valido a região de Calicut, que era de pouco valor,

---

[1] Elphinstone, 240.

[2] Cust, *A sketch of the modern languages of the East Indies*, London 1878, p. 70. Duarte Barbosa, o portuguez que melhor viu o Oriente, dava já em 1516 noticia d'esta lingua, e quasi pelo nome correcto, dizendo «N'esta terra do Malabar todos se servem de hũa lingoa que chamaom maliama». *Livro* nas *Noticias Ultramarinas*, II, 313, 2.ª edição, 1867.

mas á qual ligava uma especie de supremacia sobre todas as outras. Concedeu-lhe o titulo de «Çamorij», ou imperador; e entregou-lhe o seu candieiro e a sua espada, significando assim que lhe deixava a luz e a força para governar[1]. É claro que não podemos acceitar a historia em toda a exactidão nitida de suas circumstancias; mas é fóra de duvida que os seus traços geraes devem assentar em successos verdadeiros. Um rei, cujo nome parece ter sido Sri Perumal, tinha effectivamente grandes estados ao longo da costa. Em um manuscripto hebraico, que existia na posse dos judeus de Cochim, e do qual Sir E. Tennent dá noticia, marcavam-se como limites das suas possessões, Goa ao norte, e Columbo ao sul. O coronel Yule adverte, com rasão, que este Columbo se não deve identificar com a cidade do mesmo nome na ilha de Ceylão, e sim com o porto de Coulão na costa do Malabar[2]. De Goa a Coulão é ainda uma boa distancia, que por certo dava margens para um estado poderoso. Por outro lado é sabido que o x seculo foi a epocha do desmembramento d'este estado, ou por repartição voluntaria, ou, o que é mais provavel, por sublevação dos principes contra o seu soberano. Confirma-se pois nos traços principaes a noticia dos chronistas portuguezes[3].

Ficou assim o Malabar dividido em pequenos principados, e conservou-se depois n'esta situação. Pelo anno de 1342 passou por ali o conhecido viajante Ibn Batuta, o qual, em uma das mil peripecias da sua vida aventurosa, ía então fazendo parte de uma embaixada, enviada pelo poderoso e phantastico Mohammed Tu-

---

[1] Duarte Barbosa, l. c, 312; Barros, I, IX, 3; *Lusiadas*, canto VII, estancia 32 e seguintes.

[2] *Cathay*, 72.

[3] A versão mahometana da historia póde ver-se em Brigg's *Ferishta*, IV, 531. É curiosa a confrontação d'esta versão como a dos nossos chronistas.

glak ao imperador da China. A sua descripção minuciosa e apparentemente exacta mostra-nos um paiz em estado florescente; nos portos havia grande riqueza e muito movimento, tanto de embarcações arabes dos estreitos e costa de Oman, como de juncos da China; os campos apresentavam-se bem cultivados, não havia palmo de terra em que não existisse povoação, estando todas as casas rodeadas de pomares, circumdados de «paredes de madeira»; e governavam ali «doze Soltões dos Cafres[1]», o que na bôca de um mahometano significa simplesmente doze principes gentios independentes.

Excepto pelo que diz respeito ás viagens dos juncos chins, que haviam cessado no intervallo, e a algumas mudanças secundarias no numero e circumscripção dos principados, conservavam-se as mesmas condições quando ali chegou Vasco da Gama. Os escriptores portuguezes enumeram para o sul do monte Delly nada menos que os seguintes reinos: Cananor, Calicut, Tanor, Cranganor, Cochim, Repelim, Pimenta ou Chembé, Porcá, Coulão e Travancor[2]. É verdade que elles concederam com muita generosidade o nome de reis a alguns rájas secundarios, cuja jurisdicção se estendia ás vezes menos que a de certos zemindars modernos; o rei de Tanor era um pequeno feudatario de Calicut; o de Cochim, antes da chegada dos portuguezes, tinha tão pouca auctoridade, que nem lhe era permittido cobrir os seus paços com telha; os estados de Repelim e da Pimenta eram tão pequenos, que não é facil marcar a sua situação na carta; e o rei de Porcá não passava de um chefe de

---

[1] *Viagens de Ben Batuta*, tr. do arabico por José de Santo Antonio Moura, Lisboa, 1855, II, 242. Póde vêr-se tambem a edição e traducção franceza de Defrémery e Sanguinetti, muito mais correcta.

[2] Couto enumera mesmo mais alguns; mas estes são os mais conhecidos.

algumas aldeias, cujos habitantes exerciam o mister humilde de pescadores, ou a profissão menos honesta de corsarios. Como, porém, estes reis contrahiam facilmente allianças entre si, como as suas terras eram densamente povoadas e os seus naires aguerridos, deram-nos muitas vezes que fazer.

Dissemos antes que os mouros não governavam no Malabar, e é verdade que ali não havia soberanos islamitas; mas não se segue que não existissem mercadores d'esta religião. Eram pelo contrario numerosos, ricos e influentes; e em parte alguma fizeram aos portuguezes mais encarniçada guerra. Houve para isso duas rasões. Em primeiro logar o elemento arabe dominava na colonia musulmana do Malabar, pois os mouros ali estabelecidos descendiam dos negociantes, que desde tempos remotos partiam dos portos da Arabia e navegavam para oriente; e entre os arabes conservava-se mais vivo o fanatismo musulmano, e o odio aos christãos, já um tanto apagado entre a mistura de persas e turcos do norte. Alem d'isso para o mercador arabe do Malabar a lucta era verdadeiramente *a struggle for life*. Os soberanos do norte, embora incommodados pela presença dos portuguezes, tinham os seus principaes interesses engajados nas contendas interiores com os estados da India central. Pensavam ou diziam, o que orgulhosamente dizia Bahádur Shah: «As guerras do mar são cousas de mercadores, com que os Reys nom he sua honra entender». Os arabes de Calicut ou de Coulão pelo contrario viviam exclusivamente do commercio maritimo, e para elles a consolidação do dominio portuguez era uma questão de vida ou de morte. Devemos fazer-lhes a justiça de reconhecer que viram bem e desde logo esta situação, e começaram sem demora contra Vasco da Gama a guerra de intrigas mais ou menos patentes, que continuaram depois.

Seria incompleto este curto esboço do estado do Malabar se não mencionassemos duas communidades, cuja

presença ali é interessante, os christãos e os judeus. É questão demasiado complicada para ser tratada de passagem, o saber se o começo das christandades na India data dos primeiros annos da nossa era, e portanto do tempo de S. Thomás. Que se póde collocar em epocha bastante antiga, e se não nos primeiros annos ao menos nos primeiros seculos, é facto sobre que não póde haver duvida. Com o andar dos tempos vieram estes christãos a ter unicamente relações com as igrejas nestorianas da Asia occidental, ficando sujeitos ao seu patriarcha *Catholicos*, e adoptando a doutrina heretica d'essas igrejas. Mais tarde percorreram a India alguns frades, principalmente franciscanos, que fundaram no Malabar igrejas romanas orthodoxas, das quaes, ao que parece, não restavam vestigios quando os portuguezes chegaram á India[1]. Pelo contrario os nestorianos eram bastante numerosos em toda a região do sul, e principalmente na costa occidental.

As relações dos portuguezes com estes nestorianos são caracteristicas do tempo. De Portugal saíam os descobridores com a idéa fixa de encontrarem christãos, na Africa os do Preste João, na India os de S. Thomé. Era tal a sua preocupação a este respeito, que á chegada a Calicut tomaram todos os gentios por christãos. Vasco da Gama foi com os seus companheiros

---

[1] O sabio Yule (*Cathay*, 344) julga que uma phrase de João de Empoli —como é sabido, foi na armada de Affonso de Albuquerque do anno de 1503— se refere a uma d'estas igrejas romanas de Coulão, a qual ali encontrou em 1347 o franciscano fr. João Marignolli, e fôra fundada alguns annos antes pelo dominicano fr. Jordão. A phrase é a seguinte: *ci menarono a vedere una chiesa fatta al modo nostro mediocre, con santi e croce, intitulata Santa Maria* (Ramusio I, 146). Creio que Empoli, pouco versado em ritos e litturgias, poderia applicar a phrase a qualquer igreja christan, quer fosse romana quer syriaca; e portanto não julgo fundada a opinião de Yule.

orar devotamente a um pagode, que julgaram ser igreja, posto que os surprehendesse a fórma singular de alguns dos santos, os quaes tinham muitos braços e grandes dentes saídos pela bôca fóra[1], —deviam ser nem mais nem menos do que representações dos avátaras de Vishnu. Não tardaram muito em reconhecer o seu grosseiro engano, e em se pôr em contacto com os verdadeiros christãos de Cranganor e de Coulão. É natural, porém, que os frades franciscanos, os quaes começaram a ir para a India logo na armada de Pedralvares, ao mesmo tempo que verificaram a sua natureza de christãos, averiguassem a sua qualidade de herejes. Vendo-os assim entregues «áquellas diabolicas e abominaveis heresias do Heresiarca Nestor» —a phrase é de Diogo do Couto— esfriou o primeiro enthusiasmo; e nunca mais foram muito intimas nem muito cordeaes as relações que existiram entre uns e outros. João de Barros dá-nos do caracter e moralidade d'aquelles christãos uma noticia pouco favoravel, que, todavia, não devemos acceitar sem desconfiança. A esta especie de abandono a que foram votados, houve algumas excepções, e, por exemplo, no tempo a que nos referimos, Nuno da Cunha dispensou-lhes favor e protecção. Os esforços que ao acabar do seculo XVI se fizeram para os trazer ao gremio da igreja, sendo papa Clemente VIII e arcebispo de Goa D. fr. Aleixo de Menezes, ficam completamente fóra do nosso quadro.

Emquanto aos judeus dividiam-se em negros e brancos, e possuiam bastantes synagogas, particularmente no territorio de Cochim. Uns e outros conservavam a tradição de haver passado á India em tempos muito remotos[2]. Os primeiros diziam-se pertencentes á tribu

---

[1] *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, 57, edição de A. Herculano e Castello de Paiva, 1861.

[2] Yule, *Cathay*, 76.

de Manassé, que levada em captiveiro por Nebuchadnezzar, emigrára depois para Cranganor; os segundos referiam a sua viagem á epocha immediatamente posterior á destruição de Jerusalem.

N'esta mistura de raças, de religiões e de interesses diversos, n'este estado de cousas já bastante complexo, a chegada dos nossos portuguezes veiu introduzir um novo elemento de complicação. Desavindo-se logo desde o começo com o poderoso rája de Calicut, collocado sob a influencia dos mercadores arabes, os portuguezes procuraram um alliado no rája de Cochim, mais pobre e mais fraco. Este viu naturalmente na alliança d'aquelles valentes estrangeiros, vindos de tão longe, um meio de se libertar da supremacia do seu forte e incommodo vizinho. Cochim tornou-se então o centro das operações dos portuguezes, como uma especie de capital dos seus dominios, ainda mal definidos. Quando mais tarde Albuquerque foi estabelecer em Goa uma verdadeira capital, Cochim continuou no emtanto a ter grande importancia, pois só ali as náus podiam carregar as ricas especiarias, que alimentavam o nosso commercio. Ficaram assim na costa do Malabar, o rája de Calicut, representando a velha influencia arabe, o rája de Cochim, a nova influencia portugueza. D'aqui resultava para os governadores a neccessidade de auxiliar e proteger o ultimo, no que não faziam mais do que defender os interesses de Portugal.

CAPITULO VI

O MALABAR

Todos os nossos historiadores da India, e entre elles Gaspar Corrêa, mui prolixa e miudamente, contam os motivos da contenda que, correndo este anno de trinta e seis, se levantou entre os rájas de Calicut e de Cochim, e obrigou Nuno da Cunha a intervir, mandando ao sul Martim Affonso de Sousa. Parece que o Zamorim de Calicut pretendia atravessar o territorio de Cranganor, e as terras de Cochim, para penetrar na chamada ilha de Repelim. Sob esta pretensão, na apparencia inoffensiva, escondia-se uma affirmação de suzerania, e sob essa affirmação, estava latente a eterna questão em que Calicut representava os interesses arabes, e Cochim os portuguezes. Complicava agora a questão, uma circumstancia curiosa, e que merece algumas palavras de explicação.

Em um pagode de Repelim existia uma pedra ou padrão muito venerado, que primeiro estivera em Cochim, e depois fôra levado para ali, junto do qual de tempos immemoriaes se costumavam coroar os soberanos de Calicut. Naturalmente o Zamorim queria ir coroar-se junto da pedra, e naturalmente tambem o rája de Cochim queria impedil-o de o fazer, receiando, e

com razão, que isto lhe desse força e influencia sobre os outros rájas da costa. O nosso Garcia da Orta diz, que aquella pedra fôra posta em Cochim pelos chins, como signal ou marco de haverem ali chegado[1]. Gaspar Corrêa dá uma indicação similhante, dizendo que na pedra estava inscripta uma lista dos Zamorins, e uma noticia relativa á vinda dos chins á India[2]. E Diogo do Couto, dando á pedra a mesma origem, espraia-se em considerações sobre a dominação dos chins no Malabar, e a organisação politica e religiosa, que ali haviam introduzido[3]. Teremos occasião de examinar em um dos capitulos seguintes qual me parece ser a razão d'esta insistencia com que os nossos escriptores referem aos chins, muitos dos edificios e ruinas da India; mas desde já direi, que tal origem me não parece por modo algum applicavel á pedra de Repelim. Em primeiro logar, não é provavel que um monumento, posto por estrangeiros, viesse a tomar aos olhos dos indianos uma alta significação nacional e religiosa. Depois não julgo difficil saber, ou pelo menos imaginar com bons fundamentos o que seria a pedra. Garcia da Orta não a descreve; e Barros diz simplesmente, que era «uma pedra branca, como outro qualquer commun, da feicção e tamanho de uma meia mó de atafona[4]», o que não é muito claro. Mas Gaspar Corrêa, a quem segue Francisco de Andrade, diz que era de marmore branco, roliça, da grossura de um homem e altura de uma braça, e estava em pé, posta sobre uma lagea[5]. Esta descripção lembra immediatamente o *linga*, esse emblema sob cuja fórma, Síva, na sua qualidade de creador ou gérador,

---

1 *Colloquios*, 56 v.
2 *Lendas*, III, 770.
3 Couto, V, I, I.
4 Barros, IV, VII, 19.
5 *Lendas*, III, 770.

é adorado por toda a India. A lagea inferior —talvez a meia mó de Barros— seria o *yóni* feminino, e a pedra erecta seria propriamente o *linga*[1]. É tanto mais acceitavel esta explicação, quanto o sáivismo foi sempre a fórma religiosa predilecta no sul da India. Tão arreigado está ali o culto de Síva, que algumas auctoridades muito competentes, admittem a possibilidade de haver nas fórmas mais grosseiras do sáivismo um fundo da velha religião dravidica, adoptado depois pelos aryas, e encorporado nas suas concepções mythicas, mais castas e mais elevadas[2]. Posto isto, admittiremos como um facto muito provavel, que em Repelim existisse um pagode, especialmente dedicado a Síva; e n'esse pagode um *linga,* de particular veneração por todos aquelles contornos. O que é evidente, é que os nossos portuguezes, quando foram conquistar a pedra á custa do seu sangue, não suspeitavam o que ella representava.

No seu intento de passar a Repelim, o rája de Calicut veiu occupar Cranganor, queimando ali a velha igreja dos christãos de S. Thomé, e estabelecendo-se nos passos do rio. Do outro lado estava a gente de Cochim e da Pimenta, reforçada por alguns portuguezes, commandados pelo védor da fazenda, Pero Vaz do Amaral. Seguindo os seus habitos de morosidade, os dois exercitos passaram toda a estação chuvosa do anno de 1536 em observação e escaramuças, até que em agosto veiu de Cananor Fernão Eannes Sotomayor com algum reforço. Pouco depois, chegava Martim Affonso com toda a armada, tendo no caminho tomado e queimado uma villa ou logar da costa. O capitão mór trazia prudentes instrucções de Nuno da Cunha, para que procurasse evi-

---

[1] Garret's, *Classical Dictionary of India,* Madras 1871, verbum *lingam,* p. 361.

[2] Fergusson and Burgess, *The Cave Temples of India,* London 1880, pag. 20.

tar o rompimento das hostilidades; e ainda fez algumas tentativas n'este sentido, as quaes mal foram succedidas, mais por exageradas exigencias do rája de Cochim, do que por obstinação do de Calicut[1].

Declarada a guerra, o Zamorim abandonou as suas posições, onde depois voltou com mais forte exercito; mas por outro lado chegára Jorge Cabral com as náus do reino, o que augmentava consideravelmente as forças portuguezas. Decidiu então o Capitão mór tomar a offensiva, e ir atacar a ilha de Repelim, para que, cobrado o padrão e restituido ao rája de Cochim, terminasse por uma vez o motivo da contenda. A chamada ilha de Repelim não era mais do que uma d'aquellas terras baixas ou lezirias, de que antes fallámos, separada de outras por esteiros ou braços dos rios. Martim Affonso tomou o commando das forças que marcharam por terra, levando duas peças, ou «camellos», em carretas, puchadas por elephantes, emquanto Jorge Cabral foi pelo rio nos bateis da armada, levando tambem artilheria, «berços e falcões». Deviam os nossos ser auxiliados por um corpo de doze mil homens do rája de Cochim, e outro de cinco mil do principe da Pimenta. Mas os naires —segundo conta Gaspar Corrêa— são gente vagarosa, dormem até ser dia claro, levantando-se depois com todo o seu socego, lavando-se e banhando-se segundo os preceitos da sua religião, cosendo e comendo tranquillamente o seu arroz, mascando o seu betle, vestindo as suas couraças de veludo da Mèca acolchoado, e tomando a final as suas armas offensivas para saírem a campo. Dados estes habitos, não admira que elles chegassem, como de feito chegaram, já tarde e estando tudo terminado.

Na marcha do primeiro dia encontraram os portuguezes algumas tranqueiras de madeira, e alguns bam-

---

[1] *Lendas*, III, 717.

buzaes espessos, ou, como diz Barros, «uns cannaviaes das cannas, que dá aquella terra, que são mui grossas». Este *jungle* intrincado formava boas fortificações naturaes, onde a gente de Repelim se defendeu esforçadamente. Mas Antonio de Brito, e com elle Manuel de Sousa de Sepulveda e os outros rapazes fidalgos da «liga» de Martim Affonso, fizeram um tal «commettimento», que tranqueiras e bambusaes foram rapidamente tomados. Ao outro dia de manhã seguiram a sua marcha, commandando agora a vanguarda, Francisco de Barros de Paiva. Chegados á cidade foi esta atacada pela gente de Martim Affonso, que ía por terra, e pelos bateis de Jorge Cabral, os quaes por um esteiro se poderam approximar das casas, havendo então «grande terramoto que fazião os pilouros pelos palmares e arvores... gritos do mar e da terra e espingardaria». Quando o combate andava acceso pelas ruas, saíram os mouros em tropel de uma mesquita, e um d'elles tão ousadamente veiu para os nossos, que se chegou a Martim Affonso e lhe jogou uma cutilada, a qual este apenas teve logar de tomar na rodela, atravessando o mouro com um zarguncho. A este tempo já o rei fugíra com parte dos seus naires, sendo então a cidade tomada e saqueada. Em um pagode, junto ás casas do rája, se encontrou o famoso linga, que Barros chama innocentemente a «reliquia» do rei de Cochim[1].

Referindo-se no *coloquio da Canela,* a esta tomada de Repelim, Garcia da Orta diz unicamente, com o seu habitual laconismo e singeleza «do que eu sam testemunha de vista[2]». Vê-se pois que ali estava, e bem podemos suppor que se não conservasse arredado do combate, e que a sua pessoa corresse algum risco, emquanto

---

[1] Cf. *Lendas,* III, 766 e seguintes; Barros, IV, VII, 19.
[2] *Coloquios,* fl. 57.

prestava os soccorros da sua profissão a Duarte de Miranda, a Estevão Gago e a varios mais, mortalmente feridos, ou a muitos outros que receberam ferimentos de menor gravidade.

Mal estavam de posse da cidade, veiu a Martim Affonso noticia de que o Zamorim se dispunha a atravessar o rio no passo de Combalão. Embarcou sem detença com «perto de cem portuguezes, de que os mais eram fidalgos e capitães», e foi defender o passo. Achava-se este passo situado a montante do de Cranganor, e aqui o rio, ou antes o esteiro, dava váo durante a maré baixa. Este sitio era já conhecido e celebre pelos brilhantes feitos de armas, que ali praticára Duarte Pacheco, annos antes, e ía ficar agora duplamente illustre. Quando Martim Affonso chegou ao passo, encontrou-o guarnecido por um pequeno numero de naires de um senhor feudatario do rája de Cochim, ao qual os nossos escriptores chamam, o Mangate Caimal. Este disse-lhe, que o Zamorim só atacaria no fim de tres dias, e depois de mandar tocar o seu grande tambor de cobre, ou *tamtam,* pois não tinha por habito dar batalha sem estas ceremonias, sem estes «yzames do atambor», como graciosamente lhes chama Gaspar Corrêa. Martim Affonso, porém, não descansou, e felizmente para elle, pois apenas havia tomado as primeiras disposições de defeza, e collocado em um vallado Gaspar de Lemos com trinta espingardeiros, começaram a apparecer do outro lado do rio as primeiras tropas do Zamorim. Atraz vinha todo o exercito, com o estandarte real desfraldado, signal de que elle ali estava em pessoa. Sem toques de tambor, nem outra detença, os soldados de Calicut metteram-se denodadamente ao váo. Vendo isto, os naires de Cochim começaram a retirar, e o Mangate Caimal queria fazer o mesmo; mas Martim Affonso travou-lhe tranquillamente do braço, dizendo-lhe que não tivesse medo, e ficasse para ver «como nosso senhor ajudava os seus». Olhando em volta de si, o capitão mór viu

que os proprios portuguezes estavam «trespassados, sem sangue nos rostros», sómente Manuel de Sousa de Sepulveda, Fernão de Sousa de Tavora, Ruy Dias Pereira, Vasco Peres de Sampayo e Manuel de Albuquerque lhe disseram, que não deviam retirar sem combater.

— E assim ha de ser, respondeu Martim Affonso, muito senhor de si, pois não podemos abandonar Gaspar de Lemos e os seus espingardeiros.

Então, de lança em ristre, bradando «Sanctiago, senhor Deus misericordia» remetteu, diante dos seus sessenta homens, aos soldados de Calicut, com tanto impeto e tanta felicidade, que os lançou para alem do rio, fazendo campo largo, e operando a sua juncção com o destacamento de Gaspar de Lemos. No dia seguinte, chegava Antonio de Brito com seiscentos portuguezes e mais de vinte mil naires, e o Zamorim retirava definitivamente para Calicut[1]. Garcia da Orta estava, como vimos, em Repelim, e portanto ou veiu no primeiro dia com Martim Affonso, ou chegou depois com Antonio de Brito, assistindo ainda á retirada do Zamorim, e ao desfecho d'esta defeza do váo de Combalão, um dos mais arrojados feitos de armas de que resam os nossas chronicas indianas.

Pouco depois d'estes successos, foi Martim Affonso chamado a Diu por Nuno da Cunha. Tratava-se então da enredada meada de intrigas com o Guzarate, que terminou na tragica morte de Bahádur. Martim Affonso chegou a Diu já depois de ser morto o Shah, e como, na sua liberdade um tanto indisciplinada de linguagem, não escondesse quanto reprovava a conducta do governador, demorou-se ali pouco, e voltou a tomar o commando da armada, que ficára no Malabar. Não sabemos se Garcia da Orta foi com elle a Diu, ou se ficou na armada. Se foi a Diu, voltou logo depois; e em um ou

[1] *Lendas*, III, 772; Barros IV, VII, 20.

outro caso, passou todo o inverno, isto é, toda a estação das chuvas, do anno de 1537 no porto de Cochim.

Teve pois occasião n'esta demorada residencia em um dos portos commerciaes do sul, centro principal do negocio das especiarias, assim como nas excursões que sem duvida fez pelos arredores, de colher as noticias sobre os productos vegetaes da India meridional, que encontrâmos dispersas pelos *Coloquios*. Ali pôde ver a feicção da planta que dá a pimenta, o *Piper nigrum*, e observar os cuidados de cultura, e as precauções guardadas no apanho e armazenagem dos fructos; ali pôde contar os numerosos e variadissimos productos uteis do *Cocos nucifera;* pôde visitar os campos onde cultivavam o *Zingiber officinale,* e os matos, onde cresciam espontaneas as diversas especies de *Curcuma;* e pôde tomar muitas notas sobre os nomes, que as plantas, os simplices e as drogas tinham na lingua dos «malavares», isto é, em maláyalam. De certo não perdeu as horas d'esta longa invernagem, que deviam ser mortalmente fastidiosas para os guerreiros, presos em uma inacção forçada; mas passavam rapidas para o naturalista, occupado em ver, observar e comparar muitos objectos novos e interessantes, ou em reler e annotar o seu velho Dioscorides e o seu pesado Avicenna, que seguramente levava a bordo, no fundo do cofre, com os frascos e redomas da botica.

Quando o tempo melhorou, já pelos ultimos mezes do anno de trinta e sete, saíu Martim Affonso ao mar, em busca de uma numerosa armada de paráos, reunida pelo rája, ou antes pela colonia moura de Calicut, e commandada por um mouro, a que os nossos chronistas chamam Patemarcar, ou Paichímarca, cujo nome verdadeiro parece seria Paichi Marcar. Duas vezes o habil e astuto mouro escapou ao capitão mór, até que emfim este o alcançou, já para leste do cabo Comorim, em um sitio chamado Beadalá. Martim Affonso levava de quatrocentos a seiscentos portuguezes, sob as ordens

dos seus capitães habituaes, Manuel de Sousa de Sepulveda, Francisco de Sá dos oculos, D. Diogo de Almeida Freire, Martim Correia da Silva, Fernão de Sousa de Tavora, o Siqueira «malabar», e outros. A batalha de Beadalá, contada miudamente por todos os nossos escriptores, foi um dos notaveis successos militares da epocha, soffrendo ali o inimigo uma derrota completa, que por muito tempo o deixou abatido, e relativamente segura toda a costa do sul[1].

No acampamento de Paichi Marcar encontraram-se alguns captivos portuguezes, numerosas peças de artilheria e outras armas, parte das quaes haviam sido tomadas aos nossos em occasiões anteriores. Ali se encontrou tambem um rico «sombreiro» que o rája de Calicut mandava de presente a um irmão do rei de Ceylão, e depois Martim Affonso deu ao rája de Cochim. Garcia da Orta conta a grande obrigação em que este ficou ao capitão mór: «por lhe mandar o sombreiro que tomou com os paros em Beadalla (que erão cinqoenta e sete) onde lhe matou quinze mil homens não levando comsiguo mais de trezentos; e ay lhe tomou seis centas peças de artilheria, e mais de mil espinguardas[2]» Devemos reconhecer que Garcia da Orta é n'esta passagem réo de bastante exageração. As forças portuguezas eram sem duvida alguma superiores a trezentos homens; e as perdas do inimigo, comquanto fossem importantes, não podiam ser tão grandes como elle diz, pois o seu numero total não excedia —segundo affirma Barros— sete mil homens; e este numero está confirmado pela versão dos proprios amigos de Martim Affonso, os quaes —segundo Gaspar Corrêa— o computavam em «mais de seis mil». Emquanto á artilheria tomada, diz o mesmo Gaspar Corrêa que constava de

---

1 *Lendas*, III, 828, e seg.; Barros, IV, VIII, 13; Couto V, II, 4

2 *Coloquios*, fl. 57.

«setenta péças de ferro roqueiras, e falcões e berços de ferro e metal, e muytos d'elles nossos, que passavão de cento e cincuenta». Foi por certo uma preza valiosa, mas ainda estamos longe das seiscentas peças. Das palavras de Garcia da Orta não resulta claramente, que elle estivesse presente. Mas nós sabemos quanto era remisso em fallar da sua pessoa; e sabendo tambem que por aquelle tempo accompanhava sempre Martim Affonso, é de crer que se achasse na armada. Podemos pois admittir como muito provavel que elle assistisse á batalha de Beadalá, como havia assistido á tomada de Repelim, e ao final da defeza de Combalão.

Terminada assim com felicidade a empreza de Beadalá, Martim Affonso deu á véla com toda a sua armada em direcção ao porto de Colombo, na ilha de Ceylão[1]. N'esta celebre ilha, afamada desde os tempos antigos por sua formosura e riqueza, os portuguezes tinham, como no Malabar, alliados e adversarios; mas, emquanto no Malabar o alliado e o adversario eram principes independentes de estados rivaes, em Ceylão eram dois irmãos. O mais velho, Bhuwaneca Bahu VII — os nossos escriptores chamam-lhe Boenegobago e Aboenegabo Pandar — occupava agora o throno de Cotta, ao qual andava ligada uma certa supremacia, mais nominal que effectiva, sobre quasi toda a ilha. Por inclinação natural e por indolencia de espirito, mostrava-se muito affeiçoado aos portuguezes, nos quaes encontrava o seu principal apoio. Pelo contrario o mais moço, Maaya Dunnai — o Madune das chronicas — representava o partido nacional, e via com impaciencia a alliança, e, por detraz da alliança, o jugo dos estrangeiros. Com os recursos do seu principado de Sittawaca, e reunindo em

[1] *Lendas*, III, 831; Barros, IV, VIII, 14; Couto, V, II, 5. Segundo Barros, (IV, VII, 22) e Couto, (V, I, 6). Martim Affonso já fôra no anno anterior a Ceylão, depois da tomada de Repelim.

volta de si os montanhezes de Kandy, zelosos da sua independencia, elle moveu uma encarniçada guerra aos portuguezes, e ao irmão que os protegia. Como era natural, os mouros do Malabar incitavam-no e auxiliavam-no nas suas emprezas, pois viam compromettido o seu commercio com Ceylão, pelo estabelecimento ali dos portuguezes. Nos fins do anno anterior de trinta e seis, viera Maaya Dunnai sitiar Cotta, onde estava Bhuwaneca, e só levantou o cerco ao cabo de tres mezes, com receio da chegada dos portuguezes. E agora n'este anno de 1538, voltou a attacar Cotta, esperando os reforços que do Malabar lhe devia trazer Paichi Marcar. Sabendo, porém, que Paichi Marcar fôra derrotado em Beadalá, e sendo avisado de que a armada portugueza navegava para Ceylão, apressou-se em pedir pazes a Bhuwaneca, o qual com a sua habitual benevolencia lhe perdoou, de modo que Martim Affonso, ao chegar a Colombo, encontrou os dois irmãos congraçados e a ilha momentaneamente em paz[1].

Desembarcou pois pacificamente, e, com a sua gente formada, marchou para a fortaleza ou cidade de Cotta, situada ali proximo, no meio de um d'aquelles lagos ou tanques de antiquissima construcção, frequentes na ilha, a fim de se avistar com o rei. Bhuwaneca recebeu-o, como era natural, com grandes honras e demonstrações de amizade; e durante os poucos dias que se demorou, entreteve-o com festas e banquetes, servidos por mulheres humildemente curvadas, dando-lhe ao partir um rico collar, e aos capitães algumas joias de menor preço, e emprestando-lhe vinte mil cruzados, para ajuda das despezas de guerra.

---

[1] Couto, v, ii, 5. A versão de Barros differe levemente. Veja-se tambem João Ribeiro, *Fatalidade historica da ilha de Ceilão*, nas *Noticias para a hist. e geogr. das nações ultramarinas*, v, 7 e seguintes; e sir Emerson Tennent *Ceylon*, ii, 12 e seguintes.

Interessa-nos particularmente esta viagem, porque Garcia da Orta se achava sem duvida alguma na armada. É claro, que em tão curta demora não pôde colher grande copia de informações; e as relativas a Ceylão, que se encontram dispersas pelos *Coloquios*, por exemplo, no *Coloquio das pedras preciosas*, e mais ainda no *Coloquio da canela* resultavam pela maior parte do que indagou e ouviu dizer, estando depois em Goa. Todavia quando falla da feição da arvore, que na ilha dá a canella, o *Cinnamomum zeylanicum*, parece referir-se a impressões directas e pessoaes; e sem duvida pôde ver alguns exemplares em volta das povoações de Colombo e de Cotta, situadas exactamente na região das cannelleiras. Do mesmo modo as indicações geraes, sobre a belleza da ilha, a variedade da sua vegetação e dos animaes que habitavam nas florestas, a excellente qualidade das laranjas que ali se cultivavam, e ainda hoje são nomeadas[1], resultavam em parte das reminiscencias que lhe ficaram d'esta expedição. Ceylão marca-nos assim o extremo limite oriental das viagens de Garcia da Orta. Do pouco que sabemos da sua vida, e do que se collige da leitura dos *Coloquios*, resulta que elle nunca visitou as regiões situadas a leste[2]. O que nos diz sobre o Bengala, as Molucas e outros pontos orientaes, é o fructo das minuciosas indagações e das longas conversas que em Goa tinha, com os que voltavam de todos estes sitios, frequentados então pelos portuguezes.

Martim Affonso demorou-se pouco em Colombo, voltando á costa do Malabar, onde andou cruzando, e guerreando os paráos dos mouros, até que em abril, começando as trovoadas da monção, se veiu acolher a

---

[1] *Coloquios*, fl. 64; compare-se com Tennent, *Ceylon*, I, 119

[2] Exceptuando a ilha das Vacas, e outros pontos da costa de Coromandel, nas proximidades do cabo Comorim.

Cochim, como diz Gaspar Corrêa, ou foi invernar a Goa, como diz Diogo do Couto[1].

Approximava-se no emtanto um gravissimo successo. Os rumes, que desde o tempo do primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida, se não mostravam em numero nos mares da India, preparavam-se para vir atacar Diu. Ao primeiro rebate da vinda dos rumes, Nuno da Cunha tratou de reunir todas as forças portuguezas. Com razão o governador se acautelava e apercebia, pois a armada, saída de Suez sob as ordens de Soleiman Pachá, era numerosa, e vinha admiravelmente bem artilhada, municiada e tripulada[2]. Não se tratava agora de resistir aos mouros indisciplinados de Cambaya, ou aos naires selvagens e semi-nús do Malabar; mas ás melhores tropas turcas, aos mais valentes janizaros, que então eram o terror do Mediterraneo, que luctaram muitas vezes com vantagem com as forças de Veneza e de Carlos V, que arrancaram Rhodes aos cavalleiros do Hospital, e só succumbiram mais tarde, perante as esquadras europêas, congregadas sob o mando de D. João de Austria. E ao mesmo tempo, que esta expedição naval ameaçava Diu pelo lado do mar, o nosso constante e activo inimigo Khuaja Zaffar —Coje Çafar dos nossos escriptores— levantava contra aquella praça todas as forças do Guzarate.

A primeira pessoa, que Nuno da Cunha chamou então a Goa, ou com quem se concertou, se já ali estava, foi Martim Affonso. Existiam entre os dois fidalgos algumas rivalidades e ciumes, varias vezes os haviam separado desintelligencias e choques de auctoridade;

---

[1] Couto, v, II, 5; mas na mesma Decada, III, 6, diz que invernára em Cochim.

[2] Compare-se a noticia muito curiosa, que da armada turca dá Gaspar Corrêa, *Lendas*, III, 867, com o que diz um veneziano, que vinha prisioneiro nas galés, *Viaggio scrito per um comito veneziano* em Ramusio, I, 274.

mas nem os serviços de Martim Affonso de Sousa se podiam dispensar em occasiões criticas, nem Nuno da Cunha era homem que antepozesse os seus ressentimentos pessoaes ao que requeriam a honra e o interesse do seu paiz. Em setembro, ao vir a noticia da chegada dos rumes, o governador saíu pelas ruas de Goa em traje de gala, montado no seu cavallo ruço, á bastarda, vestido de setim carmesi, forrado de tela de prata, com a sua espada d'oiro esmaltado, e o seu barrete á tudesca, ornado com uma pluma vermelha, animando todos com a sua presença e gesto alegre. E junto d'elle andava Martim Affonso, vestido tambem de gala «tambem muito custoso... mandando e ajudando muy grandemente». Por infelicidade quando os dois se dispunham a ir soccorrer Diu, chegou á India o vice-rei D. Garcia de Noronha.

Deram-se então, e simultaneamente, o espectaculo mais brilhante e o mais triste que nos depara a nossa historia indiana; em Diu, Antonio da Silveira, e com elle todos os portuguezes e as proprias mulheres praticavam actos de valor, que parecem exceder as forças humanas; em Goa o velho vice-rei demorava-se em duvidas e hesitações inexplicaveis, deixando ao desampâro a heroica guarnição, emquanto disputava precedencias com Nuno da Cunha, esperando uma manhã toda em casa para não ir á missa sósinho. Vinte e tantos dias se conservou fundeado na barra de Goa, pedindo subsidios aos moradores da cidade, solicitando emprestimos do rei de Ceylão, aguardando algumas náus que ainda ficavam em Cochim, sem que o movessem a partir os mensageiros que chegavam de Diu, contando os soffrimentos e o aperto crescente da guarnição. Os capitães e soldados portuguezes, sabendo estas novas, estorciam-se como galgos, que ao verem partir a lebre, se sentem presos na trela; e por vezes o seu sentimento de indignação esteve a ponto de degenerar em revolta aberta.

Não faremos injustiça a Martim Affonso, em suppor

que elle devia ser um dos chefes da revolta. Com o vice-rei viera de Portugal D. Alvaro de Noronha, seu filho, provido no cargo de capitão mór do mar, o qual Martim Affonso logo lhe entregou, não obstante os comprimentos do vice-rei e a sua insistencia para que o conservasse. Martim Affonso, porém, não acceitou, e pediu unicamente como mercê, que lhe dessem a dianteira na sua galé bastarda, pois queria ir primeiro que ninguem abalroar a galé do capado[1]. Logo lhe acudiram os voluntarios para a sua galé, onde metteu mais de quatrocentos officiaes e soldados, a flor dos homens da India, toda a sua roda de valentes, todos os fidalgos da sua liga, todos os velhos companheiros de Cambaya, de Repelim, do váo de Combalão e de Beadalá, gente que elle experimentára e que o experimentára, todos por um e um por todos. Entre os defeitos de Martim Affonso nunca se pôde contar o receio, e entre as suas qualidades não brilhava de certo a sujeição e a disciplina, podemos pois imaginar o que se diria a bordo da galé bastarda, entre esses valentões, sedentos de bombardadas e lançadas, sabendo que os seus companheiros morriam ali perto sem elles, e vendo-se immobilisados em uma vergonhosa inacção.

A final os turcos levantaram o cerco, e o vice-rei recebeu a noticia com grandes demonstrações de alegria, mas continuou a ficar tranquillamente fundeado. Ao saber da partida dos rumes, Martim Affonso foi á sua presença, e pediu-lhe lhe desse vinte ou trinta vélas, com as quaes ainda esperava alcançar a esquadra inimiga e fazer-lhe algum mal; a este pedido Garcia de Noronha apenas respondeu:

—Agardemos assy alguns dias, depois faremos o que comprir.

Esta resposta encheu as medidas, e Martim Affonso

---

[1] *Lendas*, IV, 21.

pediu-lhe seccamente licença para se retirar para o reino, o que o vice-rei logo lhe concedeu, passando para a galé bastarda, seu filho, D. Alvaro. Mas então da galé «a mais da gente se desembarcou, e forão para outros navios»; ultimo protesto, talvez contrario á disciplina, mas por certo eloquente em favor do destemido ex-capitão mór do mar. Este fôra logo para Cochim, e d'ali seguiu para Portugal, mal sabendo que D. Garcia de Noronha devia durar bem pouco, e que na primeira successão estava escripto o nome de Martim Affonso de Sousa,

Garcia da Orta ficava em Goa. Não nos diz no seu livro, nem nós temos hoje meio de averiguar quaes seriam os motivos que o levavam a abandonar o seu amigo e patrono. Devemos suppor que não o chamavam ao reino interesses particulares, e que havia já estabelecido boas relações na capital da India portugueza, onde contava ganhar pela sua clinica uma situação, senão brilhante, ao menos considerada, que satisfizesse as suas modestas ambições. Podemos tambem imaginar, que o detinha ali o interesse scientifico e o desejo de resolver mil problemas curiosos, apenas entrevistos, e que tencionava profundar com tranquillidade. Em todo o caso a sua vida muda agora completamente. De 1534 ao fim de 1538 levou elle, como acabamos de ver, uma existencia aventurosa, viajando na companhia de Bahádur Shah, assistindo á tomada de Repelim, ou á batalha de Beadalá, correndo a costa na armada; agora fixa-se em Goa, d'onde sáe apenas para algumas viagens a Bombaim, ou algumas visitas a Ahmednaggar, mas passando o melhor do seu tempo na cidade, onde o seguiremos.

CAPITULO VII

GOA

Quem por aquelles meiados do XVI seculo, mais anno menos anno, chegasse á barra de Goa, e, transpondo o surgidouro das náus do reino, fosse subindo rio acima até ao caes da Fortaleza, não poderia deixar de ficar surprehendido ao ver o que em tão breve tempo havia creado a influencia e a energia dos portuguezes.

Á esquerda íam-se desenrolando as terras montanhosas de Bardez e as lezirias chatas das pequenas ilhas de Chorão e de Divar, orladas de altos coqueiros, enraizados na areia salgada e balouçando nas brisas do mar a sua folhagem elegante, finamente laciniada. N'um ou n'outro ponto, por entre a columnata densa dos troncos erectos, viam-se as casitas baixas, cobertas de ola dos lavradores canarins, e, em volta, os rebanhos de vaccas leiteiras, de um tom cinzento claro, guardadas por raparigas nuas — a velha paizagem indiana, inalterada havia centenas e centenas de annos.

Á direita, porém, o aspecto era diverso. Deixando atraz os palmares de Pangim e Ribandar, com as suas egrejas caiadas, semi-encobertas pela verdura, começa-

vam a apparecer os arrabaldes da cidade, e a collina do Rosario, coroada pela freguezia de Nossa Senhora. Em baixo, ao lume d'agua, via-se agora o vasto terreiro da Ribeira Grande, fechado pela linha de armazens, pela Moeda, pela ermida das Chagas e pelas casas do vedor. Ahi, sobre os longos estaleiros, descansavam as fustas em reparação e os cavernames descarnados de galeões meio construidos, similhantes a enormes esqueletos de animaes extinctos. Em volta, na azafama do trabalho activo, agitavam-se os grupos de carpinteiros de machado, de calafates, de bombardeiros e de fundidores; emquanto, a outro lado, alguns elephantes, pachorrentos e intelligentes, empilhavam methodicamente as preciosas madeiras, vindas de Chaul ou de Baçaim. Seguindo á vante via-se o caes de Santa Catharina, e o mercado do peixe, atulhado de gentios nús, e de escravas, comprando e regateando; depois a Ribeira das Galés, e a sua linha de barcos varados; depois o longo caes da Fortaleza; e, ao fim, a curva da terra, vestida do verde alegre das mangueiras, vindo quasi fechar a ria no passo de Daugim. Por cima dos edificios da margem, trepando pelas encostas das collinas[1], descobria-se a grande cidade, com as suas altas casarias brancas, á europêa, com as manchas verde-negras da viçosa vegetação tropical das suas hortas e quintaes, com os campanarios das suas quatorze egrejas[2], erguidos no céo azul, derramando no ar fino da manhã o som festivo dos sinos, que chamam os fieis ás missas. Agora já se distinguia, no caes e nos terreiros, a turba densa, ondulando n'uma confusão vistosa de cores; algodões brancos de hindús, cabaias claras de mouriscos, setins alegres dos fi-

---

[1] *Diverso urbs situ, ut Lisbona, nunc montibus turgescit, nunc valles implet,* diz Linschoten. *Navigatio,* 35.

[2] Mais de quatorze já em 1548; no principio do seculo seguinte eram mais de cinquenta.

dalgos, á mistura com as notas sombrias da roupeta negra de algum jesuita de S. Paulo, ou do habito pardo de algum capucho. Na ria não era menor a animação. Lá embaixo, para os lados da barra, das grandes naus fundeadas de verga d'alto, os soldados de guarda, preguiçosamente estendidos sobre os chapitéus da popa, viam passar as grosseiras champanas dos gentios, ou as fustas de guerra, finas, com as proas aguçadas como um dente de narval, com os grandes latinos ferrados, com as linhas de remeiros côr de cobre, luzidios de suor. Em frente da cidade, flotilhas de tones e almadias, tripuladas por indios nus, retintos, quasi negros, atravessavam da terra firme, carregadas de lenha, de arroz, de hortaliças, de grandes jarras de leite, vindo abastecer os mercados. Por toda a parte palpitava a vida, que acorda em volta de si uma cidade prospera e rica.

Devia sobretudo ver-se a capital do Oriente portuguez n'aquelles dias de festa nacional, em que luzia todas as suas galas—quando, por exemplo, recebeu D. João de Castro, voltando de libertar Diu. A ria coalhada de almadias alegremente enramadas, e a grande armada de naus, galeões, caravelas e fustas, formada em duas linhas, por entre as quaes, na sua galeota toldada de brocado, veiu passando o governador, ao som das salvas, e dos toques de charamelas, trombetas, atabales, pifaros, tambores e pandeiros. No caes de madeira, construido em Santa Catharina, atapetado e armado com custosas sedas e velludos, esperava o capitão, D. Diogo de Almeida Freire, com os vereadores da cidade. Ahi se formou lentamente o cortejo, que foi entrando por uma brecha, expressamente rasgada na muralha. Diante iam vinte carretas de artilheria, e os carros que levavam as armas tomadas ao inimigo, ladeados pelos soldados victoriosos. Logo seguiam as bandeiras dos capitães portuguezes, orgulhosamente arvoradas; e depois o estandarte verde do rei de Cambaya e sete bandeiras dos capitães mouros, derrubadas,

arrojando pela terra. Entre as bandeiras, como em um triumpho romano, vinham as filas de captivos acorrentados; e por ultimo o general Juzar Khan, que caminhava de olhos baixos e mãos cruzadas, trazendo a um lado o secretario do governo, Cosme Annes, e ao outro o ouvidor geral, Antonio Martins. Vinha agora a bandeira da cidade; depois o guião do governador, de damasco branco, com a sua grande cruz vermelha de Christus; depois o alferes, Duarte Barbudo, levantando o estandarte real das armas portuguezas; depois, fr. Antonio do Casal, hasteando aquelle mesmo cruxifixo, com que andára na batalha animando os soldados. Finalmente, sob o rico pallio levado por seis vereadores, D. João de Castro, vestido em uma roupa franceza de setim carmesim, e em uma couraça de laminas douradas, trazendo na cabeça a corôa de palma, que no caes lhe entregára o procurador da cidade, Tristão de Paiva. O cortejo veiu seguindo ao longo do muro, até ao Terreiro, onde encontrou uma fortaleza de madeira, da qual disparavam tiros, bombas e foguetes. Entrava agora na rua Direita, a principal da cidade, que se achava festivamente juncada e enramada. Aqui a multidão era enorme. Milhares e milhares de portuguezes, de indios, de judeus, de armenios, de escravos e escravas de todas as cores e procedencias, se apinhavam em duas alas compactas. Das lojas saíam os ourives e mercadores, a offerecerem ao governador bocados de oiro e de prata, a lançarem sob os seus pés retalhos de seda. Pelas janellas, armadas com velludos da Méca, colchas da China, damascos e bofetás da Persia e da India, as mulheres garridas e louçans, honradas damas portuguezas e graciosas mestiças solteiras, debruçavam-se, acenando com os lenços, espalhando flores, derramando aguas perfumadas. Diante do grave cortejo vinham correndo folias, péllas, dansas de amazonas, figuras de gigantes, diabretes e outras cousas de folgar, que o povo applaudia n'um largo e

franco riso, emquanto os rapazes se atropelavam, apanhando os maçapães e os confeitos arremessados pelas bombas dos castellos de madeira. Veiu assim o cortejo em boa ordem até S. Francisco, onde encontrou a communidade na rua, entoando o *Benedictus qui venit in nomine Domini;* e d'alli seguiu para a Sé, onde o bispo esperava, revestido em pontifical, com o santo-lenho nas mãos, acompanhado pelo cabido e toda a clerezia. No caminho, ao passar diante de Nossa Senhora da Serra, D. João de Castro mandou parar o cortejo, e, saíndo debaixo do pallio, entrou sósinho na igreja e foi lançar agua benta sobre o tumulo de Affonso de Albuquerque.

Homenagem talvez um pouco theatral, mas eminentemente justa; porque a opulenta cidade, portugueza e catholica, que acclamava agora o libertador de Diu era obra do seu grande predecessor. Fôra elle que por duas vezes a conquistára aos mouros; elle que a erigíra em capital dos dominios orientaes; elle que dia a dia zelára o seu engrandecimento; e que desde logo víra a sua importancia, não se cansando de repetir que era «huma tam gramde cousa e tam principall».

N'esta grande cidade de Goa, assistiu Garcia da Orta trinta annos, ou perto d'elles; e com a liberdade de clinico que frequentava a camara dos vice-reis, as salas dos hospitaes e as casas de pobres e de ricos, penetrou de certo todos os seus segredos. Se nos tivesse deixado em memorias intimas o resultado das observações do seu espirito perspicaz e malicioso, possuiriamos hoje um livro unico, sem o valor scientifico dos *Coloquios,* mas impagavel pelo lado historico. Privados d'este auxilio e ajudados apenas por alguns traços dispersos, bem incompletos e escassos, tentaremos esboçar a physionomia da grande metropole oriental; mas antes devemos enumerar os elementos que compunham a sua sociedade, limitando-nos naturalmente e como requer o nosso assumpto aos primeiros setenta annos do seculo XVI, que

abrangem a vida de Garcia da Orta, e vão mesmo um pouco alem da epocha provavel da sua morte[1].

O centro, em volta do qual se agrupava toda a sociedade, era o vice-rei ou governador. Fallando de vice-reis e governadores, é necessario advertir, que entre um e outro cargo não existia differença fundamental. Sem duvida os vice-reis gozavam de mais altas honras, e uma ou outra vez tiveram mais amplas faculdades, sem duvida este titulo só se concedeu no começo a pessoas da mais elevada situação por longa carreira publica ou nobreza de sangue, e succedeu mesmo —no caso de D. João de Castro— que se mandou a um governador, em paga de relevantes serviços, prestados já na India; mas no tocante á auctoridade effectiva os dois titulos devem considerar-se equivalentes. Esta aucto-

---

[1] Este limite de tempo, obriga-nos a usar parcamente de um livro aliás interessantissimo, o *Dialogo do soldado practico,* e o *Dial. do sold. practico portuguez* de Diogo do Couto, o qual, sobretudo na primeira fórma citada, se refere a um periodo muito posterior, e já da mais accentuada decadencia. Pelo mesmo motivo, só com reserva nos podemos servir das noticias de Rodrigues Silveira, de quem modernamente o sr. Costa Lobo se fez editor, e erudito commentador *(Memorias de um soldado da India*—1877). N'este caso acresce uma segunda rasão; Silveira era um d'estes espiritos atrabiliarios e melancholicos que vêem tudo em negro, e a cujas affirmações e apreciações é necessario dar o devido desconto. As relações de alguns viajantes estrangeiros tambem se referem a epochas já mais adiantadas. Assim João Huighens van Linschoten saíu de Lisboa para a India a 8 de abril de 1583. Cito a sua obra pela versão latina: *Navigatio ac itinerarium Johannis Hugonis Linscotani,* Hagae, 1599. Pyrard de Laval andou na India exactamente no principio do seculo seguinte; cito-o pela versão de Rivara, excellente, e tendo a vantagem de ser illustrada pelas notas do nosso erudito compatriota: *Viagem de Francisco Pyrard de Laval,* tr. de J. H. da Cunha Rivara, Nova Goa, 1862. Pietro della Valle andou por lá já em 1623; sirvo-me da versão franceza: *Des fameux voyages de Pietro della Valle, gentilhomme romain.* París, 1665, que por signal é bem má.

ridade exercia-se em um ambito largo, de Sofala até Hormuz e até ás Molucas; e era de feito quasi soberana. As communicações com o reino só tinham logar de longe em longe. A resposta a uma carta fazia-se esperar muitos mezes e em condições desfavoraveis dois annos ou mais, e n'estas circumstancias o vice-rei, carregando com uma responsabilidade grave, dispunha tambem de uma amplissima liberdade de acção.

Todo o juizo, sob o qual pretendessemos abranger em globo os homens que governaram a India, seria radicalmente falso e fatalmente injusto. De feito entre esses homens encontrâmos todos os specimens da natureza humana, desde aquelles, que pela elevação da intelligencia ou pelas inspirações do caracter foram realmente grandes, como D. Francisco de Almeida, Affonso de Albuquerque ou D. João de Castro, até aquelles que pela desregrada cubiça deshonraram o nome e o cargo, como D. Duarte de Menezes ou D. Garcia de Noronha. Naturalmente o maior numero, nem se elevava a tão grandes alturas, nem descia tão baixo. Alguns, se não pertenciam já ao primeiro plano, mantiveram comtudo levantado o prestigio do nome portuguez, como succedeu a Nuno da Cunha durante o seu longo governo; outros, guiando-se pelos impulsos de uma indole recta, deixaram de si boa e honrada memoria, como D. Henrique de Menezes e Jorge Cabral; outros ainda, forão, como Martim Affonso de Sousa, um mixto singular de brilhantes qualidades e condemnaveis vicios; e finalmente varias physionomias se esbatem n'uma mediocridade mais apagada.

A accusação, que maior numero de vezes se tem feito aos governadores da India, é a da sua pouco escrupulosa honestidade na gerencia dos dinheiros publicos e particulares. Tem-se dito e repetido, que todos ou quasi todos os governadores voltavam ricos; e isto é sem duvida verdade em relação a muitos d'elles. Pondo de parte quaesquer considerações geraes, so-

bre as idéas mais ou menos rigidas da epocha em tal assumpto, sobre a influencia deleteria do contacto com as civilisações do oriente, sobre as tentações resultantes de um poder discricionario, ainda restam varias circumstancias que explicam este facto desgraçado. Desde o começo as nossas relações com o Oriente foram em parte mercantis. Misturámos de um modo singular as operações commerciaes com as operações militares. Resgatava-se por conta do rei; resgatavam os capitães por sua conta; resgatava o ultimo soldado da armada dentro dos acanhados limites das suas posses. Nos intervallos dos assaltos e das heroicas abordagens, comprava-se pimenta e gengibre, quando não se aprezavam estas especiarias nas ricas naus da Méca—o que era mais prompto e mais barato. D'aqui nasceu uma sêde de lucro, que, se não manchou, embaciou desde logo a sêde de gloria. Já em 1508, D. Francisco de Almeida na sua celebre carta a D. Manuel, punha, como se diz vulgarmente, o dedo na ferida, escrevendo: «torno a lembrar a V. A. que nunqua sereis bem servido emquanto vossos officiaes de justiça e fazenda forem tratantes mercadores[1]». A palavra *tratante* não tinha ainda a significação, que depois por uma evolução natural da lingua se lhe veiu a dar; mas o facto apontado não deixava por isso de ser grave. Não se adoptaram os remedios propostos pelo vice-rei, e os officiaes de fazenda, os capitães e os governadores continuaram a ser «tratantes mercadores». Com o tempo, este estado de cousas veiu a aggravar-se. Os lucros do commercio, e outros menos legitimos, não só se toleraram, mas quasi se reconheceram officialmente. Nomeava-se um velho para vice-rei da India, porque era pobre e tinha muitos filhos. Davam-se as boas capitanias aos fidalgos para «se pagarem»

---

[1] *Lendas*, I, 897.

dos serviços passados. Esta phrase *para se pagarem* é eloquente. Um juiz de não menor competencia do que D. Francisco de Almeida, D. João de Castro, escrevia a este respeito a D. João III: «me parece mui prejudicial a sua consciencia e fazenda dar as capitanias e feitorias e outros officios da India, em pagamento de serviços[1]».

A tudo isto acrescia que a distincção entre a fazenda publica e os dinheiros particulares era então pouco clara. Alguns védores zelosos, como Simão Botelho, tentaram arrolar os rendimentos nacionaes, ou reaes, que então era a mesma cousa; depois creou-se em Goa uma especie de repartição de fazenda — a casa dos Contos; mas tanto na receita como na despeza havia uma certa promiscuidade. D. Estevão da Gama, ao tomar conta do governo, gastou vinte mil pardáos seus em construcções navaes e fornecimento de armazens; e poderia citar dezenas de exemplos similhantes. Considerava-se obrigação dos governadores e capitães acudir, não só com a sua espada, mas tambem com a sua bolsa ás necessidades do estado. O resultado era de esperar. Os interessados pagavam-se depois d'estes adiantamentos pelas suas mãos, e, se alguns recebiam o que lhes era rigorosamente devido ou mesmo ficavam lesados, outros encontravam assim um ensejo favoravel para embolsarem o dobro ou o triplo do que haviam despendido. De todas estas causas reunidas resultava acharem-se os homens collocados em condições de liberdade e de impunidade taes, que só consciencias de tempera especial lhes podiam resistir. Devemos todavia dizer que as consequencias, funestas e faceis de prever d'esta viciosa organisação, só se tornaram bem patentes, mais para o fim do seculo, no ultimo periodo de decadencia e dissolução, aggravada pelas desgraças de Portugal.

---

[1] Cf. a carta publicada no *Investigador port.* XVI, 270.

Até ao meiado do seculo, e mesmo um pouco depois, ainda encontrâmos muitos vice-reis ou governadores, que, se não são impeccaveis, mantêem comtudo illeso o prestigio do seu cargo.

Esse prestigio era grande. O vice-rei, estabelecido nos seus paços, na casa do Sabayo, ou depois no palacio da Fortaleza, rodeado de uma verdadeira côrte, recebendo embaixadores do shah da Persia, do rei de Cambaya, do Adil Shah ou do rája de Bijayanagara, tratando de egual para egual com os maiores potentados do Oriente, personificava bem esse extraordinario poder, que os portuguezes haviam rapidamente conquistado pela sua bravura e audacia, e á custa de muito sangue, seu e alheio.

Em torno do vice-rei, e formando a sua côrte, encontrâmos os fidalgos, uns já velhos, encanecidos e cortidos nas guerras indianas, outros chegados de fresco do reino, ainda inexperientes e novatos—os *reinóes*, como por lá se costumava dizer. Em virtude das condições sociaes do tempo, os fidalgos constituiam a officialidade na terra e no mar; n'elles se proviam os commandos de fortalezas, capitanias e armadas; da sua bravura e pericia dependiam os successos prosperos ou contrarios das expedições militares; e n'elles encontrava o vice-rei o seu principal apoio e o seu natural conselho. Em Goa havia sempre multidão de fidalgos dos que ali assistiam, ou dos que por ali passavam e se demoravam alguns mezes ou semanas, chegando do reino, esperando monção favoravel para partir para Hormuz ou para Malaca, vindo invernar com a armada de Cambaya ou com a do Malabar. Justamente no tempo que mais nos interessa, depois do anno de trinta e oito, o seu numero era crescido; porque na armada de D. Garcia de Noronha viera uma grande quantidade de rapazes das mais nobres familias de Portugal, muitos dos quaes pela India se deixaram ficar bastantes annos.

Dos fidalgos podemos dizer o mesmo que dos governadores — entre elles houve bom e mau, muito bom e muito mau. Todas as considerações que fizemos sobre a duvidosa honestidade de não poucos governadores, e sobre as suas causas, se applicam rigorosamente aos fidalgos, capitães das praças e fortalezas. Havia entre estas algumas, que possuiam uma influencia daninha e desmoralisadora especial; taes eram, Hormuz com a sua rica alfandega, e as Molucas com o seu rendoso trafico do cravo. Raros foram os que por ali passaram sem deixarem pelos espinhos das tentações os farrapos das suas consciencias. Alem de serem devassos e cubiçosos, varios fidalgos foram ferozes e crueis, dando largas aos impulsos das suas indoles perversas, aggravadas pela rudeza do tempo e da educação; tal era aquelle Pero Lopes de Sousa, duro e mau com os seus proprios soldados, e que mandou lançar pela borda fóra, já no alto mar, uns pobres negros, só porque os encontrou embarcados sem sua licença; tal era tambem aquelle D. Jorge de Menezes, que, depois de atar as mãos a um desgraçado chefe molucano, lhe assolou os seus cães de fila, que o rasgaram e mataram á vista de todos, como em uma festa publica. Ainda poderiamos lançar á conta dos fidalgos indiaticos, ao seu passivo, como diria a moderna linguagem commercial, a indisciplina de que algumas vezes deram mostras, as invejas que os dividiram, e as intrigas e mexericos que entre elles ferviam.

Mas ao lado de physionomias repellentes, quantas figuras gentis e grandes, não só pelo brilho da valentia — esse era commum a todos, bons e maus — mas pela pureza e nobreza dos sentimentos; Duarte Pacheco, o heroe dos primeiros tempos, desinteressado e bravo; D. Lourenço de Almeida, resistindo aos rogos dos que o queriam salvar, mandando cuidadosamente embarcar os «moços e familia» da sua náo, para os pôr a coberto do perigo, e morrendo depois sobre a tolda com a sua enorme espada nas mãos; D. Fernando de Castro, uma

creança, procurando a morte para evitar a simples suspeita do receio; D. Luiz de Menezes, pondo-se de mal com o irmão, quando este desmerece do que deve ao nome e ao cargo, indo collocar-se ao seu lado no dia em que o vê preso e em desgraça; Heitor da Silveira, a quem Lopo Vaz nega um commando, e que vae alistar-se como soldado na fusta de Manuel de Macedo, não obstante ser a pessoa de maior respeito e auctoridade, que então havia na India; Antonio da Silveira, esquecido de si, velando sempre pelo ultimo dos seus soldados, e encontrando nas inspirações da sua indomita valentia uma phrase dez vezes mais energica do que a attribuida a Cambronne pelo grande poeta francez; Antonio Galvão, valentissimo como todos, mas sobre isso dotado de tão larga e humana benevolencia, que os molucanos esquecem todas as expoliações e cruezas passadas, e o querem acclamar seu rei; Manuel de Sousa de Sepulveda, o constante batalhador, mais celebre ainda pelo seu tragico fim do que pelas suas façanhas; e D. Jeronymo de Lima e tantos mais. A qualidade dominante entre elles era, como dissemos, a bravura; uma bravura brilhante, nunca desmentida, sempre prompta de dia como de noite, em face dos mais variados perigos, em face dos rumes ou dos malabares, como em face do mar revolto ou da agua aberta em algum chaveco podre. Deixaremos a quem de futuro tente escrever a historia do dominio portuguez no Oriente a difficil tarefa de pezar com imparcialidade o bem e o mal que os fidalgos fizeram, de destrinçar a parte que lhes cabe nas glorias incontestaveis, da responsabilidade que lhes pertence nos excessos e desgovernos. Ao nosso intento basta agora apontar a presença em Goa d'este luzido grupo de fidalgos, com os seus vicios e qualidades, com a infinita variedade das suas physionomias individuaes.

Sob as ordens dos fidalgos militava o soldado — um typo curioso, que bem merecia uma monographia espe-

cial, a qual no emtanto saíria completamente do plano d'este nosso trabalho. Os recrutamentos feitos no reino, um pouco ao acaso, levavam para o Oriente gente de diversa valia e nem sempre de muito prestimo. Gaspar Corrêa descreve os soldados da armada de D. Garcia de Noronha nas seguintes palavras: «gente de quinhentos réis de soldo, e muy pobres e esfarrapados, e moços sem barba; gente que pera nada nom prestava[1]». Depois de uma viagem de sete ou oito mezes, empilhada aos centos nas naus, comendo o rancho avariado e bebendo a agua pôdre dos tanques, chegava esta gente a Goa já dizimada, e atacada de scorbuto e outras doenças. Ali, os que não entravam desde logo para os hospitaes, ficavam esperando emprego em condições bem precarias. Com effeito os soldados não tinham então nem organisação regular, nem rancho, nem quarteis. Alojados aos cinco e aos seis em casitas pequenas que elles procuravam e alúgavam, corriam Goa livremente, aos magotes, vivendo á custa do seu soldo pequeno e mal pago, empenhando as armas nas tavernas, comendo nas mesas que davam alguns fidalgos mais ricos e generosos, e não poucas vezes recorrendo ao caldo e ás sopas, distribuidas na portaria de S. Francisco e de outros conventos. Quando chegava o fim da estação chuvosa, e se aparelhavam as armadas para o Malabar ou para Cambaya, os fidalgos, que haviam obtido commandos de fustas e de galés, buscavam elles proprios as suas guarnições, alistando os soldados que lhes pareciam mais bem armados e de melhor apparencia. Íam estes então dar o seu nome á matricula, e receber o quartel de soldo; apregoando-se depois pelas ruas da cidade, ao som do tambor, o dia e hora em que deviam embarcar.

Este systema, ou antes esta ausencia de systema, dava

---

[1] *Lendas*, IV, 11.

uma especie de soldados de fortuna, levados para as armadas, sobre tudo pela esperança do saque e das prezas; e que não poucas vezes, desmandando-se a roubar pelas cidades e villas entradas, comprometteram o successo das operações militares. Como era natural, não brilhavam tambem pelo rigor da disciplina, e não se ensaiavam para manifestar o seu desagrado a algum capitão mais severo ou antipathico, fazendo-lhe uma assuada, ou, como lá se dizia, dando-lhe uma *matraca*. A estes defeitos, alliavam todavia as qualidades ordinarias do soldado portuguez. Sobrios e soffredores, passavam mezes nas armadas, comendo um prato de arroz com pó e uma cavalla salgada, bebendo a agua mal cheirosa dos tanques e dormindo ao relento pelos bancos das fustas. E sobre isto valentes como os mais valentes fidalgos. As nossas chronicas mencionam numerosissimos actos de denodo, praticados pelos soldados razos; e deixam bem ver em que conta os seus serviços eram tidos pelos capitães. Uma vez, D. Diogo de Noronha, um excellente juiz em questões de bravura, vindo visitar o galeão de Gonçalo Pereira Marramaque, que acabava de sustentar um longo e renhido combate com as galés turcas, dizia ao capitão que o esperava no portaló: «Afastai-vos senhor pera lá, que a vós não quero eu abraçar; nada se vos deve, porque o que vós fizestes, vosso sangue e honra vos obriga a isso, e do ventre de vossa mãe trouxestes essa obrigação; a estes soldados sim»; e abraçou-os a todos, um a um, enchendo-se do suor e sangue de que estavam cobertos[1]. Em outra occasião, quando foi aquelle famoso desafio de Manuel de Macedo com o capitão rume, a quem davam a alcunha do *tigre do mundo*, no qual um numero fixo de portuguezes se devia bater com igual numero de rumes, os fidalgos vieram logo offerecer-se, e

[1] Couto, VI, X, 13.

teriam rapidamente completado a conta necessaria; mas Nuno da Cunha observou-lhes que não seria justo tomarem para si toda a gloria d'aquelle honrado feito, e reservou dois logares para João Velho e Francisco Gonçalves, simples soldados[1].

Como é facil de imaginar, estes homens valentes e rudes estavam bastante á mercê dos seus capitães, emquanto ao caminho bom ou máo que seguiam; commandados por Antonio da Silveira davam os defensores de Diu, caíndo nas mãos de um Gonçalo Vaz Coutinho ou de um Lançarote Guerreiro davam uma guarnição de piratas. Durante a sua demora em Goa, nas condições de liberdade a que ha pouco me referi, a soldadesca era um tanto desenfreada, correndo as tavernas, frequentando as mulheres canarins de vida alegre e baixa esphera, e travando muitas vezes entre si rixas sangrentas.

Vice-rei, fidalgos e soldados constituiam na India e na sua capital, que agora mais directamente nos interessa, o elemento militar; e, ao lado, encontrava-se o elemento civil, representado pelos chamados officiaes de el-rei — officiaes de fazenda e officiaes de justiça.

A organisação dos serviços de fazenda fôra, em principio, extremamente simples. Um védor, entendendo, sob as ordens do vice-rei, nos negocios mais graves, e alguns feitores, estabelecidos nas fortalezas, por cuja mão corria a compra e embarque das especiarias, a isto se reduzia o pessoal d'aquelle serviço. Depois, multiplicaram-se os védores, organisou-se em Goa a casa dos Contos, e crearam-se outros logares, que não enumeraremos, pois não tentâmos fazer a historia da administração portugueza na India, e unicamente procurâmos qual seria a physionomia da sua capital. Alguns védores prestaram sem duvida ao estado relevantes servi-

[1] Couto, IV, VIII, 8.

ços, como foi aquelle zeloso Simão Botelho, que nos deixou tão preciosos documentos historicos nas suas *Cartas*, e no seu *Tombo do Estado da India*[1]. A influencia de outros foi prejudicialissima, como succedeu com o violento e intrigante Affonso Mexia, a alma de toda a desgraçada lucta de Lopo Vaz de Sampaio com Pero Mascarenhas. Em geral, póde dizer-se que os védores e outros officiaes de fazenda não tiveram auctoridade sufficiente para ir á mão aos fidalgos e capitães das fortalezas nos seus desgovernos; e não poucas vezes foram cumplices nos proprios abusos que lhes cumpria reprimir.

A organisação da justiça fôra tambem no começo muito singela, e commettida a um ouvidor geral com alguns officiaes subordinados. Mais tarde completou-se, ou antes complicou-se, creando-se em Goa a relação com os seus desembargadores e outros cargos. Não ha, francamente, grande bem a dizer dos letrados e homens de lei que por lá andaram, nem da sua acção nas nossas possessões orientaes. As populações semi-barbaras, collocadas sob o dominio de Portugal, requeriam uma justiça recta, e sobre isso clara e expedita. As fórmas complicadas da justiça europêa, aggravadas pela venalidade e parcialidade dos que as applicavam, não eram comprehendidas, e foram um poderoso elemento de corrupção, n'aquelle paiz de intrigas, duplicidade e falso testemunho. Um jesuita, que em epochas posteriores viveu bastantes annos na India, o padre Francisco de Sousa, diz no seu *Oriente conquistado:* «a ordem judicial dos nossos tribunaes, e as vias ordinarias das nossas leis, inventadas para governar europeus, gente de mais verdade, de mais vergonha e de procedimentos mais sinceros, não servem na India de outra cousa senão de

---

[1] Publicados por Felner nos *Subsidios para a hist. da India portugueza.*

fomentar injustiças e de apurar as bolsas dos litigantes... as nossas leis fazem os gentios mais demandões e trapaceiros do que naturalmente eram[1]». Este juizo parece ser a simples expressão da verdade; e está perfeitamente de accordo com o de Diogo do Couto, o qual sómente o exprime em linguagem muito mais energica[2]. Testemunhos, referidos a tempos anteriores e collocados dentro do periodo que mais especialmente estudâmos, mostram que o mal se fazia sentir desde o começo. Já pelo anno de 1532, ou antes, os moradores de Goa se queixavam de que havia por lá muitos procuradores «que folgão com demandas, por terem de comer[3].» No anno de 1547, dizia Simão Botelho, um homem de intenções rectas e espirito claro: «da Rolação, que vosa alteza mandou a estas partes, se queixão que ha agora pyor despacho que dantes[4]». Pelo mesmo tempo, D. João de Castro dava a sua opinião de um modo muito mais explicito, dizendo: «A relação da India é a mais desnecessaria cousa, que póde ser, e a meu juizo muito prejudicial á terra e muito mais ao serviço de V. A; porque esses letterados, que cá vem por desembargadores entrão tão mortos de fome e vivos na cubiça, e desejos de enriquecer que nenhuma outra tenção tem...».

Sobre um dos taes desembargadores se pronunciava elle com a maior franqueza, n'uma phrase, que envolve uma censura muito transparente ás pessimas escolhas, que ás vezes se fazião no reino: «Hieronymo Rodrigues é tão solto e afouto e desavergonhado, que

---

1 *Oriente conquistado a Jesu Christo,* parte, I, p. 99.

2 Cf. *Dialogo do soldado pratico,* pag. 100 e seg.

3 Isto deprehende-se do teor da resposta de D. João III, na sua carta aos vereadores de Goa de 26 de março de 1532. Veja-se o *Archivo portuguez-oriental,* de Cunha Rivara, fasciculo I, pag. 12.

4 *Cartas,* de Simão Botelho, em Felner, *Subsidios,* pag. 2.

me tem espantado de se lá não conhecer[1]». Como se vê, as apreciações desfavoraveis abundam, e emanam de auctoridades diversas e de grande peso. Sómente poderiamos dizer em abono dos homens de lei, que nem sempre a sua missão se exercia com facilidade. Os fidalgos ainda se lembravam dos seus antepassados, aquelles ricos-homens, costumados a enforcar os officiaes do rei, que tinham a ousadia de entrar nas suas honras e coutos; e não se submettiam de bom grado ás prescripções da lei. Uma manhã em Goa o ouvidor geral, Antonio de Macedo, foi prender um criminoso, refugiado em casa de Diogo da Silveira. Quando este voltou da missa, desesperou-se porque os seus creados não tinham resistido, e andou gritando pelas ruas que deviam ter «depennado as barbinhas a um rapaz judeu, que el-rei manda á India por ouvidor geral». O caso aggravou-se depois, e o governador, Nuno da Cunha, tomou quasi claramente o partido de Diogo da Silveira[2]. Poderia citar outros exemplos similhantes.

Todos estes officiaes, secretario, ouvidor geral, védores, contadores, desembargadores, provedor mór dos defuntos, meirinhos e escrivães, estabelecidos em Goa, alguns casados e com suas famillias, formavam pois uma classe civil de empregados publicos. Salvas naturalmente algumas honrosas excepções, esta classe estava, como vimos, eivada dos vicios da epocha e da região, sendo muitos dos seus membros venaes, intrigantes e mexeriqueiros, com todos os defeitos dos fidalgos, e sem algumas das suas brilhantes qualidades.

Resta-nos considerar um elemento poderoso, que muito contribuiu para dar ao modo de viver dos portuguezes no Oriente, e particularmente em Goa, a sua

---

[1] *Fragmento* de uma carta, publicado no *Investigador portuguez*, XVI, 406, e transcripto nos *Subsidios* na *not. preliminar*, XXIII.

[2] *Lendas*, III, 452.

feição caracteristica—refiro-me ao elemento religioso. No primeiro logar da hierarchia ecclesiastica encontrâmos o bispo. Durante a maior parte do tempo em que Garcia da Orta habitou Goa, do anno de 1538 ao de 1553, governou aquella diocese D. fr. João de Albuquerque, o primeiro bispo de propriedade[1]. Era um frade hespanhol da ordem de S. Francisco, que fôra provincial da nova provincia da Piedade e confessor de D. João III. Segundo podemos deduzir do que dizem os antigos escriptores, não só religiosos como seculares, era um homem recto, bondôso, e de costumes austeros. Os vereadores e cidadãos de Goa varias vezes deram testemunho favoravel ao modo por que elle administrava a sua diocese; e podemos francamente acceitar o juizo de Gaspar Corrêa, o qual por certo não era inclinado a frades e a padres, e não obstante nos diz que fr. João de Albuquerque «fôra um homem pobre de condição e muy vertuoso... e serviu muy bem o seu lugar e com os crelgos brandamente[2]...» Sob a jurisdicção immediata do bispo estavam as dignidades da Sé —estabelecida ainda então em Santa Catharina— como eram o arcediago, o chantre, o mestre escola e os conegos; e tambem um grande numero de clerigos seculares, priores, vigarios e collegiadas das freguezias. Estas foram, a partir de 1543, em numero de quatro: a antiga de Santa Catharina, dentro dos velhos muros dos mouros: a de N. S. do Rosario para

---

[1] O primeiro bispo nomeado, D. Francisco de Mello, não passou á India; e os anteriores, D. Duarte, D. Diogo, D. Martinho e D. Fernando Vaqueiro não eram de propriedade. Cf. um interessante artigo de J. Heliodoro da Cunha Rivara no *Chronista de Tissuary*, III, 214.

[2] Cf. *Lendas*, IV, 10; *Agiologio lusitano*, I, 543; fr. Manuel de Monforte, *Chron. da provincia da Piedade*, 398; e as cartas de D. João III á camara de Goa no *Archivo portuguez-oriental*, fasciculo I, pag. 24 e outras.

os lados da barra: a de N. S. da Luz, para o interior da ilha, abrangendo os bairros da Trindade ou dos oleiros: e a de Santa Luzia, situada no caminho de Daugim, incluindo os bairros orientaes da alfandega e Bazar-grande[1].

Mais importante, porém, do que o clero secular era o clero regular, muito mais numeroso e activo. Os frades trinos e franciscanos haviam passado á India logo nas primeiras armadas, como capellães das náos e missionarios; mas só no anno de 1518 os franciscanos se estabeleceram definitivamente em Goa. Foi então para ali fr. Antonio do Louro com os seus companheiros, fundar o mosteiro de S. Francisco n'umas casas e horta de João Machado, sitas não longe da Sé, alargando depois as construcções e cerca sobre os terrenos occupados antes pelas casitas pequenas e pobres de algumas mulheres canarins de má nota. Parece mesmo que estas annexações, ou, como hoje lhes chamariamos, expropriações, levantaram algumas resistencias da parte dos moradores[2]. Cresceu o convento e communidade de modo que em 1548 já ali havia para cima de quarenta frades. Por esse tempo andavam tambem na India alguns franciscanos reformados da Piedade, e da Madre de Deus; mas os ultimos só levantaram ali casa muito mais tarde. Correndo o anno de 1542, entrou em Goa a companhia de Jesus, na pessoa de um dos seus mais illustres e mais venerados representantes, o grande apostolo do Oriente, o padre mestre Francisco Xavier[3]. Augmentou depois o numero de jesuitas, e tomaram

---

[1] *Lendas*, IV, 288; Couto, V, X, 11; *Tombo do estado da India* nos *Subsidios*, 69. Depois augmentaram muito; em 1565 havia em Goa e arredores quinze freguezias; veja-se *Chr. de Tissuary* de 1869.

[2] *Lendas*, II, 537.

[3] Lucena, *Historia da vida do padre Francisco de Xavier*, p. 61 e seguintes, edição de 1600.

posse do seminario da Santa Fé, e do collegio velho de S. Paulo, que mais tarde reconstruiram n'aquelle sumptuoso edificio, que ficava fóra da cidade no caminho de Benesterim. A nova companhia levava para a India as suas tendencias, talvez irrequietas e dominadoras, mas indubitavelmente illustradas; e poucos annos depois ensinava no seu collegio de S. Paulo, grammatica, musica e rhetorica, abrindo ali em 1556 o padre Belchior Carneiro um curso de moral, e o padre Antonio de Quadros um curso de philosophia[1]. Finalmente no anno de 1548, foram os dominicanos estabelecer-se definitivamente em Goa. Fr. Diogo Bermudes e os seus companheiros íam munidos do plano e alçado do seu convento e igreja, e das ordens expressas de D. João III para que o governador lhes facilitasse a aquisição dos terrenos e os meios para a construcção. Tomaram de feito posse de algumas terras e casas a oriente da cidade, na base da collina da Senhora do Monte, pagando-as mal aos seus proprietarios, segundo nos diz Gaspar Corrêa, o qual por modo algum approvava esta introducção de mais frades n'uma terra onde já havia tantos[2]. Os agostinhos e outros só se estabeleceram na India depois da morte do nosso Garcia da Orta, e d'elles nos não occuparemos.

Quem de futuro, escrevendo uma verdadeira historia da India portugueza, procure desapaixonadamente qual foi a influencia das ordens religiosas na sua prosperidade e na sua decadencia, chegará, me parece, a reconhecer a existencia de dois periodos distinctos; um que abrange proximamente a primeira metade de seculo XVI, ou vae mesmo um pouco alem, o outro que se extende á segunda metade e ao seculo seguinte. Naturalmente

---

[1] *Oriente conquistado* I, 118.

[2] *Lendas* IV, 670; conf. fr. Luiz de Sousa, *Historia de S. Domingos*, parte III, p. 251 e seguintes, edição de 1767.

esta limitação de tempo é apenas uma grosseira approximação, pois os dois periodos se penetram mutuamente ou se fundem um no outro. No primeiro, a influencia das ordens religiosas é incontestavelmente benefica. Ha sem duvida já então alguns frades, que se intromettem nos negocios seculares a que não são chamados, como aquelle guardião de S. Francisco, que no pulpito defendia os direitos de Lopo Vaz de Sampaio, e adduzia em seu favor as auctoridades da Sorbonna[1]; ha mesmo padres e frades, que deshonram as vestes e o habito, como aquelle vigario das Molucas que representou um dos primeiros papeis nas vergonhosas e sangrentas peripecias, a que poz cobro o honrado e recto Antonio Galvão, ou aquelle dominico, de quem Affonso de Albuquerque dizia com a sua rude franqueza: «o quall leva rroubados mais de outo centos cruzados de defuntos...»; mas estes factos constituem evidentemente simples excepções. E por outro lado vemos um fr. Vicente no Malabar, um fr. Antonio do Porto em Baçaim e costa do norte, um S. Francisco Xavier na costa da Pescaria e por todo o Oriente, e dezenas de outros, levados pelo zêlo sincero e absolutamente desinteressados, expondo-se a privações, perigos e morte, prégando, não só com a palavra, mas com o exemplo da vida austera e pobre, e com a larga benevolencia da caridade evangelica. Essas populações catholicas, que ainda por lá estão, em terras onde ha longos annos perdemos o dominio, e ainda unem á veneração pela sua crença o respeito pelo nome do nosso paiz, provam quão fundo haviam penetrado a palavra e o influxo do padre portuguez. E não foi só entre os gentios que a sua acção salutar se fez sentir; as peias religiosas e as admoesta-

[1] Porque «dentro na Sena aprovaria o que ali dizia», é a phrase curiosa em que Gaspar Corrêa se refere á grande universidade de Paris, *Lendas*, III, 341.

ções severas dos missionarios cohibiram de certo algumas vezes os fidalgos e os guerreiros nas violencias e nos desregramentos de toda a ordem, a que eram demasiado propensos.

Na segunda metade do seculo as cousas mudam. O zêlo é talvez igualmente sincero, mas manifesta-se de um modo diverso e menos evangelico. O elemento religioso tem adquirido uma força excessiva, e abusa d'essa força. Ja se não contenta com a persuasão, e recorre muitas vezes á violencia, apoiando-se no braço secular. O fogoso vigario geral, Miguel Vaz, inaugura depois do anno de 1546, o que podemos chamar esta segunda maneira, lançando-se com ardor no caminho da perseguição aos gentios e da destruição dos pagodes[1]. É quasi desnecessario fazer sentir qual foi o effeito desastroso d'estes excessos de zêlo, que nos isolavam, alienando alliados e despovoando as nossas terras. Mais tarde vieram —como um echo do que se passava na patria— as sevicias contra os judeus e christãos novos; e o bispo, Belchior Carneiro, com o padre provincial, Gonçalo da Silveira, trouxeram então presos de Cochim, doze dos mais ricos christãos novos, remettendo-os para o reino a fim de serem devidamente castigados. Abriam assim o caminho á inquisição, que de feito entrava pouco depois na India, nas pessoas de Aleixo Dias Falcão e Francisco Marques, inquisidores e canonistas seculares.

---

1 Sobre a questão debatida de saber até que ponto Miguel Vaz seguiu ou excedeu as instrucções de D. João III, e até que ponto se deva considerar authentica a carta d'este rei, inserida por Jacinto Freire de Andrade na sua obra, veja-se o que diz o cardeal D. Francisco de S. Luiz, nas notas á sua edição da *Vida de D. João de Castro*, p. 372, e documento 25; veja-se igualmente Felner, *Subsidios*, p. xv; tambem a carta de D. João III á camara de Goa, datada de 13 de março de 1549, no *Arch. portuguez-oriental*, fasc. 1, p. 28.

É claro que a responsabilidade d'estes actos de zêlo inconsiderado não pertence unicamente aos padres que os promoviam; mas tambem aos governadores que os toleravam ou os auxiliavam. O vice-rei D. Pedro Mascarenhas, e o governador Francisco Barreto promulgaram e mandaram apregoar pelas ruas de Goa as conhecidas ordens, que prohibiam nas terras portuguezas todas as cerimonias do culto brahmanico, e determinavam que os orphãos dos gentios fossem tomados e baptisados. E quando mais tarde, opprimidos nas suas crenças, os mercadores hindús de Goa fecharam as portas das suas lojas, e os lavradores canarins arrazaram as suas culturas de arroz, D. Constantino de Bragança cerrou obstinadamente os ouvidos a todos os sentimentos de piedade[1]. Se quizermos ser absolutamente justos, deveremos reconhecer que os rigores d'este violento proselytismo se não podem lançar exclusivamente á conta dos padres e governadores da India, nem mesmo da côrte de Lisboa, que os inspira e approva, mas derivam tambem e principalmente da indole dos tempos, que vão correndo.

A tolerancia relativa dos primeiros annos procede sem duvida em parte da elevação de espirito de alguns dos grandes homens, que governaram a India. Isto é evidente no caso de Affonso de Albuquerque. Lendo com attenção o interessante volume das suas *Cartas*, recentemente publicado[2] —leitura, da qual o seu vulto sáe ainda maior do que era— ficamos maravilhados ao reconhecer como elle viu bem e claro n'aquelle labyrintho ethnico e politico da India. Albuquerque sabia que os mouros, turcos ou de qualquer outra raça, con-

---

[1] Veja-se o *Oriente conquistado*, I, 128 e 147; onde naturalmente estes factos vem apreciados sob o ponto de vista especial do auctor.

[2] *Cartas de Affonso de Albuquerque*, publicadas por ordem da Academia real das sciencias de Lisboa, sob a direcção de R. A. de Bulhão Pato.—Lisboa 1884.

stituiam uma classe dominante e activa, mas pouco numerosa e sem raizes fundas; sabia que seria possivel supplantal-os se obtivessemos a alliança dos antigos senhores da terra, os hindús, se soubessemos inspirar-lhes confiança na nossa lealdade e na verdade da nossa palavra, se conseguissemos convencel-os de que a nossa amizade era segura, e o nosso dominio mais brando e humano que o dos musulmanos. D'aqui a sua politica, de guerra aos nossos tradicionaes inimigos e ás suas mesquitas, de larga tolerancia e de favor aos hindús e aos seus pagodes. Admiravelmente bem informado quanto ao estado interior da India, sabendo que o rája de Bijayanagara era o mais poderoso principe hindú d'aquellas partes, quasi o unico representante do velho e puro elemento aryano, a primeira cousa que faz depois de tomar Goa é mandar ao opulento rája —«a el-Rei de Naarsimgua», como elle escrevia— um mensageiro e um presente, explicando-lhe a significação e importancia da nova conquista dos portuguezes. Ainda no fogo da tomada da cidade, quando mandava «assar» os mouros que se encontravam vivos, elle ordenava que «os lavradores da terra e os bramenes» fossem escrupulosamente respeitados. É claro, que se em seu tempo um Miguel Vaz tivesse querido perturbar-lhe os planos, destruindo os pagodes, elle o teria promptamente reduzido ao silencio pelos processos summarios e rudes de que muitas vezes usava. Mas sob esta tolerancia, filha de um vasto plano politico, havia tambem uma certa largueza de espirito nas questões religiosas, que não era peculiar ao grande homem e derivava de idéas geraes. Em uma epocha já mais avançada, no anno de 1539, encontrâmos ainda em um tratado celebrado com o Nizam Shah a seguinte phrase: «ey por serviço d'el Rei meu senhor que as mizquitas sejão guardadas dos portuguezes e tão honradas asy como as nosas proprias igrejas». Vinte ou trinta annos depois esta phrase faria arripiar as carnes, não só ao inquisi-

dor Aleixo Falcão, como aos vice-reis D. Pedro Mascarenhas ou D. Constantino de Bragança. Os tempos tinham mudado. Ao periodo em que D. Manuel e o moço D. João III ouviam nos saraus do paço, os versos de Gil Vicente, fallando com toda a liberdade do *Clerigo da Beira* ou fazendo a curiosa resenha de berços da *Comedia de Rubena,* havia succedido uma epocha de religião mais apertada, mais sombria, e mais aggressiva. E não era esta crise particular á India ou a Portugal, mas commum á Europa, onde por toda a parte se exacerbavam as luctas religiosas.

Mas deixemos estas reflexões, que nos vão desviando para longe, e voltemos á nossa Goa, onde, pelas ruas, se cruzam as roupetas negras dos jesuitas, as cogulas pardas dos franciscanos, e os habitos pretos e brancos dos dominicos; onde os sinos repicam alegremente ás missas conventuaes e a vesperas; onde nas festas em pontifical de Santa Catharina se apinham os fidalgos, garridamente vestidos de gala; onde se desenrolam as longas procissões com as communidades de cruzes alçadas; onde se levantam rivalidades entre a eloquencia ardente dos prégadores de S. Domingos, advogando os interesses dos escravos, e a dicção mais prudente e meliflua dos padres-mestres do collegio de S. Paulo; onde as pompas do culto constituem, não só uma das principaes occupações, mas uma das principaes diversões da cidade[1].

---

[1] A importancia das cerimonias religiosas na vida de Goa, em uma epocha na verdade bastante posterior (1623), resalta das cartas curiosissimas de Pietro della Valle. Todos os dias se celebravam pomposas festas de igreja. É certo que a occasião era especial, pois chegou então da Europa a noticia da canonisação de cinco santos, entre os quaes Santo Ignacio de Loyola, S. Francisco Xavier e Santa Thereza, de modo que os jesuitas e os carmelitas andavam á porfia a quem manifestaria maior pompa. Veja-se *Des fameux voyages,* etc., IV, 149 e seguintes.

Todos os elementos, que temos mencionado eram por assim dizer fluctuantes; as classes ficavam, mas os individuos que as compunham mudavam repetidas vezes. Os vice-reis e grande parte dos fidalgos, terminado o seu tempo de serviço, regressavam a Portugal; e os frades recolhiam tambem, ou deslocavam-se, obedecendo ás ordens dos seus geraes. Havia, porém, em Goa uma população fixa, na qual convem primeiro que tudo notar os chamados *cidadãos, moradores,* ou *casados.*

Esta classe era uma creação de Affonso de Albuquerque; e póde dizer-se que nenhum dos seus emprehendimentos lhe mereceu maior interesse, e nenhum lhe promoveu mais dissabores. Albuquerque não se contentava, como D. Francisco de Almeida, com o simples dominio dos mares apoiado em numerosas armadas, nem mesmo com o dominio militar das terras, tendo unicamente por base as fortalezas e as suas guarnições, queria mais alguma cousa; queria prender os seus compatriotas á India pelos vinculos da familia, do interesse e da propriedade territorial. Antevia uma India portugueza, com a sua população fixa, alliada aos hindús, vivendo em paz com elles, substituindo pouco a pouco os nossos velhos inimigos, os musulmanos. Com o seu genio impetuoso e pouco propenso a demorar-se na contemplação de sonhos vagos, apenas encontrou ensejo favoravel, tratou de pôr mãos á obra. Logo em seguida á conquista de Goa, escrevia elle a el-rei D. Manoel (22 de dezembro de 1510): «Aqy se tomárão allguãs mouras, molheres alvas e de bom parecer e alguuns homens limpos e de bem quiseram casar com ellas e fiqar aquy nesta terraa, e me pediram fazemda, e eu os casei com elas e lhe dei o casamento ordenado de vosa alteza, e a cada hum seu cavalo e casas e terras e gado, aquylo que arrezoadamente me parecya bem: haverá hy qatrocentas e cymcoemta almas; estaas cativas e estas molheres que casão, tornam a suas casas e desenterram

suas joyaas e suas fazendas e suas arrecadas douro e aljofar e Robis, e colares e manylhas, contas, e tudo lhe deixo a elas e a seos marydos.» Nada mais interessante do que este trecho de carta, que nos faz assistir ás origens da Goa portugueza, contadas pelo seu fundador.

Nem todos comprehendiam os planos de Albuquerque, e havia mesmo um partido numeroso, abertamente contrario á occupação definitiva da cidade, o qual explorava algumas feições um tanto comicas d'estes casamentos feitos á pressa. Assim, uma noite que Albuquerque havia presidido em sua casa a numerosas bodas, deu-se tal confusão á saida, que os noivos e noivas se baralharam; e só no dia seguinte se poderam desfazer as trocas. Era um pouco tarde, mas —como diz Barros— o negocio de honra ficou tal por tal. Tudo isto dava logar a reparos e ditos maliciosos; e como Albuquerque se gabava de que arrancaria as más cepas musulmanas que havia n'aquella terra, e as substituiria por bons vinhedos catholicos, os graciosos diziam nas suas costas «que aquelle seu bacello era de vidonho labrusco em ser mestiço... que o primeiro asno de trabalho que viesse aquella cidade o havia de roer». Mas o governador proseguia no seu intento, tratando carinhosamente dos seu casados, chamando filhas ás moças indianas, e genros aos soldados, que as tomavam por mulheres.

Obrigado, porém, a partir para Malaca, elle encontrou na volta os negocios dos casados bastante confundidos. Os capitães que ficaram governando Goa não tinham nem o seu zêlo, nem a sua auctoridade, e na sua ausencia ferveram as intrigas e os escandalos, em que representaram papel importante um certo mestre Affonso, medico, e aquelle frade dominico, que roubava o dinheiro dos defuntos. Dera-se mesmo um caso mais grave. Alguns casados, instigados pelas mulheres, entraram em uma conspiração para entregar Goa aos

mouros, tendo como cabeça um tal D. Fernando, filho bastardo do commendador mór de Sines, homem inquieto e de má nota. Com a chegada de Albuquerque, porém, as cousas entraram de novo nos eixos. Elle castigou severa e barbaramente mesmo alguns culpados; e poz — como hoje se diz — uma pedra em cima dos crimes dos seus casados, para não desacreditar aquella classe por quem tanto se interessava[1]. Na sua carta de 1 de abril de 1512 mostra-se cheio de confiança nos bons resultados do seu emprehendimento e diz: «Falamdo a voss alteza na jemte quaa mandaees casar, a mim me parece muito gramde serviço de deus e voso; e a imcrinaçam da jemte e desejos de casar em goa, se ho voss alteza vise bem espamtar s ya... e estas cousas am mester muyto afavorecidas de voss alteza e vejiadas com muito cuidado e emparo de vosso governador e capitam jerall que cá tiverdes; porque certifico a voss alteza que traz o diabo tam grande cuidado d emcontrar e danar este feito e rroer este enxerto que não creça, que os mesmos portuguezes e pesoas de que voss alteza comfiarya quallquer cousa, se trabalham de ho danar e estorvar quamto podem, e dar com este feito na metade do chão... e esta he a mayor perseguiçam que agora quá tenho na imdia». No fim da sua longa carta volta ainda ao seu plano valido, dizendo: «Ho feito dos casados vay muyto avamte, porque casam muitos homeens de bem e muitos ofeciaes ferreiros e carpimteiros, torneiros e bombardeiros e alguns alemãees são quá casados... e estam tamtos criados de voss alteza e dos duques e comdes de portugall em goa pera cazar, que ho não podera crer voss alteza.» Citei

[1] E impossivel contar aqui, mesmo resumidamente, toda esta curiosissima historia. Compare-se o que diz Gaspar Corrêa nas *Lendas*, II, 294 a 300 e 318 a 319, com as cartas de Affonso de Albuquerque do anno de 1512.

um pouco longamente, porque acho adoravel esta prosa irregular e rude de Affonso de Albuquerque, que parece escripta com a ponta da sua espada; e porque nenhum outro testemunho tem o valor do seu, no que diz respeito á fundação da capital do Oriente.

Effectivamente, o «feito dos casados» ia «muito avante», máo grado os que o queriam «danar», e queriam dar com elle na «metade do chão»; e quando Affonso de Albuquerque morreu, deixava Goa fundada, e a classe dos seus cidadãos constituida. Estes elegiam os seus vereadores, e tinham os seus juizes e procuradores dos mesteres; depois a cidade foi declarada realenga; a camara ou senado, formado pelos vereadores gozou de grandes privilegios, e dispoz de rendimentos importantes; no anno de 1559 foram-lhe concedidas e confirmadas todas as prerogativas da camara de Lisboa; e finalmente a *cidade* chegou a ser uma potencia, com a qual os vice-reis tinham de contar, e diante da qual varias vezes tiveram de ceder. Os paços da camara estavam situados no terreiro do Sabayo, defronte das casas onde primeiro habitaram os vice-reis e governadores, e mais tarde se estabeleceu a inquisição.

Os casados não eram obrigados ao serviço militar em pontos distantes, posto que muitas vezes os encontremos nas armadas e exercitos, por exemplo, na expedição de D. João de Castro a Diu; mas nas guerras com o Adil Shah, na defeza da ilha de Goa e dos seus passos, elles representaram sempre um papel importante. Regularmente organisados, bem armados e bem montados —sobretudo a partir do tempo de Martim Affonso de Sousa— portaram-se como «valentes e honrados homens», nas guerras dos governos de Nuno da Cunha, de D. João de Castro, de D. Pedro Mascarenhas e de outros.

Do modo por que esta classe se formou, pelos casamentos dos portuguezes com as mulheres da terra, se vê desde logo que grande parte dos seus membros era

de sangue mestiço[1]. Todavia por aquelles tempos passaram á India bastantes portuguezas e algumas senhoras da classe nobre, havendo pois ali familias e linhagens de raça pura ou quasi pura; e por outro lado a incessante introducção de sangue europeu pelo elemento masculino refrescava e aclarava a mistura. Nem a qualidade de mestiço trazia comsigo idéa de pronunciada inferioridade. Os portuguezes têem sido sempre n'este ponto muito tolerantes — e é esta uma das suas grandes qualidades de colonisadores — e não consideravam, nem podiam considerar desdouro a alliança com as castas nobres da India, do mais puro sangue aryano. Havia portanto em Goa, muitos casados tidos na conta de fidalgos, quer fossem puros portuguezes, quer tivessem alguma mescla de sangue; devendo comtudo dizer-se que os moradores de outros pontos — por exemplo de Baçaim — se jactaram depois de maior fidalguia. Alguns d'estes casados portuguezes ou mestiços viviam largamente, em boas casas ricamente mobiladas e recheiadas, conservando no seu vestuario e nas suas mesas parte dos habitos europeus, servidos por dez ou vinte creados e escravos, saíndo á rua nos seus palanquins com grande acompanhamento de serviçaes[2].

Alem d'estes elementos portuguezes e apòrtuguezados, havia a numerosa população de indianos, que habitavam na cidade ou nas aldeias dos arredores. Eram geralmente, posto que talvez com pouca correcção, chamados canarins. Resultavam de feito de uma mistura

---

[1] Segundo Albuquerque os casamentos foram feitos com algumas «mouras, mulheres alvas e de bom parecer» Gaspar Corrêa diz que eram «bramanas e naiteas»; isto é de raça indiana as primeiras, e da casta dos mouros as segundas. Este nome *naitea* era dado na costa indiana aos mouros, e é a corrupção de *nowayits,* que significa litteralmente *nova raça;* veja-se Brigg's, *Ferishta,* IV, 533.

[2] Cf. Linschoten, *Navigatio,* 38.

do fundo da população canarim, que era dravidica, com algumas colonias aryanas, vindas em tempos remotos do norte ou do nordeste. Como era natural, o primeiro sangue predominava nas classes mais baixas; e o ultimo em algumas familias nobres. Emquanto á lingua fallada em Goa, era no XVI seculo, como hoje é, o concani, idioma samskritico, um pouco mesclado porém de canarim, sobretudo na bôca do povo mais rude e ignorante. Diz-se geralmente que o concani é um dialecto do marathi, e suppõe-se mesmo que a sua differença d'esta lingua resulta unicamente da introducção de alguns elementos dravidicos estranhos. A este modo de ver oppõe-se o facto de a pura origem samskritica se revelar em certos traços do concani mais claramente mesmo do que no proprio marathi. Seja como for, e deixando esta questão, que vae alem do meu assumpto e ainda mais da minha competencia, fique unicamente indicado que o povo de Goa fallava concani, mais ou menos mesclado com as vizinhas linguas dravidicas—o canarim ou canará, e o tulu. É provavel tambem que o portuguez começasse já então a penetrar e alterar a lingua, fallada pelo povo da cidade[1].

Dos lavradores canarins dos arredores, reunidos em pequenas communidades agricolas, similhantes ás que

---

[1] Sobre os limites actuaes do concani e do seu sub-dialecto, o goadési, veja-se Cust, *A sketch of the modern languages of the East Indies*, p. 59. E sobre os limites do canarim ou kanarese, como os inglezes escrevem, veja-se o mesmo Cust, l. c., 69.

Sobre a antiga lingua de Goa, e os trabalhos dos jesuitas começados já no seculo XVI, particularmente os do padre inglez, Thomás Estevão, veja-se a *Grammatica da lingua concani*, Nova Goa 1857, publicada por J. H. da Cunha Rivara, e precedida de um interessante *Ensayo historico* do nosso illustrado escriptor.

Vejam-se sobretudo as cartas do erudito professor de samskrito, o sr. Vasconcellos Abreu publicadas no *Commercio de Portugal*, abril 1885, nas quaes esta questão vem tratada com toda a largueza.

ainda hoje existem[1], dependiam a alimentação e abastecimento da cidade. Todas as manhãs, elles vinham nos seus tones pela ria, com as provisões para os bazares e mercados; com grandes cargas de hortaliça, rabãos e bredos, alhos e cebolas, coentros e couve; com as fructas conhecidas na Europa, laranjas, limões e beringelas, ou privativas dos tropicos, mangas, jacas e tamarindos; com jarras de leite, e queijos; com os vinhos de palmeira, a çura, a orraqua, e o xaráo[2]. Pagos os impostos aos rendeiros, vendiam os productos das suas culturas a retalho, nos bazares ou nas «buticas de mantimentos», onde as cozinheiras escravas vinham fazer as compras para os jantares dos fidalgos e ricos moradores. As hortas da ilha de Goa, ou das ilhas fronteiras de Divar e de Chorão, forneciam parte d'estes productos; mas vinham sobretudo da terra firme. E muitas vezes, quando a ilha se achava cercada pelas tropas do Adil Shah, havia falta das cousas mais necessarias, por exemplo de lenha para os fornos. Alem dos lavradores que assim vinham diariamente á cidade, muitos canarins habitavam ali, como os *boys*, que transportavam os fardos de mercadorias, os *mainatos*, que se occupavam exclusivamente na lavagem das roupas, os operarios da Ribeira, e em geral todo o povo baixo e trabalhador. O portuguez, militar e afidalgado, desprezava as profissões mechanicas; e o mestiço seguia os seus exemplos.

Não se creia, porém, que todos os indianos occupavam assim posições inferiores. Das ricas lojas —*buticas*, era o nome usado— que faziam o ornato da rua Direita, onde se encontravam os mais custosos tecidos de

---

[1] Conf. Filippe Nery Xavier, *Bosquejo hist. das communidades* etc., Nova-Goa, 1852.

[2] Cito pelos nomes e orthographia então usada; conf. o *Tombo do Estado da India* nos *Subsidios*, 50.

algodão e de seda de todo o Oriente, juntos aos rasos, e sarjas da Europa, ou as porcellanas da China e do Japão, de envolta com as pedras preciosas de Ceylão e de Golconda, d'essas ricas lojas, muitas pertenciam aos opulentos mercadores hindús. E os cambistas ou *xaraffos,* peritos nas complicadissimas equivalencias de *xerafins, madrafaxões, portuguezes* e *venezianos,* fazendo largas transacções, e dispondo de grandes capitaes, eram tambem indianos pela maior parte. Nos emprestimos, que em circumstancias apertadas, os vice-reis pediram muitas vezes á cidade, os hindús figuravam sempre largamente. E uma vez, que elles estavam sob o peso de uma violenta perseguição religiosa e se tratava de levantar um d'estes emprestimos, a camara de Goa observava com uma grande dóse de bom senso a el-rei D. João III, que lhe parecia pouco prático desterrar os hindús, e esperar ainda em cima que elles dessem dinheiro.

Havia tambem em Goa mercadores de fóra, de passagem nas longas viagens commerciaes, muito usadas então, e ainda hoje, no Oriente, ou mesmo estabelecidos em colonias mais ou menos numerosas. Uma das mais interessantes d'estas colonias era a dos baneanes de Cambaya, poupados e sobrios na sua alimentação puramente vegetal, industriosos e interesseiros, peritissimos ourives e lapidarios. Viviam arruados, em grande numero, no bairro da Senhora da Luz, para alem do Pelourinho Velho. Não eram raros os judeus, essa raça eternamente nomada e perseguida, eternamente activa e poderosa. Quando os soldados de Estevão da Gama voltaram de Suez, trouxeram garrafas de agua, que derramavam por troça á porta dos judeus da rua Direita dizendo lhes:

—Vedes aqui a agua, que se abriu a vossos antepassados, quando foram fugindo do Egypto.

Igualmente viviam em Goa bastantes christãos armenios, assim como alguns chatins de Coromandel e mui-

tos persas, arabes, abexins ou outros orientaes. Os europeus eram mais raros. Varios venezianos por lá andavam, não se resignando ainda á perda da sua antiga supremacia, continuando a explorar um commercio que conheciam melhor do que ninguem, intrigantes e cautelosos. Tambem se encontravam flamengos e allemães, sendo os ultimos, bombardeiros habilissimos e muito apreciados pelos capitães portuguezes.

D'esta enumeração, já longa, resulta que a velha Goa portugueza tinha dois aspectos perfeitamente distinctos. Em primeiro logar era a capital *politica* do nosso dominio oriental, a côrte do vice-rei, o centro das operações militares e da administração, onde se agrupavam os homens de guerra e os funccionarios civis, d'onde bracejava em todos os sentidos a influencia de Portugal; em segundo logar, continuava a ser, como já era no tempo dos mouros, um *emporium* commercial, onde concorriam as gentes e as mercadorias de todas as partes do Oriente. D'ahi as suas feições multiplas, o seu cunho semi-portuguez, semi-indiano, os contrastes de civilisações radicalmente diversas, que se encontravam e não se comprehendiam, que se confundiam sem se fundirem.

CAPITULO VIII

GOA

Foi no centro d'esta complexa e curiosa sociedade, que o nosso naturalista se veiu estabelecer, como vimos, pelos fins do anno de 1538; e ali, salvas algumas ausencias, se conservou durante os vinte a trinta annos seguintes. Podemos com um leve esforço de imaginação reconstruir um dos seus passeios matinaes, na epocha em que elle, já grisalho, de aspecto sisudo mas trato jovial e facil, conhecendo todos, conhecido e respeitado por todos, se haveria tornado uma das physionomias populares e caracteristicas da capital do Oriente.

De manhã ainda cedo saíria já da sua visita ao hospital de el-rei, onde havia talvez encontrado á cabeceira de um doente o padre mestre Francisco Xavier. Vestido na sua commoda loba negra, accompanhado pelo seu *boy*, que lhe levava o sombreiro, tomava, ao saír do hospital, a viela tortuosa que corria ao longo da cerca de S. Francisco, e vinha dar á casa dos Contos, virando ali para o terreiro do Sabayo, trocando no caminho algumas saudações com os contadores e vereadores seus amigos, que a essas horas se dirigiam para as repartições. Ao desembocar do terreiro para a rua Direita encontrava ainda o leilão da manhã em toda

a sua animação. A rua apinhada de gente, as escravas passando em grupos para as compras, e as «buticas» de pannos, de sedas, de ourives, largamente abertas ao vae-vem dos freguezes. Ao meio da rua, á roda de uma mesa, dous ou tres escrivães tomavam notas, emquanto os pregoeiros, rodeados de curiosos e compradores, íam successivamente pondo em praça os vestidos velhos, as arcas, ou as joias de algum espolio, liquidado em arrematação judicial. Mais abaixo, no leilão dos escravos, outro pregoeiro mostrava uma moça indiana, quasi nua, attentamente examinada por um grave cidadão, que desejava ver bem as qualidades da mercadoria antes de cobrir o ultimo lanço. A um lado, diante de uma loja de cambista, de uma *butica de çarrafagem,* como lá se dizia, conversavam animadamente mercadores de Goa, persas de Bassora, indios de Golconda, negociantes de cavallos de Hormuz; ajustavam-se vendas, terminavam-se transacções n'uma grande actividade mercantil, que alguns annos depois Linschoten devia comparar com o movimento da *bolsa* de Antuerpia. Por entre os grupos, passava para a missa a mulher de um rico cidadão, no seu palanquim fechado, seguida pelas servas a pé. Mais longe atravessava um fidalgo, a cavallo, á sombra do largo *sombreiro* levado pelo *boy,* seguido por um pagem portuguez vestido de seda, e por um *faraz* ou palafreneiro musulmano de bigode retorcido, precedido por cinco ou seis cafres armados, muito negros sob as cores vivas da libré. Agora descia a rua um mouro grave, ricamente trajado, rodeado por um sequito numeroso; era o embaixador de Ibrahim Adil Shah, rei de Bijápúr, a quem Garcia da Orta tirava o seu barrete, demorando-se respeitosamente até que passasse[1].

---

[1] Este encontro não é inventado. No *Coloquio do Ber* lê-se o seguinte: —«Ruano — E quem é aquelle a quem tirastes o barrete,

O velho medico ia assim dando a sua volta, parando nas portas dos mercadores seus conhecidos, trocando um comprimento com o seu amigo Khuája Perculim, ou com Malupa, um collega indiano, descendo depois para o terreiro da Fortaleza, a saber as noticias politicas do dia.

O terreiro da Fortaleza era, depois que em 1554 D. Pedro Mascarenhas para ali transferiu a residencia dos vice-reis, o ponto de reunião de todos os fidalgos, como antes havia sido o terreiro do Sabayo. Na roda dos capitães graves, e de barbas já branquejando, que ali se reuniam todas as manhãs, discutiam-se as novas do reino, as ultimas nomeações para Baçaim ou Hormuz, ou os boatos da vinda de rumes; emquanto a outro lado os rapazes riam ao contar o pagode, feito na vespera á noite em casa de uma mestiça solteira. De vez em quando, desembocava da rua Direita um elegante, apertando nas pernas o seu cavallo arabe, e vinha descavalgar á porta do paço, entregando as redeas ao faraz e misturando-se com os grupos. Ás vezes o vice-rei chegava ás janellas, dava o signal de uma cavalgada; e ahi íam todos pela rua Direita, saíndo lá em cima ao Pelourinho Velho, tomando á rua dos Ourives, virando n'uma galopada pela estrada de S. Paulo até ao campo de S. Lazaro.

N'esta roda, composta da primeira gente de Portugal, conservava-se naturalmente a cortezia, e o trato facil da boa sociedade. Os vice-reis e governadores, fóra dos negocios de serviço, viviam em grande familiaridade com os fidalgos, entre os quaes contavam irmãos, pri-

---

e não passastes até que passou? —Orta— É o embaixador do Idalham, cujo avô foi senhor d'esta ilha.»

Devo dizer que nos traços reunidos n'este capitulo me esforcei por ser exacto; mas era impossivel, dada a sua fórma, apoiar cada phrase ou cada linha em uma citação.

mos, e sobrinhos. Nos nossos velhos escriptores, tão remissos em nos darem traços da vida intima, encontrâmos todavia alguns ditos, que provam com quanta liberdade se debatiam entre elles todas as questões, mesmo as da primazia do sangue, especialmente melindrosas. Uma vez appoximando-se o moço D. Duarte de Menezes, filho do conde da Feira, e neto do conde Prior, do grupo em que estava o governador Martim Affonso de Sousa, disse-lhe este:

—Olá, donde vem o senhor D. Duarte?

—De lá venho de tres ou quatro condes, respondeu um pouco petulantemente o rapaz.

Em outra occasião estava o mesmo Martim Affonso, deitado na relva conversando com varios fidalgos, e chegou ali Bernaldim de Sousa, filho do commendador mór de Arronches, o qual pretendia que a sua casa representava os Sousas, mais directamente que os senhores do Prado.

—Aqui vem o senhor Bernaldim de Sousa, que é dos chefes dos Sousas, disse Martim Affonso, rindo.

—Esse osso ha... haveis vós de roer, respondeu-lhe o outro, que era muito gago.

Este Bernaldim de Sousa, era, apesar de gago, um dos homens mais alegres e de melhor companhia, que então andavam na India. Em tempo do vice-rei D. Affonso de Noronha, vinha elle muitas vezes ao terreiro do Paço, vestido em uma loba de chamalote azul cingida pela cinta, com um barrete vermelho na cabeça, accompanhado por doze ou quinze amigos, todos a cavallo. Quando o vice-rei chegava a uma das janellas, gritava-lhe de baixo:

—Ah! senhor saí cá para fóra, no campo de S. Lazaro vos espero, e voltava redeas ao cavallo.

O vice-rei seguia-o então com outros fidalgos, e por lá andavam correndo, ou se lançavam á sombra sobre a herva, descansando, e praticando familiarmente.

Este cunho de boa companhia não se desmentia mes-

mo em algumas das occasiões, bastante frequentes, em que melindres ou susceptibilidades mais ou menos fundadas levaram os fidalgos a decidirem pelas armas as suas pendencias. D. Francisco de Menezes e Ruy Lourenço de Tavora, por exemplo, tiveram umas differenças a proposito do governo de Baçaim, as quaes, aggravadas pelos ditos e mexericos de terceiros, estiveram a ponto de os levar desde logo ao campo. Interveiu, porém, D. Estevão da Gama, que então era governador, conseguindo a reconciliação e a promessa dos dois de que se comprimentariam quando se encontrassem. Effectivamente dias depois achava-se D. Francisco no terreiro do Paço e entrando ali Ruy Lourenço, a cavallo, dirigiu-se para elle, e estiveram conversando amavelmente. Quando se despediram, porém, o cavallo de Ruy Lourenço estava alegre e folgado, e elle apertou-o nas pernas, forçando-o a dar duas ou tres curvetas. Pareceu isto mal a D. Francisco, julgando que o outro o fizera para mostrar aos numerosos fidalgos que ali andavam passeando, que ficara bem n'aquelle negocio; e, chegando a casa, escreveu-lhe, que folgaria se se vissem a sós com as suas capas e as suas espadas. Ruy Lourenço respondeu-lhe immediatamente, que ao outro dia estaria por detraz da Senhora do Monte, direito ao Passo-secco. Encontrando-se n'aquelle logar pouco frequentado, cruzaram as espadas, levando primeiro Ruy Lourenço uma cutilada na testa, e ficando depois D. Francisco com o braço direito atravessado por uma estocada. Abraçaram-se então e voltaram juntos para casa, tendo ambos o primor de não fallarem mais no caso. Quando os curiosos queriam saber alguma cousa de D. Francisco, este dizia:

—Perguntae a Ruy Lourenço de Tavora.

E quando se dirigiam ao seu adversario, respondia-lhes:

—Perguntae a D. Francisco de Menezes.

Ruy Lourenço conservava d'este desafio as mais agra-

daveis recordações. Tempos depois, estando em Lisboa em um sarau da rainha, viu que uma das damas do paço, filha de D. Jeronymo de Menezes, o olhava attentamente, e, apontando para a cicatriz, disse-lhe com toda a galanteria:

--Senhora, que me olha vossa mercê? Esta me deu vosso tio D. Francisco, que é a mór honra que eu tenho.

Nem todos os desafios tinham o caracter de gentilissima cortezia do que acabâmos de contar. Entre os soldados, muitos d'elles violentos e grosseiros, que vinham gastar em Goa o dinheiro das prezas pelas vendas de orraca ou pelas casas das canarins, levantavam-se frequentes rixas. Alguns dos desordeiros, que andavão assim «arruando as ruas» de espada á cinta, capa caída e barrete á banda, eram mais fanfarrões do que realmente bravos. Tal era aquelle João Toscano que —segundo nos conta Camões— arrotava valentias nos magustos de rufiões, gritando: *Que su comer eran las carnes crudas, su beber la viva sangre.* Muitas vezes, porém, os proprios soldados tiravam estes negocios a limpo, com todo o primor. O nosso grande poeta, bohemio incorrigivel, sempre prompto a dar ar á sua espada, apenas chegado a Goa encontrou-se envolvido em uma d'estas pendencias, suscitada entre um valentão de lá e um certo Manuel Serrão, cego de um olho, «o qual *sicut et nos* manqueija de um olho», segundo elle diz. A pendencia terminou honrosamente para o seu afilhado, Manuel Serrão, affirma Camões; e podemos acredital-o, pois elle, a quem nunca viram as solas das botas, era o melhor dos juizes em questões d'esta ordem.

Não era raro que estas rixas se tornassem geraes, tomando mesmo um caracter grave, e sobresaltando a cidade. O governador Garcia Sá dava *mesas* (uma especie de rancho) em sua casa, nas quaes comiam diariamente perto de oitocentas pessoas «gente baixa e sem vergonha». Succedia que na distribuição dos loga-

res se armavam desordens, chegando um dia os soldados a arrancarem as espadas para o védor, sendo necessario que a guarda particular do paço os lançasse para a rua, onde ficaram gritando e praguejando. Passando ali nesse momento Antonio Pessoa, a cavallo, reprehendeu-os, dizendo-lhes:

—Isso merece quem vos dá de comer? Taes palavras não falleis contra o senhor governador.

—Mataremos a todos, e ao governador se cumprir, responderam elles. Olá, soldados arrancar!

E investiram com Antonio Pessoa, que se defendeu de espada na mão, acudindo os seus escravos, a guarda e os meirinhos, n'uma balburdia infernal, emquanto o velho Garcia de Sá —que no emtanto era o melhor dos homens— gritava da janella que os matassem a todos.

Os soldados, como os fidalgos, vinham desafogar em Goa dos perigos, das privações, das horas de tedio mortal, passadas nas armadas. Não admirava que estes homens, cortidos pelos soes e pelas chuvas, vivendo de espada á cinta, endurecidos pelo batalhar continuo, fossem violentos nas suas acções, como eram pouco escrupulosos e algum tanto grosseiros na escolha dos seus divertimentos e prazeres. Mesmo a primeira roda dos rapazes de Goa vivia na atmosphera rude de um acampamento, e na ampla liberdade de costumes de uma cidade oriental. Entregava-se á vida molle e devassa com abandono tanto mais completo, quanto maior havia sido a tensão no momento anterior do perigo. Tinha a pressa de gosar, naturalissima em quem ignora o que lhe reserva o dia seguinte. Alem d'isso n'estes periodos de descanso, que succediam á agitação febril das campanhas e dos cercos, a ociosidade era absoluta. Por occasiões de festas organisavam-se ás vezes cavalhadas e jogos de cannas; e ahi nas competencias de destreza os rapazes empenhavam toda a sua vaidade. Succedendo a D. Luiz de Mendanha caír do cavallo em um jogo de cannas, doeu-se tanto d'este desar, que se foi metter

no collegio de S. Paulo e se fez jesuita. Nos intervallos, porém, os dias corriam monotonos, em longos cavacos no terreiro da Fortaleza, em merendas nas hortas da ilha. E as noites, as longas noites chuvosas do chamado inverno, passavam-se em casa das mestiças solteiras, ou em ceias de homens, bebendo e jogando.

De uma d'estas ceias temos nós uma noticia interessantissima. O dono da casa era nem mais nem menos do que Luiz de Camões; e os convidados alguns rapazes fidalgos que então se achavam em Goa, a fina flor dos elegantes: Vasco de Athayde, D. Francisco de Almeida, Heitor da Silveira, poeta nas suas horas vagas, João Lopes Leitão, poeta tambem, e Francisco de Mello[1]. Luiz de Camões estava então pobrissimo, como sempre, e pouco podia offerecer aos seus convivas; mas tinha, o que não teria ainda que fosse Rothschild, a sua *veia maravilhosa* — aquella veia de que elle fallava nos versos a Francisco de Mello:

D'hum homem que teve o scetro
Da vêa maravilhosa;
Não foi cousa duvidosa,
Que se lhe tornava em metro
O que hia a dizer em prosa.

Suppria pois com os recursos da poesia, as deficiencias da bolsa e da cozinha. Sobre o prato de cada um dos convidados estava uma trova, annunciando a pobreza do banquete. O *menu* distribuido a Leitão dizia, por exemplo:

Tendes nem migalha assada,
Cousa nenhuma de molho,
E nada feito em empada,
E vento de tigelada,
.....

[1] Este Francisco de Mello, que teve a honra de ceiar com o grande poeta, era filho de Pedro de Mello de Serpa, o nono avô de quem escreve estas linhas.

A D. Francisco de Almeida dizia tambem, referindo-se ao caso de Heliogabalo, o qual mandava pintar as iguarias nos pratos, para zombar dos seus convivas:

Não temais tal travessura
Pois já não póde ser nova,
Porque a cêa está segura
De vos não vir em pintura;
Mas hade vir toda em trova.

É de crer todavia, apesar d'estes annuncios, que a ceia existisse, embóra modesta, e se prolongasse em alegre conversa. Se outras ceias não tinham a forçada sobriedade d'esta, não tinham tambem o seu fino perfume de poesia. A orraca corria a jorros, e muitos indiaticos —segundo nos diz ainda Camões— esquecidos do summo da uva, dos bons vinhos do Seixal e de Caparica, entravam largamente pelo summo fermentado da palmeira. As ceias degeneravam em intermina-veis orgias, como ainda hoje succede uma ou outra vez na elegante *mess* dos officiaes britannicos em Bombaim ou em Calcutta.

Uma das causas que mais contribuiu por certo para dar á vida dos portuguezes em Goa este cunho de rude devassidão foi a quasi completa ausencia de senhoras. Digo de senhoras, e não de mulheres. Raros foram os governadores e fidalgos, que n'aquelles primeiros tempos levaram para a India as suas familias. Podemos citar Jorge Cabral, o qual na capitania de Baçaim, e depois no governo geral da India, esteve acompanhado por sua legitima mulher, D. Lucrecia Borges. Podemos ainda citar o velho governador Garcia de Sá, o qual tinha comsigo duas filhas, que legitimára casando com uma senhora D. Catharina, com quem vivera muitos annos. Estas casaram depois em Goa, uma com D. Antão de Noronha, a outra com Manuel de Sousa de Sepulveda, que foi aquella D. Leonor tão celebre

pela sua horrivel morte nos areiaes africanos, e tão cantada pelos poetas, aquella cujos:

> ... crystalinos membros e perclaros
> Á calma, ao frio, ao ar verão despidos,
> Depois de ter pisado longamente,
> Co'os delicados pés a areia ardente.

Estes casos e outros analogos, constituiam porém puras e raras excepções. Em geral os fidalgos, se eram casados, deixavam no reino as suas mulheres e familias, e viviam em Goa n'uma liberdade amplissima. Havia na verdade ali os moradores ou *casados,* os quaes, como vimos no capitulo anterior e como o seu nome indica, estavam definitivamente estabelecidos na cidade, com suas familias e legitimas mulheres; mas estas, pela maior parte de sangue indiano ou mesclado, vivendo encerradas, não formavam um elemento de sociedade, nem cousa que com isso se parecesse.

O viajante flamengo, J. Huighens van Linschoten, que tenho citado varias vezes, e que já mais no fim do seculo viveu em Goa, para onde viera com o arcebispo D. fr. Vicente da Fonseca, dá d'estas mulheres casadas e da sua honestidade as mais desfavoraveis noticias. Segundo elle diz, quasi todas tinham um ou mais amantes, escolhidos entre os soldados rufiões e desordeiros. Estreitamente vigiadas pelos maridos, recorriam ao uso da *datura* ou de outras drogas para os embriagarem, e obterem assim algumas horas de liberdade. Linschoten chega mesmo a apontar uma singular rasão de não existirem na India conventos de freiras; a qual citarei nas proprias palavras da versão latina da sua obra: «*Virginum autem claustris caret. Quis enim castitate foeminis Indiae persuadeat?*» Outro viajante bem conhecido, Augusto Pyrard de Laval, que ali esteve logo no principio do seculo seguinte, confirma nos principaes traços estas informações de Linschoten.

Em honra das damas de Goa, devemos admittir que Linschoten e Pyrard se enganaram, que na sua qualidade de estrangeiros não poderam penetrar profundamente na sociedade, que tomaram por um facto geral alguns escandalos excepcionaes, que confundiram com mulheres casadas algumas mestiças de vida livre e posição irregular. É forçoso confessar, porém, que certas casadas indianas ou mestiças, absolutamente ignorantes, vivendo na ociosidade a mais completa, rodeadas de escravas n'uma atmosphera fechada e desmoralisadora de harem, semi-nuas, sem meias, vestidas apenas nos seus *bajus* transparentes e nas suas faxas bordadas enroladas a modo de saias, comendo mangas de *achar* e outros acepipes apimentados da cozinha oriental, mascando *betle,* conservando os costumes e os preconceitos da sua raça, não deviam ter uma idéa nem muito clara, nem muito elevada dos deveres conjugaes, e bem necessitavam serem fechadas a sete chaves.

Mesmo entre as portuguezas, se algumas ou a maior parte conservavam ali a honestidade e as virtudes domesticas que as distinguiam na patria, outras tinham precedentes que por certo não garantiam a pureza dos seus costumes. Como specimen da vida aventurosa que então levaram algumas das nossas compatriotas, contarei a historia de uma d'ellas.

Correndo o anno de 1523, voltava de Mascate para a India o governador D. Duarte de Menezes com a armada, que elle pelos seus detestaveis exemplos convertêra em uma esquadrilha de piratas. O capitão de uma das galés, Bastião de Noronha, deixou-se ficar a traz para ver se podia tomar alguma preza. Topou effectivamente uma náo de mouros, e abalroou-a; mas saíu-se mal da empreza, porque em logar de tomar a náo, foram os mouros que lhe tomaram a galé, matando-o a elle e aos soldados portuguezes que com elle estavam. Na galé vinha tambem uma portugueza, galante e de bom parecer, que fallava correntemente castelhano, e

dava pela alcunha da *marqueza*[1]. Como ella ali estava não sei eu; mas da sua presença na armada, da sua alcunha, e do seu conhecimento de uma lingua, que de certo não aprendêra no convento, podemos inferir que o seu passado não deveria ser muito orthodoxo. Levada agora para Diu, andou por lá mettida com diversos, sem comtudo abjurar a sua religião, até que ali veiu parar um certo Brigas, typo curioso de aventureiro. Estevão Dias Brigas era um piloto portuguez, que se passára para França, donde veiu no anno de 1528, commandando um navio de piratas francezes. O navio chegou a Diu com só quarenta e oito homens de guarnição, gente, ao que parece, *de sac et de corde,* «rotos e sujos, bargantes que andavam arruando as ruas, e se mettiam nas tavernas a beber vinho». Os mouros tomaram com a maior facilidade o navio, e aprisionaram o Brigas e a sua guarnição. Tanto elle como os francezes tinham pouca vocação para martyres, e sem grande escrupulo se fizeram musulmanos, para escaparem á morte. O Brigas chegou mesmo a gosar de algum favor junto do rei do Guzarate, o qual lhe deu soldo e o casou com a *marqueza,* vivendo este par em boa harmonia durante algum tempo. Depois o Brigas morreu, e a *marqueza* foi parar ao harem de Bahádur Shah. No anno de 1533, por occasião dos regosijos e festas que tiveram logar depois da tomada de Mandú, ainda ali estava, pois sabemos que foi então posta em liberdade com outras escravas e concubinas do Shah. Não sei o que fez nos dois annos seguintes, até que em 1535 veiu para Diu João de Santiago, um typo bem mais interessante do que o Brigas. Era este Santiago um arabe ou kabyla da Africa septentrional, que, sendo rapazito, fôra aprisionado em uma gazua —*razzia*

[1] Gaspar Corrêa diz explicitamente que era portugueza, posto que mais tarde falla d'ella como hespanhola.

lhe chamariamos hoje — dos portuguezes. Trazido para Lisboa, foi baptisado e vendido a um calafate, o qual, passados annos, o levou comsigo para Goa. O rapaz era espertissimo, não se esqueceu do seu arabe, aprendeu portuguez, e depois em Goa começou tambem a fallar as linguas da India. Quando o calafate morreu, deixando-lhe um pequeno peculio, partiu para o Canará a fim de negociar em pedras preciosas; e taes habilidades teve, fallando admiravelmente a lingua, e fingindo-se zeloso sectario da religião brahmanica, que ao cabo de algum tempo era o principal valido do rája. Pouco depois, porém, havia feito tantas tropelias que teve de fugir para escapar á morte, e foi parar a Hormuz. Começou immediatamente a fallar persiano, e a frequentar as mesquitas com o mesmo zêlo com que no Canará frequentava os pagodes, adquirindo grande influencia sobre o rei. Mas taes desordens e roubos praticou que o rei o mandou matar, valendo-lhe então Diogo de Mello, junto de quem se fazia passar por zeloso e fiel catholico. Ajudado pelo capitão portuguez pôde fugir para Goa; e quando Nuno da Cunha mandou Simão Ferreira e Diogo de Mesquita a Bahádur Shah, como contámos no capitulo IV, mandou com elles João de Santiago, na qualidade de interprete. Repetiu-se aqui a mesma scena, ganhando elle em breve tempo as boas graças do phantastico e caprichoso Bahádur, o qual o pediu a Nuno da Cunha e o trouxe depois sempre comsigo. Foi então que João de Santiago travou relações com a *marqueza*, e conseguiu agradar-lhe, apesar de ser pequeno e feio, e algum tanto leproso, vindo a final a casar com ella. No dia da morte de Bahádur, João de Santiago foi tambem morto ás lançadas e ás pauladas pelos soldados portuguezes. A *marqueza* ficava viuva pela segunda ou decima vez, e passado pouco tempo foi resgatada em uma troca de captivos, e veiu para Goa. Aqui encontrou um piloto portuguez, chamado João Farinha, que passou uma esponja sobre o

passado e quiz casar com ella. Viveram, ao que parece, tranquillamente em Goa durante algum tempo, e vieram depois juntos para Lisboa.

Difficilmente poderiamos citar segundo exemplo de tão complicadas aventuras; mas com facilidade encontrariamos noticia de outras portuguezas de vida airada, que então passaram á India. Na nau S. Pedro, em que fez viagem o famoso padre jesuita Gaspar Barzeo, ía um bando de mulheres publicas; «contrapezo bastante a profundar a náu no inferno», acrescenta castamente o padre Francisco de Sousa, ao relatar o caso. Parte d'estas mulheres continuavam em Goa na sua profissão, mas outras casavam. E é certo que heroinas como a *marqueza,* ou como estas companheiras de viagem do padre Barzeo, não deviam, em regra geral, contribuir para firmar a moralidade das familias. Em todo o caso, as *casadas,* mais ou menos honestas, mas zelosamente guardadas pelos maridos, viviam encerradas. Apenas íam ás missas e festas de igreja nos seus palanquins fechados, uma ou outra vez merendar ás hortas com pessoas de muita intimidade, e estavam portanto separadas da grande e buliçosa sociedade masculina dos fidalgos e soldados.

Afóra, pois, alguma mysteriosa aventura, estes achavam-se reduzidos á companhia das escravas, e das solteiras, mestiças ou indianas. Excusado será dizer que esta palavra *solteira* não tinha então a significação que hoje tem, e não era synonymo de donzella; pelo contrario. Fallando dos attractivos das mulheres de Goa, devemos em primeiro logar citar a opinião de Camões: *A tout seigneur, tout honneur*. O nosso grande epico, apesar da sua etherea paixão, era um cultor fervente do bello sexo e estava sempre prompto a queimar-se nas chammas mais ou menos puras, que encontrava no seu caminho. Eis o que elle escrevia logo depois de chegar a Goa: «Se das damas da terra quereis novas as quaes são obrigatorias a huma carta, como mari-

nheiro á festa de S. fr. Pero Gonçalves, sabei que as portuguezas todas cahem de maduras, que não ha cabo que lhe tenha os pontos, se lhe quizerem lançar pedaço. Pois as que a terra dá, alem de serem de rala, fazey-me mercê que lhe falleis alguns amores de Petrarca, ou de Boscão; respondem-vos huma linguagem meada de hervilhaca, que trava na garganta do entendimento, a qual vos lança agua na fervura da mór quentura do mundo. Ora julgae, senhor, o que sentirá hum estomago costumado a resistir ás falsidades de hum rostinho de tauxia de uma dama lisbonense, que chia como hum pucarinho novo com agoa, vendo-se agora entre esta carne de salé, que nenhum amor dá de si, como não chorará las memorias de *in illo tempore!...*» Esta opinião desfavoravel está de accordo com a que encontrâmos na carta inserida por Jorge Ferreira de Vasconcellos na sua comedia *Eufrosina,* á qual nos referimos já no capitulo II. Ahi o irmão de Silvia de Sousa diz: «...não acho de quem me namore a meu geito, pois estas perrinhas malabares, que elles cá estimão e tanto lá gabão sem razão, não são do meu comer, que ja sabeis que sou perdido por olhos quebrados, que fazem furtos no ar».

Devemos porém dar a estas opiniões um desconto. Tanto Camões na sua carta real, como o irmão de Silvia na sua, supposta e inventada por Ferreira, sabiam muito bem que estas linhas seriam lidas. A phrase picante de Camões sobre a dama, que *chia como pucarinho novo com agua,* e a expressão encantadora de Ferreira sobre os *olhos quebrados, que fazem furtos no ar,* eram evidentemente requebros, que vinham sobrescriptados a algum conhecimento antigo de Lisboa. Não podiam mostrar-se enthusiastas das bellezas orientaes, quando queriam manifestar ou apparentar saudades. Do Camões sabemos nós que depois se achava convertido ao partido da tez escura e dos cabellos negros, quando dizia da escrava Barbara:

Rosto singular,
Olhos socegados,
Pretos e cansados,
Mas não de matar.
Uma graça viva,
Que n'elles lhe mora,
Para ser senhora,
De quem é captiva.
Pretos os cabellos,
Onde o povo vão
Perde opinião,
Que louros são bellos.

Póde-se dizer que este era o modo de sentir geral entre os portuguezes indiaticos, desde o grumete da armada até ao vice-rei. Da influencia das mulheres canarins sobre a gente baixa portugueza falla Affonso de Albuquerque em uma das suas phrases francas e claras, que dizem tudo «...porque os calafates e carpynteiros com molheres de cá e trabalho em terra quente, como pasa um anno nom sam mais homeens». Os capitães e fidalgos seguiam o mesmo caminho.

As escravas eram numerosissimas, negras[1] de Moçambique, dravidas retintas do Malabar, indianas mais claras do centro ou do norte, malayas, javanezas e outras. E entre as indianas e malabares, muitas eram graciosas, com os seus grandes olhos de velludo preto, a sua pelle cobreada e fina, os seus longos cabellos corredios, as suas cintas flexiveis e quebradas. Estas escravas vendiam-se publicamente, nos leilões da rua Direita, ou em contratos particulares. Ás vezes passavam-se escriptos, garantindo as suas qualidades, como hoje se faria para um cavallo. Um honesto cidadão de Goa passava já no fim do seculo XVI o seguinte escri-

[1] A estas chamavam mais propriamente cafres; e davam o nome de negros e negras de um modo geral a todos os escravos de côr escura, quer fossem africanos, quer asiaticos.

pto: «Diguo eu Bertholameu Pereira, casado e morador n'esta cydade, que he verdade que eu vendi uma mossa minha por nome Briatiz, da casta Coromby, com todas boas manhas, e sam, donzella, e sabe lavrar todo o lavor[1]...». Como se vê, a pobre Beatriz, que assim mudava de dono, era uma perfeição. Pois d'estas escravas, geitosas, «com boas manhas», muitos cidadãos tinham cinco e seis de portas a dentro—um verdadeiro harem. Outras, porém, saíam pela cidade, vendendo pelas ruas ou nos bazares, bem ataviadas com os seus oiros e as suas manilhas, muito accessiveis a proposições de toda a especie. Eram todavia obrigadas a trazer a seus amos o producto dos seus ganhos licitos e illicitos, de que alguns d'elles viviam. Esta pratica repugnantisssima, apontada por Pyrard de Laval, é confirmada pelo testemunho do padre Francisco de Sousa no seu *Oriente conquistado,* de modo que difficilmente podemos duvidar da sua existencia.

Alem das escravas, havia as mulheres livres solteiras, desde as pobres canarins do povo nas suas casitas terreas, até ás malabares e mestiças, ricas e elegantes, correspondendo quasi ás *grandes horizontaes* do París moderno.

Referindo-se ao tempo de Affonso de Albuquerque, já Gaspar Corrêa dizia: «Erão todas as mulheres solteiras muyto riquas, mórmente as malavares, que erão mais conversaveis... n'este anno (1513) valião as suas fazendas passante de cincoenta mil cruzados, e seu cabedal eram pannos branqos e de seda, e o mais era ouro em cadeas e manilhas; porque havia mulher que hia á igreja e levava trez e quatro escravas carregadas d'ouro». Depois o seu luxo ainda augmentou, e atra-

[1] Documento transcripto por J. Heliodoro da Cunha Rivara em uma nota á sua excellente traducção da viagem de Pyrard; conf. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval,* Nova Goa, 1862, a pag. 53.

vessavam as ruas em palanquins fechados, com as suas mantas na cabeça, seguidas pelas escravas a pé, como qualquer dama nobre. Chegaram as cousas a ponto que o grave e austero vice-rei D. Pedro Mascarenhas tentou atalhar o escandalo, prohibindo «que nenhuma mulher publica andasse em palanquim, se não descoberta».

O nosso Garcia da Orta faz-nos penetrar na intimidade de uma d'estas *cocottes* de Goa[1]. Era uma mestiça, chamada Paula de Andrade, que vivia na sua casa, ao que parece ricamente mobilada, servida por uma creada avisada e bem fallante, como cumpria a uma *soubrette* d'aquelle mundo. Tinha alem d'isso varias negras escravas, cuja moralidade deixava naturalmente muito a desejar. Uma d'estas havia-lhe dado *datura*[2], para depois lhe roubar as joias, e fugir a seu salvo com um negro; e isto reclamára a intervenção profissional de Garcia da Orta.

Não ha duvida que a convivencia com estas «perrinhas malabares» podia ser agradavel. Algumas eram muito bonitas, com toda a languidez ardente dos tropicos; e sobre isso escrupulosamente cuidadas, tomando banhos a miudo, e perfumando-se com «sandalo branquo, aloes, canfor, almisquar e açafram, tudo muido e delido em agua rosada». Podiam mesmo fazer excellente companhia, pois eram «conversaveis», apesar do seu mau portuguez, d'aquella «linguagem meada de hervilhaca», que tanto offendia Camões; e eram prendadas, tocando e dansando com muita graça. É certo, todavia, que n'estes encontros fortuitos, n'estas ligações tran-

---

[1] *Coloquios*, fl. 81.

[2] DATURA ALBA Nees. As sementes d'esta planta, administradas com a comida, privavam momentaneamente da rasão, sem comtudo determinarem accidentes fataes. Serviam-se d'ellas para roubar; e tambem para adormecer a vigilancia dos maridos zelosos.

sitorias unicamente fallavam os sentidos. Tudo quanto póde haver de sadio para o espirito na convivencia com a mulher que partilha o nosso modo de pensar ou de sentir, era ali desconhecido. E Goa, com os seus bandos de escravas semi-nuas, com as suas mestiças lascivas e opulentas, com a sua atmosphera de perfumes fortes, devia por vezes tomar o aspecto duvidoso de uma casa suspeita.

A esta vida devassa, alliavam os portuguezes todas as praticas de um catholicismo ardente, e as mais das vezes perfeitamente sincero. Como já indiquei no capitulo antecedente, as festas na Sé ou nos conventos, as procissões, as romarias ás ermidas da ilha nos dias dos seus oragos, vinham cortar a vida um tanto monotona da cidade oriental. N'esses dias, as senhoras casadas largavam os *bajus,* vestiam-se á portugueza com suas joias e pedrarias, e nos palanquins fechados, seguidas pela comitiva de escravos, iam gravemente tomar o seu logar nas igrejas. Em certas occasiões mais solemnes, toda a cidade se alvorotava. Assim succedeu quando na nau Gallega veiu a cabeça de Santa Geracina, uma das onze mil virgens, e as communidades de S. Francisco e de S. Domingos com todos os jesuitas de S. Paulo a levaram em solemne procissão. Só faltavam no prestito as dignidades da Sé, e as collegiadas das parochias, por certas «compitencias» que se levantaram entre frades e padres. Assim succedeu tambem quando o rája de Tanor veiu a Goa fazer profissão de catholico, no meio de apparatosas cerimonias religiosas, e do concurso de todo o povo.

Não quero com isto indicar que o clero regular e secular se limitasse a promover estas exterioridades do culto. Será simples justiça, dizer que a sua influencia nos costumes foi em geral salutar. Podemos accusal-o de intolerancia, de imprudente proselytismo, de impensadas violencias; mas não de connivencia com a devassidão geral. Aparte um ou outro exemplo, que pouco

prova, o clero foi fanatico, mas não desmoralisado. Os jesuitas, em particular, muitas vezes e com muita energia protestaram no pulpito contra aquelle modo de viver, demasiado oriental e musulmano; e varios factos, apontados não só nos seus livros mas tambem em outros escriptos, provam que nem sempre clamaram no deserto. Por outro lado os padres prégadores agremiavam os escravos na confraria do Rosario; e do seu pulpito em S. Domingos reclamavam para elles humanidade e bom tratamento. Isto foi-lhes mesmo levado a mal. Os ricos cidadãos de Goa diziam que os seus servos se achavam indisciplinados e maus de soffrer, desde que encontravam nos padres dominicos este revolucionario apoio; mas francamente todas as nossas sympathias estão, n'este caso, da parte dos frades e dos escravos.

A acção do clero em uma sociedade composta de individuos de religiões diversas, ou entre os quaes se debatiam interesses encontrados, deu muitas vezes logar a scenas mais ou menos graves, mais ou menos mysteriosas, e que sobresaltavam a cidade. Citarei ainda dois factos, conservando a este capitulo o seu caracter anecdotico e um tanto descosido, unico, porém, que poderá dar a impressão da vida de Goa, variada e descosida tambem.

O vigario geral, Miguel Vaz, viera a Portugal solicitar de D. João III ordens mais apertadas para a perseguição dos gentios e judeus, e voltára para a India em 1546, acompanhado por alguns jesuitas e alguns franciscanos da Piedade, levando instrucções, que nos são pouco conhecidas, e que elle cumpriu ou excedeu. O certo foi, que apenas chegado a Goa começou a proceder rigorosamente contra os gentios e contra alguns christãos novos, muito ricos. Pouco depois adoecia e morria. Correu desde logo que os judeus o haviam morto com peçonha; e Diogo do Couto acceita esta versão sem hesitar, comquanto não esteja por modo

algum provada. D. João de Castro não estava então em Goa, e, na sua ausencia, parece que houve um grande sobresalto na cidade. O mestre Diogo de Borba, grande amigo de Miguel Vaz, quando em casa do deão lhe deram a noticia da sua morte rompeu em «urros e prantos, e se foi deitar em cama, onde lhe deu tão grande febre que em quatro dias lhe tirou a vida». Um bacharel, que tomára parte no procedimento contra os judeus e gentios, possuiu-se de tão extraordinario terror que «se confessou e commungou e há dez dias que tomou a extrema uncção, sem nuncá lhe vir febre, nem outro accidente perigoso». Devemos advertir que o mestre Pero Fernandes, ao mandar estas noticias a D. João de Castro, não acreditava muito na boa fé do bacharel e dizia «noso senhor me perdoe; porque cuido que o fez para alvoroçar mais a terra, porque tambem era da quadrilha». A terra estava de feito alvoroçada. O pobre bispo, bondoso e fraco, não sabia que fazer nem que pensar, e escrevia a D. João de Castro em máo hespanhol: « *agora lhevò-lo* (a Miguel Vaz) *nuestro señor: el quomo, el quando no lo sé; solo dios es sabidor. Falsos testimonios acá se dicen muchos... Maestro dioguo es muerto, duró cinco dias com grandes febres; murió quinze dias des pues del vicaryo general, en quarta feryа, esta pasada: son misterios divinos...*» O mestre Pero Fernandez que conservava no meio d'estes acontecimentos um certo sangue frio, aconselhava ao bispo um remedio curioso para serenar os animos — e era que celebrasse um pontifical[1].

Outras scenas, sobre o fundo de caracter grave, apresentavam traços engraçados. Todos se lembram d'aquelle pobre Meale, pretendente ao throno de Bijápur de quem fallámos no Capitulo III, e que dera logar aos

---

[1] Conf. Couto, VI, VII 5; e D. fr. Francisco de S. Luiz na sua edição da *Vida de D. João de Castro,* 372, 432, 455 e 456.

escandalos do governo de Martim Affonso de Sousa. Este Meale ficára em Goa, vivendo, segundo parece, de uma pensão dada pelos portuguezes. Tinha elle uma filha, a qual, vendo passar das suas janellas as procissões e os terços, se sentiu inclinada para a religião catholica, e teve meio de communicar a sua resolução a uma visinha, chamada Maria Toscana. A Toscana, cheia de zêlo, congregou algumas portuguezas, e foram a casa do rei mouro buscar a rapariga; acudiu ahi a mulher do Meale e as suas escravas a defenderem a entrada. Travou-se então uma valente briga de mulheres; os turbantes voavam pelos ares, e as mantilhas rompiam-se em farrapos; «rasgaram-se os mantos, e descompozeram-se os toucados», diz o padre Francisco de Sousa. Uma moura agigantada tinha uma portugueza segura pela garganta, e de certo a afogaria se lhe não valesse a Toscana, que denodadamente commandava a acção. A final interveiu o vice-rei, sendo a moça levada e baptisada. E o epilogo d'esta scena foi o casamento da filha do rei com Jorge Toscano, irmão da Maria Toscana. Assim corria a existencia em Goa, entre scenas variadas, que são e hão de ser sempre o caracter da vida nas grandes cidades; mas ali mais se accentuavam pelo cunho particular d'aquelle accidentado seculo, e pelos contrastes resultantes da implantação subita da civilisação europêa no meio das sociedades orientaes de tão diversa indole.

Do que sabemos da vida de Garcia da Orta resulta que elle atravessava estas scenas como simples e desinteressado espectador. Nas rivalidades e mexericos das altas regiões governamentaes nunca se intrometteu. Durante o governo do seu querido Martim Affonso de Sousa, do principio do anno de 1542 ao fim do de 1545, elle foi naturalmente um frequentador assiduo do paço; mas mesmo então foi medico e só medico. Ninguem se queixou de sua intervenção ou da sua influencia; e o silencio, que os escriptores coevos

guardam a seu respeito, é, sob este ponto de vista, perfeitamente lisonjeiro. Mais tarde um vice-rei, que julgo ser D. Pedro Mascarenhas, teve-o tambem por medico particular, pois por conselho de el-rei D. João III não levára comsigo «fisico». Fallando d'este vice-rei diz Orta «...e mais me conhecia de Portugal, e elrey quando pera esta terra veo elle, lhe dixe que não era necessario trazer fisico comsigo, e assi o fez, e se finou em minhas mãos»[1].

Nos casos mesmo em que não fosse medico particular e assistente dos governadores e vice-reis, é de crer o chamassem e consultassem nas occasiões graves; e elle presenceasse assim as mortes de alguns grandes personagens. Assistiu talvez á morte horrivel do velho D. Garcia de Noronha, que esbravejava no seu leito de agonia, resistindo aos rogos do bispo, aos reparos do ouvidor geral, e mandando enforcar um homem poucas horas antes de expirar[2]. Assistiu talvez á morte tranquilla de D. João de Castro; e podemos imaginar a camara das casas do Sabayo, onde o vice-rei, ainda na

---

[1] *Coloquios,* fl. 51. Orta não diz o nome do vice-rei; e o sr. Varnhagen, depois visconde de Porto Seguro — na sua edição dos *Coloquios,* Lisboa, 1872, a pag. 53 — suggeriu, em duvida, a idéa de que fosse D. João de Castro. Com esta idéa não posso concordar, porque Orta, a fl. 50, diz d'este vice-rei, que era «muito curioso de saber, e posto que nã sabia latim, em toscano entendia Plinio». Ora do que sabemos de D. João de Castro, e da leitura dos seus *Roteiros,* resulta a impressão de que a lingua latina lhe não podia ser desconhecida. Alem de D. João de Castro morreram na India, com o titulo de vice-rei, e até á publicação dos *Coloquios:* primeiro D. Garcia de Noronha, que não era «curioso de saber», e a quem seguramente o caso se não refere; e depois D. Pedro Mascarenhas. Este era homem de grande intelligencia, mas de «poucas lettras», diz Alexandre Herculano, e bem podia ignorar o latim. Por outro lado estivera bastante tempo embaixador em Roma o que explica os seus conhecimentos em italiano.

Lendas, IV, 116.

força da idade, perfeitamente sereno, dicta a sua famosa declaração de pobreza, abraça o filho D. Alvaro e pede christãmente perdão a Manuel de Sousa de Sepulveda e outros capitães, que havia levemente aggravado, emquanto o padre mestre Francisco Xavier, vestido na sua velha roupeta remendada, ajoelha ao lado da cama com um cruxifixo na mão, e ao fundo o doutor Orta prepara um remedio calmante.

Se o nosso naturalista se conservava assim arredado das intrigas dos governadores e altos funccionarios, mais ainda o devemos suppor afastado da vida alegre e devassa dos rapazes fidalgos. Podia ter um sorriso tolerante ou mesmo benevolo para as fraquezas alheias, podia visitar, no desempenho dos deveres da sua profissão, Paula de Andrade e outras de egual jaez, podia mesmo não ser impeccavel; mas de certo não tomava parte em ceias, jogos e pagodes, improprios da sua idade e das suas graves occupações.

Não parece tambem que fosse muito voltado para as praticas e exercicios religiosos, posto que se mostrasse sempre fiel e convicto catholico, e mantivesse excellentes relações com os seus amigos franciscanos, que lhe mandavam cestos de roseiras da sua cerca[1], ou com os doutos dominicos, a quem fazia longas visitas[2].

Arredado assim das intrigas e mexericos das altas regiões governamentaes, dos banquetes e divertimentos mais ou menos licitos, e das festas de igreja, isto é, das tres occupações principaes na vida de Goa, Garcia da Orta achava-se reduzido aos deveres da sua clinica, a uma existencia bastante retirada e caseira, e á companhia de alguns homens instruidos e illustrados. Devemos pois examinar quaes seriam as condicções da sua

---

[1] *Coloquios*, fl. 120 v. Advirto de novo que a paginação da edição de 1563 está toda errada.

[2] *Coloquios*, fl. 193.

installação, da sua vida material e intima, e procurar tambem que recursos intellectuaes encontrava em Goa, quer no trato dos homens, quer na leitura dos livros. Estes pontos, e particularmente o ultimo, são importantes. As obras da natureza dos *Coloquios* não nascem da pura e simples inspiração individual; são pelo contrario, em parte, um producto da acção externa, da convivencia, das conversações, das noções accumuladas; são quasi um trabalho collectivo. Fazem-nos penetrar não só no espirito de um homem; mas por assim dizer no estado de uma sociedade. E se a obra explica o meio em que foi composta; o estudo d'esse meio ajuda-nos tambem a comprehender a significação da obra.

Procuraremos portanto, qual era o movimento dos espiritos, na capital do Oriente portuguez, no periodo em que ali assistiu Garcia da Orta; mas para o fazer, embora rapidamente, teremos de entrar em alguns desenvolvimentos que reclamam um capítulo á parte.

CAPITULO IX

GOA

Em outras publicações tive eu já occasião de apontar de passagem o caracter scientifico que distinguiu as conquistas e descobrimentos dos portuguezes nos seculos XV e XVI[1]. Esse caracter é evidente; e desconhecendo-o nós perderiamos a noção intima d'aquelle grande facto historico. Mal se comprehenderia, que um punhado de aventureiros, ignorantes e rudes, levados unicamente pelo seu arrojo, podessem devassar os segredos do mar desconhecido, dobrar o grande cabo, correr o Oriente, e deixar por toda a parte a marca indelevel da sua passagem, na lingua[2], na religião e

---

[1] *Memorias sobre a influencia dos descobrimentos dos portuguezes no conhecimento das plantas*, Lisboa 1878; *Flora dos Lusiadas*, Lisboa 1880; *Plantas uteis da Africa portugueza*, Lisboa 1884.

[2] «*Dutch has already died out in Ceylon, and ceased to be spoken by descendants of Dutch colonists, while Portuguese has laid firm hold of the soil, wherever that nation has settled*». Cust, *A sketch of the modern languages of the East Indies*, p. 16.

Wallace encontrou os vestigios do portuguez até ás ilhas de Aru, na mais remota parte do archipelago malayo; de Amboyna diz elle, «*Their language has still much more Portuguese than Dutch in it*... Cf. A. Russel Wallace, *The malay archipelago*, London, 1883, p. 300 e p. 450

nos costumes. Não succedeu e não podia succeder assim. Os portuguezes foram grandes, porque eram instruidos. As suas navegações não foram uma aventura, mas obedeceram desde o começo a um plano scientificamente meditado, logicamente deduzido e concatenado. O infante D. Henrique não lançava os seus navios ao acaso sobre o mar tenebroso, reunia juntas de astrologos, comparava cartas e portulanos, ensaiava novos instrumentos nauticos, e obtinha tão miudas informações das terras africanas, que chegava a annunciar de ante mão aos seus capitães, as marcas ou «conhecenças», pelas quaes deveriam reconhecer que haviam chegado á terra dos negros. Os pilotos portuguezes não aprendiam unicamente na rude escola da pratica, mas tambem no contacto com os primeiros astronomos da Europa, como Martinho Behaim. E mais tarde, emquanto alguns dos nossos sulcavam os mares, outros, como Pedro Nunes, encerrados nos gabinetes, profundavam os problemas de mathematica, e inventavam instrumentos novos ou aperfeiçoavam os antigos.

Os escriptores portuguezes abundam então. Qualquer piloto ou qualquer guerreiro pega na penna. Eruditos muitos d'elles, attentos e finos observadores quasi todos. Diogo Gomes dá noticias curiosas e certas da Africa occidental. Alvaro Velho —ou quem quer que seja o auctor do *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*— reune informações interessantissimas sobre as drogas e mercadorias do Oriente, e um vocabulario da linguagem de Calicut, como qualquer viajante moderno. Duarte Pacheco, ao largar a espada com que defendêra o váo de Combalão, pega na penna e escreve o *Esmeraldo*. D. Francisco de Almeida mostra-nos, na sua *Carta* a el-rei D. Manuel, que possuia as vistas largas de um homem de estado, reunidas ao intimo conhecimento do trato das drogas de um caixeiro veneziano. Affonso de Albuquerque revela nas suas *Cartas* a mais completa comprehensão do estado politico da India.

Duarte Barbosa escreve o seu assombroso *Periplo*[1], onde em cada linha ha uma observação justa e nova. D. João de Castro vae de Lisboa na sua nau Grifo, em uma viagem scientifica, encarregado de estudar novos instrumentos nauticos, e de observar como funccionam. É uma viagem, perfeitamente comparavel nos seus fins com as modernas navegações da Novara ou da Challenger; e o *Roteiro de Lisboa a Goa* tem todo o caracter de um relatorio scientifico.

Como era natural, mereciam especial attenção os objectos ou os factos de que se julgava poder tirar uma utilidade qualquer immediata. A noção da sciencia desinteressada, da sciencia pela sciencia, é inteiramente moderna. Assim estudavam-se sobretudo os problemas de mathematica e cosmographia, que interessavam a arte de marear, ou os productos da natureza, em que se podiam fazer rendosas transacções. No emtanto as observações sobre a geographia, e os costumes, linguas e religião dos povos abundam nos nossos livros. O de Duarte Barbosa, já citado, é particularmente rico em noticias d'esta natureza. E algumas mostram como elle penetrára bem certos factos de difficil comprehensão. Assim, elle sabia que ao longo da costa do Malabar se fallava uma só lingua, a que chama maliama; e sabia que na parte meridional da costa de Coromandel, se fallava uma lingua diversa, mas parecida, differindo d'aquella como o portuguez differe do castélhano. Esta observação sobre a existencia do *maláyalam*, e as suas relações com o *tamil* é perfeitamente exacta, e denota quanta attenção elle prestava a questões de linguistica, então geralmente desprezadas. Isto é apenas um exemplo, entre muitos.

---

[1] O livro de Duarte Barbosa não tem titulo; chama-se simplesmente *o livro*. Como é moldado na fórma dos antigos *Periplos*, tomei a liberdade de o baptisar.

Se varios escriptores suppriam, como Duarte Barbosa, as falhas da instrucção pela agudeza da perspicacia, outros eram realmente eruditos, e tinham lido quasi tudo quanto em seu tempo se podia ler. João de Barros, não só era versadissimo em toda a litteratura classica e sabia de cór o seu Ptolomeu, como havia estudado manuscriptos arabicos e persianos, tinha noticia das relações gravadas na *ola* pelos hindús, e comprára mesmo um escravo chim para lhe interpretar alguns documentos geographicos da China, que lhe vieram parar á mão. Diogo do Couto no seu capitulo, um pouco confuso mas sobremaneira interessante, relativo aos tartaros, discutia as opiniões de Marco Polo, de fr. Odorico, de Ruy Gonzalez de Clavijo, mostrando conhecer a litteratura especial e pouco corrente do seu assumpto. É claro que, se compararmos o que elles sabiam com o que já no nosso seculo souberam Wilson ou Lassen sobre a India, e Yule sobre a Tartaria, nós os teremos na conta de perfeitos ignorantes. Mas este ponto de vista não seria só falso, seria simplesmente comico; e reportando-nos ao seu tempo, nós vemos que os portuguezes não só acompanharam, como precederam muitas vezes o movimento scientifico. Se este facto não está hoje em plena luz, é isso devido a descuido de nacionaes, e ignorancia ou má vontade de estrangeiros[1].

Quando Garcia da Orta partiu para a India, e mesmo durante os trinta annos que lá viveu, a sciencia e a litteratura dos quinhentistas portuguezes estava em plena actividade e vigor. Foi só mais tarde que a inquisi-

---

[1] Refiro-me principalmente a obras correntes, e de vulgarisação historica e scientifica; em livros mais especiaes citam-se muitas vezes e com conhecimento de causa os trabalhos dos nossos. Haja vista o que dizem Flückiger e Hanbury, Crawfurd, Tennent, Yule e muitos outros

ção, a influencia jesuitica, o dominio hespanhol e outras causas as abafaram e perverteram. Era pois natural, que na grande cidade do oriente resoasse o echo do movimento intellectual que revolvia Lisboa; e tanto mais natural quanto esse movimento tinha justamente por base as nossas navegações e conquistas, das quaes Goa era o centro. O que então agitava as intelligencias e apaixonava os espiritos era exactamente esse dominio oriental, e o caminho que levava para lá. Era este o assumpto do livro do nosso primeiro poeta, Camões, como do do nosso primeiro prosador, Barros, ou do do nosso primeiro homem de sciencia, Pedro Nunes. E em Goa, centro de acção, devia tambem haver um centro de cultura de espirito. Garcia da Orta não se achava portanto unicamente rodeado de mercadores ignorantes e de guerreiros rudes; mas vivia na sociedade de homens instruidos, em quem encontrava excellente companhia e, mais do que isso, bom conselho e preciosas informações.

E começava logo pelos proprios vice-reis e governadores. Primeiro o seu amo e amigo, Martim Affonso de Sousa, mathematico, escriptor e profundo latinista. O proprio Orta nos diz que no seu livro inseríra muitas cousas que com elle aprendêra; e não devemos tomar esta phrase como um comprimento banal de dedicatoria, mas como a simples expressão da verdade. É seguro que os dois amigos deviam praticar longamente em curiosas questões de historia e geographia. Juntos leram elles a *Historia pontificum* de Platina; e ahi encontraram, na vida de S. Silvestre, a origem d'aquelle nome de rumes, tão celebre e temido na India[1].

---

[1] *Coloquios*, fl. 7 v. De *Platinae de vitis pontificum historia* havia já varias edições; a passagem citada vem a fl. xx verso, da edição de Veneza de 1518, que era talvez a que possuia Martim Affonso de Sousa. Diogo do Couto cita a mesma passagem de Platina, a proposito tambem do nome de rumes.

Depois D. João de Castro, um espirito aberto a todas as investigações scientificas e historicas; que tomava cuidadosamente as alturas do sol, discutindo os defeitos dos instrumentos então em uso; que notava a côr das aguas do mar Vermelho, e as manchas leitosas do Atlantico, modernamente observadas de bordo da Challenger[1]; e ao mesmo tempo mandava procurar em Hormuz manuscriptos orientaes da historia de Alexandre, um «allyxamdre hem parsyo», como lhe chamava Luiz Falcão[2]. Em sua casa viu Orta, um grosso tronco da arvore que dá a boa camfora de Bornéo, observando ahi que a camfora era «goma e nam miollo»[3].

Depois ainda D. Pedro Mascarenhas, homem talvez de poucas lettras, mas de uma intelligencia elevadissima e que havia passado varios annos na côrte de Roma em contacto com todos os personagens eminentes da Italia. Era «muito curioso de saber»; e discutia com o seu medico Orta se Plinio havia fallado do durião, o fructo do *Durio Zibethinus*, e se na versão toscana da sua obra vinham mencionados os *nobiles duriones*[4]. Como se vê, alguns dos fidalgos que governaram a India não foram simples guerreiros, mas pessoas de singular illustração, que sem duvida se interessavam pelos trabalhos do naturalista, e o podiam auxiliar com o seu aviso e com os livros das suas bibliothecas.

---

[1] Conf. *Roteiro do mar Roxo* e *Roteiro de Lisboa a Goa;* e a proposito da ultima observação veja-se a nota do sr. João de Andrade Corvo a pag. 113 da recente edição da Academia.

[2] Conf. *Vida de D. João de Castro* edição de D. fr. Francisco de S. Luiz p. 509.

[3] *Colóquios,* fl. 40 v.

[4] *Coloquios,* fl. 83. O livro que tinha este fidalgo, o qual supponho seria D. Pedro Mascarenhas, era a versão de Landino; *Hist. nat. di C. Plinio secondo, tradocta di lingua latina in fiorentina,* da qual se fizera uma magnifica edição em 1476; e que elle sem duvida trouxera de Roma.

Orta encontrava tambem muitos homens instruidos, entre os clerigos que abundavam no Oriente; e principalmente entre os padres de S. Paulo. Os jesuitas, em Goa como em toda a parte, começaram por promover a instrucção e por dar impulso ao movimento intellectual, salvo a abafal-o mais tarde, quando temiam que lhes escapasse das mãos. Tomando conta do seminario da Santa Fé, fundado algum tempo antes por Diogo de Borba, elles elevaram ali o ensino a uma altura, desconhecida antes na India. Explicavam grammatica, rhetorica, philosophia, moral e theologia; e deviam sem duvida possuir uma bibliotheca bastante completa. Faziam mais do que ensinar, aprendiam. Já no anno de 1559, alguns missionarios, de certo jesuitas, estudavam em Goa samskrito com um brahmane, convertido ao catholicismo[1]. Aos jesuitas se deveu tambem a introducção da imprensa na India[2]. No anno de 1557 saía dos seus prelos um compendio de doutrina christan, composto pelo padre mestre Francisco Xavier[3]. Precediam assim os impressores independentes, como João Quinquennio e João de Endem, que só alguns annos depois começaram a trabalhar em Goa[4]. O rico collegio de S. Paulo, onde assistiram successivamente o padre Gaspar Barzeo, o padre Belchior Carneiro, o padre Antonio de Quadros, e aquelle grande amigo de Camões o padre Gonçalo da Silveira, era o centro principal dos estudos na metropole oriental. E o nosso naturalista

---

[1] Müllbauer, citado por Max Müller, *Lectures on the science of language*, first series, p. 158.

[2] Segundo Rivara no *Ensayo historico da lingua concani*.

[3] *Oriente conquistado*, parte I, p. 29.

[4] João Quinquennio imprimiu o *Compendio espiritual da vida christan* por D. Gaspar de Leão, primeiro arcebispo de Goa, no anno de 1561. E Innocencio Francisco da Silva diz no *Dicc. bibl portuguez*, III, 130, que não encontrou noticias de livro mais antigo afdo dos prelos de Goa.

frequentou sem duvida todos estes jesuitas, conservando todavia a perfeita liberdade de espirito, que lhe dera a antiga convivencia com os escriptos de Platão e de Aristoteles.

Posto que os jesuitas representassem indubitavelmente a parte mais illustrada do clero de Goa, é certo que nas outras religiões havia tambem homens de grande valor. Tal era aquelle D. fr. Ambrozio da ordem dos prégadores, que fôra mandado á India pelo papa Paulo IV, com o titulo de bispo Aurense, e poderes de legado *a latere*. Havia seguido viagem pelo Mediterraneo, atravessando depois a Turquia e a Arabia; e viveu bastantes annos em Goa, gosando da fama de grande mathematico, insigne geographo, e muito versado nas linguas chaldéa e arabica. Garcia da Orta ia muitas vezes visital-o ao convento de S. Domingos, e ahi o bispo contava-lhe casos das suas viagens, historias de Abrahão, e dava-lhe indicações sobre a etymologia do nome de Alepo[1]. Outros sacerdotes, menos instruidos talvez, mas tendo corrido terras afastadas e pouco conhecidas, lhe forneciam noticias interessantes. Um padre abexim dava-lhe relação dos beduinos; e com um bispo Armenio commentava elle — singularissima mistura — certas asserções que encontrára nos escriptos de Pic de la Mirandolle. O bispo explicava-lhe o que significava a palavra *mago* em chaldaico; e mais lhe dizia que a estrella, que conduzira os reis magos não era de «natureza celestial, senão elemental», como quem diria um «cometa». A Orta parecia bem esta theoria, sujeitando-a comtudo ás decisões da Santa Madre Igreja de Roma[2].

---

[1] *Coloquios*, fl. 193. O que Orta diz do bispo concorda com a noticia dada por fr. Lucas de Santa Catharina na *Historia de S. Domingos*, parte IV, p. 795, edição de 1767

[2] *Coloquios*, fl. 215.

Dos proprios capitães e negociantes, muitos eram instruidos, ou pelo menos observadores, tendo lido e sobretudo tendo visto muito, cheios de reminiscencias, de anecdotas, de noticias curiosas e novas, que Orta aproveitava avidamente, e ia registando na sua memoria ou nas suas notas. Era, por exemplo, Diogo Pereira, «homem fidalgo, muito conhecido n'essas terras (da China)», o qual lhe vinha contar o que os chins diziam do *ambar gris,* e das suas propriedades medicinaes[1]. Era tambem Jorge Gonçalves, «hum mercador discreto, grande enqueredor de verdades, e de muyto bom saber», que lhe dava noticias da Mesopotamia. Contava-lhe que Babylonia não correspondia á moderna cidade de Baghdad, como habitualmente se julgava; mas que as suas ruinas, já muito desfeitas, estavam situadas a 10 ou 12 leguas d'aquella cidade, sobre as margens do Euphrates, emquanto Baghdad ficava sobre o rio Digilá, nome que agora davam ao Tigre[2]. Tudo isto era absolutamente exacto, e então geralmente ignorado; e prova que Jorge Gonçalves se devia effectivamente chamar um *enqueredor de verdades*[3]. Era ainda Micer André, milanez, que o visitava para lhe comprar umas esmeraldas. Garcia da Orta estava disposto a vender-lh'as; mas aproveitava a visita para lhe perguntar cousas de Pegu, e escutar a narração das grandes caçadas de elefantes, a que o aventuroso italiano havia assistido n'aquellas regiões da Indo-China,

---

[1] *Coloquios,* fl. 14.

[2] *Coloquios,* fl. 133.

[3] Compare-se esta notavel pagina, com o que hoje se sabe sobre as ruinas de Babylonia; vêndo-se, por exemplo, Rawlinson, *Ancient Monarchies,* II, 21. Sobre o nome de Digila ou Didsjele applicado ao Tigre veja-se Niebuhr, *Voyage en Arabie,* Amsterdam, 1780, na tab. XLI. O nome deve rigorosamente dar-se a um afluente do Tigre, que corre junto a Baghdad, e é o Gyndés dos antigos.

então, e ainda hoje, mal conhecidas[1]. Era finalmente Khuája Perculim, «rico mercador e bom letrado á sua guisa», que lhe dava as mais completas informações sobre o commercio do *aloés*[2].

Citâmos aquelles nomes, que vem expressamente mencionados nos *Coloquios;* mas é fóra de duvida que Orta interrogava muitos outros viajantes, e mesmo os encarregava de fazer pesquisas, e de lhe collecionar objectos de historia natural. Reunia assim em volta de si uma pequena sociedade de homens graves, que gostariam de passar as tardes praticando em assumptos curiosos, e «cousas boas pera saber», como lhes chamava o proprio Orta.

Alem dos que vinham de longe, e, na passagem por Goa, iam visitar o conhecido medico, dando-lhe noticias de outras regiões, elle tinha ali amigos, que lhe deviam frequentar a casa. Por exemplo, aquelle cidadão de Goa, Thomé Dias Cayado[3], excellente latinista, que havia feito a D. João de Castro na sua volta de Diu uma «falla em latim, mui eloquente e elegante»; e depois compoz em honra de Orta o epigramma que começa:

India quos fructus, gemmas, et aromata gignat
Garcia perscribit Dortius illa brevi.

Melhor companhia lhe faria ainda o seu collega Dimas Bosque, o medico de D. Constantino de Bragança. Era um homen instruido, e que tinha pelo velho Orta uma grande consideração, manifestada no prologo em

---

[1] *Coloquios,* fl. 87, v.

[2] *Coloquios,* fl. 4.

[3] Vendo em Diogo do Couto (VI, IV, 6) que em Goa existia um cidadão, chamado Thomé Dias Cayado, que se entretinha em fazer discursos latinos, pareceu-me natural attribuir-lhe o *Epigramma Thoma caiado auctore,* que anda impresso com os *Coloquios.*

portuguez, que escreveu para os *Coloquios* a 2 de abril de 1563; e na carta latina dirigida a Thomé Rodrigues n'esse mesmo mez de abril, impressa tambem com os *Coloquios*. Orta tinha igualmente por elle muita amisade; escutava-o com attenção, e introduziu no seu livro varias noticias que d'elle havia recebido. O *Coloquio* 58 é especialmente composto de emendas e addições ao resto da obra, devidas pela maior parte ás practicas com Dimas Bosque. Os dois eruditos medicos passariam sem duvida muitas horas conversando, procurando esclarecer algumas questões scientificas ainda obscuras, ou —como nos dizem na sua preciosa phrase— tratando de «desencovar a verdade não sabida de todos».

Reservámos para o ultimo logar, o mais illustre dos commensaes de Garcia da Orta— Luiz de Camões. A vida do grande poeta portuguez é bastante bem conhecida, e bastante familiar hoje a todos para que fosse inutil e impertinente mesmo recordar aqui alguns dos seus factos. Camões chegava á India amargurado, um pouco azedado mesmo, pelos desgostos que havia soffrido na patria. Caía no meio d'aquella sociedade de Goa, onde a intriga baixa, a venalidade descarada, o orgulho balofo dos nescios, as bravatas dos falsos valentes, a grosseria estupida dos devassos, irritavam todas as susceptibilidades do seu fino espirito de poeta. Na sua grande obra nunca deixa transparecer este azedume. Ahi, levantado pelo genio, enlevado nas glorias que rodeiam de uma aureola o seu querido Portugal, elle vê tudo de cima, vê unicamente o lado grande das cousas e dos homens. Mas ás vezes, em outros escriptos desafoga; e, com a sua penna flexivel como um latego, fustiga desapiedadamente os *Disparates da India*. As criticas de Camões doiam. Algumas das *divisas* d'aquelle supposto jogo de cannas, descripto na sua *Satyra do torneio*, deixavam os padecentes a escorrer sangue; e é claro que todos então em Goa punham os nomes nas pessoas indicadas. Estes versos passavam de mão

em mão, creando-lhe inimigos. Depois, aquelle pobre homem de genio nunca se soube governar. As maravilhosas phantasias que lhe povoavam a mente, distrahiam-no da dura lucta pela vida, e ía caír nas mãos do Fios Secos, que o encarcerava. Parece portanto que antes de partir para a China, como depois de voltar de lá, elle passou em Goa uma existencia pouco prospera e feliz.

Não devemos, porém, imaginar que o grande poeta estivesse abandonado ou fosse julgado mal por todos. Pelo contrario, muitos conheciam ou pèlo menos suspeitavam o seu alto valor, assim como apreciavam as grandes qualidades do seu caracter. Por occasião das festas, que tiveram logar quando Francisco Barreto assumiu o governo, representou-se o seu auto de *Filodemo,* que foi muito applaudido. Os seus versos corriam manuscriptos e eram geralmente admirados. Apezar de pobre e simples homem de armas, quando convidava para uma ceia menos que modesta, reunia á sua mesa alguns dos primeiros fidalgos da India. E nas occasiões mais angustiosas da sua vida, em Goa como em Moçambique, encontrou sempre á volta de si um grupo de amigos, pouco numerosos é verdade, mas fieis e escolhidos.

Entre esses amigos devemos contar Garcia da Orta. Camões, alem de poeta, era um erudito. Litteratura classica, historia, geographia, sciencias naturaes, todos os assumptos eram familiares ao seu espirito, singularmente vasto. Na sciencia predilecta de Garcia da Orta, os seus conhecimentos eram notabilissimos. Em um trabalho especial, tive eu já occasião de mostrar, por uma analyse minuciosa dos *Lusiadas,* quanto eram completas e sobretudo exactas as suas noções sobre a natureza e procedencia das principaes drogas e especiarias[1]. Havia

[1] Cf. *Flora dos Lusiadas,* p. 55 e seguintes.

pois um ponto de contacto entre o velho naturalista e o moço poeta. O velho carregado de annos, de lettras, e de longa experiencia —como o descreve o proprio Camões— gostava de contar, de transmittir a ouvidos attentos o fructo das suas pesquizas; e o poeta, com aquelle facil poder de assimilação dos grandes talentos, armazenava no espirito as noticias assim recebidas, que depois tomavam logar tão naturalmente na textura da sua grande obra.

Das boas relações de amizade a que nos referimos nos dá o mais claro testemunho a *Ode* de Camões, dirigida ao Conde de Redondo, e impressa pela primeira vez com os *Coloquios*. Garcia da Orta ao afrontar, com certa timidez, a prova suprema da publicidade, procurava, como era uso n'aquelle tempo, o apoio dos seus amigos. Primeiro collocava a obra sob a égide do seu velho amo e protector Martim Affonso de Sousa, a quem a dedicava em prosa e em verso. Em seguida inseria as composições laudatorias dos seus admiradores de Goa: as cartas em portugez e latim de Dimas Bosque; o epigramma de Thomé Cayado; e a Ode de Luiz de Camões[1]. Os *Coloquios* portanto, alem de todos os outros titulos que os tornam interessantes, contêem os primeiros versos de Camões que foram dados á estampa. Estes versos, assim como a próza de Orta, saíram deturpados por aquelle typographo, «que no era ainda mui destro na arte de emprimer»; mas emfim,

---

[1] Esta *Ode* foi varias vezes reimpressa, e eu proprio a transcrevi na *Flora dos Lusiadas*. Acceitei naturalmente e sem a discutir a fórma fixada por Barreto Feio e José Gomes Monteiro, seguida pelo sr. Visconde de Juromenha, e geralmente recebida, comquanto diffira um pouco da que se encontra nos *Coloquios*, edição de 1563. Modernamente o sr. Xavier da Cunha publicou um estudo sobre esta *Ode*, dando uma reconstituição do texto, que me parece perfeitamente justa. Cf. *A Ode de Luiz de Camões ao Conde do Redondo*, Lisboa, 1884.

bem ou mal, lá sairam dos prelos de João de Endem, recebendo essa grande consagração da obra de arte— a publicidade.

Do que acabâmos de expor se vê que Garcia da Orta viveu na companhia e convivencia de todos os homens illustrados, e alguns illustres, que então assistiram na capital da India portugueza. Visitava-os a miudo, recebia-os tambem algumas vezes na sua casa, e é no interior d'essa casa que nós vamos agora penetrar. Não nos move n'esta investigação intima o simples interesse do biographo, zeloso em tirar a limpo as mais pequeninas circumstancias da existencia do seu biographado. Os traços da vida domestica de Orta, que podémos apurar, têem o interesse geral de se referirem a um burguez, rico mas modesto, tão afastado da existencia grosseira do povo, como do fausto e luxo dos grandes fidalgos. Póstas de parte algumas feições especiaes, derivadas da sua profissão e occupações predilectas, podem representar-nos com bastante rigor e fidelidade o modo de viver ordinario d'aquelles officiaes de justiça e de fazenda ou d'aquelles cidadãos, que constituiam as primeiras camadas da classe media de Goa.

Ignorâmos em que rua morava Garcia da Orta; mas sabemos que a sua casa estava situada na parte alta e um tanto occidental da cidade, pois elle via da varanda os navios, que, depois de entrarem a barra, vinham subindo ria acima[1]. Esta casa tinha, como muitas das de Goa, um grande quintal ou horta, onde, entre outras arvores, havia um *negundo*[2], e varios *jambos*[3], que o proprio Orta plantára, e mostrava com prazer, esperando lhe dessem boa e abundante fructa aos quatro

---

[1] *Coloquios*, fl. 134.

[2] Vitex Negundo Linn. Cf. *Coloquios*, fl. 151 v.

[3] Eugenia Jambos Linn., ou antes Eugenia malaccensis Linn. Cf. *Coloquios*, fl. 122.

annos. Dos cuidados com que fazia estas plantações de arvores, parece resultar que a casa e a horta seriam propriedade sua, ou pelo menos estariam arrendadas a longo praso.

Ali o velho naturalista vivia, sem fausto nem apparato; mas largamente, á vontade, na existencia tranquilla e um tanto egoista de um solteirão independente. Tinha os seus cavallos, em que dava as voltas da clinica, ou saía a passeio depois de jantar[1]; e alguns moços para os tratarem, e fazerem outros serviços caseiros. Tinha alem d'isso numerosas servas, que seriam provavelmente todas, ou quasi todas escravas. Entre estas havia primeiramente a Antonia, a sua creada valida, a quem confiava as chaves, que conhecia as arvores da horta e sabia onde estava guardado o *hashisch* e outros objectos das collecções de historia natural[2]. Depois a cozinheira, peritissima na sua arte, sabendo fazer a galinha com *caril*, o caldo com arroz, ou *canje*, e as conservas em vinagre, ou de *achar*. Era mesmo mais alguma cousa do que cozinheira; tinha suas tinturas de medicina indiana, e receitava para a «relaxação das gengivas», uma mistura de *betle, areca e cate*[3]. Depois tambem a compradeira, a quem estava entregue a missão delicada de correr os mercados e reunir as provisões para o jantar[4]. Em volta d'estas auctoridades domesticas gravitavam as moças ou negras, uma do Deckan, outras de variadas procedencias. Circumstancia curiosissima, apesar de estarem em casa de um medico afamado eram tratadas por um physico indiano. Poderiamos admittir que Orta não estivesse disposto a perder o seu tempo *in anima vili*; e que o physico viesse ali como viria hoje um veterinario

---

[1] *Coloquios*, fl. 153.
[2] *Coloquios*, fl. 24 v.
[3] *Coloquios*, fl. 125.
[4] *Coloquios*, fl. 142.

a casa de um medico para tratar dos seus cavallos. Esta explicação, porém, iria de encontro ao que podemos conjecturar sobre a indole benevola do velho medico portuguez. Prefiro suppor que as negras tinham uma fé especial na sciencia do seu compatriota, e que Orta não quereria contrarial-as. Seja qual for a explicação, o certo é, que todas as manhãs o snr. Malupa, um doutor gentio, vinha a casa de Garcia da Orta curar as suas «negras[1]».

Rodeado de escravas cuidadosas, arrasoadamente rico, possuindo amigos que lhe mandavam presentes de todas as partes do Oriente, Orta passava uma vida regalada, comendo bem, muito entendido em todos os segredos da cozinha luso-indiana. Quando recebia de Cochim um presente de *curcas*[2], a sua creada vinha consultal-o sobre se as queria em *caril* com a galinha, ou lançadas na panella com o carneiro; ao que Orta respondia que de ambos os modos eram boas[3]. Outras vezes tinha para o jantar peixe cozido, temperado com *cardamomo;* e uns excellentes pasteis, a que as talhadas acidas das *carambolas*[4] davam um sabor especial. E para abrir o appetite estavam sobre a mesa os *jambolões,*[5] preparados como as azeitonas de Portugal, e as conservas salgadas de *carandas*[6].

Mas o seu luxo especial consistia nas sobremesas, particularmente variadas. Deixava para o jantar das escravas as fructas grosseiras, como os *brindões*[7], e

---

1 *Coloquios,* fl. 207.

2 Provavelmente os pequenos tuberculos subterraneos da CURCUMA ANGUSTIFOLIA Roxb.

3 *Coloquios,* fl. 77.

4 AVERRHOA CARAMBOLA Linn., ou AVERRHOA BILIMBI Linn. Cf. *Coloquios,* fl. 44 v.

5 EUGENIA JAMBOLANA Lam. Cf. *Coloquios,* 121 v.

6 CARISSA CARANDAS Linn. Cf. *Coloquios,* fl. 51 v.

7 GARCINIA INDICA Chois.; Cf. *Coloquios,* fl. 30 v.

reunia para seu uso uma collecção dos mais finos fructos tropicaes; as optimas laranjas que lhe mandavam de Cochim, melhores que as de Portugal;[1] as pequenas maçans adocicadas do *ber*[2]; as enormes *jacas*, das quaes comia a polpa saborosa, e as sementes assadas tendo um gosto a castanha[3]; os *jambos* bem sasonados, sabendo a agua rosada[4]; e aquellas *mangas*[5] preciosas da sua propriedade de Bombaim, que lhe mandava ou lhe trazia o seu rendeiro Simão Toscano. Como bom cortezão, Orta escolhia para si um pequeno numero das mais pequenas, e mandava o restante do cesto a sua senhoria o governador[6]. Depois dos fructos vinham os doces, de que elle possuia uma collecção completa na sua bem guarnecida dispensa. Tinha *tamarindòs*[7], conservados em assuçar, no que elle chamava na phrase typica de um guloso «uma muyto graciosa conserva»; mandavam-lhe de Bengala as conservas de *gengibre*, que eram ali muito nomeadas, mas não excediam as que lhe preparavam cuidadosamente em casa as suas creadas[8]; e de Hormuz lhe mandavam tambem directamente optimos pecegos em calda de assucar[9]. Como se vê, as sobremesas de Garcia da Orta eram um curso de botanica pratica e agradavel. Apenas haviam escapado á sua experiencia de gastronomo, mas não ás suas investigações de naturalista, os dois fructos mais celebrados em todo o Oriente—o *durião* e o *man-*

---

1 *Coloquios*, fl. 134.

2 ZIZYPHUS JUJUBA Linn.; Cf. *Coloquios*, fl. 30 v.

3 ARTOCARPUS INTEGRIFOLIA Linn Cf. *Coloquios*, fl. 121.

4 EUGENIA MALACCENSIS Linn.; Cf. *Coloquios*, fl. 121 v.

5 MANGIFERA INDICA Linn.

6 *Coloquios*, fl. 135.

7 TAMARINDUS INDICA Linn. Cf. *Coloquios*, fl. 121.

8 *Coloquios*, fl. 118 v. Advirto mais uma vez que a numeração está errada na edição de 1563 em muitos pontos.

9 *Coloquios*, fl. 176 v.

gostão[1]. Dá-nos algumas noticias sobre elles, mas dizendo que os não havia provado. De feito só se creavam nas afastadas terras de Malaca e do archipelago malayo; e nas demoradas e incertas viagens d'aquelles tempos, não podiam chegar frescos á India.

N'esta sua casa de Goa, Orta havia reunido uma boa bibliotheca, já dos livros que trouxera do reino, já de outros que depois mandou vir. Queixa-se na verdade da escassez de livros, e effectivamente lhe deviam faltar alguns dos mais necessarios; mas das citações que abundam nos *Coloquios,* e examinaremos mais detidamente em um dos capitulos seguintes, resulta que se conservava a par do movimento scientifico, por um modo que não póde deixar de nos maravilhar, quando reparâmos nas difficuldades e na morosidade das communicações com a Europa. A par da bibliotheca, ia formando um pequenino museu. De toda a parte lhe mandavam algumas drogas raras. Elle proprio corria os bazares, investigando e fazendo acquisições interessantes. Os seus armarios estavam cheios de uma miscellanea scientifica, extremamente curiosa; era a um lado a semente do *bangue,* e o *hashish* preparado com essa semente[2]; era a outro um panno atado contendo *pedra armenia*[3]. Com a mania de um verdadeiro colleccionador elle não deixava escapar ocasião de augmentar o numero dos seus exemplares; ás vezes voltava da botica com as algibeiras cheias das folhas lanceoladas e trinervadas do famoso *malabathrum*[4].

---

1 Durio Zibethinus D. C., e Garcinia Mangostana Linn.

2 Cannabis sativa Linn. Cf. *Coloquios,* fl. 24 v.

3 Uma argila ferruginosa que então vinha do Oriente. Cf. *Coloquios,* fl. 164.

4 São as folhas seccas e aromaticas de varias especies de *Cinnamomum.* Garcia da Orta foi o primeiro que desfez uma certa confusão, existente entre estas folhas e as do *betle.* O modo singular por que elle apurou esta distincção apontaremos no capitulo seguinte.

Colleccionando objectos curiosos, examinando simplices e drogas, lendo e estudando os livros que lhe chegavam da Europa, tomando notas e depois redigindo a sua obra, Garcia da Orta passou em Goa trinta annos ou bem perto d'elles. Durante este periodo assistiu a muitos acontecimentos importantes, que seria impossivel recordar sem fazer a historia da India portugueza, na epocha talvez a mais accidentada e interessante do nosso dominio. Com effeito Orta foi para o Oriente no governo de Nuno da Cunha, e depois atravessou os governos de D. Garcia de Noronha, D. Estevão da Gama, Martim Affonso de Sousa, D. João de Castro, Garcia de Sá, Jorge Cabral, D. Affonso de Noronha, D. Pedro Mascarenhas, Francisco Barreto, D. Constantino de Bragança, do Conde de Redondo, e talvez ainda de João de Mendonça e D. Antão de Noronha.

N'este longo periodo os successos graves accumularam-se. Elle viu partir para Suez D. Estevão da Gama; e viu-o voltar depois de ter armado cavalleiros no monte Sinai. Assistiu á partida de Martim Affonso de Sousa para a pouco gloriosa campanha contra os pagodes do Malabar. Viu partir para Diu D. João de Castro; e viu-o chegar como triumphador. Esteve varias vezes cercado na cidade e ilha de Goa pelas tropas do Hidalcão, em tempo de D. João de Castro, em tempo de D. Pedro Mascarenhas e ainda em outras occasiões. Presenceou victorias e revezes. Assistiu á erecção da igreja de Santa Catharina em Sé episcopal, e conheceu o seu primeiro bispo, D. João de Albuquerque. Assistiu depois á sua elevação a Sé archiepiscopal, e conheceu o seu primeiro arcebispo D. Gaspar de Leão. Viu a entrada na India dos jesuitas, e conheceu pessoalmente S. Francisco Xavier. Viu depois a entrada dos dominicos, e teve boas relações com fr. Diogo Bermudes. Presenceou o primeiro auto da fé, e viu queimar no pelourinho de Goa um collega seu, o bacharel em medicina, Jeronymo Dias, o qual fôra «aprovado por judeu», como

diz Gaspar Corrêa. Assistiu depois ao estabelecimento definitivo da inquisição, e sujeitou o seu livro á censura de Aleixo Dias Falcão, o primeiro inquisidor n'aquellas partes.

Nos seus dias o Oriente portuguez transformou-se. Portugal adquiriu Baçaim e depois Diu. A cidade de Goa cresceu e prosperou. Erigiram-se templos sumptuosos; e a primeira e unica freguezia de Santa Catharina desdobrou-se em quatro, e depois em quinze. Os privilegios e prerogativas do Senado da cidade augmentaram, sendo a final equiparados aos do Senado de Lisboa. Os vice-reis rodearam-se de maior apparato e pompa, e deixaram as casas mais modestas do Sabayo, para irem habitar os paços da Fortaleza.

Todavia, sob este brilho exterior, não seria difficil a um espirito attento descobrir os signaes de uma desorganisação crescente. A venalidade e a indisciplina aggravavam-se e manifestavam-se sem rebuços, cynicamente. Já não havia plano no governo, nem unidade nas operações militares. Ás expedições energicas e efficazes de D. João de Castro succediam as expedições apparatosas e frouxas de D. Constantino de Bragança. Com algumas reservas, podemos dizer que 1534 pertence ainda ao periodo glorioso; emquanto 1563 pertence indubitavelmente ao periodo da decandencia accentuada.

É natural que o velho physico, intelligente e reflectivo, penetrasse bem a significação dos acontecimentos que se passavam em roda d'elle, e sobresaltavam alguns dos seus contemporaneos, os quaes por certo não eram, nem mais previdentes, nem mais perspicazes. Em todo o caso não o disse, nem tinha que o dizer. Escrevia um livro de sciencia; e de uma d'aquellas sciencias, que, collocando o homem em face da natureza e da ampla e persistente acção das suas forças, o desinteressam fatalmente um pouco dos accidentes sociaes, que se lhe afiguram ephemeros e mesquinhos.

CAPITULO X

O NIZAMALUCO

Logo depois de Martim Affonso de Sousa, a pessoa de quem Garcia da Orta falla em todo o seu livro com maior estima e mais visivel affecto é indubitavelmente do seu amigo, o Nizamaluco. Deprehende-se da leitura dos *Coloquios*, que o visitou muitas vezes, que passou mesmo na sua côrte longas temporadas, e que era ali tratado com especial consideração. Foi n'aquella côrte que elle viu mais de perto os habitos e a vida intima dos asiaticos, e teve occasião de tratar e conferenciar com os doutores da Persia, da Arabia e da propria India; foi ali —segundo nos diz mui claramente— que tirou a limpo a natureza de certas drogas, e a complicada concordancia dos seus nomes, nas linguas então falladas na India.

Somos pois naturalmente levados a procurar que homem era esse Nizamaluco; e para o fazer devemos accrescentar algumas indicações, ao que já dissemos nos capitulos anteriores sobre o estado interno do Deckan, o que se torna tanto mais necessario, quanto os nossos chronistas caíram a tal respeito em graves e flagrantes inexactidões, e os nossos escriptores modernos —á parte honrosas excepções— teem seguido, ou mesmo

aggravado os erros dos antigos. É justo dizer desde já, que, no seu *Coloquio do ber,* Garcia da Orta dá indicações sobre os reis da India, e sobre os «seus nomes e apellidos», as quaes são das mais completas e, relativamente, das mais exactas que nos fornecem os nossos escriptores do XVI seculo[1]. E d'essas indicações, quer fossem conhecidas pelo seu livro original, quer se divulgassem pelo resumo latino feito por Carlos de l'Écluze, e do qual correram varias edições; d'essas indicações resultaram em grande parte os conhecimentos que então houve na Europa, sobre aquelles principes e estados. O celebre viajante flamengo, já muitas vezes nomeado, João Huighens van Linschoten, cuja obra foi das mais lidas e vulgarisadas, comquanto não cite Garcia da Orta, segue-o todavia passo a passo, e quasi palavra a palavra, na sua breve descripção das terras em que Goa está situada[2]. Qualquer que seja no emtanto o valor d'essas indicações, estão bem longe de serem completas, e sobretudo de serem claras.

Dissemos antes que os musulmanos, depois de se apoderarem da maior parte do Hindustão, e de fixarem a sua capital em Delhi, passaram o rio Nerbadda, correndo e senhoriando muitas provincias da India meridional ou do Deckan, o qual ficou formando parte do reino de Delhi. Quando pelos annos de 1340 a 1350, e sob o reinado do illustrado, mas visionario e cruel Mohammed Tughlak, esse reino ou imperio de Delhi se

---

[1] *Coloquios,* 31 v. e seguintes.

[2] Compare-se o capitulo XXVII *Brevis descriptio terrae post Goam* etc. da *Navigatio ac Itinerarium* de Linschoten na edição de 1599, com o capitulo XXVIII *De quibusdam Indiae regibus* dos *Exoticorum libri decem* de Clusio a pag. 240. Cito os *Exoticorum* que são de 1605, porque os tenho sobre a mesa; mas advirto que ali vem simplesmente a 5.ª edição de *Aromatum et simplicium.* A primeira edição d'este resumo latino do livro de Orta é de 1567, e portanto podia ser conhecida de Linschoten.

desmembrou, conquistando então a sua independencia o Bengala e outras provincias de leste, o Deckan seguiu o movimento, e sacudiu tambem o jugo de Delhi; mas ficou formando um estado mahometano. Foi igualmente n'esta epocha que conquistaram, ou antes reconquistaram a sua liberdade completa os poderosos e ricos reinos hindús de Varangal e Bijayanagara. Com os rájas de Varangal tiveram os portuguezes poucas relações; mas os rájas de Bijayanagara eram vizinhos de Goa, estendiam as suas possessões a parte do Canará, e vem repetidas vezes mencionados nas nossas chronicas, sob os nomes de reis de Bisnagá, de Bisnaguer, ou de Narsynga.

Depois das invasões do grande Timur, e durante os reinados dos restantes membros da casa de Tughlak, ou da casa de Lodi que lhe succede, o poder de Delhi foi-se enfraquecendo cada vez mais, e affirmando-se portanto a independencia dos estados rebellados[1]. O protagonista na revolta do Deckan, fôra um afghan de baixa extracção, chamado Haçan, o qual ao ser proclamado rei, juntou ao seu nome a designação de Bahmani, recordando assim as obrigações que devia a um brahmane de quem fôra creado ou escravo. A dynastia de Bahmani, fundada por este Haçan, governou no Deckan mais de seculo e meio; mas como tòdas as dynastias musulmanas do oriente, trazia em si o germen da dissolução. Poucos annos antes da chegada dos portuguezes á India, achava-se já no Deckan muito enfraquecida a auctoridade real, e debatiam-se ali em intrigas e violencias de toda a sorte as rivalidades e ambições dos grandes.

No Deckan, como em outros estados musulmanos,

---

[1] Elphinstone, 402 e seguintes, 475, 755. Estas e as seguintes indicações são extrahidas do livro corrente e bem conhecido de Elphinstone, e principalmente do do historiador persa Ferishta.

uma grande parte do exercito era formada de forasteiros, turcos, persas, georgianos, circassianos ou calmucos; e á testa d'este partido militar dos estrangeiros estava então o general Yusuf Adil Khan; emquanto o partido nacional ou dos deckannis, aos quaes se ligaram os mercenarios abexins, reconhecia como seu chefe o ministro Nizam-el-mulk.

Corria na India, a respeito da origem d'este Yusuf, uma historia romanesca que bem póde haver sido inventada para lisonjear a sua vaidade; mas que — dados os habitos das côrtes orientaes — não é pòr certo inverosimil ou inacreditavel. Contavam que elle era filho do famoso sultão Amurat, e que, morrendo este e succedendo-lhe Mahomet II, os conselheiros do novo soberano lhe ponderaram quanto era perigosa para o socego dos estados a existencia de principes de sangue, muito chegados ao throno, e podendo converter-se em pretendentes de um momento para o outro. Mahomet reconheceu a prudencia e sabedoria d'este aviso, e tranquillamente resolveu mandar assassinar todos os irmãos. Mas a mãe do pequenino Yusuf conseguiu salval-o, substituindo-lhe uma creança circassiana que de feito foi morta, e entregando-o a um mercador persa para o esconder. O mercador levou-o então para Savá, uma cidade da Persia, que fôra nomeada pelas suas escolas e rica bibliotheca, onde o pequeno principe foi creado e educado até á idade de dezeseis annos. Era e ainda é uso entre arabes, persas e outros orientaes, o juntar ao nome proprio a designação da terra de sua naturalidade ou adopção; e por isso Yusuf se intitulou depois Savai ou Sawai, como se intitularam tambem outros naturaes distinctos da mesma Savá[1].

---

[1] Como o doutor Abu Yaqub Yucef ben Ismail es-Sawai e outros. Cf. Barbier de Meynard *Dict. géogr. hist. et litt. de la Perse; Paris,* 1861, verbum *Sawah.*

Chegado aos dezeseis annos, transpirando a noticia do seu nascimento e jerarchia, foi elle obrigado a fugir para salvar a vida, indo parar á India, onde o venderam como um escravo georgiano a Khuája Mahmud, primeiro ministro de Mohammed Bahmani rei do Deckan. Tal é, em substancia, a historia corrente na India, e cuja authenticidade está longe de se achar provada.

Em todo o caso, quer o rapaz fosse um vulgar escravo, quer viesse de sangue real, era esperto, bem educado e energico. Alcançou em pouco tempo o valimento do ministro; subiu depois a general de cavallaria, com o titulo de Adil Khan; e veiu finalmente a ser uma das primeiras e mais influentes pessoas do Deckan. Sob o reinado do fraco Mahmud Bahmani, filho de Mohammed, as dissenções intestinas do Deckan aggravaram-se; e, como o ministro Nizam-el-mulk se tornasse extremamente poderoso, o seu rival e inimigo Yusuf Adil Khan retirou-se para Bijápúr, fortificando-se ali e extendendo em torno os seus estados pela conquista. Quando se julgou bastante forte, mandou ler nas mesquitas a kutba em seu nome, o que equivalia a uma declaração de independencia, e começou a usar o titulo de Adil Shah, que depois tiveram todos os seus descendentes reis de Bijápúr.

Entre as conquistas de Yusuf conta-se a ilha de Goa, que elle tomou a uns mouros de Onor, os quaes a haviam tomado aos gentios[1]. E essa ilha de Goa lhe tomou depois o nosso Affonso de Albuquerque, como é bem notorio[2]. Os portuguezes davam-lhe o nome de

---

[1] Para comprehender bem estas complicadas conquistas é necessario ter em vista, que os mouros de Onor pertenciam ás colonias arabes do sul da India, as quaes eram perfeitamente distinctas dos mouros turcos e persas do norte. Veja-se, Barros I, VIII, 10, e compare-se Brigg's, *Ferishta* III, 508.

[2] Segundo o persa Ferishta, Yusuf vivia quando Albuquerque tomou e perdeu Goa; e morreu no curto intervallo que decorreu

Sabayo, corrupção de Savai; e tambem o de Hidalcão —com variadissimas orthographias— que derivaram de Adil Khan, e applicaram a todos os seus descendentes[1].

Com esses tiveram depois longas contendas, suscitadas principalmente pelas pretensões á posse das terras de Bardez e Salsete e ao castello de Rachol, as quaes vem largamente contadas por todos os historiadores, e ficam completamente fóra do nosso quadro.

O rival de Yusuf Adil Khan e chefe do partido nacional deckanni, era um antigo brahmane de Bijayanagara, chamado Timapa filho de Bheiru, o qual, sendo feito prisioneiro e reduzido á condição de escravo, se converteu ao Islamismo e tomou o nome de Haçan. Foi primeiro chamado Melik Haçan Bheiry, e veiu depois a alcançar a alta dignidade e titulo de Nizam-el-mulk. Ajudado pelo seu incontestavel merito, e lançando tambem mão da intriga e da violencia, chegou a ser primeiro ministro de Mahmud Bahmani; o que, sob tão fraco e imbecil rei, equivalia a ser senhor absoluto do Deckan. Mas assim como havia contribuido para a morte do seu protector Khuája Mahmud, assim o assassinaram depois os que tinha protegido e levantado. No momento da sua morte, seu filho Ahmed era governador de algumas provincias e dispunha de forças impor-

---

até á segunda e definitiva conquista d'aquella cidade pelos portuguezes. Os nossos historiadores dão versões diversas, e um tanto confusas.

[1] João de Barros, o mais illustrado dos nossos historiadores de então, e o unico que estudou com conhecimento de causa os documentos orientaes, é relativamente exacto na historia do Sabayo (II, V, 1 e 2.); e quando Diogo de Couto se deu ares de o emendar (IV, X, 4) padeceu erros muito mais graves, que os do seu sabio antecessor. Na origem do nome do Sabayo é Barros correctissimo. O nosso Garcia da Orta dá uma origem engenhosa, mas errada, derivando-o de *saibo* —melhor seria *sahib*— que significa senhor em arabico. Modernamente têem-se proposto algumas origens de phantasia e pouco felizes.

tantes. Receiando voltar á côrte, e desejando vingar a morte de seu pae, tomou o partido de se declarar independente; mandou ler a kutba em seu nome, fixou a sua capital em Ahmednaggar, e tomou primeiro o titulo de Nizam-el-mulk, que depois mudou no de Nizam Shah, significativo da dignidade real que assumia. A elle e a seus descendentes chamaram os nossos escriptores *Nizamaluco, Nizamoxa,* etc., nomes cuja derivação se torna agora bem clara.

Ía-se por este modo esphacelando o velho e já podre reino do Deckan, no qual os governadores e generaes talhavam estados á sua vontade; Adil Khan em Bijápúr; Nizam-el-mulk em Ahmednaggar; e depois um turcomano Kutb-el-mulk —o *Cotamaluco* dos livros portuguezes— em Gólconda; um canarim Imad-el-mulk —o *Madremaluco*— em Bérar; e um renegado georgiano ou hungaro Kasim Berid —o *Verido*— em Bidur. Deixemos, porém, esses estados interiores de Gólconda, Bérar e Bidur, com os quaes os portuguezes tiveram pouco contacto, e voltemos aos reis de Ahmednaggar.

Ahmed, fundador da dynastia de Nizam Shah, reinou até ao anno de 1508 —Garcia da Orta diz 1509— em que falleceu, deixando o throno a seu filho Buhran, uma creança de sete annos, esse mesmo que depois foi o grande e intimo amigo do nosso medico. Felizmente para o pequeno principe, a sua guarda ficou entregue a Mukamil Khan, um valente general e um prudente politico, circumstancias por modo algum raras entre os mouros de então; e um fidelissimo servidor, qualidade incomparavelmente mais difficil de encontrar. Sob a sua direcção foi Buhran Nizam Shah educado com muito esmero. Aos dez annos lia com facilidade e declamava com arte a poesia, talento muito prezado pelos orientaes. O historiador persa Ferishta affirma ter visto na livraria real de Ahmednaggar um tratado sobre os *deveres dos reis* todo escripto da sua letra, e que elle copiára tambem na mesma idade pouco avançada.

Crescendo em annos, e quando, terminada a sua educação, começava a intender nos negocios do estado veiu a namorar-se de uma bailadeira, chamada Amina. O nome é gracioso, e a bailadeira devia ser tão graciosa como o seu nome, a julgarmos pela influencia que exerceu sobre Buhran, o qual a desposou e collocou á testa do seu harem. A gentil Amina, que na sua anterior profissão um tanto airada havia corrido mundo, completou a educação do rei; e ensinou-lhe, entre outras cousas, a beber vinho. Parece qne isto magoou o grave Mukamil Khan, o qual se demittiu dos seus cargos e se retirou á vida privada, continuando todavia a receber do rei as maiores provas de estima e amizade. Estas pequenas desintelligencias entre reis e ministros costumavam então terminar em execuções summarias, prisões perpetuas ou desterros, e por certo faz honra ás memorias de Buhran e de Mukamil a cordial amizade que entre elles continuou a existir. No emtanto a influencia de Amina permanecia inalteravel. Buhran fez depois um casamento politico com uma filha de Yusuf Adil Shah, irmã de Ismail Adil Shah, que então reinava em Bijápúr, a qual tinha tambem um gracioso nome — chamava-se Biby Mariam. Não obstante a sua alta posição, foi collocada no harem a baixo da favorita Amina; mas a altiva Maria, irmã de um rei, e jactando-se de descender dos Sultões ottomanos, não soffreu facilmente esta posição de inferioridade em frente de uma dançarina, que havia representado em publico. Queixou-se a seu irmão, e enredaram-se por tal modo estas questões femininas, que conduziram a uma longa guerra e a sangrentas batalhas entre os exercitos de Bijápúr e os de Ahmednaggar.

Seria absolutamente inutil e sobre isso mortalmente fastidioso escrever toda a historia de Buhran Nizam Shah. Guerras, treguas, allianças e rompimentos com os outros reis do Deckan, com o poderoso Bahádur Shah ou com o rája de Bijayanagara, enchem o seu

reinado, accidentado como todos os d'aquelle tempo e região.

Como Buhran possuia uma parte do Concan e o porto de Chaul, onde os Portuguezes tinham uma fortaleza; e alem d'isso os seus estados confinavam com as terras de Baçaim, que foram cedidas a Portugal por Bahádur, — segundo vimos em um dos capitulos anteriores — segue-se que elle esteve em relações seguidas com os governadores da India, e com os seus capitães. Algumas vezes se levantaram desintelligencias entre os dois estados vizinhos, chegando a rompimento de hostilidades, como succedeu por exemplo, quando a proposito da posse das fortalezas de Sangacá e Carnalá se travou uma lucta entre as tropas do Nizam Shah e os portuguezes de Baçaim, commandados por D. Francisco de Menezes[1]. Póde-se no emtanto dizer que as nossas relações com Buhran foram em geral amigaveis, e as mais cordiaes que então tivemos com qualquer dos potentados indianos.

O vice-rei D. Garcia de Noronha celebrou com Buhran — com «hu niza muxaa, que d'antes se chamava hu niza maluquo», dizem os nossos scribas na sua barbara orthographia — um contrato, que é um verdadeiro tratado geral de paz e extradicção. N'elle se estipulavam as condições em que os criminosos refugiados nos estados das altas partes contratantes — como hoje diriamos — deviam ser reciprocamente entregues. N'elle se assegurava o respeito ás diversas religiões, e se inseria aquella notavel phrase, a que já me referi em um dos capitulos anteriores «...ey por serviço d'elRey meu senhor que as mizquitas sejão guardadas dos portuguezes, e tão onradas asy como as nosas propias igrejas». Alem d'isso o contrato concedia a Buhran o

[1] Couto v, viii, 3 e 4.

direito de introduzir pelo porto de Chaul um certo numero de cavallos de Hormuz, privilegio muito apreciado pelos reis da India, não só porque do commercio dos cavallos auferiam redditos importantes, mas tambem porque a escolha directa de cavallos finos na Arabia e Persia para o serviço de suas pessoas, fazia parte dos direitos e pompa inherentes á realeza[1].

Mais tarde fez D. Estevão da Gama um novo tratado com Buhran, especialmente destinado a regularisar a situação das fortalezas de Sangaçá e Carnalá, que lhe tomára D. Francisco de Menezes, e agora lhe eram restituidas, pagando elle cinco mil pardáos de ouro annuaes a Portugal. N'esse tratado se affirmam de novo e estreitam as boas relações dos dois soberanos, e se celebram «a boa amizade e verdade e lealdade que o dito vniza muxaa sempre tivera com elRey de Portugal[2]».

Mais significativo é ainda o contrato feito com D. João de Castro; é um verdadeiro tratado de alliança offensiva e defensiva, no qual — á parte duas excepções — o Nizam Shah e o governador se obrigam a se ajudarem mutuamente «com todo o seu poder e fforcas contra todolos Reeys e senhores que ouver na India» e a não fazerem separadamente as pazes com o Adil Shah[3]. Vemos pois que Buhran Nizam Shah era para os portuguezes mais do que um amigo, era um alliado; e que muito naturalmente estes deviam receber na sua côrte acolhimento favoravel.

Não sabemos ao certo quando Garcia da Orta ali foi pela primeira vez. No *Coloquio do betre* diz elle «...Eu tive o vosso error quando cheguei á India, e d'ahi a alguns dias fui ver o Nizamoxa, a quem vulgarmente cha-

---

[1] O contrato foi assignado a 22 de abril de 1539. Vem transcripto na integra no *Tombo do estado da India* nos *Subs.* p. 115.

[2] A 30 de março de 1542, l. c. p. 117.

[3] A 6 de outubro de 1547, l. c. p. 120.

mam o Nizamaluco...»; de onde resulta que lhe faria alguma visita logo nos primeiros tempos. Mas seria visita curta e de passagem, pois vimos como até ao fim do anno de 1538, poucas vezes e por pouco tempo se afastou de Martim Affonso de Sousa. Pelo contrario a partir do começo de 1539 dispoz livremente do seu tempo, e pôde então fazer a Ahmednaggar repetidas e demoradas viagens.

Tambem nos não dá indicação alguma — e é pena — nem relativamente aos incidentes d'essas viagens, nem aos itinerarios seguidos. Podia sem duvida ir directamente de Goa, mas não é natural que se abalançasse a longas jornadas atravez das terras do Adil Shah, pouco seguras e as mais das vezes em guerra comnosco. É mais provavel que fosse por mar a Chaul ou a Baçaim, aproveitasse a occasião para visitar as suas propriedades da ilha de Bombaim, e seguisse d'ali para o interior. Em todo o caso não tomou sempre o mesmo caminho, pois fallando dos Ghattes, diz que atravessára a serra em varios «cabos[1]». Os Ghattes não são propriamente uma cadeia de montanhas, mas antes a terminação do planalto central do Deckan, como um enorme degrau que desce das terras altas interiores para a zona baixa e estreita do Concan e do Canará; de modo que ás grandes e abruptas vertentes occidentaes, quasi não corresponde desnivelamento pelo lado de dentro. Garcia da Orta notou acertadamente esta feição orographica, dizendo-nos «... e tem uma cousa digna de escrever em cima esta serra, e é não descer cousa alguma, senão ficão muitos formosos campos iguaes ao alto da serra». Passados os desfiladeiros d'aquella grande vertente, o caminho seguia por esses formosos campos até á rica e populosa capital do Nizam Shah.

---

[1] *Coloquios* fl. 34, v.

Era sem duvida um curioso espectaculo para um europeo reflectivo e observador do XVI seculo, o penetrar pela primeira vez em um dos centros da civilisação puramente oriental, inferior de certo ás nossas civilisações do occidente na feição moral, mas superior em pompa e riqueza, ou mesmo em alguns traços de cultura intellectual. Podemos imaginar a chegada do nosso naturalista aos esplendidos paços de Buhran, um d'esses edificios magestosos e arrendados, que são como o producto hibrido da architectura musulmana dos Khalifas e da velha structura nacional dos hindús.

Nas largas escadas abertas, que desciam para os pateos, a confusão artistica de um corpo de guarda, indisciplinado e cosmopolita, com os seus soldados, esfarrapados e pittorescos, desalinhados e altivos, estendidos pelos degráos na sombra finamente azulada. Em baixo esperariam alguns cavalleiros afghans, com as redeas dos cavallos passadas no braço, banhados pela luz intensa, que põe uma nota forte nos seus turbantes brancos, e aviva reflexos nas sellas chapeadas, d'onde pendem os arcos turquescos, e na pellagem assetinada dos nedjdis, abandonados nas posições graciosas de animaes de raça. Mais longe via-se talvez o elephante do embaixador de Bijayanagara, de dentes cortados, rica testeira de velludo, agaloada de oiro, agitando as orelhas, largas como ventarollas, com uma expressão bondosa e intelligente nos olhos pequeninos. Ao fundo entravam os carros doirados do harem, puxados por zebus brancos, de finos cornos denegridos; circulavam pagens de falcões em punho; ou passavam indios nus, magros, côr de mogno pulido, levando das correntes os chetás mosqueados, doceis e submissos no seu andar felino.

Lá em cima nas grandes salas de marmore, rasgadas em arcarias, conversavam em grupos os altos personagens da côrte, com os ademanes graves e o gesto sobrio de orientaes bem educados; enviados do Ram-

ráj, recamados de pedrarias; sabios schiitas, vestidos em longos alquices negros, sem um ornato; tartaros rudes, fazendo soar as adagas no aço das cotas de malha. Por entre as alas, que se abrem respeitosamente, passa para os aposentos interiores um mouro já velho, modestamente vestido — é Shah Tahir, o santo doutor, o fiel conselheiro e primeiro ministro de Buhran. Segue-o um brahmane, no seu traje hindú de algodão branco — Kawur Sein, o ministro da fazenda. A um lado, rodeado de capitães e gente de guerra, está um homem de tez clara e aspecto energico, ricamente armado á oriental — é o general de cavallaria Frangui Khan, um antigo bombardeiro portuguez, chamado Sancho Pires, natural de Mattosinhos[1].

Era uma côrte singular esta de Buhran, larga e liberalmente aberta a todas as religiões e a todas as nacionalidades. Elle proprio era — como diz Diogo do Couto — «o mais valoroso, franco, liberal, e mais justiçoso rei de todos os do seu tempo e vizinhos». Sobre isso «tão affeiçoado aos bons cavalleiros e aos homens doutos, que em lhe vindo fama de algum nos reynos vizinhos, logo o mandava chamar e lhe fazia muitas honras e mercês».

Buhran era pessoalmente musulmano, da seita schiita, mas sem sombras de fanatismo, antes dotado de muita tolerancia. N'esta tolerancia, na protecção dada ás sciencias e ás lettras, no desejo de se rodear de homens notaveis de todas as raças, vê-se que elle tinha a preocupação de imitar alguns dos grandes soberanos islamitas. Seguia, de longe e nos limites mais acanhados dos seus estados indianos, os exemplos dos famo-

---

[1] A scena é, nos seus traços principaes, perfeitamente exacta. Sobre Shah Tahir e Kawur Sein veja-se Brigg's *Ferishta*, III, 220 e seguintes. Sobre Frangui Khan veja-se Couto, VII, IV, 9 e Garcia da Orta *Coloquios*, 196.

sos khalifas, Harun-er-Raschid e Al-Mamun. A sua côrte era uma academia; e comprehende-se o empenho que elle devia ter em reunir á sua collecção de sabios, um doutor *frangui,* tão afamado e conhecido como era Garcia da Orta. Tratava-o pois com distincção especialissima, debatendo com elle questões scientificas, remunerando largamente os seus serviços medicos, e fazendo-lhe mesmo propostas vantajosas para o tomar definitivamente ao seu serviço, as quaes todavia o medico portuguez nunca acceitou.

Em todo o caso Garcia da Orta ía muitas vezes á côrte de Buhran, demorava-se por lá, e havia-se tornado um dos seus familiares. Nas jornadas que fazia para o ir encontrar, ou viajando na sua companhia, teve ensejo de visitar as principaes cidades dos seus estados. Diz-nos expressamente que havia visto «Amadanager» —isto é a capital, Ahmednaggar; e «Dultabado»— a cidade de Dowlutábád, então importante, situada não longe da mais moderna Aurengábád, na bacia superior do Godavery; e «Chacãna» —que deve ser a localidade mencionada em algumas cartas modernas sob o mesmo nome de Chacan, e fica proxima á Punah, na bacia superior do Buma, affluente do Kishna; e Quidur que não identifiquei satisfactoriamente[1]. N'estas visitas e n'estas viagens elle observava os habitos asiaticos; e assistia a algumas das diversões de um grande potentado indiano. Falla-nos, por exemplo, d'aquelle espectaculo tão apreciado na India, o combate de elephantes, em que os poderosos animaes, montados e excitados pelos seus naires, travavam uma «crua ba-

---

[1] Cf. *Coloquios,* fl. 134, v. Na edição de 1563, vem escripto o nome da primeira cidade *a madanager;* e na edição de 1872, tomando-se o *a* como artigo imprimiu-se Madanager; mas evidentemente a verdadeira fórma é a que eu segui, e a separação da lettra resulta de uma das mil incorrecções do typographo novato.

talha, esgrimindo e ferindo-se bravamente com os dentes[1]». Ou diz-nos que havia ido á caça com o Nizam Shah—uma d'aquellas caçadas em que os batedores eram numerosos como um exercito, em que se rodeavam leguas de *jungle,* em que ao fechar os cercos se matava uma «multidão» de veados, porcos e tigres[2]».

Parece que o nosso alemtejano, amavel e alegre, se dava muito bem com os personagens da côrte de Buhran, e mesmo com os seus collegas, embora estes tivessem de certo ciumes do seu valimento. Menciona dous ou trez d'esses personagens; como aquelle hakim arabe, chamado Muley Huçein, com quem sympathisava, porque, do mesmo modo que elle, nunca se podéra acostumar ao uso do *betle*[3]. Ou aquelle typo excentrico do secretario khoraçany do Nizam Shah, «bom letrado e grande escrivão e notador»; mas sempre meio adormecido, pois tomava enormes quantidades de opio. Comtudo, excitando-o, «mettendo-o em pratica», fallava como homem discreto[4]. Mas convivia sobretudo com o seu compatriota Sancho Pires. Interessante physionomia, bem portugueza e bem da epocha, a d'este valentão de Mattosinhos, que vae para a India como simples bombardeiro, foge depois para os mouros, e lá faz taes proezas que o elevam a general, e lhe dão o primeiro logar no conselho. Buhran tinha-lhe uma grande affeição; quando elle estava doente só fiava o seu tratamento de Garcia da Orta; visitava-o todos os dias; e levava o seu zêlo ao ponto de lhe examinar «as camaras», para ver *si la matière était louable,* como se fosse um medico de Molière. O valente Sancho Pires era um

---

1 *Coloquios,* fl. 85 v.

2 *Coloquios,* fl. 87 v.

3 *Coloquios,* fl. 211. O nome do physico tal qual o escreve Orta é *mulahucem.*

4 *Coloquios,* fl. 115 v.

bom homem no fundo. Fizera-se mouro para ser general, e khan, e rico; mas tinha os seus escrupulos. Diz-nos Garcia da Orta, que, quando jantavam juntos, comiam todas as cousas prohibidas por Mafoma; serviam-lhes excellente presunto e optimo vinho. Resava em segredo; e, das suas grandes rendas, soccorria os portuguezes pobres, e mandava largas esmolas ás misericordias e ás igrejas. O nosso Orta era amigo d'elle, posto que lhe não perdoasse o seu crime de se confessar musulmano em publico; havia-lhe obtido um indulto secreto do vice-rei D. Affonso de Noronha, e de certo teria conseguido trazel-o de novo para a religião catholica e para o serviço da sua patria, se primeiro — como nos diz — o não tivesse levado o diabo na batalha de Calabarga[1].

Com o Nizam Shah e com a sua familia, vivia Orta no pé da maior familiaridade. Ensinava portuguez ao herdeiro presumptivo do throno; e curou-o da sarna, e de uma doença, que os physicos musulmanos teimavam em caracterisar de bexigas, mas que a final não foi «bexigas nem sarampão». Note-se que o tratou ás escondidas dos medicos da terra, sangrando-o e dando-lhe a comer boas gallinhas bem gordas; e que o rei tomou a responsabilidade de consentir n'este tratamento insolito[2]. Ao rei curou elle tambem promptamente de um tremor, dando-lhe a celebre *raiz da China*[3]. É esta a occasião de lavarmos a memoria de Buhran, de uma grave accusação que sobre ella pesa. O nosso historiador, Diogo do Couto, depois de lhe fazer o rasgado e justo elogio, citado nas paginas precedentes, diz que elle fôra muito atacado do mal de S. Lazaro do qual veiu a fallecer; e diz mais, que experimentou todos os

---

1 *Coloquios*, fl. 196 v.
2 *Coloquios*, fl. 146 v.
3 *Coloquios*, fl. 182 v.

remedios, e, entre estes, banhar-se em sangue de creanças, para o que mandou matar muitas[1]. Esta accusação, que de resto tem sido feita a varios personagens e em varias epochas, parece-me ser absolutamente destituida de fundamento. Garcia da Orta não nos diz uma unica palavra nem sobre o tratamento, nem sobre a molestia; e não é de crer que passasse em silencio um facto grave, e tocando em ponto da sua especialidade. Quanto a suppor que o callasse intencionalmente, por ser desairoso para o seu amigo, tambem me não parece uma hypothese acceitavel, pois elle usava de bastante franqueza, mesmo em questões relativas ás pessoas a quem era affeiçoado. Demais a prova negativa resultante do silencio de Orta, é reforçada por uma prova positiva. O historiador persa Ferishta, contemporaneo de Diogo do Couto, mais bem informado do que elle no que dizia respeito aos reis musulmanos, e nada suspeito em relação ao Nizam Shah, pois era creado do seu inimigo Adil Shah, diz-nos que Buhran, estando no cerco de Bijápúr no anno da hegira de 961 (de Christo 1553), fôra subitamente atacado de uma violenta inflammação intestinal, que o forçou a retirar para a sua capital onde pouco depois falleceu[2], Como se vê, isto é absolutamente contrario á idéa de que elle morresse da lepra e lhe applicasse aquelle terrivel remedio de que falla Diogo do Couto.

A proposito das visitas de Garcia da Orta á côrte de Buhran devemos examinar uma das mais interessantes questões que temos a estudar n'este livro — e vem a ser, até que ponto o licenciado de Salamanca aprendeu e podia aprender com os medicos ou *hakims* musulmanos, até que ponto a sua sciencia era diversa da d'elles. Sem duvida os havia já encontrado em Goa, ou no

---

[1] Couto, VII, IV, 9.
[2] Brigg's *Ferishta*, III, 236.

Guzarate; mas foi especialmente aqui, em casa do Nizam Shah, que teve com elles trato familiar e longas praticas. É portanto este o logar opportuno para examinar a questão.

Se nos reportarmos ao que fica exposto no capitulo I, se nos recordarmos de que os livros da medicina arabe foram a base do ensino universitario na Europa, durante a idade media ou mesmo no começo do renascimento, se, por outro lado, repararmos em que esses livros haviam em parte sido escriptos em Baghdad e outros centros scientificos da Persia, donde viera e continuava a vir o movimento intellectual musulmano para a India, teremos a explicação de um facto, á primeira vista singular. Comprehenderemos, por que motivo Orta ia encontrar n'aquellas regiões afastadas, em cidades centraes da India, e nas mãos dos doutores da Arabia, Persia e Turquia, o seu velho compendio de estudante, aquelle famoso *Canon* de Avicenna, que ouvíra explicar na Hespanha ao lente de Prima de uma universidade catholica.

O erudito licenciado de Salamanca viu immediatamente que estava em paiz scientifico conhecido; e logo no começo dos *Coloquios* nos diz, que os «fisicos da Persia, Arabia e Turquia sabiam de cór Avicena, e os seus cinco livros *Canum*[1]». Unicamente reparou em lhe não chamarem Avicenna, e sim Abolahi—deveria antes dizer Abu Ali. De feito a palavra Avicenna era uma das numerosas corrupções escholasticas, que correram na Europa; e os hakims sabiam bem todo o nome do seu grande medico, Abu Ali Hucein ben Abdallah ben Sina, chamando-lhe familiarmente Abu Ali.

Nem eram unicamente os medicos de profissão que sabiam o *Canon* de cór, o proprio rei tambem o conhe-

---

[1] *Coloquios*, fl. 5.

cia a fundo. Um dia, Orta, escrevendo uma receita, commetteu o erro de confundir o *betle* com o *folium indum;* então Buhran sorriu finamente, e foi buscar o seu Avicenna, onde lhe mostrou serem cousas diversas, tratadas em dois capitulos distinctos[1]. O medico portuguez recebeu o quináo com muito boa cara, e depois estudou bem a questão, identificando o *folium indum* com o *malabathrum* dos antigos, e apontando a origem indiana d'esta ultima palavra — *tamala patra,* isto é folha de *tamala.*

Conheciam, alem de Avicenna, Rasis a quem chamavam Benzacaria[2]; e ainda n'esté caso eram correctos. O nome de Rasis ou Rhazes, adoptado na Europa, fôra uma alteração da designação da patria; e o celebre medico chamava-se Abu Bekr Mohammed ben Zakaria er-Razi[3]. Conheciam tambem «Hali rodoã»; isto é Ali ben Redhuan, o que commentou a *Arte pequena* de Galeno. Igualmente lhes era familiar Mesué, posto que — diz Orta — «não é este de que usâmos». Houve de facto dois Mesués, ou mesmo mais. Do antigo Mesué, natural de Djundei-Sabur, e famoso no tempo de Harun-er-Raschid, ficaram apenas fragmentos; emquanto do mais moderno, Maswijah el-Mardini, chamado tambem João Mesué Damasceno, existem diversas obras muito conhecidas, varias vezes vertidas em latim, e tendo numerosas edições. Se o reparo de Garcia da Orta se refere a alguma differença de pessoas, ou unicamente a variantes entre as versões que elle possuia, e os codices arabicos que encontrava na India, é o que não será facil decidir[4].

---

[1] *Coloquios,* fl. 210, deveria ser 213.

[2] *Coloquios,* fl. 5.

[3] Abu Bekr nasceu na grande cidade persa de Rey, cujos habitantes tomavam a designação de er-Razi.

[4] Sobre esta questão dos Mesués, que é um tanto confusa, póde ver-se Assemani *Bibliotheca orientalis,* III, 501 a 504; e por outro

Se os hakims da India se mostravam assim versados na litteratura scientifica das escolas orientaes; por outro lado vemos com surpreza, que lhes não eram familiares as obras escriptas na Hespanha islamita. Não conheciam, nem o grande medico andaluz, natural de Sevilha ou de Peñaflor, Abu Merwan ben Abd-el-Malek ben Zohr, celebre entre os christãos sob o nome de Avenzoar; nem o famoso naturalista e philosopho cordovez, Abu-l-Walid Mohammed ben Rosch, chamado pelos christãos Averróes. Garcia da Orta dil-o mui clara e explicitamente no *Coloquio do ambre* « ... porque acerca d'elles (os physicos do Nizamoxa) não ha as obras nem de Averróes nem de Abẽzoar[1]». Esta informação é interessante, e mostra-nos — contra o que poderiamos suppor — que apezar das relações, existentes entre os islamitas do Occidente e os do Oriente, apezar das facilidades que resultavam do uso da mesma lingua, os escriptos dos arabes hespanhoes tinham na Asia um curso limitado. Eram — e temos muitas provas d'isso — bem conhecidos dos eruditos musulmanos de Baghdad e outras escolas; mas não andavam nas mãos dos medicos vulgares, não corriam como livros de uso commum.

Os pontos de contacto entre a sciencia de Garcia da Orta, e a dos seus collegas islamitas, não se limitavam

---

lado, Ludwig Choulant *Handbuch der Bücherkunde für die ältere medicin,* Leipzig, 1841, a p. 337 e 351. Assemano tem o Mesué de Maridin na conta de uma pessoa distincta do João Mesué Damasceno, com o que Choulant não concorda. Este põe mesmo em duvida a existencia de um Mesué Junior, e admitte a possibilidade de as obras, correntes sob o seu nome, serem uma compilação do XI ou XII seculo. Entre as razões que dá em favor d'esta sua opinião, está o facto de se não ter encontrado o texto arabico dos seus escriptos (l. c. 352). É pois interessante ver como Garcia da Orta notou já differenças profundas entre os codices arabicos da India, e a versão impressa, sua conhecida.

[1] *Coloquios,* fl. 12.

a conhecerem um e outros as obras arabes; remontavam mais alto, ás origens. Orta diz-nos com um certo espanto «...e tambem tem todas as obras de Hypocras e Galeno, de Aristoteles e Platã; posto que as não tem tão inteiras, como na fonte grega[1]». Isto é a simples confirmação de um facto bem conhecido. Já me referi e terei occasião de me referir de novo ao diante ao movimento scientifico, que tornou conhecidas aos arabes, ou em geral ao mundo islamita, as grandes obras da antiguidade classica; ás versões syriacas feitas nas escholas nestorianas de Edessa e de Djundei-Sabur; ás novas e mais perfeitas versões, feitas em grande numero nos reinados de Harun-er-Raschid e Al-Mamun, e continuadas depois. Correram então versões ou compilações mais ou menos completas, mais ou menos exactas dos principaes livros gregos, que fóram passando do syriaco para o arabico ou para o persiano. Nada mais natural por tanto do que havel-as Orta encontrado nas mãos dos medicos lettrados do Oriente; mas não deixa de ser valiosa esta observação, feita já no meiado do XVI seculo, por um dos primeiros licenciados de uma universidade catholica que passou á India[2].

Uma prova de que Orta não citou ao acaso, é que elle menciona exactamente quatro escriptores dos que nós sabemos haverem tido mais voga junto dos arabes. E ainda mais, mostra que não havia visto simplesmente os titulos, pois sabia, e muito correctamente, que as obras não estavam *tão inteiras como na fonte grega.* Esta reflexão é interessante tambem sob outro ponto

---

[1] *Coloquios* fl. 5.

[2] Estas obras continuaram a correr na India. Na livraria do sultão Tippu havia um manuscripto interessante sob este ponto de vista, intitulado *Kitab el Nabz el Aristu;* era um tratado sobre o pulso, escripto por Aristoteles, vertido primeiro em syriaco, e d'esta lingua em arabico; cf. Whitelaw Ainslie, *Materia Indica,* London, 1826, II, 507.

de vista. Evidentemente um erudito europeu do XIII ou do XIV seculo não a teria feito, pois pouco mais sabia a respeito dos gregos, do que sabiam os arabes. Mas Orta era um erudito do renascimento, um hippocratico, posterior a Nicolau Leoniceno, discipulo em medicina de João Reinoso, em grego de Ayres Barbosa, e portanto julgava já do alto da sua sciencia mais completa, todas as deficiencias e lacunas das versões orientaes.

E agora apresenta-se subsidiariamente outra questão importante—como se entendia Garcia da Orta com os *hakims?* Como lia os seus livros? Em outras palavras: sabia ou não sabia arabico?

Quando Carlos de l'Écluse no anno de 1605 deu á estampa as suas obras sob o titulo de *Exoticorum libri decem,* e incluiu n'ellas o resumo ou *Epitome* do livro de Garcia da Orta, do qual havia já publicado varias edições sob o titulo *Aromatum et simplicium,* etc., quiz tornar esta nova edição mais completa. Ignorando a lingua arabica, foi procurar um amigo de quem cala o nome, mas que nos diz ser n'aquella lingua «perito e doutissimo», para que este lhe escrevesse umas notas sobre as palavras arabicas, usadas nos *Coloquios.* Segundo resulta do testemunho de Isaac Casaubon, o amigo de Clusio era nem mais nem menos do que o celebre erudito José Scaliger[1]. Este famoso chronologista e philologo tratou desapiedadamente o nosso Garcia da Orta. Nega-lhe redondamente toda a sciencia em linguas orientaes; diz que nem conhecia as lettras: ... *ne arabice quidem hunc Garciam legere scivisse, neque quot literae in Arabismo sint, neque quae earum figura;* diz

[1] O testemunho de Casaubon é formal, e encontra-se em uma carta dirigida ao proprio Scaliger, onde diz: *Legi his diebus quae a te accepta edidit nuper vir clarissimus Carolus Clusius*... Conf. *Isaaci Casauboni Epistolae,* Roterodami, 1709, a pag. 255, epistola 479.

que se dava por perito, sem ao menos saber ler: *quare qum Garcias ubique Arabismi se peritum haberi vult, satis prodit se ne legere quidem scivisse*...[1]. Atravez d'estas amenidades de erudito ha duas accusações: a primeira, que Garcia da Orta não sabia arabico: a segunda, que se dava ares de o saber. A primeira póde ser verdadeira e não fica mal a ninguem; a segunda é radicalmente falsa. Senão vejamos.

Nos *Coloquios* —não talvez no arranjo de Clusio, mas no livro portuguez— temos a declaração implicita do auctor de que ignorava o arabe litterario. Comparando os meritos respectivos das duas traducções latinas de Avicenna, a do Belunense e a do Cremonense, diz elle que, lendo aos arabes a versão do ultimo estes protestavam que não concordava com o texto arabico; mas quando lhes lia a do primeiro, diziam-lhe que «assi estava lá». Isto evidentemente não é a phrase de um homem que pretenda ler directamente e entender o codice. Mas ha mais; elle tem o cuidado de nos dizer claramente até que ponto chegavam os seus conhecimentos em arabico, e como se entendia com os physicos «arabios». No *Coloquio do melam* diz, que lhes podia fazer perguntas: «Porque sei todas as ẽfermidades do 3.º e 4.º de Avicena, e todos os simples do 2.º em arabio; e isto me aproveitou muyto curando ha aquelle Rey meu amigo e a seus filhos, posto que ao principio foi trabalho pera mim, e aproveitava-me pera isto ho bem que me queria ho Rey, que elle me ensinava estes nomes das ẽfermidades e meezinhas em arabio, e eu lhas ensinava em latim, do que elle muyto gostava; e per sua

[1] Cf. *Perutiles quaedam Aromatum Garciæ historiam notae*, nos *Exot.*, a p. 243. Advirta-se que não transcrevi as phrases mais frisantes; assim a proposito de umas reflexões sobre o nome do *cinnamomo*, nas quaes realmente Orta se enganou, Scaliger exclama: «nada mais ridiculo, mais inepto, mais estupido se poderia dizer» —*Nihil jocularius, ineptius, stultius potuit dici.*

causa mo ensinavam tambem os fisicos que elle tinha, Arabios e Coraçones». Aqui temos pois o nosso medico, contando-nos como aprendia os nomes pela toada, e isto com um excellente mestre, com o poderoso Nizam Shah; e contando-o com tanta singeleza, que por certo nos não dá idéa de quem quer aparentar sciencia que não tem.

A verdade é pois, que Garcia da Orta tinha apenas uma leve tintura de arabico. Saberia algumas phrases de uso vulgar; conhecia os nomes dos simples e das doenças; poderia mesmo ler com difficuldade uma passagem, sem que por modo algum houvesse penetrado os mysterios da grammatica. Que ás vezes fez confusões, ou transcreveu incorrectamente para o nosso alphabeto os vocabulos arabicos e persianos, é incontestavel; mas estas translitterações foram até aos nossos dias tão incertas, que será o caso de dizer—poucos lhe podem lançar a primeira pedra[1]. Em todo o caso, com estas noções de arabico, com alguma cousa de portuguez que saberiam os hakims de Goa e mesmo de Ahmednaggar, e com a ajuda dos interpretes, Garcia da Orta pôde adquirir um conhecimento bastante claro e completo dos seus preceitos scientificos e dos livros de que usavam.

Junto d'elle, n'aquella India ainda tão pouco conhecida, jazia uma mina, não mais rica do que a da sciencia islamita, mas muito mais interessante por menos explorada. Refiro-me a todos os velhos e novos livros scientificos dos hindús, desde o Ayur Veda, considerado uma obra divina de Brahma, e por elle communicada

---

[1] As equivalencias alphabeticas nunca foram bem fixadas. Um exemplo; o nome do aloés صبر que Orta insiste se deve escrever *cebar* e não *saber*, encontro-o modernamente escripto por Müller *çabir*, por Ainslie *sibbir*, pelo dr. Royle *sibur*. Mas páro, para que me não accusem de aparentar uma sciencia, que muito positivamente não tenho.

a Dacsha e aos dois Asvins, até aos antigos, respeitaveis e sagrados livros de medicina de Charáka e de Susruta, ou d'estes até aos tratados mais modernos, redigidos tambem em samskrito[1]. Refiro-me igualmente á vasta litteratura medica do sul, escripta em tamil, attribuida a Aghastia e a outros *santos*, e composta de numerosos e enormes poemas, contendo milhares e milhares de versos[2]. Seria interessantissimo podermos provar, que Orta havia penetrado, pouco que fosse, n'este campo mysterioso e quasi intacto[3]. Mas a verdade fica acima dos nossos desejos; e a verdade é que elle não mostra conhecer estes escriptos, nem mesmo suspeitar a sua existencia.

Conhecia muito bem os medicos gentios ou *vydias*, distinguindo-os perfeitamente dos medicos musulmanos ou *hakims*[4]. Nota algumas praticas especiaes dos primeiros. Indica-nos, por exemplo, que elles empregavam o *aloés* internamente, como purgante; e em uso externo para «encarnar chagas»; assim como empregavam o *turbith* para «purgar a freima». Louva o seu modo de curar «as camaras»; e louva a sua pericia na observação do pulso, pelo qual reconheciam se havia febre, se estava fraco ou rijo, e mesmo que humor peccava, se era «sangue, ou colora, ou fleima, ou melamcolia[5]».

---

[1] Cf. Royle, *An essay on the antiquity of hindoo medicine*, 47 e seguintes; W. Ainslie *Materia indica*, II, p. v. e seguintes, com uma lista de obras de medicina em samskrito a p. 491.

[2] W. Ainslie l. c. p. XIII, com uma lista de obras escriptas em tamil p. 499 e 520.

[3] Digo *quasi* intacto, porque os islamitas tinham um certo conhecimento da sciencia indiana, como veremos melhor nos capitulos seguintes.

[4] Comtudo nunca emprega a designação de *vydia* ou *vytia*; empregando aliás e explicando a designação de *hakim*.

[5] Esta subtileza no modo de diagnosticar — ou pretender diagnosticar — pelo pulso, está de accordo com o que sabemos por outros lados. Diz-se que no grande poema tamil, composto nada

Por outro lado denuncia-nos a sua profunda ignorancia em anatomia, pois não sabiam «onde está o baço, nem onde está o figado nem cousa algũa[1]»; o que concorda com informações de outras origens, e com o facto de as autopsias serem expressamente prohibidas pela lei brahmanica.

Alem d'esta observação superficial não penetrou. Suppoz que os vydias curavam unicamente «por experiencia, e por costume». Não soube que atraz da sua pratica havia uma vasta litteratura, rica em preceitos, alguns racionaes, denunciando uma cirurgia relativamente adiantada, incluindo uma materia medica variadissima, accusando uma noção elevada e clara dos deveres do medico. Para esta sua ignorancia em um ponto tão interessante, e tão directamente ligado com os seus estudos especiaes, concorreram diversas causas. Em primeiro logar Orta nunca visitou as grandes côrtes hindús, como a de Bijayanagara e outras. Portanto só viu os vydias em Goa ou nas côrtes musulmanas, onde occupavam uma posição inferior em frente dos hakims. Deviam ser vydias secundarios, e elles proprios bastante ignorantes do que continham os seus livros[2]. Em segundo logar, a litteratura scientifica samskritica, fazendo parte dos Vedas ou derivando d'elles, era sagrada, e como tal monopolisada pelos brahmanes, que a não communicavam a estrangeiros. Por ultimo Garcia da Orta, como quasi todos os seus contemporaneos e compatriotas, tinha noções imperfeitissimas sobre as linguas

---

menos que de 500 estancias, e intitulado *Aghastier vytia anyouru*, se distinguem vinte qualidades de pulso. Cf. Ainslie, *Mat. Indica* II, p. x.

[1] Cf. o *Coloquio do melam*, fl. 143 v. em diante.

[2] Das regras da religião brahmanica resultava o facto singular, de que aos medicos, por serem *sudras*, era vedada a leitura de uma parte dos livros de medicina, tidos na conta de sagrados.

da India. Cita nomes de drogas em guzarati, em marathi, em maláyalam, tal vez em hindi ou hindustani; mas pela toada, como os ouvia aos naturaes. Emquanto ás linguas litterarias, ao samskrito, ao shen-tamil e outras, nem as conhece, nem parece ter noticia da sua existencia.

Em resumo, pois, os livros de medicina indiana ficaram fechados a Garcia da Orta; e os livros de medicina arabica, já os conhecia. Pouco adiantou portanto, no que dizia respeito a theorias e praticas medicas, nas quaes era mais profundamente versado do que todos os hakims. Não assim no que dizia respeito á materia medica. Ahi viu drogas novas, deslindou confusões, apurou synonymias, e aprendeu muitas cousas ignoradas na Europa; mas tudo isto será mais convenientemente estudado em um dos capitulos seguintes.

CAPITULO XI

AS TERRAS DE BAÇAIM

Sob este titulo examinaremos algumas questões um tanto desconnexas, mas mais ou menos directamente relacionadas com os territorios pertencentes á jurisdicção de Baçaim, e que não podiam ser convenientemente tratadas em outro logar.

No capitulo IV, vimos como Garcia da Orta, apenas chegado á India, partiu para o norte na armada de Martim Affonso de Sousa, fundeou na grande bahia de Bombaim, e visitou o famoso templo de Elephanta. Foi depois ali varias vezes, voltou a ver aquelle e outros templos; e é o primeiro europeu que escreveu e publicou uma noticia sobre elles. Tem-se ligado, e com rasão, tanto interesse á historia dos templos indianos, excavados na rocha, que não podiamos passar em silencio esta parte importante dos *Coloquios,* nem deixar de notar as descripções perfeitamente exactas do nosso naturalista, assim como as suas opiniões sobre a origem d'aquelles maravilhosos trabalhos.

No *Coloquio do turbit,* diz elle, fallando de Baçaim: «Tem em hũa parte hũa ilha chamada Salsete onde estão dous pagodes ou casas de idolatria debaxo da terra, hũ delles está debaxo de hũa serra muyto alta

de pedra, e será maior cãtidade que a fortaleza de Dio, a qual se pode cõparar em Purtugual a hũa vila de quatrocentos vezinhos cerçados; tẽ esta serra hũa soubida grande, e chegando á serra está hũa casa grande de pagode feita e talhada dentro na pedra: onde depois edificaram hos frades de Sam Francisco hũa igreja chamada de Sam Migel; ha muytos pagodes de pedra subindo pera ha serra, e subindo mais acima tem outras casas feitas de pedra, e dentro cõ suas camaras, e subindo mais acima tem outra ordẽ de casas feitas dentro na pedra, e nessa casa tẽ hũ tãque ou cisterna dagoa, e tẽ canos por onde lhe vẽ agoa da chuiva, e mais acima vai outra ordem de casas polla mesma maneira feitas; seram por todas até trezentas casas, todas tẽ idolos esculpidos nas pedras, cõtudo isso sam mui carregadas e mal asombradas como cousas que foram feitas pera ho diabo ser venerado[1]».

Esta descripção refere-se ao grupo de excavações, abrangidas sob o nome de Kânheri, e constituindo um dos mosteiros buddhistas, ou Vihâras, de maior nomeada em toda a India occidental. Ali na proximidade de antigas e populosas cidades, os ascetas, que seguiam a religião de Sâkya Muni, talharam na pedra as casas onde oravam e as cellas onde habitavam. Parece que a construcção d'este vihâra de Kânheri se póde em globo collocar no periodo que vae do II ao IV seculo da nossa era, comquanto algumas partes sejam evidentemente mais modernas. Em todo o caso, quando Orta o viu estava abandonado havia longos annos. As minuciosas descripções, planos e desenhos de Kânheri, que hoje existem, e é facil consultar, confirmam a noticia do nosso naturalista, e habilitam-nos a definir a significação das diversas excavações a que se refere. Assim a grande sala, que se encontrava logo ao terminar a subida exte-

---

1 *Colóquios*, fl. 211 v.

rior, era o Chaytia, isto é, o templo, ou casa de oração em commum; emquanto as excavações mais pequenas, e dispostas em andares sobrepostos, constituiam o convento ou vihâra propriamente dito. Do mesmo modo que Garcia da Orta, os viajantes modernos têem notado o engenhoso systema de cisternas, ou Pôṅḍhîs, que recebiam a agua das chuvas, e a distribuiam depois pelas cellas[1].

Quanto á igreja de S. Miguel, não fôra *edificada* pelos franciscanos, como diz Orta, usando impropriamente da palavra; mas resultava simplesmente da consagração ao culto catholico do Chaytia, ou velho templo buddhico. Esta consagração teve logar logo depois de os portuguezes tomarem posse d'aquellas terras, e foi devida ao zêlo do incansavel fr. Antonio do Porto, de cujas missões e trabalhos evangelicos os nossos historiadores, e particularmente Diogo do Couto, nos dão miuda relação. Parece que o energico franciscano quiz devassar todos os segredos das excavações de Kânheri; e dizem que andou lá por dentro cinco dias, sem poder chegar ao fim, no que ha a mais evidente exageração. Esta sua tentativa mallograda deu força á idéa extravagante de que as excavações se extendiam em caminhos subterraneos até Cambaya, ou mesmo até Agra[2]. Como vimos, não ha vestigio d'esta idéa na noticia de Garcia da Orta, o qual se limita a notar as feições que observou, e são absolutamente verdadeiras.

Depois de descrever o Vihâra de Kânheri, Garcia da Orta prosegue assim: «Tem outro pagode em hũa parte da ilha que chamam Maljaz ho qual he hũa casa muyto grande tãbem feita dentro na pedra e tem dentro muy-

---

[1] Conf. Fergusson and Burgess, *The cave temples of India*, p. 348 a 360, e tab. LIII a LVI.

[2] Conf. Couto, VIII, III, 10, e Gerson da Cunha, *Notes on the antiquities of Chaul and Bassein*, Bombay, 1876, p. 190 e seguintes.

tos pagodes; e muyto mal asombrados, e todos os que entram nestas casas dizem que se lhe repiam as carnes, que sam muito medonhas[1]». Este Maljaz de Orta deve ser o templo, chamado habitualmente pelos portuguezes Monpacer ou Manapazer, por corrupção do seu nome indiano de Maṇḍapeśvara. Não era um Vihâra, nem pertencia já á epocha buddhista, mas era simplesmente um templo brahmanico dedicado a Síva. O nosso fr. Antonio do Porto tambem tomou posse d'este pagode, e lançando-lhe por deante das columnas da entrada um muro, ao mesmo tempo que tapava com alvenaria ou estuque as esculpturas das paredes, converteu-o em uma igreja do orago de Nossa Senhora da Conceição. Estabeleceu igualmente ali um asylo e collegio, onde se recolhiam e ensinavam os filhos dos christãos d'aquelles contornos[2]. É notavel que Orta não mencione esta transformação em igreja; mas parece resultar do modo por que falla, que nunca vira o pagode, e unicamente sabia da sua existencia.

Não assim pelo que diz respeito a Elephanta, onde foi, e mais de uma vez. Diz d'este modo: «Outro pagode milhor que todos ha em hũa ilha chamada Pori, e nos chamamos a ilha do ellefante, e está nella hũa serra, e no mais alto della tem hũa casa debaxo da terra, lavrada em hũa pedra viva, e a casa he tã grande como um mosteiro, e dentro tem patios ẽ cisternas de muyta agoa muyto boa, e pollas paredes ao redor ha grandes imagens esculpidas delefantes, e lioins, e tigres, e outras muytas imagens humanas asi como amazonas,

---

[1] *Coloquios*, fl. 212.

[2] Conf. Couto, VII, III, 10, Gerson da Cunha l. c. p. 192: Fergusson and Burgess l. c. p. 481, onde vem o plano do pagode e igreja. Em dar á igreja o orago de Nossa Senhora da Conceição segui Gerson da Cunha, que me pareceu o mais bem informado. Couto diz que era Nossa Senhora da Piedade; e Fergusson, Nossa Senhora da Misericordia.

e de outras muitas feições bem figuradas, e certo que he cousa muyto de ver, e parece que ho diabo pos ahi todas suas forças e saber pera enguanar a gentilidade cõ sua adoração; e alguns dizem que fizeram isto os Chins quando navegavam por esta terra, e bem pode isto ser verdade segundo vai tão bem fabricado, e segundo os Chins sam sutis; verdade he que aguora está muyto danificado este pagode com gado que lhe entra dentro, e no anno de trinta e quatro, que eu vim de Portugal, estava cousa muyto pera ver, e eu ho vi, estando Baçaim de guerra comnosquo, e loguo o deu El-Rey de Cambaia a Nuno da Cunha[1]».

O famoso pagode estava situado na pequena ilha de Gârâpurî, que os nossos começaram a chamar do Elephante, por causa de uma imagem d'este animal, talhada na pedra e collocada não longe da praia no lado meridional da ilha. Do mesmo modo que Maṇḍapeśvara, não pertencia já ao periodo buddhistá, e sim a uma epocha brahmanica posterior, podendo collocar-se a sua construcção no VIII seculo. O templo de Elephanta — como mais habitualmente lhe chamam — tem sido tantas vezes descripto e figurado, que será inutil insistir sobre a sua disposição, e me limitarei a apontar a exactidão das indicações fornecidas por Garcia da Orta. O templo fica effectivamente situado no «alto da serra», ou morro da pequena ilha, a mais de 200 pés acima do nivel do mar; e está cavado ou talhado na rocha dura de trapp. Póde bem dizer-se que é grande como um «mosteiro», pois mede 130 pés de norte a sul, e proxi-

[1] *Coloquios*, fl. 212. Fergusson e Burgess no seu excellente livro dão uma lista dos europeus que mencionaram o pagode, e citam em primeiro logar Linschoten (1579). Vão aqui envolvidos dois erros. Em primeiro logar Garcia da Orta viu-o em 1534 e descreveu-o em 1563; em segundo logar Linschoten não estava na India em 1579, pois foi para lá em 1583. Por ultimo a noticia de Linschoten tem todo o ar de haver sido còpiada dos *Coloquios*.

mamente a mesma extensão de leste a oeste. Nas extremidades oriental e occidental ha dois «patios» abertos; e junto ao pateo de oeste, uma grande «cisterna», hoje em parte destruida e obstruida. Ao longo das paredes ha numerosas esculpturas; entre ellas varias «imagens d'elefantes», por exemplo a do elephante celeste Airâvati, assim como de outros animaes. Ha tambem muitas «imagens humanas». A mais notavel é o colossal Trimurti, ou busto de tres faces, que Orta não menciona; mas é tambem saliente a figura gigantesca de Arddhanâri, á qual elle se refere quando diz «asi como amazonas». Esta figura de Arddhanâri, imberbe, com o seu alto toucado, e a curva marcada da anca, tem um aspecto geral de mulher; mas, sendo de sexo duplo, está representada unicamente com o seio esquerdo, do lado feminino. D'aqui o erro naturalissimo de Orta, que suppoz ser a imagem de uma amazona. Ainda no seculo passado o erudito Niebuhr caíu no mesmo engano. O que é notavel, é que Diogo do Couto conhecesse já em 1603 a sua verdadeira significação, dizendo-nos que tinha «uma só teta á maneira das antigas Amazonas», porque era considerado «meio homem e meia mulher». Em resumo, vemos que o nosso Orta, se não escreveu uma descripção methodica e completa do templo, como fez depois Diogo do Couto, notou pelo menos, e com muito acerto, algumas das suas feições principaes[1].

Se as asserções de Garcia da Orta são perfeitamente conformes com a verdade, em tudo quanto havia observado directamente, póde parecer-nos um pouco estra-

---

[1] Entre muitas descripções de Elephanta, póde comparar-se a passagem dos *Coloquios*, com o que dizem Fergusson e Burgess, l. c. p. 465 a 475, e plano na tab. LXXXIV; ou Niebuhr *Voyage en Arabie*, II, p. 25 a 35 e tab. III, a XI; veja-se tambem Couto, VII, III, 11; e Gerson da Cunha, l. c., p. 204 e 205.

nha aquella sua opinião, que attribue aos chins a construcção dos pagodes subterraneos da India. Elle dá-a como um simples boato, como o que *alguns dizem;* mas não deixa de a achar plausivel, *segundo vae tão bem fabricado, e segundo os Chins são sutis.*

A verdade é, que já no seu tempo uma densa obscuridade envolvia as eras remotas em que os pagodes haviam sido talhados na rocha; e da grandeza da obra, do seu aspecto sombrio e mysterioso, nasciam naturalmente as lendas que lhes attribuiam origens phantasticas e grandiosas. Uma das mais singulares é a que ligava ao pagode de Elephanta o nome de Alexandre o Grande. O primeiro vestigio d'esta approximação encontra-se —que eu saiba— nos escriptos do franciscano fr. Odorico de Pordenone, o qual no anno de 1322 esteve na cidade de Thânâ, situada na ilha proxima de Salsete, e diz: «esta foi poderosa nos tempos antigos, pois era a cidade do rei Porus, que travou tão grande batalha com o rei Alexandre[1]». Muito tempo depois, em 1580, o italiano Gasparo Balbi dizia explicitamente, que o pagode de Elephanta havia sido construido por Alexandre o Grande, para marcar o *terminus* das suas conquistas[2]. Gerson da Cunha nota acertadamente que esta approximação nasceu talvez da similhança de som entre o nome da ilha Puri ou Pori, e o nome do rei Porus[3]. Em todo o caso nós vemos a lenda procurando uma origem grandiosa para a fabrica grandiosa, e ligando-a ao maior nome da antiguidade.

Alguns annos depois de Garcia da Orta, o nosso historiador Diogo do Couto occupou-se da origem das

---

1 Cf. Yule, *Cathay,* p. 57.

2 Citado por Yule, l. c.

3 *Antiquities of Chaul and Bassein,* 177. O velho nome da ilha era bem conhecido dos portuguezes; Simão Botelho, por exemplo, escrevia «a Ilha de pory, que he do alyfante», *Tombo,* 157; e Garcia da Orta, como vimos, ligava tambem os dois nomes.

excavações de Kânheri e de Elephanta, e rastejou de perto a verdade. Fallando de Kânheri, a que chama Canari, elle diz que os seus labyrinthos foram mandados fazer por um potentissimo rei gentio, chamado Bimelamenta, o qual reinára em todos «os reinos d'este Oriente», e mandára «fabricar infinitos pagodes de admiravel artificio». Sob o nome de Bimelamenta, que não sei explicar, deve referir-se ao poderoso rei Aśoka, que abraçou o buddhismo e cobriu a India de edificios religiosos, de vihâras e de stûpas ou dâgôbas. É verdade que Kânheri é posterior de alguns seculos ao tempo do Aśoka; mas não deixa de ser notavel, que o nosso escriptor tivesse já noticia, por obscura e incompleta que fosse, sobre a existencia de um rei edificador, e referisse a construcção de um vihâra buddhico ao grande protector do buddhismo. Mais adiante Diogo do Couto dá uma segunda versão, apparentemente muito mais extravagante que a primeira. Diz que um velho indio, convertido ao catholicismo, e versado no *Flos sanctorum*, lhe affirmára que o pagode sem duvida fôra mandado fazer pelo «pae do principe e santo Josafat, que Barlão converteu á fé de Christo». Couto passa em seguida a relatar a lenda de Sâkya Muni ou Gautama Buddha, ao qual —como diz— depois de santo chamaram «Budon»; e a notar com admiração quanto essa lenda era similhante á de S. Josaphat. Esta confusão entre o asceta fundador da religião oriental e o santo do calendario christão, não é da responsabilidade do nosso Diogo do Couto; remonta muito mais alto, ao tempo de S. João Damasceno[1]. O que nos convem

[1] Cf. Couto, VII, III, 10. A historia de Barlaam e Josaphat encontra-se largamente contada nas obras de S. João Damasceno (*Sancti Joannis Dasmasceni Opera*, p. 558, Parisiis, 1577), e resumida em qualquer *Flos sanctorum* no dia 27 de novembro. Como se derivou ou prendeu á historia de Buddha, é uma questão curiosa tratada já por Max Müller, *On the migration of fables*, no *Contemporary*

notar, é esta approximação entre o buddhismo e os templos subterraneos; é a noção mais ou menos vaga, possuida por alguns dos nossos escriptores de que as grandiosas excavações são obra dos sectarios de uma religião, que antes dominára na India, e no seu tempo ainda dominava no extremo Oriente[1].

Voltemos agora ao nosso Garcia da Orta, e aos seus chins, que bem podiam ter fabricado o pagode, *segundo eram sutís*. Esta opinião, nem é peculiar a Orta, nem elle a applica unicamente a Elephanta; pelo contrario é partilhada por outros escriptores portuguezes, e nos *Coloquios* encontrâmos apontadas mais edificações, devidas aos chins. No *Coloquio da canela*, por exemplo, lê-se, que em Calicut havia uma antiga fortaleza ou feitoria dos chins, a que chamavam *China cota;* e lê-se mais, que os juncos da China navegavam antigamente ao longo da costa indiana em tão grande quantidade, que em uma só maré quatrocentos d'estes juncos entraram no porto da ilha de Jerú[2].

Quanto a estas viagens dos juncos são um facto perfeitamente demonstrado; e o modo por que se foram successivamente encurtando, constitue uma das circumstancias mais interessantes da historia do velho commercio oriental. No v seculo da nossa era, parece que os juncos da China percorriam toda a costa da India, todo o golfo Persico, e subiam mesmo o Euphrates até á rica cidade de Hira, onde se viam em

---

review, julho, 1870. Quanto ás versões da lenda de Buddha, taes quaes chegavam aos ouvidos dos estrangeiros, compare-se Couto, *(ut supra)*, com o que dizia Marco Polo seculos antes (Yule, *The book of ser Marco Polo*, II, 256).

[1] Quanto á distincção entre Kânheri e Elephanta, e ao conhecimento de que pertenciam a dois periodos e duas religiões diversas, é evidente que os nossos velhos portuguezes não tiveram sobre esse ponto a mais leve noção.

[2] *Coloquios*, fl. 56 v.

grande numero, amarrados deante das casas ao longo do caes[1]. Mais tarde pararam em Bassora sobre o Euphrates; depois no porto de Siraf, ao fundo do golfo Persico; e posteriormente na entrada do golfo. O velho Hormuz na terra firme, e o novo Hormuz na ilha de Jeru, de que falla o nosso Orta, foram durante tempo o *terminus* das suas navegações. Que os juncos eram então numerosos, é fóra de duvida; mas poderá parecer um tanto exagerada aquella conta de quatro centos, entrados no porto durante uma só maré. No tempo de Marco Polo (1292), e no de Ibn Batuta (1342) já os juncos não íam habitualmente alem dos portos do Malabar, que se haviam tornado o seu principal destino. Mas ali vinham com frequencia—juncos enormes, com muitas vélas, guarnições de alguns centenares de pessoas, alojando nos seus bojos cargas riquissimas[2]. Depois, no decurso do XIV e XV seculo, deixaram mesmo de vir ao Malabar; e quando os portuguezes chegaram ao Oriente, o termo habitual da sua navegação era em Malaca. Haviam assim, durante aquelles dez seculos, recuado pouco a pouco, cedendo successivamente o logar ás embarcações arabes mais ligeiras, com as quaes é de crer não podessem competir. É admissivel, que n'aquelles tempos de mais activo commercio, os chins, com licença dos senhores da terra, tivessem edificado

---

[1] A antiga Hira ficava proximo da moderna Kufa, situada hoje na planicie longe da margem, porque o curso do Euphrates se deslocou. Estas noticias são dadas pelos velhos escriptores Hamza de Ispahan e Maçudi, citados por Reynaud, e por Tennent; veja-se Yule, *Cathay*, LXXVIII.

[2] Conf. a descripção de Ibn Batuta, pela qual se vê que estes barcos tinham boas accommodações, e *camarotes* separados. Ibn Batuta, que viajava com senhoras, teve difficuldade em arranjar um na *agencia*, pois estavam todos tomados pelos ricos mercadores da China, os quaes, segundo parece, tinham *bilhetes de ida e volta*. Note-se que se achavam n'esse momento treze juncos á carga no porto de Calicut, *Viagens de Ben Batuta*, II, 254.

feitorias, armazens, ou mesmo pagodes, em Calicut, Coulão ou qualquer outro d'aquelles pontos da costa indiana que mais habitualmente frequentavam[1]; mas isto nada tem a fazer com Elephanta, cuja origem é perfeitamente conhecida.

Aqui o engano é manifesto. Explica-se porém pelos factos apontados. As viagens dos chins eram um acontecimento relativamente recente, cuja memoria se conservava viva na tradição; por outro lado existia a noção um tanto vaga de que os pagodes subterraneos pertenciam a uma religião antiga, excluida da India, mas continuando a ser seguida na China. D'aqui uma certa confusão, bastante natural, entre chins e buddhistas, attribuindo-se aos primeiros, o que de facto — pelo menos em Kânheri — tinham feito os ultimos.

Passaremos agora a uma questão muito mais importante sob o nosso ponto de vista especial, por ser mais directamente ligada com a vida de Garcia da Orta.

É geralmente sabido, que elle foi emphyteuta da ilha de Bombaim. Dil-o do modo o mais claro em trez passagens do seu livro. No *Coloquio do faufel* tem a seguinte phrase: «...e milhor he a de Mombaim terra ilha de que elrey nosso senhor me fez mercê aforada ẽfateota»[2]. Depois no *Coloquio da jaqua* introduz um homem que traz um cesto de frutta, e «recado do rendeiro de Bombaim»[3]. A final no *Coloquio das mangas* vem um servo da Ribeira, dizendo que chegou «Simão

---

[1] Em confirmação das asserções dos escriptores portuguezes, encontro o seguinte. Proximo a Negapatão, na costa de Cor mandel, havia um notavel pagode, construido de ladrilhos não cimentados, vulgarmente chamado o *pagode chim*, o qual sir Walter Elliot dizia differir de todos os typos conhecidos da architectura hindú. Veja-se o desenho do pagode e mais indicações, em Yule, *Marco Polo*, II, 273.

[2] *Coloquios*, fl. 101 v.

[3] *Coloquios*, fl. 122.

Toscano vosso rendeiro de Bõbaim»; e no seguimento da conversa, Orta dá a seguinte informação: «eu tenho hũa mangeira naquella minha ilha que dá duas novidades»[1]. Chama pois a Bombaim a *minha ilha*, e affirma que a aforára *ẽfateota*.

Estas passagens têem levantado algumas duvidas. Tenho diante de mim uma carta inedita de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, na qual vem tratada a questão[2]. A auctoridade do nosso erudito compatriota em tudo quanto diz respeito á historia da India portugueza é grande, e reconhecida por todos; e eu passo a transcrever os trechos mais importantes da sua carta. Começa por nos dizer, que não encontrou documento comprovativo ou elucidativo do facto do aforamento:

«É verdade que estudei com algum cuidado na India os documentos sobre os aforamentos antigos das Aldeas do Norte, moeda com que n'aquelles tempos o governo da India em nome de Sua Magestade recompensava os portuguezes benemeritos, ou que por taes se reputavam. Entre elles nada achei sobre o aforamento feito a Garcia d'Orta, da ilha de Bombaim».

Depois expõe-nos as suas duvidas sobre a extensão das terras aforadas:

«...que para mim é um pouco duvidoso, porque sendo a *ilha* (os sublinhados são da carta original) de Bombaim repartida em *Aldeas*, não devia ser a *ilha*, mas alguma das suas *aldeas* a mercê do physico mór».

Outra duvida se lhe offerece sobre a natureza do aforamento; e em dizer Garcia da Orta:

«que tinha a *ilha* aforada *emfateota*, quando em regra, que me pareceu invariavel á vista dos documentos,

---

[1] *Coloquios*, fl. 134 v.

[2] A carta é datada de Evora a 18 de junho de 1878, e dirigida ao dr. Venancio Deslandes, que amavelmente a pôz á minha disposição, assim como outros valiosos documentos.

as *aldeas* eram aforadas *em vidas*. Nem julgo provavel, que havendo n'aquelle tempo tanto a quem premiar, ou tanto quem pedisse premio, se dessem ao physico mór todas as aldeas de uma ilha *emfateota*, quando aos grandes fidalgos não davam mais que uma em vidas».

Aqui temos pois as duvidas bem claramente expressas: primeiro, se Garcia da Orta tinha de aforamento *toda* a ilha de Bombaim: segundo, se esse aforamento era perpetuo ou *fateusim*, como parece indicar a sua expressão *emfateota*.

Quanto á ultima, julgo perfeitamente justificado o reparo de Rivara, reforçado pela sua observação valiosa, de que era *regra invariavel* fazer os aforamentos em vidas. Parece-me perfeitamente admissivel que Orta empregasse a palavra *emfateota* um pouco ao acaso, sem lhe ligar um sentido juridico muito definido; e acredito que elle teria uma mercê em sua vida como tinham todos os outros.

Quanto á primeira, permitto-me divergir da opinião do nosso sabio escriptor; e supponho que o medico portuguez era de feito foreiro de toda a ilha. Para explicar bem os motivos em que me fundo, necessito dizer brevemente o que eram as terras de Baçaim. A historia d'estas terras, quando seja feita de um modo completo, determinando bem a sua circumscripção, identificando os nomes usados pelos portuguezes com os verdadeiros nomes indianos, esclarecendo as condições economicas da região, examinando as feições da administração portugueza, pelo estudo dos documentos já publicados, e de outros que devem existir ineditos nos archivos de Portugal e da India; a historia d'estas terras constituirá um dos capitulos fundamentaes da historia dos portuguezes na India. Nem possuo materiaes, nem tenho n'este livro logar para fazer, ou mesmo para esboçar tal historia, e unicamente vou dar, sobre este ponto importante, algumas breves indicações.

Contei no capitulo IV, como no dia 23 de dezembro do anno de 1534, Bahádur Shah, rei do Guzarate, cedeu a Portugal, representado pelo governador Nuno da Cunha, a sua villa de Baçaim. Cedia Baçaim «com todas suas terras asy firmes como ilhas e maar, com toda sua jurdição, mero, misto Imperio, e com todas suas rendas e direitos Reais, e quoaesquer outras rendas que nas ditas terras ouver...[1]». A cedencia era importante, porque as terras eram ricas, e corriam ao longo da costa, desde a bahia de Agaçaim até para baixo da ilha de Caranjá, alargando-se em alguns pontos bastante para o interior[2]. Dava-se n'esta parte do littoral uma disposição, que não é rara na costa occidental da India, e já notei a proposito do Malabar. As terras estavam recortadas por braços de mar, e esteiros complicados, aos quaes vinham desaguar os rios descidos das montanhas, ficando assim divididas em ilhas numerosas e proximas. Ao norte abria-se a bahia de Agaçaim, ou foz do rio Vaitaranî, formando o limite do nosso territorio. Seguia-se a chamada ilha de Baçaim, separada da terra firme por um esteiro delgado, que vinha do Vaitaranî até propriamente ao porto de Baçaim. Depois um longo e tortuoso canal dividia do continente o grupo formado pela grande ilha de Salsete[3], ilha de Bombaim e outras. Finalmente, no sul abria-se a vasta bahia de Bombaim, ao centro da qual se levantava a ilha do Elephante, ficando-lhe ao meio dia a ilha de Caranjá e algumas mais[4]. Todas estas

---

[1] Conf. o *Trelado do contrato*, em Felner *Subsidios*, p. 134.

[2] Sobretudo depois que Francisco Barreto lhes annexou os districtos de Asserim e Manorá.

[3] Não confundir com as terras firmes de Salsete, proximo a Goa.

[4] Conf. a carta hydrographica *Coast of western India*, folha de *Bombay to Karachi*, London, 1872, publicada por Imray and Son.

ilhas[1], com parte da terra firme proxima, constituiam o territorio da jurisdicção de Baçaim, que era cedido a Portugal.

Os nossos escriptores são unanimes em encarecer a importancia da nova acquisição. Garcia da Orta dizia, que Baçaim era «cousa mais grossa» do que Diu, posto que não fosse tão «nomeada». Diogo do Couto affirmava, «que tinha o mór termo e jurdição de todas as da India». E Simão Botelho, conhecendo-a a fundo, escrevia a D. João III: «he a milhor cousa que vosa alteza tem n'estas partes».

Com o andar dos tempos, Baçaim tomou um grande incremento, tornando-se uma cidade populosa e rica, enchendo-se de edificações sumptuosas, publicas e particulares, entre as quaes, alem da matriz, se contavam treze igrejas, cinco conventos, e a misericordia. Vieram estabelecer-se ali algumas das principaes familias portuguezas da India; e os moradores gabavam-se de serem os «fidalgos de Baçaim», assim como chamavam á sua terra a «côrte do Norte», em opposição a Goa. A ilha propriamente de Baçaim cobriu-se de hortas, jardins e casas de campo, convertendo-se quasi toda em um suburbio da cidade. Succedia o mesmo em volta da população de Tana, na ilha de Salsete, que em tempos antigos fôra a nomeada cidade de Thânâ. E por toda a ilha de Salsete, na de Caranjá, e em outras, se erigiram numerosas igrejas, conventos, collegios e recolhimentos[2]. Em parte, esta epocha brilhante é posterior ao tempo de Garcia da Orta; mas o primeiro impulso datava já dos seus dias.

---

[1] Parece que se podiam contar vinte e cinco de varias dimensões, desde a grande ilha de Salsete, até a alguns ilhéus pequenissimos.

[2] Veja-se o interessante livro do dr. Gerson da Cunha, já muitas vezes citado, no qual se encontra uma lista completa dos edificios religiosos, que os portuguezes levantaram por toda a região.

Explica-se a prosperidade de Baçaim, pela riqueza das terras e rendas, que Bahádur cedêra a Portugal, e formavam o apanagio da «côrte do Norte». Estas rendas eram de diversas naturezas e procedencias. Em primeiro logar havia o rendimento das alfandegas, chamadas pelos nossos escriptores *mandovins*, da palavra maratha mâṇḍavî, que tem a mesma significação[1]. Existiam nas terras de Baçaim seis mandovins[2]. Eram a partir do norte: o de Agaçaim, ou Aguacim, melhor Agâsî; com dous de menor importancia em Eraa ou Hera, e em Camão ou Cama; depois o mandovim do proprio Baçaim; o de Tana ou Thânâ, entre a ilha de Salsete e a terra firme, proximo ao sitio onde hoje passa o grande caminho de ferro peninsular, que vae de Bombaim a Calcuttá; o de Maym ou Mahim na passagem da ilha de Salsete para a d'este nome; e no sul o de Caranjá. Estes mandovins eram *alfandegas*, onde se cobravam direitos sobre as mercadorias vindas de fóra; e parece que ao mesmo tempo *barreiras*, onde pagavam aquellas que transitavam de uns para outros pontos proximos. Quando Simão Botelho os arrendou da sua mão, diminuindo alguns direitos, succedeu crescer o rendimento; e dizia o intelligente védor da fazenda, com noções de economia politica muito notaveis para a sua epocha: «e tenho pera mim que se não fossem os direitos em algumas cousas tão grandes, que

---

[1] Sobre a etymologia ou derivação dos nomes de origem oriental sigo Gerson da Cunha, l. c., pag. 157.

[2] Que eram seis diz expressamente Simão Botelho, em uma carta de 24 de dezembro de 1548, dirigida a D. João III, publicada nos *Subsidios*, 5. As suas situações e nomes deduzi da comparação das indicações dadas por Gerson da Cunha, com o que consta do *Tombo do Estado da India*; e d'este exame do *Tombo*, apurei os nomes de sete. Portanto, ou Simão Botelho se enganou na carta, ou os sete não existiram todos ao mesmo tempo.

cresceriam mais as rendas, porque viriam á terra mais mercadores e mais mercadorias[1]».

Depois dos mandovins, havia os *caçabes,* nome derivado da palavra persiana, k a s a b a, que significa uma pequena villa já de certa importancia. Effectivamente o caçabe era o rendimento das maiores povoações, como Baçaim, Tana, Maym e outras. Consistia principalmente em direitos de vendagem, e em impostos pagos pelos que exerciam certas profissões. Cobravam-se estes direitos directamente, dia a dia, ou por meio de *avenças* ou «concertos» dos interessados com o estado, ou com os rendeiros. Nada mais interessante do que a especificação d'estes direitos dos caçabes, que nos dá uma resenha das principaes industrias, marcando-nos ao mesmo tempo a sua importancia relativa. Assim, em Baçaim no anno de 1535 figuravam por verbas relativamente importantes: os vendedores de azeite e anfião (opio); os vendedores de peixe, e os coles (pescadores); os vendedores de hortaliça; de orraqua (vinho de palma); de canas de assucar; os fabricantes de algodão e tinta preta (devia ser o anil); emquanto os oleiros, os leiteiros e os pastores pagavam pequenas quantias. No anno de 1548 apparecem algumas verbas curiosas; os leiteiros pagavam um certo imposto em genero por cada cria dos seus rebanhos, «que he de cada bufara que pare paguar dez ceres de manteigua»; os vendedores de flores pagavam todos em cada anno «oytenta e cinco ffedeas» (1$275 rs.)[2]. Não era muito por certo, nem denuncia um commercio muito activo; mas não deixa de ser um traço interessante, a existencia d'estes *floristas* de Baçaim no XVI seculo.

Em seguida aos mandovins e aos caçabes vinham os rendimentos crescidos das *praganas,* da palavra mara-

---

[1] Na carta a D. João III, ut supra.

[2] Cf. o *Tombo do estado da India,* p. 140, e p. 154.

tha, paraganâ, que significa districto. Estas praganas ruraes constavam de aldêas[1], hortas, terras e sarretores (?). Não vejo bem claramente dos documentos, qual seria a natureza dos rendimentos das praganas; mas parece deveriam ser impostos prediaes, bastante pesados, pagos pelos proprietarios das terras, habitantes das aldêas, e lavradores. Todos estes, pela maior parte gentios, pagavam já os impostos aos mouros, e passaram a pagal-os aos portuguezes, depois da cedencia de Bahádur no anno de 1534.

Todas as rendas, de diversas naturezas, como acabâmos de ver, estavam distribuidas para fins administrativos em oito divisões principaes[2]; a saber:

Saibana de Baçaim.	A ilha de Bellaflor de Sambayo[3].
O caçabe de Tana.	A pragana de Manora[4].
A ilha de Salcete.	A pragana de Asserim.
A ilha de Caranja.	A ilha de Bombaim.

Cada uma das divisões podia constar de rendimentos das diversas naturezas indicadas. Assim a *Saibana de Baçaim* incluia o seu caçabe e o de Agaçaim, quatro praganas, Salga, Hera, Cama e Anjor, e tres mandovins.

Logo em seguida á occupação de Baçaim e das suas

---

[1] A palavra vem do arabico (Dozy, *Glossaire,* 97); mas não foi introduzida na India pelos arabes. Foi levada para ali pelos portuguezes, e ainda lá é muito usada.

[2] Da existencia d'estas divisões não vejo vestigios no *Tombo do estado da India;* mas é provavel que fossem estabelecidas mais tarde. Dou-as na fé de Gerson da Cunha, que diz tel-as extrahido de documentos portuguezes. Conf. *Words and places in and about Bombay* no *Indian antiquary,* III, 293; e *Hist. and ant. of Chaul and Bassein,* 157.

[3] Este nome *Bella Flor,* que parece tão genuinamente portuguez, era —creio— um simples arranjo por similhança de som do nome puramente indiano, *Belapór.*

[4] Esta pragana e a seguinte, diz-se que foram obtidas por Francisco Barreto. No emtanto, já muito antes encontro terras portuguezas em Manorá. É um ponto a esclarecer.

terras, a arrecadação das rendas começou a correr directamente por conta do estado. Vemos nos primeiros annos notas d'este teor: «se arrecadou por elRey nosso senhor»; ou «se arrecadou por sua alteza». Depois, como as cobranças eram difficeis e complicadas, passou a vigorar o systema de arrendar por uma somma fixa, as alfandegas, as praganas, ou os «ramos» especiaes dos caçabes; e naturalmente os rendeiros para tirarem maior lucro, vexavam e opprimiam os pobres indianos, lavradores ou regatões. Finalmente dos arrendamentos passou-se aos aforamentos, ás vezes muito baratos. Então, alguns foreiros arrendaram da sua mão as cobranças. Succedia pois que os lavradores pagavam os impostos aos rendeiros, estes pagavam as rendas aos foreiros, e estes pagavam o seu fôro fixo ao estado. Como os rendeiros e os foreiros ganhavam, seguia-se que os povos pagavam muito, e o estado recebia pouco.

Pelo anno de 1547 veiu a Baçaim o vedor da fazenda, Simão Botelho, e ali passou esse anno e o seguinte, tratando de desembaraçar a meada dos arrendamentos e aforamentos. Achou tudo em grande desordem; os arrendamentos faziam-se em hasta publica, mas havia conluios na praça, de modo que as rendas pouco subiam; davam-se terras com o nome de *salgadas,* que a final eram *doces* e aproveitadas; os foreiros tinham obrigação de viverem ali e não arrendarem as suas terras, mas não cumpriam essa obrigação. Haviam-se feito aforamentos baratissimos. Antonio Pessoa, por exemplo, tinha cinco aldêas e uma ilha, aforadas por novecentos e tantos pardaus, quando ellas rendiam dois mil e quinhentos pardaus de oiro. Isto equivalia a dar-lhe a elle e a sua mulher emquanto vivessem, uma renda annual de mil e seiscentos pardaus (480$000 réis)[1]. Um

[1] Conf. as duas cartas de Simão Botelho a D. João III, de 30 de novembro de 1547 e 24 de dezembro de 1548, nos *Subsidios,* p. 1 a 18.

dos principaes culpados n'esta extensão dada aos aforamentos por baixo preço fôra D. João de Castro; mas o grande homem podia allegar valiosas desculpas e attenuantes da sua má gerencia financeira.

Depois da brilhante campanha de Diu, D. João de Castro encontrou-se em uma situação difficillima, coberto de gloria, mas rodeado de embaraços e cheio de cuidados. Os recursos da India estavam esgotados; em presença da guerra, a grande fonte de receita, a alfandega de Hormuz e outras, deixára de correr; e as leaes cidades de Goa e de Baçaim haviam dado os ultimos emprestimos. Por outro lado, os soldados gritavam em volta d'elle que tinham fome; e os seus valentes companheiros de armas, todos aquelles que tão bem o serviram na apertada conjunctura, «os que serviram e aleijaram na fortaleza de dio, e outros de muito serviço», pediam a paga do seu sangue. Era duro negar-lh'a. D. João de Castro, não lhe soffrendo o animo vel-os assim esfomeados e aleijados, fugiu. «Então se foy antre umas hortas, lugar escuso, onde tinha suas guardas, e estava só escrevendo todo o dia e parte da noyte, onde o mais do tempo passava em passear e maginar suas cousas e tamanhos encargos que tinha em aberto...». Pensava na pobreza da gente «com que o muito agoniavão; polo que seu espirito era em muyta agonia». Esplendida descripção esta de Gaspar Corrêa, perante a qual empallidecem todas as arrebicadas declamações de Jacintho Freire de Andrade.

D. João de Castro já não tinha dinheiro, deu terras. Aforou um pouco a torto e a direito, mas em geral, «aos que serviram e aleijaram em dio»; é o proprio Simão Botelho que o confessa. Aquelle Antonio Pessoa a quem se fez o aforamento barato, que escandalisava o economico vedor da fazenda, tinha prestado grandes serviços. D. João de Castro dizia d'elle em carta de 16 de dezembro de 1546: «se eu vim a Diu e pude fazer a armada e juntar gente, creia V. A. foi com ajuda e

industria de Antonio Pessoa... tal habilidade e diligencia de homem se não acha no mundo». Pôde pois o honrado governador comprometter os rendimentos futuros, ou fazer mercês demasiado largas; mas estas foram em regra bem cabidas. O ordenado e methodico Simão Botelho fazia-lhe ás vezes observações, ás quaes o governador respondia «que nom tinha que dar aos homens, e ysto com palavras que nom são pera dizer». O que seriam as palavras não sei eu, mas posso imaginal-o; porque D. João de Castro era violento, e estava já então doente e muito irascivel. Era este o tempo, em que elle escrevia á camara de Goa, que se eram «meninos», lhes iria «dar a mama». E não se contentando com a phrase, desenhava-lhes na carta muitas figas.

Deixando, porém, os motivos que influiram no animo largo e generoso do vice-rei; e voltando ás terras de Baçaim, vemos como os seus rendimentos — os impostos *directos e indirectos* — foram umas vezes arrecadados em nome do rei, outras arrendados annualmente em hasta publica, e outras aforados a varios portuguezes, em uma ou mais vidas. A ilha de Bombaim constituia, como dissemos, a oitava divisão d'aquellas terras e estava portanto sujeita ao mesmo regimen de administração.

Esta pequena ilha fica situada no prolongamento da grande ilha de Salsete, e termina em duas pontas desiguaes; a exterior, que tem hoje o nome de ponta do Malabar, e a interna, que, continuando-se com o ilhéu, chamado pelos inglezes *Old woman's island,* recebe o nome de ponta de Colaba, e forma pelo norte o limite da barra de Bombaim.

A ilha tem uma historia antiga interessante, modernamente contada[1] com muita erudição pelo dr. Gerson

---

[1] Conf. *Words and places in and about Bombay* no *Indian antiquary,* III, 249 e 292. Estes artigos continuaram, mas só pude

da Cunha. Não vem essa historia para o nosso assumpto, e limitar-me-hei a notar de passagem o que se refere ao nome da ilha. Fazendo a devida justiça de uma ridicula etymologia, que deriva este nome de duas palavras portuguezas *bom* e *bahia,* e na qual vae envolvido um grosseiro erro de grammatica, o sr. Gerson da Cunha prova que o nome vem de uma antiga palavra, Mumbâ, a qual se encontra intacta na designação de um pagode ainda existente, chamado Mumbâdevi. Se esta palavra, Mumbâ, é a primeira parte do nome do gigante, Mumbâraka; se, dividida nas syllabas mum e bâi, constitue um dos nomes da lendaria Parvâti, ou se tem outra origem, são questões que nos arrastariam para um campo vedado á minha ignorancia. Baste-nos indicar que os naturaes escreviam o nome da ilha, Mumbâi. O sr. Gerson da Cunha parece admittir que a mudança do *m* em *b* se fez posteriormente na bocca dos indianos[1]; mas julgo antes, que foi uma corrupção euphonica devida unicamente aos portuguezes. A primeira fórma do nome, encontrada nos nossos livros, é *Maiambu,* e assim escreveu Duarte Barbosa[2]. Depois a fórma corrente foi Mombaim ou Mombaym, como escreveu sempre Simão Botelho. Nos *Coloquios* encontrâmos as duas fórmas, Mombaim e Bombaim; e não creio que haja aqui um simples erro de imprensa, mas antes o symptoma de uma pronun-

---

ver os dois primeiros, pois a collecção completa do jornal não existe em Lisboa.

1 Conf. *Words and places,* etc., p. 249.

2 Fallando de uma fortaleza do rei do Guzarate. Este nome na versão de Ramusio está impresso *Tana Maiambu (Navigationi,* I, 298, edição de 1613), emquanto na edição portugueza tem a fórma *Benamajambu (Not. ultr,* II, 288, edição de 1867). A primeira fórma é evidentemente a boa, pois Barbosa reuniu os nomes dos dois sitios proximos, Thânâ e Mumbài. Yule julga ser esta a primeira menção, em livro europeu, do nome de Bombay *(Marco Polo,* II, 331).

ciação hesitante[1]. É claro, pois, que no nome não ha cousa parecida com *boa* ou *bom bahia*.

A ilha de Bombaim foi logo nos primeiros annos do seculo, e por mais de uma vez, visitada pelos nossos; e parece mesmo que no de 1530, o tanadar de Thânâ deu esta ilha e a de Mahim a Antonio da Silveira. A cedencia, se á houve, não ficou bem clara, e a posse incontroversa da ilha, como a das outras terras, data pois do contrato feito com Bahádur em 1534. A ilha era pequena, em parte arenosa e pouco productiva, em parte alagada e lavada pelas marés. Estava alem d'isso cortada de esteiros que a dividiam. O dr. Gerson da Cunha, depois de estudar com muita attenção os documentos escriptos e as tradições locaes, conclue que a sua extensão não chegaria a ser a decima parte do que hoje é[2]. O que então se chamava ilha de Bombaim era unicamente a parte meridional da que hoje tem este nome. Todo o norte recebia a designação de Mahim; e no *Tombo do estado da India*[3], Maym com a sua alfandega, o seu caçabe e aldêas por um lado, a ilha de Mombaym por outro, vêem sempre mencionadas como cousas distinctas e arrendadas á parte. A distincção encontra-se expressa de modo ainda mais claro em um documento muito posterior. Quando no anno de 1665, os inglezes tomaram posse pacifica da ilha de Bombaim, quizeram alargar o seu dominio sobre as terras de Mahim. Contra isto protestou, em officio de 17 de maio d'esse anno, Ignacio Sarmento de Sampaio, dizendo lhes que eram ilhas diversas, como se via dos afora-

---

[1] A passagem de Mumbâi para Bombaim é naturalissima; primeiro pela repetição euphonica do *b*; depois pela addição do *m* ao *i* terminal agudo, que foi uma regra geral, como em Aguacim de Agâsi, em Asserim de Asseri, etc.

[2] ... *Bombay was then scarcely one tenth part of what it has now attained to be*. Conf. *Indian ant.*, III, 294.

[3] Conf. *Tombo* nos *Subsidios*, p. 139, 142, 143, etc.

mentos antigos; e que Mahim tinha aldêas, mas Bombaim só tinha o seu caçabe e algumas terras de batte[1] (arroz). D'esta phrase singular, na qual se apella para os aforamentos a fim de demonstrar que duas ilhas são distinctas, resulta que o antigo esteiro ou canal divisorio havia desapparecido e se conservava apenas a memoria da sua existencia[2].

Reduzida assim ás suas verdadeiras proporções, a antiga ilha, ou aquillo a que se dava esse nome, era cousa pouco importante e de diminuto rendimento. Podemos apreciar o seu valor relativo da maneira a mais clara, pois temos para isso dados exactos. Assim, no anno de 1535, o primeiro da nossa posse, em que a ilha de Salsete rendeu 285:725 fedeas, e tres praganas do norte renderam 259:843 fedeas, a ilha de Mombaym rendeu apenas 17:000. Havia algumas aldêas das praganas, que só por si valiam tanto como toda a ilha.

Depois o rendimento cresceu um pouco, como cresceu tambem nas outras terras. O interesse especial que a ilha tem em relação ao nosso assumpto, leva-nos a inserir aqui a lista das sommas arrecadadas ali annualmente. Em 1535 rendeu para o estado, 17:000 fedeas, ou sejam 255$000 réis[3]; em 1536, 23:000 fedeas; em 1537, 29:000; em 1538, 27:000; sendo os rendimentos arrecadados directamente durante estes quatro annos.

---

[1] Conf. a *Coll. de tratados e concertos de pazes que o Estado da India,* etc., por J. F. Judice Biker, III, 80.

[2] Na carta bastante grosseira, publicada na *Collecção dos tratados,* antes citada, já não ha vestigio do esteiro divisorio. Póde consultar-se tambem a carta feita por Niebuhr em 1764 e publicada no *Voyage en Arabie,* II, tab. I, onde sob o nome de *Isle de Bombay,* se comprehendeu toda a terra, desde o canal que a divide de *l'Isle des vieilles femmes,* até aquelle que a separa de *l'Isle de Salset.*

[3] A fedea, moeda nominal, valia 15 réis. Cf. o *Lyvro dos Pesos da Imdia,* etc., por Antonio Nunes, nos *Subsidios,* p. 61.

No anno de 1539 foi arrendada por 26:292 fedeas; em 1540 por 28:190; em 1541 por 28:100; em 1542 por 30:000; em 1543 por 31:000; em 1544 por 38:500 fedeas, ou sejam 577$500 réis; em 1545 pela mesma quantia; em 1546 por 1:375 pardáos, ou sejam 512$500 réis[1]; em 1547 pelos mesmos 1:375 pardáos. No anno de 1548 fez os arrendamentos o zeloso Simão Botelho, levantando algumas rendas, incluindo no *Tombo* algumas terras que andavam sonegadas, e procurando introduzir uma certa ordem n'aquella administração cahotica. Naturalmente, porém, não pôde arrendar as terras que D. João de Castro dera de aforamento no anno ou annos anteriores; e Bombaim estava n'este caso. Eis a sua nota:

«E a Ilha de mombaym que no forall velho estava em catorze mil e quoatrocentas fedeas. E os anos atrás esteve arrendada por mill trezentos setenta e cinquo pardáos, ffoi aforada a mestre dioguo pelo dito governador, por mill quatrocentos trinta dous pardaos mêo[2]».

Necessitámos fazer esta exposição, longa e bastante fastidiosa, para fundamentar a nossa opinião, de que a ilha de Bombaim esteve na sua totalidade aforada a Garcia da Orta. Mas agora o facto torna-se perfeitamente plausivel, porque vemos; primeiro, que a ilha não era cousa de tanta monta, que não podesse estar aforada a um homem só; segundo, que estando *toda* aforada a mestre Diogo, bem podia depois ser *toda* aforada a mestre Garcia. Quem era aquelle mestre Diogo não sei eu; posto que não seja talvez difficil averigual-o. A designação de *mestre* dava-se muitas vezes aos physicos; mas dava-se tambem a alguns religiosos, como a mestre Diogo de Borba — de passagem direi

[1] O pardau valia em Baçaim 300 réis. Cf. *Lyvro dos Pesos*, l. c.

[2] *Tombo* nos *Subsidios*, p. 160.

que este não podia ser o foreiro, porque já tinha morrido—; ou a alguns homens de lei, como ao ouvidor geral, mestre Pero Fernandes. Não podemos pois deduzir da designação, qual seria a profissão d'este primeiro emphyteuta de Bombaim.

Da historia da ilha, seguida anno a anno, desde a sua entrega a Portugal até ao aforamento a mestre Diogo, se vê que a mercê feita a Garcia da Orta não pôde deixar de ser posterior ao anno de 1548. Não possuindo esclarecimentos, relativos á data d'essa mercê, não será talvez uma conjectura inacceitavel collocal-a no vice-reinado de D. Pedro Mascarenhas, de 1554 a 1555. Este fidalgo era muito afeiçoado ao seu medico, e se durante o seu governo vagou a ilha de Bombaim de certo estimaria recompensar assim os seus serviços. O que sabemos, é que Orta era foreiro quando escreveu o seu livro; e de certo continuou a sel-o durante o resto da sua vida. Seguindo a pratica geral, arrendava a ilha da sua mão a Simão Toscano, um dos membros da numerosa familia dos Toscanos que então andavam na India. Recebia pois tranquillamente em Goa a differença entre a renda e o fôro; e alem d'isso as *pitanças*, os presentes de fructa, e aquellas preciosas mangas da sua mangueira, que dava duas novidades no anno.

E agora, antes de passar a outros assumptos, resumirei em poucas palavras a historia posterior da ilha. Perto de um seculo depois de ser aforada a Garcia da Orta, encontrava-se ainda com pouco desenvolvimento. No anno de 1634, Antonio Bocarro descrevia[1] o caçabe ou aldêa de Mombaim (sic), como pequeno, composto de casas e cabanas dispersas, onde habitavam apenas onze portuguezes casados, e alguns naturaes pretos, dando ao todo uns setenta espingardeiros capazes de

---

[1] *Livro das plantas das fortalezas*, no *Chronista de Tissuary*, III, 218 e seguintes.

servirem em tempo de guerra. Annos mais tarde toda, ou quasi toda a ilha pertencia a D. Ignez de Miranda, viuva de D. Rodrigo de Monsanto, conhecida pelo nome da «Senhora da Ilha», a qual tinha ali umas casas grandes, e possuia o caçabe, as terras de arroz, os palmares, e o direito de *bandrastal,* isto é, de fabricar vinho de palma. Vem depois o importante facto historico, bem conhecido de todos — a cedencia da ilha á Inglaterra, como parte do dote da rainha D. Catharina. O vice-rei da India, Antonio de Mello e Castro, prestou-se de má vontade — e tinha para isso fundados motivos — á entrega da ilha, e mandou lá, obrigado por ordens superiores, Luiz Mendes de Vasconcellos e Sebastião Alvares Migos para darem posse aos inglezes. Por parte d'estes apresentou-se a recebel-a, Humphrey Cook. O seu nome deu que fazer aos nossos tabeliães, os quaes primeiro se certificaram bem de que Humphrey se devia traduzir Inofre; e depois lhe chamam ás vezes o sr. Inofre Coque. A final a entrega fez-se a 18 de fevereiro de 1665 nas casas grandes de D. Ignez de Miranda. Começaram logo a apparecer difficuldades, resultantes da confusão entre ilha de Bombaim e ilha de Mahim. O sr. Inofre Coque quiz saber onde estavam situadas as aldêas de Mazagão, Parella, Varoli, Maim, Sião, Daravi e Vadalá, mas Sebastião Migos — como conta na sua carta de 28 de fevereiro de 1665 — só lhe quiz dizer os sitios de Mazagão, Parella e Varoli[1], porque as outras eram de Maim. No emtanto os inglezes tomaram conta de todas, o que deu logar ao protesto de Ignacio Sarmento de Sampaio, mencionado nas paginas anteriores. O protesto, porém, foi desatendido e os inglezes mantiveram a posse[2]. O desenvolvimento

[1] Nos tempos mais antigos nem mesmo estas aldêas pertenciam á chamada ilha; e Mazagão, por exemplo, andava arrendado á parte.

[2] Sobre esta historia, curiosa na fórma, triste no fundo, podem ver-se numerosos documentos, publicados por Cunha Rivara e

nas suas mãos não foi rapido a principio; mas quando cem annos depois Niebuhr ali foi, Bombaim era já uma cidade importante, e uma das sédes principaes dos agentes da poderosa Companhia das Indias. E hoje, sobre a terra antes aforada a Garcia da Orta por quinhentos e tantos mil réis, levanta-se a grande capital da India do occidente, a rival de Calcutta e de Madrasta.

Liquidada assim esta questão da *ilha* de Garcia da Orta, e antes de deixarmos definitivamente o homem para nos occuparmos exclusivamente do escriptor, eu desejo dar mais algumas noticias sobre a sua vida, ou, para melhor dizer, explicar os motivos porque as não dou. Effectivamente nos pontos a que me vou referir tudo são duvidas, e simples conjecturas, mais ou menos infundadas.

Em primeiro logar tratarei da sua situação official na India. Muitos dos nossos escriptores, ao fallarem de Garcia da Orta, lhe chamam *physico mór;* mas, segundo parece, sem grande consciencia do que affirmam. Elle proprio no seu livro nunca se attribue este titulo; nem eu tenho conhecimento de acto algum official em que interviesse n'esta qualidade. Ao physico mór incumbia a direcção superior de certos serviços medicos; mas não era um funccionario permanente e vitalicio, nem parece mesmo que fosse nomeado pelo poder central. Pelo contrario, n'aquelles primeiros annos falla-se d'esta entidade como estando na dependencia directa do governador, sendo talvez o seu medico particular, que occasionalmente desempenhava os serviços publicos necessarios, e a quem o estado pagava. Simão Botelho, na sua relação dos funccionarios que recebiam ordenados em Goa, diz: «E ao fisiquo mor do dito governador, corenta e quatro mill e duzentos reis, en-

---

por Abranches Garcia, e reunidos depois com outros ineditos na já citada *Collecção dos tratados,* volume III.

trando aqui o mantimento»[1]. Sendo assim um logar provido pelo governador, e da sua immediata confiança, é natural que Orta o exercesse em tempo de Martim Affonso de Sousa; e talvez o volvesse a exercer em tempo de D. Pedro Mascarenhas, o qual, por conselho de D. João III, não levou medico comsigo[2]. Não conheço, todavia, documento algum comprovativo d'este facto; e tenho por outro lado provas de que outros medicos —pelo menos um— exerceram o cargo, estando Garcia da Orta na India.

No anno de 1572, o boticario Balthezar Rodrigues fez um requerimento curiosissimo, no qual pedia «pelo amor de Deus», que se mudasse o preço das «mésinhas». Ahi allegava, que já annos antes (devia ser onze ou doze annos antes) o vice-rei D. Constantino de Bragança fizera algumas alterações na pauta, depois de tomar «verdadeira informação com o licenciado Dimas Bosque»[3]. Por aqui vemos Dimas Bosque intervindo officialmente nos serviços de saude. É certo que se lhe não dá expressamente o titulo de physico mór, mas existe outro documento mais explicito. É uma carta de arrematação da ilha de Santa Cruz, no rio de Goa a velha, da banda de Salsete, com um pomar n'ella prantado etc., passada em Goa a 24 de abril de 1562, por João Pereira, védor da fazenda, ao «licenciado Dimas Bosque, fisico mor»[4]. Era pois Dimas Bosque physico mór em 1562; e n'esse anno Garcia da Orta estava em Goa, vivo e são, tratando de imprimir o seu livro.

De annos anteriores possuimos tambem um documento interessante —unico que veiu parar ás minhas mãos, em que se falla da presença na India de Garcia

---

1 Cf. *Tombo* nos *Subsidios*, p. 58.

2 Veja-se antes a pag. 197.

3 Documento publicado no *Jorn. de pharm. e sc. medic. da India portugueza*, n.º 7, 1862.

4 Nota communicada pelo dr. Venancio Deslandes.

da Orta — do qual parece resultar, que elle não tinha n'aquella data situação official. É uma carta de um medico, cujo nome é illegivel, escripta em Diu a 10 de dezembro de 1546, e dirigida a D. Alvaro de Castro. Queixa-se do incommodo que lhe fizera a ordem de partir immediatamente para Diu, deixando em Goa a mulher e os filhos com pouco dinheiro, e pede para voltar para esta cidade. Dando as suas rasões, diz: «E a necessidade de mim lá, bem poderá V. M. julgar qual deve ser, pois que Orta ahi não está, somente Mestre Manuel, que seu officio he mais curugia do que fisiqua»[1]. É natural que, se Orta tivesse então situação e obrigações officiaes, o outro medico se referisse a esta circumstancia importante.

Sem contestar por modo algum que o nosso naturalista servisse o logar de physico mór em uma ou mais occasiões, unicamente noto que este facto não está provado, como pareceria resultar das affirmações, repetidas mas gratuitas, de varios escriptores. O que parece haver dado logar a estas affirmações, é uma certa confusão feita entre o cargo de physico mór, e o titulo honorifico de «fisico del Rey», o qual de facto Garcia da Orta toma no rosto do seu livro e já tinha quando partiu para a India. As duas cousas porém são absolutamente distinctas[2].

---

[1] Documento pertencente á Collecção de manuscriptos do fallecido cardeal Saraiva, no tomo 2.º; copia communicada pelo dr. Venancio Deslandes.

[2] No *Catalogo* que precede o *Diccionario da lingua portugueza* pela Academia real das Sciencias de Lisboa, depois de se dar a transcripção exacta do rosto dos *Coloquios,* se diz (p. CLXII.) que o «titulo do frontispicio» é *Coloquios dos simples da India pollo Doutor Garcia Dorta, Physico mór da India oriental.* O que é este «frontispicio» não sei eu dizer. Não ha vestigios d'elle, nem no exemplar da Bibliotheca da Ajuda, nem no antigo exemplar da Bibliotheca nacional de Lisboa, ambos completos, nem no exemplar que foi de D. Francisco Manuel, e hoje é da Bibliotheca na-

O segundo ponto a esclarecer seria a sua situação de familia. Considerei até aqui Garcia da Orta como solteiro, não só porque cousa alguma me consta em contrario, senão tambem porque a leitura dos *Coloquios* me dá a mais clara impressão de um *ménage de vieux garçon*. Tive pois para me decidir, unicamente provas negativas, sempre pouco dignas de fé; ou então conjecturas derivadas de uma impressão geral, e tambem muito falliveis. Da existencia na India de parentes seus mais afastados, pouco posso tambem dizer. Elle proprio affirma que teve «um parente fisico» em Baçaim[1]; mas sem indicar o seu nome, ou dar qualquer outra informação. Sabemos vagamente que algumas pessoas usaram então do seu apellido, mas se eram da sua familia, e, n'este caso, em que grau de parentesco estavam com elle, são questões sobre as quaes eu não posso dar opinião segura, nem mesmo offerecer uma conjectura plausivel[2].

Finalmente deveriamos dizer qual foi o logar e a data do seu fallecimento; mas ainda n'este caso temos a mais deploravel carencia de noticias. Na primavera do anno de 1563, terminou Garcia da Orta a impressão do seu livro. Era então um «velho carregado de annos», segundo a phrase de Luiz de Camões. Effectivamente, admittindo, como admittimos, que o seu nascimento tivesse logar um pouco depois do anno de 1490, devia

---

cional, o qual embora muito falto de folhas, tem as primeiras. Creio pois que anda aqui engano, e tanto mais quanto a orthographia da palavra «Physico» indica uma nota ou titulo posterior á impressão, e sem auctoridade.

[1] *Coloquios*, fl. 206.

[2] Eram, Luiz d'Orta, thesoureiro das rendas dos pagodes de Salsete; uma Luiza d'Orta, mulher de Diogo Nunes Gramaxo, de quem se falla em um alvará, que lhe concede uma tença; e Tristão d'Orta que tinha 200 xerafins de comedia em uma aldea da ilha de Goa. Tive apenas noticia dos documentos em que são mencionados, e nem mesmo conheço exactamente as suas datas.

ter proximamente setenta annos. Não é provavel que elle n'esta idade deixasse a sua casa de Goa, os seus habitos de cerca de trinta annos, e se determinasse a voltar para o reino. Devemos pois acceitar como uma hypothese provavel, e quasi provada, que viesse a fallecer em Goa, alguns annos depois da publicação dos *Coloquios,* pelas proximidades de 1570. Contaria então mui perto de oitenta annos, o que concorda com a opinião geral, posto que vaga, de que falleceu em idade bastante avançada. Não posso dizer mais, nem dar a data exacta do seu fallecimento. Julguei a principio, que algumas pesquizas feitas na India poderiam esclarecer este ponto importante da sua biographia; e pesava-me na verdade deixar de o tirar a limpo, por falta de occasião para emprehender essas pesquizas. Tive depois conhecimento de uma carta, que me tranquillisou, provando-me que as pesquizas haviam sido feitas em balde, e por pessoa competentissima. Um zeloso, erudito e intelligentissimo investigador, que assistiu na India alguns annos, que em virtude da situação official teve á sua disposição todos os archivos de Goa, que os estudou e os conheceu melhor do que qualquer outra pessoa nos tempos modernos, o fallecido Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, escrevia de Evora a 6 de junho de 1878:

«De Garcia d'Orta não só não achei noticia ou documento algum na India; mas nem ainda exemplar da sua obra, que de proposito busquei...».

Somos, portanto, forçados a terminar como começámos, declarando que não sabemos quando morreu, como declarámos que não sabiamos quando nasceu.

CAPITULO XII

OS COLOQUIOS

No brilhante grupo de prozadores portuguezes quinhentistas, que se occuparam exclusiva ou mais especialmente das cousas orientaes, como Duarte Barbosa, Gaspar Corrêa, Castanheda, João de Barros, Fernão Mendes Pinto, Diogo do Couto e varios outros; n'esse grupo brilhante o nosso Garcia da Orta tem um logar á parte e muito distincto. O seu livro, desapparecendo, deixaria uma lacuna sensivel. Na harmonia, que une aquelle conjuncto de escriptos notaveis, faltaria uma nota que só elle deu, uma feição que só elle teve.

Não é seguramente da fórma, que os *Coloquios* derivam o seu valor. Garcia da Orta não tinha, nem o conhecimento da lingua e a arte um tanto pomposa mas consummada de dizer de Barros, nem a maneira ingenua e clara de contar de Fernão Mendes Pinto, nem a narrativa expedita e o desembaraço militar de estylo de Diogo do Couto. Devemos mesmo confessar francamente que escrevia mal.

Encontrava por vezes phrases incisivas e pittorescas, resultando da critica fina, feita com muita pachorra. Possuia sobretudo a qualidade impagavel do seu bom humor, que illuminava de traços imprevistos as mais

fastidiosas dissertações. Assim, quando lia nas obras de Fuchs, que não ha marfim verdadeiro no mundo, elle, que estava farto de ver elephantes, dizia tranquillamente:

—«Há humas mentiras tão grossas, que não he bem, nem merecem ser reprehendidas, senão leixál-as passar avante, até que deem doze badaladas, como relogio de meio dia.»

Assim, discutindo aquelle famoso remedio, composto de pedras preciosas, o *electuarium de gemmis,* e dizendo que ás vezes lhe lançavam esmeraldas falsas, elle, no meio da erudita exposição, exclamava com a alegria maliciosa de um estudante:

—«*A viride vitro, libera nos domine.*»

Ha nos *Coloquios* dezenas de traços similhantes.

Mas ao lado d'estas qualidades naturaes, quanta inexperiencia na arte difficillima de escrever! Quantas phrases mal aprumadas! Quantas repetições inuteis! E, sobretudo, que deploravel falta de methodo! Pega de uma questão, depois passa a outra, depois volta á primeira n'uma exposição enredada, que frequentes vezes põe o leitor em torturas. Não é portanto, repito, a pericia do escriptor que recommenda a leitura do livro.

Não é tambem pela faculdade de observação que se torna especialmente notavel. Seguramente, Orta viu muito e viu bem; e o seu livro está cheio de noticias interessantes sobre toda a casta de assumptos; mas n'este ponto não excede alguns dos seus compatriotas e contemporaneos. Duarte Barbosa, por exemplo, reune no seu livro curto, e na sua fórma condensada, um numero de certo superior de informações, pela maior parte novas e perfeitamente exactas.

O que dá ao livro de Orta uma feição particular, é a sua natureza de especialista; e, dentro da especialidade, a sua qualidade de erudito. Onde os outros apenas observavam com melhor ou peor criterio natural, elle esclarecia as suas observações á luz de uma eru-

dição vasta e segura. A proposito de cada assumpto, lembrava-se do que haviam dito os gregos, e os arabes, e os modernos. Entre os seus compatriotas, muitos dos quaes viram tanto ou mais do que elle, tinha a superioridade resultante das suas leituras. Entre os viajantes era um erudito.

Uma qualidade inversa, ou pelos menos diversa d'esta lhe deu tambem logar á parte entre os eruditos europeus do seu tempo. Por certo Orta não sabia mais botanica e materia medica, do que sabiam o hespanhol Laguna, o italiano Matthioli, ou o allemão Fuchs; mas em tudo quanto dizia respeito á India tinha sobre elles a enorme superioridade, resultante da observação directa.

A significação do seu livro procede, pois, d'esta situação particular. Entre os viajantes era um erudito; entre os eruditos era um viajante. Dos que viram distinguiu-se pelo que tinha lido, dos que leram pelo que tinha visto.

A vastidão das suas leituras resalta bem claramente das citações numerosas, semeadas pelas paginas dos *Coloquios*. Não é facil deduzir d'essas citações, quaes seriam os livros que tinha comsigo na India; nem mesmo quaes seriam aquelles que realmente lêra. De feito, elle podia citar directamente, em primeira mão, ou repetir referencias, encontradas em outros livros. E quando cita simplesmente um auctor, ficâmos em duvida a qual das suas obras se reporta. Isto torna-se tanto mais complicado, quanto no seu tempo se haviam impresso numerosas collecções de fragmentos, onde, em um só volume, elle podia encontrar obras de diversos.

O modo de resolver todas estas duvidas —pelo menos as que são susceptiveis de solução— estava naturalmente indicado. Consistiria em cotejar todas as citações com os livros citados. Mas isto demandava pesquizas bibliographicas, extremamente longas e em parte impraticaveis em Lisboa, com os recursos das nossas bibliothecas. Confesso francamente, que não fiz taes

pesquizas; e, portanto, a lista que dou é apenas provisoria, sujeita a emendas, suppressões e addições. Não obstante, ainda é longa; e poderá saltal-a o leitor, que não queira saber o que era a bibliotheca de um medico erudito, no anno do Senhor de 1550, ou por ahi proximo.

Antes de transcrever a relação dos principaes auctores citados, necessito dar algumas explicações sobre o modo por que foi disposta. Garcia da Orta refere-se quasi sempre aó auctor sem declaração da obra, algumas vezes á obra, nunca á *edição*. Áparte um ou outro caso em que verifiquei a citação, e um ou outro caso em que Orta é explicito sobre o livro citado, eu menciono, ou as *obras completas,* ou aquella em que me parece *provavel* que a citação se encontre. Quanto á edição, menciono geralmente a *princeps*. Não porque julgue que Orta a possuia — muitas eram já no seu tempo raras e caras — mas unicamente para marcar uma data, mostrando que o livro estava já impresso quando elle estudou, ou quando elle partiu para a India, ou que só saíu a lume depois. Nos livros gregos ou arabicos menciono sempre a edição da versão latina; com effeito, vimos como Garcia da Orta não lia correntemente arabico, e do exame dos *Coloquios* resulta a impressão de que tambem não lia os livros gregos no original. Pelo que diz respeito á ordem, não é rigorosamente chronologica; dou os livros gregos, depois os latinos, depois os arabicos, e finalmente os modernos, reservando para a terminação algumas citações de obras, mais afastadas da especialidade de Orta. Exclui da lista certas citações puramente litterarias, de Platão, de Terencio, de Ovidio ou de outros, simples reminiscencias da sua instrucção classica.

Isto posto, vemos que os principaes auctores, citados nos *Coloquios,* são os seguintes:

—**Charaka.** O lendario e divino medico hindú vem mencionado nos seguintes termos: «e Serapiam ale-

gando a Xarach diz que são qentes (os mirabolanos)...». É claro que o nosso Orta nem conhecia os escriptos de Charaka, nem sabia mesmo se elle fôra indiano; repetia pura e simplesmente a citação de Serapio.

—**Hippocrates.** *Hipp. Coi opera per Fabium Calvum,* etc. Basileae, 1526; e varias edições posteriores. Garcia da Orta cita-o poucas vezes e vagamente. Comtudo transcreve um dos *aphorismos* nos seguintes termos: «porquẽ pera as ultimas ẽfermidades as ultimas curas são poderosas». É o aphorismo 6.º do livro 1: *Extremis morbis extrema exquisite remedia optima sunt.* Devia pois ter, se não as obras completas, pelo menos a parte em que vinham os *Aphorismos.* Talvez *Hipp. aphorismi cum Galeni commentariis,* interprete Nicolao Leoniceno, Parisiis, 1532; talvez a edição de Lyão do mesmo anno, dirigida pelo celebre Francisco Rabelais.

—**Aristoteles.** Numerosas edições e versões latinas. Orta cita os «topicos, livr. 3.º», os «metauros, livr. 4.º», etc. Devia pois ter pelo menos algumas das obras. Em todo o caso, Aristoteles não podia deixar de ser muito familiar ao antigo bacharel em artes por Salamanca, e antigo regente de summulas em Lisboa.

—**Theophrastus.** *Theophrasti de historia et de causis plantarum libros ut latinos legeremus,* Theodorus Gaza, etc. Tarvisii, 1483; e varias edições posteriores. Orta não possuia o livro, e é mesmo duvidoso que o tivesse lido. Cita unicamente pelo que disseram Laguna, Brasavola, e outros.

—**Dioscorides.** Numerosas edições das versões latinas da *Materia medica,* feitas por Pedro de Abano, Hermolao Barbaro, Marcello Virgilio, Ruellio, e varios outros. Citado quasi a cada pagina dos *Coloquios.* É evidente que Orta tinha na India mais de uma edição. Veja-se a diante o que digo nos nomes de Ruellio, Valerio Cordo, Matthioli e Laguna.

—**Claudius Galenus.** Varias edições das obras mais ou menos completas, ou de alguns tratados especiaes, desde

a edição de P. Pintium de Caneto, Veneza, 1490. Orta cita muitas vezes Galeno, indicando o logar, por exemplo «7 simp. medica.» ou «ad Pat. cap. 5.». Ambas as citações e varias outras se referem ao mesmo tratado: *De simplicibus medicamentis ad Paternianum.* Resulta claramente do modo de citar, que Orta possuia as obras do famoso medico, pelo menos a parte onde vem este tratado.

—**Aëtius Amidenus.** A versão latina da sua obra, geralmente conhecida pelo nome de *Tetrabiblos,* foi publicada em Basilea, 1533 e 1535. Depois em 1542, sob o titulo: *Aëtii contractae ex veteribus medicinae tetrabiblos,* etc. Orta cita-o, dizendo que fôra o primeiro a fallar da camfora e do ambre; e chamando-lhe «escriptor moderno», que de feito era, comparado com outros gregos. É difficil dizer se tinha o livro, ou encontrou estas passagens citadas.

—**Paulus Ægineta.** *P. Æg. de re medica libri septem,* Parisiis, 1532. Da parte mais interessante para Garcia da Orta, havia uma edição anterior: *P. Æg. pharmaca simplicia,* Othone Brunfelsio interprete, Argentorati, 1510. Citado varias vezes nos *Coloquios* sob o nome de «Paulo», ou de «Paulo egineta». É difficil decidir se Orta possuia o livro, ou citava em segunda mão.

—**Joannes Actuarius.** *Methodus medendi,* Venet. 1554; *De medicamentorum compositione,* Parisiis, 1539; *Opera omnia,* etc., Parisiis, 1556. Orta cita-o com certa frequencia; e em uma passagem diz: «Autuario (sic) doutor greguo e de autoridade». Não obstante é bem possivel que não tivesse os livros; e citasse pelo que lera em outras obras.

—**Cornelius Celsus.** *Aurelii Cornelii Celsi medicine libri octo,* etc., Lugduni, 1516; e varias edições anteriores e posteriores a esta. Orta cita-o uma ou duas vezes, vagamente, e não creio que o tivesse em Goa.

—**C. Plinius Secundus.** *Historia naturalis* ou *Historia mundi;* edição de Veneza de 1469, e depois nada menos de

trinta e oito edições até ao anno de 1532. Orta tinha esta obra em Goa; e era uma das suas predilectas, posi vem citada quasi a cada pagina dos *Coloquios*, muitas vezes com indicação marginal do livro e do capitulo.

Em Goa havia tambem pelo menos um exemplar de uma das edições da versão italiana, feita por misser Christophero Lãdino fiorentino. Possuo um exemplar da edição de 1516, *stampato in Venetia per Marchio Sessa & Pietro di ravani bersano.*

—**Marcellus Empiricus.** *Marcelli de medicamentis empiricis, physicis ac rationalibus liber,* Basileae, 1536. Citado a proposito de uma troca da canella com o calamo aromatico, sob o simples nome de «Marcello»[1]. Não parece que Orta tivesse este livro.

—**Matthæus Platearius.** O seu livro, onde vem os simplices dispostos por ordem alphabetica, foi muito conhecido pelo nome singular de *Circa instans.* O titulo da obra impressa é *Matthaei Platearii liber de simplici medicina s. Circa instans,* Lugduni, 1512. Orta cita-o varias vezes; e devia tel-o na India, pois em uma pagina se serve d'esta phrase: «achey em ho Sylvatico, e em ho Plateario...».

—**Mesué Senior.** Citado n'estes termos: «Alega Sarapio a Mãsarunge (que diz ser o Mesue antiguo)...». É pois claro que o não viu, nem d'este velho escriptor ficaram mais do que fragmentos. O nome Mãsarunge será a corrupção de Maswijah ماسويه; mas parece-se mais com o de outro auctor citado tambem por Serapio, e escripto por Sprengel, Maseriawaihus[2].

—**Rasis** (ou Rhazes) *Liber Helchavy i. e. continens artem medicine,* etc., Venet., 1506. Havia já edições ante-

---

[1] Por ventura este «Marcello» será antes o escriptor moderno Marcello Virgilio.

[2] Cf. *Hist. rei herbariae,* I, 255.

riores de 1486 e 1500. É duvidoso, comquanto provavel, que Orta tivesse em Goa o famoso *Continens*.

Libri ad Almansorem, liber divisionum, de juncturis, de morbis infantum, etc., Mediolani, 1481; e depois varias edições. Orta tinha este livro em Goa; e cita varias vezes o «ad Almansorem», ou «as divisões» etc. Refere-se mesmo aos meritos da traducção de Gerardo Cremonense, e ao modo por que este interpretára a palavra *altith*, empregada por Rasis.

—**Mesué Junior.** *Incipit liber de consolatione medicinarum simplicium solutivarum Johannis heben Mesue*, Mediolani, 1473; e depois varias edições.

Jo. Mesue grabadin, quod est aggregatio et antidotarium electuariorum, etc. (sem logar nem anno, mas proximo de 1470); e edições posteriores.

Hoc loci consumantur universa opera Divi Joannis Mesue, etc., Venetiae, 1479; e depois nada menos de quatorze edições das obras completas até ao momento de Garcia da Orta partir para a India.

Era então o tratado classico de materia medica e pharmacia. Orta cita-o com muita frequencia; e sem duvida alguma tinha uma ou mais edições das obras completas.

—**Isaac Judæus.** *Omnia opera Ysaak in hoc volumine contenta*, etc., Lugduni, 1515; e depois outras edições. Orta cita-o brevemente sob o simples nome de «Isac»; e é provavel que não tivesse o seu livro.

Cita tambem um Isac ben Amarani, mencionado por Serapio. D'este Isaac ben Amram, nada mais se sabe alem das menções de Serapio e de Rasis.

—**Avicenna.** *Canon medicinae;* d'este livro se fizeram numerosas edições, tanto *incunabulas*, como já no XVI seculo. As edições latinas tinham todas por base a versão, feita no XII seculo por Gerardo Cremonense.

Com o texto de Avicenna publicaram-se algumas vezes os commentarios dos medicos da idade media. Ha, por exemplo, uma d'estas edições de aspecto assustador

(cinco grossos volumes in-folio de typo compacto, Bibl. da Ajuda) onde vem os commentarios de Gentilis de Fulgineo, de Jacob de Partibus, de Mattheus de Gradibus e de outros. Ora Garcia da Orta cita JACOB DE PARTIBUS, e cita, creio, MATTHEUS DE GRADIBUS, sob o nome estropiado de «Mateus de Gadi»; este ultimo justamente a proposito da interpretação de uma passagem de Avicenna. É pois natural que tivesse uma d'estas grandes edições commentadas.

Depois do anno de 1527, publicaram-se edições, tendo como appendice a *Interpretatio nominum arabicorum* de André Bellunense; e mais tarde as que tinham este appendice, e tambem emendas ao texto; por exemplo a de Veneza, 1544,... *cum castigationibus Andréae Alpagi Bellunensis, una cum ejusdem nominum arabicorum interpretatione.* Orta mandára ir da Europa alguma d'estas edições, pois compara varias vezes a versão do Bellunense com a do Cremonense.

Possuia portanto mais de uma edição do celebre livro; e cita-o com muita frequencia, quasi a cada pagina dos *Coloquios.*

—**Haly Rodoam.** Escreveu uns commentarios sobre Galeno, que foram encorporados na conhecida collecção, muitas vezes impressa, chamada *Articella.* Orta cita-o brevemente, como sendo familiar aos medicos da India.

—**Serapion Junior.** *Liber Serapionis aggregatus in medicinis simplicibus, translatio Simonis Januensis interprete Abraham Judæo,* etc., Mediolani, 1473; e depois varias edições, sendo talvez a melhor, a que dirigiu Otho Brunfels (Argentorati, 1531).

Foi tambem impresso juntamente com a versão de Gerardo Cremonense das obras de João Serapio, ou o velho (Jahiah ben Serabi), publicada em Veneza, 1497. Algumas vezes se têem confundido os dois Serapios.

O livro de Serapio o *Moço,* é seguramente um dos mais completos tratados de materia medica, que nos deixaram os escriptores arabicos. Foi uma das obras

mais estudadas e consultadas por Orta, o qual a cita a cada passo, muitas vezes com indicação marginal do capitulo. Possuia talvez a edição de 1531.

—**Avenzoar.** A versão latina do seu livro *Al-Teisir* foi publicada sob o titulo *Incipit liber theicrisi da halmodana,* etc., Venet., 1490; e depois juntamente com as obras de Averroés. Orta cita-o varias vezes.

—**Averroës.** *Incipit liber de medicina averoys, qui dicitur coliget,* etc. Venet. 1482. Este tratado, vulgarmente chamado o *Colliget,* foi impresso com as obras de Avenzoar; e tambem juntamente com o livro de Serapio, os *Simplices* de Rasis, e o tratado da *Centaurea* de Galeno, na edição de Otho Brunfels, Argentorati, 1531. Era talvez esta a edição que Orta tinha comsigo em Goa; em todo o caso elle cita frequentes vezes Averroës, referindo-se especialmente aos logares do *Colliget.*

O nome de *Colliget* resultava de uma similhança de som com o titulo arabico كتاب الكليّات Kitab el Kollijat.

—**Simon de Cordo** (Januensis). *Clavis sanationis,* Venet. 1514. É uma lista de simplices medicinaes, dispostos por ordem alphabetica. Citado algumas vezes por Orta. Veja-se adiante.

—**Matthaeus Sylvaticus.** As primeiras edições sob o titulo *Liber pandectarum medicinae,* etc.; depois com o titulo *Opus pandectarum Matthaei Sylvatici, cum Simone Januense,* etc., 1498; Venet. 1507; Taurini, 1526.

Era um dos livros classicos; um dos mais conhecidos e seguidos. Orta cita-o a miudo, sob o nome de «Mateos silvatico», ou do «pandetario», ou do «pandeteca» (sic); e cita-o por modo, que sem duvida o tinha em Goa. Devia possuir uma das edições, onde vinha tambem o Simão Januense.

—**Christophorus de Honestis.** Escreveu um commentario a Mesué, impresso com as obras d'este em 1480, 1490 e 1491. Orta cita-o n'estes termos «Cristofaro de honestes (sic), comentador de mesue...»; e parece tel-o lido.

—**Hermolaus Barbarus.** *Castigationes plininianae,* etc., Romae, 1492; e uma nova edição do anno seguinte, da qual possuo um exemplar: *impressit formis Eucharius Argenteus Germanus Romae Idibus Feb.* MCCCCXCIII. Escreveu tambem uns *Corollarii in Dioscoridem.* Citado muito de passagem, não parece que Orta tivesse o livro.

—**Antonius Guainerus.** *Opus praeclarum ad prax.,* Lugduni, 1534. Citado brevemente a proposito da applicação therapeutica da *assa-fœtida.* Não é claro que Orta tivesse este livro.

—**Simphorianus Champerius** (Symphorien Champier). Um fecundissimo escriptor em latim e em francez. Orta cita-o a proposito da sua singular affirmação, de que só vira verdadeiro *lignum aloes* em Lyão de França.

É difficil saber em qual das suas obras, bastante extravagantes e com titulos phantasticos, viria esta noticia. Talvez na *Symphonia Galeni ad Hippocratem;* mais provavelmente no *Campus Elysius Galliae,* onde louvava tudo quanto era europeu, e principalmente francez.

—**Michaël Savonarola.** *Opus de balneis,* etc. 1485; *Practica de ægritudinis,* etc., 1478. Orta cita-o pelo que disseram os frades italianos, commentadores de Mesué, e refere-se particularmente ao 5.º tratado *di lignis* (sic). Confesso não haver encontrado a passagem na edição da *Practica canonica,* Lugduni, 1560, unica que pude consultar.

—**Nicolaus Leonicenus.** *Opuscula,* etc., Venet., 1530. Citado brevemente, e sobretudo a proposito das suas opiniões contrarias aos arabes. Algumas vezes porém de modo mais positivo, como, por exemplo, no *Coloquio do turbit.* É duvidoso que Orta tivesse o livro.

—**Johannes Manardus.** *Epistolaram medicinalium Libri* XX etc. *cum ejusdem in Mesue simplicia et composita annotationes et censurae,* Basileae, 1540. Já antes, em 1521, havia publicado algumas das cartas em Ferrara. Citado com muita frequencia pelo nosso Orta, que sem duvida possuia este livro.

—**Johannes Ruellius.** Um dos mais conhecidos traductores de Dioscorides. As suas versões da *Materia medica* tiveram edições successivas, a partir da primeira de 1516. Temos motivos para suppor que Orta possuia a edição de 1549, como veremos adiante.

Ruellio escreveu tambem: *De natura stirpium libri tres,* Parisiis, 1536, folio. Orta tinha sem duvida este livro na India, e cita-o com muita frequencia. Serve-se, por exemplo, d'esta phrase: «Ruellio, homem assaz douto e digno de muito louvor, que trasladou ho Dioscorides, diz no seu livro da natureza das plantas...».

—**Amatus Lusitanus.** *Index Diosc.,* etc. Antwerpiae, 1536; e *In Diosc. Anazarbæi de materia medica libros enarrationes,* etc., Venetiæ, 1553. É notavel que Orta pareça conhecer mal os escriptos do seu compatriota. Cita-o apenas uma vez, brevemente, no *Coloquio da canela.*

—**Valerius Cordus.** *Annotationes in Pedacii Dioscoridi,* etc., Argentorati, 1561. Haviam sido primeiro impressas com a edição de Dioscorides, versão de Ruellio, feita em Francfort, 1549.

Orta cita muitas vezes este auctor; e diz, por exemplo: «Valerio Cordo[1], diligente escriptor, que agora escreveu sobre Dioscorides umas addições». Não é provavel nem quasi possivel que elle tivesse já na India a edição de 1561, e portanto devia ter o Dioscorides de 1549.

Alem d'isto, Orta falla varias vezes nos «debuxos» das plantas de Dioscorides; e no *Coloquio do cardamomo* refere-se aos Dioscorides, que Cordo «fez debuxar». Creio que indica assim o *icones xilographico* da edição de 1549, onde vinham tambem as notas de Cordo.

---

[1] Ha nos *Coloquios* muitos nomes estropeados, já por descuido de Orta, já e sobretudo por impericia do typographo; mas nenhum soffreu tanto como o de Cordo, que ás vezes vem escripto Probo, outras Provo, etc.

—**Matthiolus** (Pietro Andrea Mattioli). Um dos mais assiduos e eruditos commentadores de Dioscorides. A sua versão latina foi impressa em Veneza, 1554; e a versão italiana na mesma cidade em 1544, *con amplissimi discorsi e comenti,* etc. Publicou á parte: *I discorsi di M. Pietro Andrea Mattioli,* etc., Venegia, 1555.

Orta cita-o repetidas vezes, sob o nome de «Mateolo senense» ou «senes». Esta designação vinha da sua terra natal, Siema.

—**Lacuna** (Andrés de Laguna). *Annotationes in Dioscoridem,* etc., Lugduni, 1554.

Pedacio Diosc. Anazarbeo, Acerca de la materia medicinal, etc., *illustrado con claras y sustanciales annotaciones y con las figuras de innumeras plantas,* etc., Anvers, 1555.

Como é sabido, Orta chamou-lhe sempre Tordelaguna, e só no ultimo *Coloquio* desfez este engano. Tinha porém perfeito conhecimento da sua obra, dizendo, por exemplo: «Tordelaguna, que traladou ho Dioscorides em castelhano, diz...».

—**Leonhardus Fuchsius.** *De historia stirpium,* etc., Basileae, 1542. Um dos melhores livros de botanica do tempo. Orta parece conhecer bem a obra, e talvez a possuisse; mas declara, que não gostava de citar este auctor por ser lutherano.

—**Antonius Musa Brasavola.** *Examen omnium simplicium medicamentorum,* etc., Romae, 1536; e varias edições posteriores.

De sirupis liber, etc., Lugduni, 1540. E outras obras.

Orta conhecia bem o *Examen;* e cita-o repetidas vezes. Entre todos os auctores modernos, Antonio Musa era o seu predilecto, aquelle com cujas opiniões mais vezes se conforma; e sem duvida aquelle que mais vezes cita.

—**Ferdinandus de Sepulveda.** *Manipulus medicinarum, in quo continentur omnes medicinae, tam simplices quam compositae, secundum quod in usu apud doctoris ha-*

bentur: utilis medicis, necnon aromatariis, nuper editus, Salmant., 1523[1].

Garcia da Orta cita Sepulveda com muita frequencia; e sem duvida possuia esta especie de pharmacopéa, que trouxe talvez de Salamanca. Sepulveda era bacharel em artes e em medicina, e fôra porventura ainda contemporaneo do nosso medico na universidade de Salamanca, onde estudou.

—**Vesalius.** Orta cita uma só vez o grande cirurgião; e não cita a sua famosa obra: *De humani corporis fabrica Libri* VII. Refere-se á: *Epistola rationem, modum que propinandi radicis Chinæ decocti, quo nuper invictissimus Carolus V imperator usus est,* Venet., 1546. Não é muito correcto na sua citação, pois parece indicar que Vesalio dizia mal do novo remedio, quando justamente a carta era escripta para o louvar.

—**Ulrich von Hutten.** *Ulrichi de Hutten equitis de Guaiaci medicina et morbo gallico liber unus,* Moguntiae, 1519.

Garcia da Orta não o cita pelo seu nome; mas refere-se a elle de modo bem claro: «hum fidalgo alemã escreve hum livro de seus louvores (do guaiacam) em muyto còpioso estilo e mui puro Latin, e pudera ser escrito em hũa folha de papel». O aventuroso partidario da reforma passava por ser um excellente latinista; e de mais a mais celebrava com enthusiasmo a sua propria cura, de modo que o juizo de Garcia da Orta sobre o merito litterario da sua obra deve ser justo.

Passando a obras ou auctores mais arredados dos principaes assumptos estudados nos *Coloquios,* encontrâmos citados os seguintes:

---

[1] D. Nicolau Antonio cita uma edição de 1550, folio; e Morejon uma edição de Vitoria, 1522. Da que cito ha um bom exemplar na Bibliotheca nacional, tendo no fim: *Impressum Salmantice, anno domini millessimo quingentessimo vigessimo tertio.*

—**Herodoto.** A proposito das suas noticias fabulosas sobre o modo de colher a *canella*. Essas noticias vem effectivamente no livr. III, cap. 3.º; e foram alem d'isso repetidas dezenas de vezes, em livros onde Orta as podia encontrar.

—**Santo Agostinho.** A proposito da incorruptibilidade da carne de pavão. Orta indica o logar citado, n'esta fórma um tanto singular «cap. 4. Cartagena». De feito a asserção de que a carne de pavão não apodrece, encontra-se; mas é no tratado *De civitate Dei*, cap. IV. É claro que as obras de Santo Agostinho deviam existir em Goa nas bibliothecas dos conventos.

—**Santo Isidoro de Sevilha.** A proposito de algumas opiniões erradas, sobre o modo de colher a *pimenta*. Não verifiquei em qual das obras do grande prelado godo vinha esse engano; mas no tempo de Orta havia já varias edições, tanto dos *Etymologiarum libri* XX, como dos *Originum libri* XX.

—**Platina.** *Platinae de vitis pontificum historia*, Venet., 1518; e mais edições anteriores e posteriores. N'este caso sabemos que o livro foi lido em Goa, e pertencia a Martim Affonso de Sousa, pelo assim dizer expressamente Garcia da Orta.

—**Antonio de Lebrija.** Orta cita a passagem do seu «Dictionario», em que se enganou, dizendo que o *anacardus* fôra conhecido de Galeno. Lebrija compoz varios diccionarios, e o erro apontado vem effectivamente no seu *Dictionarium latino-hispanicum*, refundido varias vezes depois da primeira edição de Salamanca, 1492. O mesmo erro vem talvez repetido no *Lexicon artis medicamentariae*, Compluti, 1518, que não consultei. Orta estava provavelmente em Alcalá, quando se publicou esta obra, e muito naturalmente a comprou ali, se lh'a não deu o seu velho mestre. Emenda o erro d'este com todo o respeito, dizendo, que «ás vezes dorme ho bom Homero».

—**Pic de la Mirandole.** A «Apologia» do famoso conde de

la Mirandole, a quem chama «pico mirandulano», vem citada a proposito da significação da palavra *mago*. De feito, a passagem encontra-se na: *Joannis Pici Mirandulae et Concordiae comitis apologia*, na parte intitulada: *De magia naturalis et cabala disputatio*. Do modo de citar parece que o nosso Orta possuia, ou pelo menos havia lido recentemente os escriptos do celebre adepto da philosophia de Platão.

—**Francisco Tamara.** *Juan Bohemo de las costumbres de todas las gentes*, Antuerpiae, 1556, apud Martinum Nutium.

Orta refere-se especialmente a este livro nos seguintes termos: «...Francisquo de tamara no livro que fez dos custumes diz...»; e observa com graça, que se este hespanhol havia de dizer mentiras, melhor seria dizel-as das Indias hespanholas, que das portuguezas.

—**Fr. Domingos de Baltanas Mexia.** *Compendio de sentencias morales, y de algunas cosas notables de España; y la conquista del Reino de Granada*, Hispali, 1555, in 8.º

Escreveu mais varios livros mysticos ou de historia ecclesiastica. Pelas materias de que trata, é provavel que a citação de Orta se refira a este. O nosso naturalista diz assim: «...escreve um frade dominico, chamado fr. Domingos de Baltanas, que ha roca de diamães em Hespanha».

Este fr. Domingos era um antigo conhecido de Garcia da Orta, desde os tempos de Salamanca.

—**Gonzalo Hernandez de Oviedo.** *Natural hystoria de las Indias*, Toledo, 1526[1]. Citado a proposito do *ananaz*, n'estes termos: «Escreve desta fruta Oviedo, ho que escreveu das indias ocidentaes...» É muito interessante esta referencia, pela qual se prova que Orta conhecia

---

[1] D. Nicolau Antonio só menciona as edições posteriores (1535) de Sevilha, e (1547) de Salamanca: Conf. *Bibliotheca hispana*, 1672; não vi a *Bibliotheca nova*, onde talvez emende o lapso.

aquelle notabilissimo livro sobre a historia natural, e particularmente sobre a vegetação do Novo Mundo.

—**Ludovico Varthema.** *Itinerario di Ludovico di Varthema Bolognese nello Egypto,* etc., edição de Roma, 1510, e depois de Veneza, 1517, e outras.

Versão latina com o titulo: *Ludovici Patritii Romani novum itinerarium,* etc., Mediolani, 1511. Parece que Orta viu esta versão. Diz expressamente ter fallado com homens, que conheceram Varthema viajando na India; e ter lido depois o seu livro. Chama-lhe «Ludovico vortomano», e accusa-o de varias inexactidões, como de dizer que na ilha de Hormuz havia agua. Na edição de Ramusio[1], Varthema diz exactamente o contrario, *nella detta isola non si trova acqua»;* mas parece que na versão latina se introduziu a phrase *aquarum potu suavium,* que deu logar á critica de Orta. Accusa-o tambem de dizer que em Malaca não havia agua nem madeira; quando na edição de Ramusio se não encontra tal asserção.

—**Gaspar Barreiros.** *Chorographia de alguns logares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros em o anno de* MDXXXXVI *começãdo na cidade de Badajoz em Castella teé a de Milam em Italia, etc.* Impresso em Coimbra por Ioão Alvarez, 1561, 4.º Orta cita «Guaspar Barreiros», no seu ultimo capitulo de emendas e addições, a proposito da etymologia do nome de Badajoz. Esta citação é a prova mais frisante; primeiro do modo por que Orta se conservava em dia com as publicações feitas na Europa; segundo da assiduidade com

---

[1] Não vi as edições antigas que Orta leu; mas unicamente a de Ramusio *Delle navigationi,* Venet., 1613, I, p. 147. Veja-se tambem a nota de Varnhagen á edição dos *Coloquios,* Lisboa, 1872, a p. 30. Sobre as aguas de Hormuz póde consultar-se o *Itinerario* do nosso Antonio Tenreyro, que não está de accordo com a negativa formal de Garcia da Orta.

que até ao fim trabalhou o seu livro. Com effeito a obra publicada em Coimbra no anno de 1561, vem citada na obra publicada em Goa no de 1563[1].

Esta lista, feitas mesmo todas as correcções relativas a livros citados em segunda mão, e por auctoridade ou referencias de outros, mostra-nos quanto era completa a bibliotheca de García da Orta. Com algumas — e não muito numerosas — excepções, figuram n'ella os principaes auctores, antigos e modernos, que trataram de botanica, materia medica e pharmacia, sciencias ou partes de sciencia então intimamente ligadas.

Uma circumstancia chama desde logo a attenção, e é a presença na lista de obras impressas depois de 1540, de 1550, ou mesmo de 1560. N'aquella epocha, em que se não imprimiam e distribuiam catalogos de livreiros, em que não existiam jornaes dando noticia das novas publicações, em que as viagens de Italia ou de Allemanha para Portugal duravam mezes, e as de Portugal para a India podiam durar mais de um anno, a existencia d'estas obras em Goa, nas mãos de Garcia da Orta, é muito notavel. Denuncia relações litterarias e scientificas, communicações intellectuaes, muito mais activas do que *a priori* seriamos levados a admittir. Torna-se evidente que o naturalista portuguez tinha correspondentes na Europa, encarregados de lhe remetterem pelas naus de viagem as publicações que o podiam interessar.

Outra conclusão podemos tirar do exame da lista, que convem desde já notar — é o caracter especialissimo dos estudos de Orta. Áparte uma ou outra obra

---

[1] Mais alguns livros menciona Orta, que eu não identifiquei, comquanto não seja de certo difficil encontral-os, fazendo mais demoradas pesquizas; como são, um livro de botica, escripto por certos frades italianos, o *Modus faciendi* tambem de um frade, e o livro intitulado *De proprietatibus rerum*.

de interesse geral, os livros citados pertencem á sua sciencia predilecta; e essa sciencia não é a medicina considerada em globo, mas pura e simplesmente a materia medica, e a botanica com ella relacionada. Ao passo que o medico portuguez cita brevemente Hippocrates ou Celso, refere-se a cada momento a Dioscorides ou Plinio. A orientação do seu espirito e dos seus estudos resulta bem claramente dos auctores citados, e ainda melhor dos logares citados em cada um. Entre os escriptos numerosissimos do grande Galeno, o que elle estudou a fundo foi o tratado *De simplicibus medicamentis*. Na obra do seu illustre contemporaneo Vesalio não attende aos descobrimentos anatomicos, mas cita cuidadosamente a referencia a um remedio novo — a *rayz da China*. De tudo o mais falla de passagem, voltando sempre aos *simples* e ás *drogas*, particularmente ás de origem vegetal. N'este ponto elle sabia —e sabia bem — o que se havia escripto até aos seus dias. Dioscorides e Plinio entre os antigos, Avicenna e Serapio entre os arabes, Manardo, Antonio Musa e outros entre os modernos, são a base principal, e uma base segura da sua erudição scientifica.

Mas esta erudição — e aqui principia a desenhar-se a sua feição principal — é constantemente subordinada á observação. Orta confia sobretudo no que *vê;* tem sempre em attenção o *facto*. E quando o facto contraria as suas opiniões anteriores, ou vae de encontro ás mais respeitadas auctoridades, elle constata tranquillamente, que é *um facto*. N'esta independencia de espirito, n'esta confiança na observação, reside todo o valor e toda a significação do seu livro. É d'estas qualidades, que Orta deriva o seu cunho de verdadeiro naturalista; é por ellas que se distingue dos *commentadores* seus contemporaneos.

Como todos sabem, e o nome está dizendo, os *Coloquios* foram redigidos em fórma de dialogos —*primum quidem Lusitanica lingua* διαλογικως *conscripta*, como

dizia o seu traductor Clusio. Era uma reminiscencia classica, uma imitação de alguns modelos celebres que nos deixaram os antigos. N'estes dialogos figura um ou outro interlocutor secundario, destinado a dar de vez em quando uma réplica; mas figuram sobretudo o doutor Ruano e o doutor Orta. A invenção d'estes dois personagens é um traço de genio; é mesmo — a fallar com franqueza — o unico que se encontra em todo o livro. Com effeito os dois personagens são os dois caracteres reunidos em Garcia da Orta, as duas faces do seu espirito postas em frente uma da outra. O doutor Ruano é o homem das escholas, o antigo alumno de Salamanca, o erudito, forte em citações, sabendo de cór o que disseram Dioscorides e Plinio. O doutor Orta é o viajante, o observador, que em face de todos os textos, diz tranquillamente — *eu vi*. Basta notarmos a qual das entidades Orta ligou o seu proprio nome, para sabermos qual era a sua preferida. D'esta situação, admiravelmente bem posta e aproveitada com muito talento, resultam as mais interessantes controversias; e d'essas controversias resáe do modo o mais claro o espirito do livro.

Abundam as passagens explicitas e instructivas n'este sentido. No *Coloquio do benjuy*, por exemplo, Ruano põe uma objecção, derivada do texto de Dioscorides, e Orta responde:

— «Não me ponhais medo com Dyoscorides nem Galeno, porque não ey de dizer se não a verdade, e o que sey...».

No *Coloquio da pimenta*, Ruano chega a exclamar assustado:

— «Parece-me que destruis a todos os escritores antiguos e modernos, por isso oulhai o que fazeis»; e passa a recordar as opiniões de Dioscorides, Plinio, Santo Isidoro, Avicenna, Serapio, Matheus Silvatico, Sepulveda, Musa, o frade hespanhol, os frades italianos e quantos escreveram livros de botica.

Em presença d'esta saraivada de auctoridades, Orta fica imperturbavel, e continúa a relatar com todo o socego, o que vira nas plantações do Malabar, o que sabia «muyto bem sabido como testemunha de vista».

Isto que hoje nos parece tão simples — o dizer tranquillamente a verdade em uma questão scientifica — exigia então uma certa dóse de coragem, e um espirito naturalmente desannuviado. É interessante, por exemplo, observar os embaraços de Garcia da Orta quando encontra em frente de si, não só as auctoridades scientificas, mas as auctoridades ecclesiasticas. Orta era um catholico, não direi fervente, mas sincero. Se toca em materias duvidosas, protesta sujeitar a sua opinião á Santa Madre Igreja de Roma. Chega mesmo a declarar que lhe repugna fallar em Leonardo Fuchs, porque era lutherano e os seus livros estavam condemnados no «catalogo». Poder-se-íam attribuir estas declarações á prudencia; e prudencia que não seria desnecessaria no anno do Senhor de 1563, em Goa, sendo inquisidor Aleixo Dias Falcão. Mas, francamente, não as julgo dictadas unicamente pela prudencia, e tenho-as na conta de sinceras. Apesar, porém, de todas as declarações e da sua sinceridade, quando se trata de questões de facto em assumpto de historia natural, Garcia da Orta é intransigente. Busca uma fórma conciliadora, rodeia-se de todas as attenuantes de linguagem, de todas as precauções oratorias; mas não deixa de manter a confiança nas suas observações. Se encontra nos livros de Santo Isidoro a historia de umas queimadas, que faziam nos matos para afugentarem as serpentes e colherem depois a pimenta, começa por declarar que o escriptor é «sancto e de muyta autoridade»; mas acaba por dizer, «falamdo convosquo a verdade tenho estas cousas por fabulosas». Se lê em Santo Agostinho, que a carne de pavão se não corrompe, diz com todo o respeito, que assim deve succeder nas terras a que o santo se refere; mas vae acrescentando, que na India, mesmo no clima frio da

montanha, aquella carne apodrece como qualquer outra, e dura tanto como a de perdiz. E quando toma calor, e se indigna contra Leonardo Fuchs, chamando-lhe *desavergonhado,* não é tanto por elle ser lutherano, como por elle negar a existencia de marfim verdadeiro. É sempre o mesmo respeito pelo facto, demonstrado pela observação directa. Assim, Orta conserva a sua liberdade de opinião, a sua confiança no que viu e no que *sabe muyto bem sabido;* tanto em frente das auctoridades ecclesiasticas, como em frente das auctoridades escholasticas. Atreve-se a emendar Santo Agostinho, como se atreve a corregir Avicenna.

Falseariamos — exagerando-o — o valor d'esta tendencia do seu espirito, se a julgassemos o resultado de uma concepção philosophica; se quizessemos ver nos *Coloquios* uma reacção consciente contra a influencia do principio de auctoridade nas sciencias; se imaginassemos encontrar ali uma noção clara do que vale, e do que deve valer a observação no estudo da natureza; se atribuissemos gratuitamente ao pequeno livro a significação de um juizo formulado sobre os conhecimentos dos antigos, qualquer cousa, podendo lembrar, mesmo de longe, o que muitos annos depois fez o seu grande contemporaneo Lord Bacon. Tudo isto seria uma pura phantasia. O modesto medico de Goa nunca revolveu taes problemas. Tinha apenas uma certa curiosidade sceptica, que o levava a querer ver pelos seus olhos; tinha depois uma grande *probidade* scientifica, que o levava a dizer unicamente o que víra. Nada mais, e nada menos. Mas isto mesmo já era muito. Já era o bastante para o collocar entre os precursores da sciencia moderna; entre aquelles, que não leram só nos pesados infolios, mas começaram a soletrar no grande livro, aberto á luz do sol.

Das suas viagens tirou o nosso naturalista a ousadia de contrariar os gregos, assim como por ellas adquiriu auctoridade para o poder fazer. Como o seu contem-

poraneo Vesalio conquistou com o scalpello o direito de emendar Galeno, elle conquistou com a longa permanencia na India o direito de corrigir Dioscorides. E fel-o do modo o mais natural. Bastava-lhe dar um passeio em volta de Cochim, e ver a delicada planta da pimenta enrolando-se pelos troncos das arvores, para reconhecer que não era um arbusto erecto, como dissera Dioscorides, nem um vegetal similhante ao zimbro, como affirmára Plinio. Abalada assim a fé n'aquelles livros infalliveis, e dado o seu amor pela verdade, o resto vinha naturalmente. É, portanto, no grande movimento de viagens e descobrimentos dos portuguezes, que se filia toda a parte nova e original do seu livro. Orta dil-o claramente, quando exclama com um orgulho perfeitamente justificado: «*que se sabe mais em hũ dia aguora pellos Portuguezes do que se sabia em cem annos pellos Romanos*». E explica de modo ainda mais claro as origens do seu livro no *Coloquio da maça*. Quando Ruano lhe adverte, que Serapio citára os gregos a proposito da *nóz muscada*, responde:

—«Fez isso porque avia medo de dizer cousa contra os Gregos, e não vos maravilheis d'isto porque *eu estando em espanha não ousaria de dizer cousa algũa contra Galeno e contra os Gregos.*»

Esta phrase é sem duvida a mais notavel de todo o livro; é como a sua synthese. Resume a sua significação e explica as suas origens. Por ella nós vemos as viagens quebrando as peias da tradição auctoritaria; os horisontes scientificos alargando-se á medida que se alargam os horisontes geographicos; e Garcia da Orta dizendo-nos de Goa ou de Cochim o que não ousaria e não saberia dizer em Lisboa ou em Salamanca. Por esta phrase nós assistimos a todo o trabalho intellectual que libertou o medico portuguez do respeito cego pelos textos, e do qual nasceram os *Coloquios*.

Da independencia de espirito, conquistada assim pela observação directa, resultou em primeiro logar, que

Orta não seguiu a corrente do seu tempo, e não foi um hippocratico convicto—tomando esta palavra hippocratico no sentido de detractor dos arabes. Emquanto, na Europa, os seus predecessores ou os seus contemporaneos, Leoniceno, Manardo e outros, encantados pela pura sciencia grega, se desencadeavam em invectivas contra os *barbaros maumetistas*, Orta via as cousas mais friamente e com mais justiça. No *Coloquio do aloes* diz assim: «Não vos queria ver tão affeiçoado a estes escriptores modernos, que, por louvar muyto aos Gregos, dizem mal dos Arabios, e de alguns Mouros nacidos na Espanha». E depois em varias passagens e sob varias fórmas volta a insistir na sua opinião, favoravel aos auctores islamitas. Isto era naturalissimo da sua parte. Occupava-se especialmente de materia medica; e de um modo ainda mais particular da materia medica do Oriente. Era justamente este o ponto, em que arabes e persas levaram sensivel vantagem a gregos e latinos. Encontrava pois em Avicenna, Serapio ou Mesué, a indicação de factos, desconhecidos ou mal interpretados pelos escriptores de Roma ou da Grecia. Viu esta superioridade com muita perspicacia, e exprimiu-a em uma phrase perfeitamente justa: «que nestas cousas da India souberam mais os Arabios, ou por melhor dizer erraram menos que os Gregos». Achando assim os livros dos arabes mais conformes com a verdade, e com o resultado da sua propria experiencia, elle não podia fazer côro com os escriptores da Europa, que os condemnavam a torto e a direito. Não hesita, porém, em os reprehender e emendar quando os encontra em falta.

Vê-se do que levâmos dito como Garcia da Orta aproveitava as suas vastas leituras, citando os principaes auctores, recorrendo constantemente aos seus livros, tendo na maior conta as suas observações; mas conservando toda a liberdade de apreciação, e não se lembrando uma só vez de violentar os factos para os fazer concordar com os *textos*, por mais veneraveis que

estes fossem. Não se erige porém em censor ou reformador. Falla dos velhos escriptores com o maior respeito; referindo-se, por exemplo, a Galeno, diz «que não era digno de desatar as correias dos seus sapatos[1]». E, se emenda os antigos, tem o cuidado de observar com modestia, que o faz unicamente porque o acaso o levou a terras, onde elles não foram, e d'onde receberam noticias incompletas ou erradas.

Nos *Coloquios* encontrâmos tratadas duas ordens de questões: primeiro as que se referem á materia medica e á botanica do Oriente; depois as que dizem respeito á medicina em geral. Esta segunda parte é, sem comparação, a mais curta e a menos interessante. Orta recusa-se deliberadamente a escrever sobre estes assumptos; e dá as rasões por que o não faz. Logo no começo do livro, tratando do modo por que se devem administrar os medicamentos em cuja composição entra o *aloés*, elle diz:

—«Nam me pergunteis isso, pois o sabeis milhor todos, que eu cá um só...».

E adiante repete:

—«Já vos dixe que nam me obrigava a vos responder a questões que sabeis milhor em Espanha...»

Propõe-se pois, e com muito bom senso, a não repetir cousas sabidas; a não intervir em assumptos, nos quaes nada podia acrescentar á sciencia corrente na Europa. Apesar, porém, do seu proposito, diz-nos incidentemente o bastante para sabermos quaes eram as suas idéas em medicina. Essas idéas são naturalmente as do seu tempo. Ainda mesmo que elle fosse um espirito superior, não poderia desembaraçar-se da influencia das doutrinas em voga; e elle não era um espirito superior, mas pura

[1] É curioso confrontar esta phrase com a de Paracelso, o qual pelo contrario affirmava: «que as correias dos seus sapatos sabiam mais do que Galeno».

e simplesmente um espirito sensato. Em physiologia e em pathologia —se taes palavras se podem applicar áquellas doutrinas um tanto confusas— Orta era pois um *humorista,* como todos no seu tempo, como os arabico-galenicos, e, até certo ponto, os hippocraticos. Falla-nos em reconhecer o «humor que pecca, se he sangue, ou colora, ou fleima, ou melamcolia». Em therapeutica, e no exame dos medicamentos, elle tem em attenção as qualidades primeiras de «quentura, frialdade, humidade, sequura», e as segundas e terceiras, que «sam purgativo e diuretico».

Parece, porém, que o seu natural bom senso se revoltava ás vezes contra as subtis distincções, de *quente em 2.º grão* ou *frio em 3.º,* as quaes davam logar ás mais complicadas combinações[1]. Este modo de sentir transparece bem claramente na seguinte phrase. Fallando das *mangas* e da sua «compleixam» elle diz:

—«Frias e humidas; isto está claro conformando-se homem com os Canones do 2.º d'Avicena, e ditos de Aristoles no 4.º dos Metauros e em outras partes; e porque eu ando remoto destas materias escolasticas, vos não dou mais rasões se não que as faço como pexegos». E passa a explicar o modo de preparar as mangas com vinho e assucar. Esta descaidella de Aristoteles em uma receita de compota, envolve uma d'aquellas criticas finas e apenas indicadas, muito habituaes no nosso auctor.

O maior elogio que podemos fazer ás praticas medicas de Garcia de Orta —e não é pequeno— é o de serem simples, terra a terra, sem sombra ou vestigios de sobrenatural. Na sua therapeutica incluiam-se natu-

---

[1] A quem desejar ver, a que enredadas e incomprehensiveis formulas levava esta classificação dos medicamentos compostos, recommendâmos a leitura do *Libellus Alchindi,* impresso com algumas edições das obras de Mesué.

ralmente alguns remedios singulares, como o *electuario de pedras preciosas* ou a *pedra bezoar,* nos quaes todos então acreditavam; mas ao menos, não nos falla uma só vez na influencia dos astros. N'esta parte libertára-se completamente de idéas muito correntes; e afastára-se d'aquelles seus collegas, de quem a veia comica de Gil Vicente nos deixou tão admiraveis retratos.

Parecerá talvez injusto querer julgar os medicos do XVI seculo pelas farças de Gil Vicente, como já pareceu injusto querer apreciar os do XVII pelas comedias de Molière. Em relação aos ultimos, porém, a impressão muda um pouco ao lermos o *Journal de la santé du roi* por Vallot, d'Aquin e Fagon[1]; ao vermos a quantidade phenomenal de laxantes, e o numero ainda mais assombroso de clysteres detersivos, carminativos, minorativos e outros, que applicaram ao pobre Luiz XIV. Em presença d'este documento historico, o poderoso rei, o pomposo amante de Mlle de la Vallière e de Mme de Montespan, transforma-se n'uma especie de Argan; Mr. Purgon e Mr. Diafoirus deixam de nos parecer caricaturas e passam a retratos quasi fieis; e não julgaremos o immortal Molière um fertil phantasista, senão um escrupuloso realista.

Com as farças do nosso Gil Vicente succede quasi a mesma cousa. Nos principios do XVI seculo ou fins do anterior, a medicina, se por um lado havia feito sensiveis progressos, por outro havia descambado para um caminho deploravel. Pelos trabalhos dos humanistas inclinára-se para as doutrinas claras e sensatas de Hippocrates; mas pela influencia de alguns visionarios inquinára-se de toda a sorte de superstições. Nunca a theosophia, a cabala, a astrologia, estiveram mais em

---

[1] *Journal de la santé du roi Louis* XIV de l'année 1647, à l'année 1711, Paris, 1862; conf. J. M. Guardia, *La médecine a travers les siècles,* Paris, 1865, a pag. 332 e seguintes.

voga entre os medicos do que n'aquella epocha. É necessario não esquecermos, que Gil Vicente e Garcia da Orta são contemporaneos de Agrippa, o inventor da *Scala Septenarii,* ou corcordancia dos sete nomes dos anjos, dos sete nomes dos demonios e dos sete planetas, com as sete partes do corpo humano, ou microcosmo; são contemporaneos de Jeronymo Cardano, e de dezenas de outros, entre os quaes se conta o illustre Paracelso. Guardar-me-hei cuidadosamente de discutir o merito tão controvertido do ultimo; e unicamente notarei nas suas obras phrases d'este teor: «Ha influencias astraes pelas quaes M[1] se torna demasiado quente, demasiado frio, acido, amargo, doce, arsenioso, ou se impregna de outras qualidades em numero indefinido... Os astros contêem mais venenos do que a terra... Não diremos que a melissa (herva cidreira) é uma planta matrical; que a mangerona é capital; isto são phrases de ignorantes; taes qualidades vem de Venus e da Lua[2]». Estas doutrinas nebulosas e phantasticas penetravam mais ou menos nas praticas diarias de quasi todos os medicos. Quando um dia Francisco Vallés quiz dar um purgante a Filippe II, os outros doutores da junta observaram-lhe que a Lua estava em má estação; e teve-se na conta de um grande atrevimento da parte d'aquelle *divino* medico, o elle responder—*Yo lo daré sin que la luna lo sepa*[3]. Aquelles sonhos de hallucinados, se podiam ter um certo interesse, ou pelo menos um certo pittoresco, quando eram expostos por homens de verdadeiro talento, como Paracelso, caíndo nas mãos de charlatães

---

[1] Este grande M está definido no cap. 8.º do *Livro dos seres* de um modo bastante confuso. Representa, segundo parece, a essencia da vida.

[2] Conf. Daremberg, *Hist. des sciences médicales* no vol. I.

[3] Contado por D. Miguel de Portilha na *Historia de la ciudad de Compluto.*

vulgares, ou de medicos ignorantes, eram simplesmente ridiculos.

Foram estes ridiculos, que feriram o espirito de Gil Vicente — tão fino ás vezes como o do proprio Molière — e o levaram a escrever o precioso *Auto dos fisicos*. Ahi se encontra o retrato, um pouco carregado talvez, de algumas doutrinas muito correntes então. O hespanhol mestre Anrique, com o seu estribilho de *habeis mirado* expõe aquella complicada theoria dos humores que peccão, *des humeurs péccantes*, que durou até ao tempo de Molière:

Que quando la colera adusta...
Habeis mirado?—se enfria,
Vuelve-se melanconia,...
Habeis mirado?—y disgusta
La salud de la sangria.

Emquanto o extraordinario mestre Torres tira o horoscopio da doença:

Bisexto he o anno agora.
Em Piscis estava Jupiter,
Saturno ha de desfazer
Quanto natura melhora:
Bem ha aqui que guarecer.
Tambem em Piscis a Lua,
Isso foi á quarta feira;
Mercurio á hora primeira:
Não vejo causa nenhũa
Pera febre verdadeira.

E depois dá a enumeração dos conhecimentos, que deve possuir o medico; a qual eu transcrevo, pondo um dos ultimos versos sob a protecção da liberdade poetica do nosso velho auctor:

Mas ha de saber quem curar
Os passos que dá huma estrella.
E ha de sangrar por ella,
E ha de saber julgar

As aguas de huma panella.
E ha de saber porporções
No pulso se he ternario,
Se altera, se he binario,
E saber quantas licções
Deu Ptolomeu a ElRei Dario.
E quem isto não souber
Vá-se beber d'isso mesmo.
E mestre Nicolau quer
E outros curar a esmo[1].

No emtanto o doente fa expirando. Admiravel de *verve* não é verdade? O *auto dos physicos* é para a historia da má medicina um documento tão importante como o *malade imaginaire*. Sob os traços intencionalmente carregados, vêem-se apparecer as feições do retrato, tirado do natural. Gil Vicente —como um *realista* que era— não inventou, copiou o seu mestre Torres. Topou de certo, n'aquella estranha Lisboa de D. Manuel, d'estes mixtos de medico e de *virtuoso*, convencidos e charlatães, sangrando pelas *aguas das panellas*, proçurando na lua as causas da febre, e acreditando quasi nas suas proprias invenções.

De taes sonhos cabalisticos e astrologicos se preservou sempre o nosso Garcia da Orta. De os seguir de boa fé, guardou-o a sua fina malicia de alemtejano incredulo. De os apparentar como charlatão, guardou-o a sua grave probidade de portuguez de velha tempera. Nas suas doutrinas medicas, como nos seus methodos de tratamento, é sempre sincero, simples e relativamente racional. Em consequencia do seu deliberado e intencional laconismo nos assumptos de medicina, não é facil aprecial-o bem sob este aspecto. Mas podemos presentir, se não demonstrar, que devia possuir as qua-

[1] Este mestre Nicolau, que queria *curar a esmo*, e tinha rasão, é um personagem real, um dos medicos de D. Manuel, que no anno de 1515 figura no jury do exame do boticario Diogo Velho.

lidades principaes de um *clinico* notavel, sangue frio, perspicacia, promptidão em aproveitar a occasião fugitiva, conhecimento completo da materia medica classica, facilidade, sem imprudencia, em experimentar os recursos da nova materia indiana[1].

O exame detido de todas as indicações medicas, dispersas pelos *Coloquios*, sairía completamente do plano que traçámos para este livro, e levarnos-hia demasiado longe. Escolheremos pois, como exemplos, apenas duas questões de muito desigual importancia. A primeira relativa ao uso de uma *droga;* a segunda ao tratamento de uma *doença*.

Tomemos o primeiro exemplo, logo no primeiro *Coloquio;* e, pondo de parte o que diz respeito á origem botanica e geographica, ao commercio e nomes do *aloés*, vejamos unicamente o que Garcia da Orta nos diz sobre o seu emprego therapeutico.

Começa por apontar o caracter *estomachico* do aloés, dizendo que conforta o estomago, tirando-lhe os máos humores sem «nocumento (sic) algum».

Indica a sua acção *purgativa*, dado em «purgas liquidas» ou em «piloras»; e menciona particularmente as de Rufus, ainda hoje usadas, compostas de aloés, myrrha e açafrão, que «he abridor». Descrevendo as minuciosas regras dieteticas, que, em seguida á sua applicação, observavam os medicos musulmanos da India, e elle approva, mostra conhecer os effeitos tardios d'este medicamento; o que mais tarde exprimia claramente Hoffmann, dizendo *tarde purgat aloe*. Affirmando que o effeito «solutivo» do aloés é mais fraco, quando se mistura com o mel, tambem solutivo, entra em uma subtil explicação sobre o modo por que o menos solu-

[1] «...primeiro provo as meezinhas dos meus doutores, quando me não aproveitam tomo as dos baneanes d'esta terra.» *Coloquios*, fl. 145.

tivo enfraquece o mais solutivo, resultando d'ahi ter a composição menor effeito do que os componentes isolados. Qualquer que seja o valor da observação e da theoria, póde lembrar algumas experiencias modernas, citadas pelo dr. Fonssagrives, sobre o poder que possuem certas substancias amargas, de exaltarem as propriedades purgativas do aloés, o que torna admissivel o facto de estas serem enfraquecidas por outras substancias.

Menciona o seu emprego como *agente de fluxo sanguineo;* e, confirmando as observações do famoso medico de Francisco I, Brasavola, com as da sua propria clinica, diz ter observado em seguida ao uso do aloés: «causarem-se grandes dores (nas almorreymas) com grande fluxo d'ellas».

Aponta ainda o *uso topico externo* no tratamento das feridas, para «encarnar chagas». A esse proposito discute a apparente contradicção entre os dous factos: de o aloés «abrir as veias», quando empregado internamente como agente de fluxo sanguineo; e «cerrar as veias», quando applicado externamente como cicatrisante; e vae buscar a opinião do velho cirurgião francez, Jacques des Parts, o qual já notára: «que restringe por fóra e abre por dentro».

Se prescindirmos de algumas maneiras de dizer peculiares á epocha, e, reduzindo-a aos factos principaes, compararmos esta exposição com o que se encontra em qualquer livro moderno sobre os usos therapeuticos do aloés[1], reconheceremos que as noções do medico portuguez do XVI seculo eram claras, completas, e bastante similhantes ás que hoje vogam em relação ao mesmo medicamento.

O nosso segundo exemplo é muito mais interessante;

---

[1] Por exemplo no artigo *aloés* do dr. Fonssagrives no *Dict. encycl. des sciences médicales*, ainda em via de publicação.

e tirado da passagem capital dos *Coloquios* em questões de medicina, d'aquellas paginas onde Orta trata da «*colerica passio*», ou cholera morbus asiatico. Não tenho competencia para analysar miudamente estas paginas, as quaes só por si forneceriam assumpto para uma longa memoria; e limitar-me-hei a uma breve exposição, unicamente destinada a pôr em relevo a exactidão e clareza de parte das observações ali exaradas.

No *Coloquio do costo,* Garcia da Orta figura que, estando tranquillamente praticando sobre esta droga com o dr. Ruano, chega um pagem a reclamar a sua presença em casa de um fidalgo, chamado D. Jeronymo, o qual duas horas antes adoecêra de morxi. Orta sáe immediatamente com o dr. Ruano, e, tanto pelo caminho como depois á cabeceira de D. Jeronymo, vae-lhe dando explicações sobre aquella doença. Reproduz tambem as suas conversas com o doente e com os enfermeiros, faz intervir o boticario, a quem dá de viva voz as suas instrucções, e finalmente ao saír vem ainda completando as suas explicações ao dr. Ruano. Toda a scena está vivamente pintada, com um certo talento dramatico, de modo a dar uma impressão nitida da realidade.

Ha primeiramente a notar, que Orta não nos diz se n'aquelle momento existia uma epidemia em Goa. Sabemos no emtanto, ou pelo menos podemos calcular, que elle assistiu a uma bastante violenta, no anno de 1543, sendo governador Martim Affonso de Sousa, e elle talvez physico mór. N'esse anno, o cholera, endemico na India, tomou, como tantas vezes succede, a fórma epidemica; e invadiu Goa, onde fez muitos estragos durante o *inverno,* isto é, nos mezes de junho, julho e agosto. O nosso cuidadoso e veridico chronista, Gaspar Corrêa, dá uma noticia circumstanciada d'esta epidemia de moryxy (sic), dizendo que atacava todos, homens e mulheres, creanças e velhos, e mesmo as «alimarias». Comquanto não fosse medico, escreveu

um quadro symptomatico da doença, bastante completo, affirmando que o moryxy tem as «sustancias de forte peçonha, a saber: d'arravesar, e beber muyta agoa, com deseqamento do estamago e cambra que lh'encolhia os nervos das curvas, e nas palmas dos pés, com taes dores que de todo o enfermo ficava passado de morte, e os olhos quebrados, e as unhas das mãos e pés pretas e encolheitas». A terminação fatal vinha rapidamente; e a mortalidade entre os atacados era enorme; de cem não escapavam dez. O numero dos atacados era tambem grande, como bem se deprehende dos seguintes factos: da ordem dada por Martim Affonso de Sousa, para cessarem os toques de sinos, que aterravam a população; da creação de novas freguezias, em consequencia de os clerigos não chegarem para assistir a todos os doentes. Gaspar Corrêa aponta ainda uma circumstancia muito interessante, e é, a ordem do governador, mandando ajuntar «todolos mestres», para abrirem um homem, fallecido no hospital de moryxy. Da autopsia pouco poderam apurar, a não ser que o estomago estava muito contrahido, d'onde resultou dizerem «os mestres que a doença dava no buxo[1]».

Garcia da Orta esteve seguramente em Goa durante esta epidemia, e assistiu, segundo todas as probabilidades, á autopsia feita no hospital, onde se achavam «todolos mestres». De nada d'isto falla, e pelo contrario refere-se ao morxi, como a doença que observou e tratou com certa frequencia, e não simplesmente em um momento de epidemia. Isto explica-se bem, pelo

---

[1] *Lendas da India,* IV, 288. No excellente artigo *Cholera* do *Dict. encycl. des sciences médicales* (tom. XVI, p. 749) vem citado Gaspar Corrêa; mas, por uma singular fatalidade dos livros francezes ao falarem de obras portuguezas, com a mais flagrante inexactidão. Faz-se ali uma salsada de Gaspar Corrêa e Christovão da Costa, que nada têem um com o outro.

facto d'elle, na sua clinica de trinta annos em Goa, ter visto de certo muitos casos de cholera, tanto na epidemia de 1543 e em outras, como casos isolados de cholera endemico. E naturalmente no seu livro resumiu os resultados da sua longa pratica.

Nas suas explicações ao dr. Ruano, isto é, ao leitor, elle começa por enumerar os nomes da doença, *colerica passio* entre os physicos, *morxi* entre os indianos, *mordexi* por corrupção entre os portuguezes da India e *hachaiza* entre os arabes[1]. Nota depois a gravidade da doença, mais aguda na India do que «nas nossas terras», pois commummente matava em vinte e quatro horas, e ás vezes em dez, podendo em alguns casos mais raros durar bastantes dias. Como se vê, distinguia bem o *cholera morbus,* que pela primeira vez observava na India, do *cholera nostras,* que observára na Europa e fôra descripto pelos auctores classicos, a partir de Hippocrates.

Resume finalmente a diagnose do morxi nas seguintes linhas: «Ho pulso tem muyto sumerso que poucas vezes se sente, muyto frio com algum suor tambem frio, queixa-se de grande incendio e clamosa sede, os olhos sam muyto sumidos, nam podem dormir, arrevesam e sáem muyto até que a vertude he tam fraca que nam pode expellir cousa alguma, tem caimbras nas pernas». Volta ainda a insistir sobre varios symptomas, e particularmente sobre o abatimento extremo, dizendo «vy muytos doentes de peste, e nam tem a vertude tão derrubada». Se compararmos esta descripção com as de alguns medicos modernos, como Desnos, Jacoud, Niemeyer e ou-

---

[1] De *mordexi* fizeram os francezes por uma curiosa derivação de som e de sentido *mort de chien* (Sonnerat, *Voyage,* I, 115). W. Ainslie cita varios outros nomes do cholera em samskrito, tamil, etc. *(Mat. Indica,* II, 531). A mais antiga menção da doença parece encontrar-se em versões tamilicas de fragmentos, attribuidos a Susruta (Wise, citado no *Dict. des Sc. méd.*, XVI, 749).

tros, reconheceremos que é admiravelmente exacta, e não póde deixar duvida, nem sobre a natureza do *morxy*, nem sobre as faculdades de observação do nosso medico. Um amigo meu, a quem recentemente fiz notar esta passagem, diz-me que a diagnose é *typica*, e certos traços lhe recordam vivamente os numerosos cholericos que ha poucos dias observava no hospital de S. Pablo de Valencia[1].

Os dois medicos vão caminhando durante estas explicações, e a final entram em casa de D. Jeronymo. Garcia da Orta pergunta-lhe o que comeu, e sabe que o jantar não foi muito prudente: «pexe de diversas maneiras, arroz de leite, e alguns pepinos». Reconhece a natureza da doença e diz logo:

—«Isto não padece tardança...»

A phrase é extremamente digna de nota, pois todos hoje concordam na necessidade de combater o ataque de cholera, rapidamente, energicamente, sem perda de tempo e com toda a metralha.

—«Isto não padece tardança», diz Orta, e passa a dar instrucções breves e claras: «ponham fogareiros, e esquentem-lhe o corpo, e esfreguem-lhe o corpo com pannos asperos... e cauterizem-lhe os pés com ferros quentes... e untalloam com olios quentes pola nuca e espinhaço todo...»

O emprego do calor como excitante na medicação externa, quer pela applicação directa de corpos quentes, quer pelas fricções com pannos asperos, quer mesmo pela untura com oleos estimulantes e um pouco vesi-

---

[1] Ignorante, como sou, n'estes assumptos, recorri ao distincto medico e meu amigo o dr. Eduardo de Abreu, o qual me communicou algumas notas preciosas, fructo não só da sua illustração scientifica, como da sua observação pessoal na viagem ultimamente feita a Valencia, Alcira e Aranjuez com o fim especial de estudar o cholera. Agradeço-lhe cordialmente o seu auxilio, sem o qual me teria sido impossivel escrever este fim de capitulo.

cantes, é bem conhecido, e, por assim dizer, *classico* no tratamento do cholera morbus; e não será necessario insistir muito, para provar que Orta fazia já n'este sentido quasi o mesmo que depois se fez e ainda se faz. Poderá parecer um pouco mais singular, o uso do cauterio actual, pratica que Orta —segundo nos diz— tomára dos vydias gentios; mas é certo que alguns medicos têem recorrido modernamente á cauterisação epigastrica, ou á cauterisação das goteiras vertebraes com o ferro em braza[1].

Orta cita tambem um curioso tratamento *mechanico,* usado pelos physicos gentios para combater as caimbras, sem nos dizer se elle proprio o experimentára. Consistia em ligar fortemente, «arrochar com percinta» o corpo todo, desde a cabeça pelos braços e pernas, até aos joelhos e até aos pés. Lembra um pouco o apparelho *(armature)* que, para o mesmo fim, preconisava o dr. Burg. É certo que n'este apparelho, munido de uma cinta e anneis de cobre, aquelle celebre medico pretendia sobretudo obter o desenvolvimento de correntes electricas; mas não é menos certo que o apparelho prendia os movimentos, de modo um pouco similhante ás *percintas arrochadas* dos vydias da India.

Voltando á cabeceira de D. Jeronymo, encontrâmos Garcia da Orta, passando da medicação externa á medicação interna, e receitando um vomitivo de agua cozida com cevada, e cominhos e assucar, e um «cristel» de cozimento de cevada e farelos e oleo rosado e mel rosado. Se eu quizesse abusar de uma erudição facil e emprestada, poderia citar os nomes de clinicos notaveis, que modernamente recorreram ao uso dos vomitivos no tratamento do cholera, como Trousseau,

---

[1] Conf. Valleix, *Guide du médecin praticien,* I, pag. 144, 5.ª edição; escusado será dizer que estas e outras approximações me foram apontadas pelo dr. Eduardo de Abreu.

Grissolle, Speyer, Gloner e outros; assim como os nomes dos que recorreram aos clisteres. Bastará, porém, apontar, sem insistir, esta concordancia do seu tratamento com algumas praticas ainda ensaiadas hoje.

Feitas estas primeiras indicações, Orta despede-se do doente, recommendando o maior cuidado em o prevenirem de qualquer accidente novo, porque «n'esta infirmidade não ha de haver descuido no medico, nem nos servidores do enfermo». E, voltando a casa, continua a sua pratica com o dr. Ruano. Enumera-lhe então os medicamentos de mais confiança no tratamento do morxi, o que elle chama «as mésinhas particulares experimentadas».

Nomeia desde logo a *triaga,* deitada em vinho, ou agua rosada e de canella. Nas variadas *theriacas* de complicadissima composição, o elemento essencial e realmente activo era o opio; caímos pois nos medicamentos opiados, ainda hoje do mais geral e frequente emprego. A poção de Java, a poção Indiana, as pilulas Persas, e dezenas de outras pilulas, tinturas e elixires, louvados modernamente no tratamento do cholera, são preparados de opio. E opio é tambem o laudano, o famoso laudano de Sydenham, o medicamento por excellencia, a que se tem chegado a dar o nome de *especifico* do cholera. Receitando triaga, com substancias aromaticas como a canella, Orta seguia pois um caminho, ainda trilhado ao cabo de tres seculos.

Cita depois da triaga o *páo de cobra.* A identificação botanica dos *páos de cobra* mencionados nos *Coloquios,* não é das mais faceis; é certo no emtanto, que algum ou alguns pertencem ao genero *Strychnos.* Occorrem naturalmente á memoria alguns medicamentos, modernamente ensaiados no tratamento do cholera: os saes de *strychnina;* a tintura de *noz vomica;* as injecções hypodermicas de *curare,* ultimamente recommendadas por um clinico hespanhol. Não são seguramente as mesmas especies botanicas, nem as mesmas substan-

cias; mas são substancias um tanto analogas, e derivadas do mesmo energico genero das Loganiaceas.

Mais do que a triaga, mais do que o páo de cobra, louva Garcia da Orta a «*pedra bezar*» dada na dóse de tres grãos. E não se limita a apontar vagamente o effeito benefico da pedra bezoar, menciona os casos em que a applicou com excellente resultado, por exemplo, no tratamento do bispo de Malaca. É verdade que lhe deu tambem a beber *triaga,* depois de evacuada muita parte da materia; e lhe lançou nos «cristeis» fortes dóses de *triaga,* o que —segundo parece de uma das suas phrases— era innovação sua, e pratica não seguida antes por outros physicos[1]. Ficâmos portanto em duvida, se foi a pedra bezoar, ou a triaga, que tirou o bispo de Malaca d'aquelle mau passo. Em todo o caso, e apesar d'este exemplo, não poderemos seguir o nosso medico na sua confiança na efficacia d'aquelles calculos intestinaes dos ruminantes, ha muito excluidos da pharmacopéa e da therapeutica. É necessario todavia advertir que Garcia da Orta não estava isolado n'esta fé na pedra bezoar. Matthioli, Laguna, Brasavola, Amato Lusitano, Valesco de Tarento, Nicolau de Florença, isto é, os mais notaveis clinicos e escriptores do tempo elevam ás nuvens as suas virtudes, como contra-veneno ou no tratamento de febres pestillentes e de outras doenças. Monardes conta o modo como curou o filho da duqueza de Béjar de uns *deliquios,* dando-lhe pedra bezoar, que lhe trouxe um genovez de Lisboa, onde havia as melhores. O imperador Carlos V tomava habitualmente

---

[1] Nada d'isto —a não ser a pedra bezoar— está posto de parte. A «materia evacuada» pelo emprego dos purgantes, lembra-nos que Trousseau, Guyot e outros recorreram aos saes de soda no tratamento do cholera; emquanto Henderson, Brady, o dr. Lourenço de Azevedo recommendam o oleo de ricino. Quanto ao clisteres com triaga, temos que Moissenet e Luir prescreviam clisteres opiados.

pedra bezoar, para combater os seus ataques de melancholia[1]. E em Lisboa, segundo nos diz Clusio, encontravam-se estas pedras á venda na occasião da sua viagem, e pediam por ellas preços elevadissimos. Succedia porém que muitas eram falsas e sem virtude[2].

Acreditando pois na efficacia da pedra bezoar, Orta seguia simplesmente idéas geraes, e acceitas por todos sem discussão; e da supposta acção *cordial* e *alexipharmaca* d'aquelle medicamento resultou naturalmente applical-o no tratamento do cholera morbus. Por um lado pretendia combater a extrema prostração dos ultimos periodos, com um medicamento, que — dizia elle — «casi milagrosamente dilata as forças do coração»; por outro pretendia attenuar a natureza *venenosa* da doença, sobre a qual repetidas vezes insiste.

Devemos passar em silencio muitas outras observações, de certo dignas de nota em um trabalho especial, feito sob o ponto de vista medico; mas que nos occupariam demasiado espaço n'este livro. Não podemos todavia deixar de mencionar a referencia de Orta á

---

[1] Veja-se sobre esta pedra, Monardes, *De lapide bezoar et scorzonera herba, duobus praestantissimis adversus venena remediis*; impresso com os *Exoticorum* de Clusio. Póde ver-se, para epocha posterior, o que diz Kaempfer, *Amenitatum exoticarum politico-physico-medicarum Libri* v.

[2] O modo por que distinguiam em Lisboa as verdadeiras das falsas é extremamente curioso. Eis o que conta Clusio; tomavam um fio embebido no succo da *herba balestera* (talvez a herva de besteiros, *Helleborus foetidus)*, e com uma agulha atravessavam a perna de um cão ou outro pequeno animal, deixando o fio na ferida. Ao cabo de pouco tempo o animal manifestava os symptomas do envenenamento. Quando o seu estado parecia desesperado, lançavam-lhe na bôca o pó da pedra, diluido em agua. Se o cão melhorava, tinha-se a pedra por boa, e n'este caso valia muito; se, porém, se mostrava inefficaz era considerada falsa. A prova era real; mas Clusio adverte que os mercadores se recusavam geralmente a admittil-a *(Exoticorum, 216)*.

fórma da doença, chamada «mordexi seco». Ainda hoje se escreve — cholera secco. É uma fórma especialmente grave, «a mais alta expressão do envenenamento cholerico», como diz Jacoud; e muitos julgam que a epidemia reinante n'este momento na Hespanha[1] é essa fórma do cholera asiatico, o *mordexi secco* do dr. Garcia da Orta.

Resumindo o que levâmos dito, vemos Garcia da Orta observando e descrevendo com pericia o cholera morbus asiatico, distinguindo-o bem da fórma leve da Europa, notando a variedade grave do cholera secco, reconhecendo a necessidade de não perder um momento em combater o ataque, prescrevendo uma medicação externa seguida hoje por todos os clinicos nos seus traços geraes, soccorrendo-se a uma medicação interna, na qual entra um medicamento opiado, a triaga. Tudo isto é simples, racional, bem observado, exposto com lucidez, e sufficiente para estabelecer sobre uma base segura a reputação medica do nosso compatriota.

E no emtanto tudo isto é dito incidentemente, como tambem são apontados de passagem os usos therapeuticos do *aloés*, da *raiz da China*, ou de outras drogas, porque o assumpto do livro não é a medicina. Trata dos *simples e drogas e cousas medicinaes;* e essas *cousas medicinaes* só vem em terceiro logar, depois e muito depois dos *simples e drogas*. Este é que era o assumpto do livro. Garcia da Orta era essencialmente um *pharmacologista*, diriamos um *droguista*, se a palavra não tivesse descaído para um sentido especial. Não quer isto dizer, que os droguistas não possam escrever, e escrever bem; haja vista Pomet, que no rosto da sua conhecida *Histoire générale des drogues*, se intitula modestamente *le sieur Pomet, marchand épicier et droguiste*. Mas Garcia da Orta era de outra raça; era um

[1] Escripto em agosto de 1885.

verdadeiro homem de sciencia, um antecessor do velho Geoffroy, do zeloso Guibourt, do incansavel dr. Pereira, do investigador e perspicaz Daniel Hanbury, ou do eruditissimo dr. Flückiger. Na historia das *drogas*, no exame dos seus nomes, do seu commercio, da sua origem botanica ou zoologica, da sua procedencia geographica, estava elle á vontade, espraiando-se com complacencia, como em assumpto de sua especial predilecção. E como as drogas de origem vegetal fossem especialmente numerosas, tornou-se subsidiariamente um botanico, dizendo-nos as feições das arvores e das hervas da India, marcando-nos onde habitavam, emendando, completando, acclarando as antigas noções.

De Orta, pharmacologista e botanico, nos vamos occupar no capitulo seguinte. Mas o seu livro isolado não tem significação. Para o comprehender é necessario pôl-o em perspectiva. Sem fazermos a historia da botanica indiana, ou em geral do Oriente, devemos todavia marcar brevemente as phases por que passou, e indicar muito de leve como os antigos, os islamitas e os europeus da edade media obtiveram um certo conhecimento d'aquellas afastadas terras.

CAPITULO XIII

OS COLOQUIOS

Dos importantes trabalhos, feitos já n'este seculo, por Lassen, Heeren, Gosselin, o dr. Vincent, o major Rennell e outros eruditos, resulta o convencimento de que as relações existentes entre os povos da antiguidade foram bastante extensas. Devemos acceitar, como um facto provavel se não provado, que as nações estabelecidas sobre as margens do Mediterraneo, ou nas suas proximidades, entretiveram communicações mais ou menos frequentes com a India e outras terras orientaes, desde os mais remotos tempos historicos.

Uma circumstancia curiosa e digna de ser notada, é que os caminhos seguidos n'esses tempos ainda nebulosos, parecem coincidir já com as grandes vias commerciaes, pelas quaes depois se fez o trato com o Oriente durante dezenas de seculos, e até aos tempos modernos. Assim as frotas de Salomão e do seu alliado Hiram abriram o caminho do mar Vermelho[1], frequentado depois sem interrupção até ás viagens dos portuguezes; e para onde nos nossos dias voltou a corrente da na-

---

[1] III *Liber Regum*, IX, 26, 27 e X, 11, 22.

vegação. Assim em epochas anteriores, e mais de vinte seculos antes da nossa era, as náus da grande cidade de Ur na baixa Chaldéa, navegavam no golfo Persico, saíam o estreito, que muito depois recebeu o nome de Hormuz, e alongavam as suas viagens commerciaes até á Ethiopia, e talvez tambem até á India[1]. Ao mesmo tempo numerosas caravanas percorriam em demoradas jornadas terrestres o interior do continente, transportando os ricos productos asiaticos. As minuciosas investigações de Heeren, levaram-no a reconstruir com certo grau de probabilidade, os itinerarios approximados d'essas caravanas. Atravessando o Indus, seguiam pelos desfiladeiros do Afghanistan até Herat, tomando ahi a direcção de Ecbatana, a moderna Hamadan. Desciam depois para Babylonia, na planicie do Euphrates e do Tigre; e da populosa capital da Mesopotamia, penetravam nos desertos aridos da Arabia e da Syria, fazendo escala pelas ricas cidades de Palmyra ou de Balbek, até chegarem ás colonias phenicias do Mediterraneo, ou aos mercados do baixo Egypto[2].

Da singular immobilidade de alguns paizes orientaes, onde passam dezenas ou centenas de gerações, sem que os habitos mudem, e nem mesmo ás vezes se altere o mais pequeno accidente do vestuario, resulta que hoje podemos ver reproduzidas algumas scenas d'aquellas remotissimas viagens. Em um dos seus livros, o erudito dr. Vincent nota com rasão, quanto é curiosa sob este ponto de vista aquella pagina da Biblia, onde vem descripta a venda de José por seus irmãos. Os moços pastores, sentados n'um valle excuso do deserto, comendo o seu frugal avio, vêem chegar uma caravana de Ismaelitas, em caminho de Gilead para os mercados

---

[1] Conf. G. Rawlinson, *The five great monarchies*, I, p. 15 e 109.

[2] Heeren, citado por Royle, *An essay on the antiquity of hindoo medicine*, London, 1837, a pag. 117 e seguintes.

do baixo Egypto, com os seus camellos carregados de especiarias da India, de balsamo e de myrrha do Hadramaut[1]. Diriamos uma scena de hoje, contada por algum viajante moderno; e no emtanto passava-se dezesete seculos antes de Christo

Vemos pois como desde os tempos os mais remotos, dos quaes temos apenas obscuras e incompletas noticias, o commercio com o Oriente parece haver tomado as tres vias principaes: das longas viagens terrestres, atravez da Asia menor, ou da Arabia e da Persia, até á India do noroeste; da navegação pelo golpho Persico e estreito de Hormuz; da navegação pelo mar Vermelho e estreito de Bab-el-Mandeb. São os mesmos caminhos que, na sua direcção geral, continuavam a ser seguidos quando Vasco da Gama chegou á India; os mesmos que Affonso de Albuquerque pretendeu cortar; os mesmos a que se refere Barros na sua *Asia*, ou Antonio Galvão no seu *Tratado dos diversos e desvairados caminhos por onde vinha a pimenta.*

Estas antigas viagens traziam aos riquissimos centros commerciaes do Egypto, da Phenicia e da Palestina as mercadorias e os productos naturaes da India, ou de outras terras do Oriente. Á falta de indicações mais definidas, podemos encontrar uma prova de quanto foram antigas estas viagens, e ao mesmo tempo de qual era a procedencia d'esses productos, no facto significativo e interessante, de que alguns dos seus nomes nas velhas linguas semiticas eram estranhos á indole d'essas linguas, e vinham de origem diversa, em geral samskritica ou tamilica. Succedia isto com os nomes dos *pavões*, dos *bugios*, do *bdellium*, do *sandalo?* da

---

1 *Et sedentes ut comederent panem, viderunt Ismaelitas viatores venire de Galaad, et camelos eorum portantes aromatas, et resinam et stacten in Ægyptum.* Conf. *Liber Genesis*, XXXVII, 25.

curcuma, do *aloés* e talvez *do marfim*[1]. Conduzidos de longe, corriam no commercio pelos nomes que lhes davam os navegadores, e que estes haviam aprendido nos portos indianos. Nos nomes traziam como um certificado de origem; do mesmo modo que modernamente o nome de *tabaco* attesta a procedencia americana de uma planta, e o nome de gomma *gutta* a origem malaya de uma droga.

Os gregos começaram desde tempos remotos a frequentar os mercados mediterranicos onde estes productos eram vendidos, e a adquirir ahi um certo conhecimento dos seus nomes e da sua natureza. Nos mais antigos dos seus livros scientificos, por exemplo nos de Hippocrates, encontrâmos já mencionadas plantas on substancias vindas de longe; entre outras as gommas-resinas das grandes Umbelliferas, procedentes da Persia ou em geral da Asia central, como o *galbano,* o *sagapeno,* e talvez a *assa-foetida;* e tambem productos puramente indianos, como a *pimenta,* o *cardamomo,* o *gengibre?* (ινδικὸν φάρμακον), o *cinnamomo,* a *cassia,* o *nardo,* o *schaeno* (σκοινος) e o *calamo*[2]. A incerteza que existe emquanto á data de algumas das obras hippocraticas, póde tirar uma parte do interesse a estas citações;

---

[1] Conf. Renan, *Histoire des langues sémitiques,* pag. 209; Humboldt, *Cosmos,* II, pag. 131, 160 e notas correspondentes; Max Müller, *Lectures on the science of language,* first series, London, 1864, pag. 208. Se os nomes das substancias e animaes, mencionados na Biblia como trazidos de Ophir, são de origem samskritica ou tamilica, fica definitivamente collocado Ophir na costa do Malabar. Por outro lado ha excellentes rasões para o collocar na costa oriental da Africa. Porque não admittiremos, que as frotas de Salomão, saído o estreito, navegavam em diversas direcções, para Ophir e para Tarshish? Esta interpretação mais larga parece ser acceita por Humboldt (*Cosmos,* II, 494).

[2] Conf. Sprengel, *Historia rei herbariae,* I, 35 e seguintes; e Royle, *Antiquity of hindoo medicine,* III.

mas é certo que aquellas obras são em globo muito antigas, e seguramente anteriores ás expedições de Alexandre.

Passando das obras de Hippocrates ás de Theophrasto, notâmos uma grande differença, emquanto ao numero e exactidão das informações. Isto procede em parte da indole dos livros. Os primeiros são tratados de medicina, nos quaes vem occasional e subsidiariamente citadas algumas plantas; os segundos são livros de *botanica,* cujo assumpto principal e mesmo exclusivo é o reino vegetal. É certo, porém, que a differença procede tambem e principalmente de outra causa. Entre o tempo de Hippocrates e o de Theophrasto dérase um facto de excepcional importancia. Alexandre conquistára a Asia do occidente, e penetrára mesmo nas terras situadas alem do Indus. O grande general levára comsigo, o que hoje chamariamos uma commissão de sabios e naturalistas, e, entre elles, o infeliz Callysthenes de Olyntho, que fôra amigo e condiscipulo de Theophrasto. Estas expedições abriam aos gregos horizontes absolutamente novos, pelo que dizia respeito ás sciencias geographicas e naturaes. Abundaram então os escriptos importantes. Aristobulo, filho de Aristobulo, escreveu uma relação das guerras asiaticas, na qual se encontravam muitas informações curiosas sobre as regiões do Oriente; e que serviu de base ao conhecido livro de Arriano[1]. Megasthenes penetrou como embaixador na côrte de Poro, e depois nas cidades do valle do Ganges. Onesicrito obteve noticias da India meridional e mesmo de Ceylão. Nearco percorreu em uma navegação demorada a costa, até então desconhecida, do Baluchistan, Laristan e Farsistan, desde a foz do

---

[1] Cf. Arriani *De expedit. Alex. Magni historiarum Libri* VII, versão de Nicolau Blancardo, Amstelodami, 1678, a pag. 1.

Indus até á foz do Euphrates[1]. E note-se que este vastissimo campo de observação se não abria perante um povo barbaro, ou semi-civilisado, incapaz de comprehender o que via; mas pelo contrario perante uma nação chegada já a um grau de cultura intellectual, raras vezes excedido, e apenas igualado nos tempos modernos. Houve então uma d'estas transformações rapidas das noções existentes, comparavel com a que se deu no renascimento, e em parte resultou tambem dos largos horizontes, abertos pelos descobrimentos dos povos da Peninsula iberica.

No livro de Theophrasto temos —pelo que diz respeito á sua especialidade— a prova d'esta transformação. Na sua *Historia plantarum,* e principalmente no livro IV, onde trata «das arvores e plantas, proprias ás diversas regiões», e no livro IX, onde trata dos «succos resinosos e dos aromas», elle menciona uma grande quantidade de substancias medicinaes, de drogas e perfumes, vindos da India ou outras terras do Oriente. A sua lista de aromas é muito completa, e em parte composta d'estas substancias exoticas: *κασία, κινάμωμον, καρδάμωμον, νάρδος, ναιρον, βαλσαμον, ασπάλαθος, στύραξ,* e outras[2]. E não se occupa unicamente das mercadorias, ou drogas que podia ter visto á venda, mas tambem das plantas notaveis, que ouvíra descrever aos companheiros de Alexandre. Falla-nos das grandes *figueiras* da India, as quaes dos seus ramos horisontaes lançam raizes, que se fixam no solo, á similhança das columnatas de um templo; ou das *bananeiras,* tendo folhas

---

[1] Arriani *Rerum indicarum,* edição *ut supra,* pag. 507. Cito por esta edição, que possuo, não tendo agora á minha disposição a de Müller.

[2] *Theophrasti Eresii opera, quae supersunt, omnia,* etc., edição de Friedericus Wimmer, Parisiis, 1866, Lib. IX, 7, ou pag. 147 d'esta edição.

do comprimento de dois covados, e fructos docissimos, que forneciam alimento aos «sabios da India». Ía mesmo muito mais longe. Tinha já idéas de *geographia botanica*. Sabia, pelo ouvir dizer aos homens illustrados que então visitaram a India, quanto a *flora* d'áquelle paiz era diversa da *flora* da Grecia. Eis a notavel phrase de que elle se serve ao fallar das plantas indianas: «Nem nos devemos maravilhar da sua diversidade; porque — como alguns affirmam — não ha, salvas poucas excepções, arvore, arbusto, ou herva ali nascida, que seja similhante ás geradas na Grecia[1]». Em tudo isto nós vemos um espirito singularmente culto e penetrante, em presença de factos e observações, desconhecidas dos seus antecessores. O livro de Theophrasto marca-nos o ponto culminante da sciencia botanica dos antigos, que, sob certos aspectos, só foi excedido em epochas modernas, e mesmo muito modernas.

Passando de Theophrasto a Dioscorides — um salto de mais de tres seculos — encontrâmos uma evidente inferioridade em tudo quanto diz respeito ao espirito scientifico, á concepção philosophica do assumpto, ás idéas novas e engenhosas sobre a structura das plantas, sobre a sua vida e a sua distribuição. Isto procede em parte da natureza das obras, que n'um caso são um tratado de *botanica*, no outro um simples e secco elenco de *materia medica;* resulta tambem do desigual talento dos dois escriptores; mas deriva principalmente da differença dos tempos. Theophrasto é um discipulo directo de Aristoteles, e pertence portanto ao bom tempo da sciencia e da philosophia grega; Dioscorides é um alexandrino da decadencia. No que toca, porém, ao numero de plantas orientaes mencionadas, e á extensão da area explorada, Dioscorides manifesta um certo progresso. A rasão d'este facto é obvia.

---

[1] *Hist. plantarum,* Libr. IV, 4, a pag. 65 da edição Wimmer.

As relações dos gregos com a India, não haviam cessado depois do tempo de Alexandre; tornaram-se pelo contrario mais frequentes, já por intermedio do imperio grego da Bactriana, já e sobretudo pela via do Egypto hellenisado. Aqui, o commercio maritimo recebeu dos poderosos e illustrados Lagides um notavel impulso. As viagens pelo mar Vermelho e mar Indico, que antes tinham logar excepcionalmente e de longe em longe, faziam-se agora com regularidade. Começavam a conhecer-se e a aproveitar-se melhor as *monções*, a uma das quaes se ligava o nome do seu supposto descobridor, Hippalo. Para satisfazer ás necessidades crescentes do commercio, escrevia-se um roteiro, o *Periplo do mar Erythreo,* cheio de indicações uteis sobre derrotas, portos, natureza e custo das mercadorias. Plinio, que sabia tudo e fallava de tudo no seu systema desordenado, conhecia bem este commercio com a India. Dá-nos uma derrota exacta da navegação desde o Egypto até Musiris, um porto da costa da India, e até Barace, mais ao sul, no moderno Malabar. Sabe que reinava ali um principe chamado Pandion, o qual residia no interior em Madura, que não é difficil identificar com o moderno Maduré. Diz-nos mais que estas navegações haviam começado pouco antes; mas se faziam já no seu tempo com certa facilidade e segurança, partindo as náus dos portos do Egypto no verão, e voltando no mez de dezembro[1]. Da direcção das monções podemos calcular —e os dados historicos confirmam esta conjectura— que as náus seriam impellidas para a parte meridional da costa da India. Conheciam-se pois os productos variados do Malabar, e mesmo de Ceylão, assim como algumas mercadorias do extremo Oriente, que ali traziam já os juncos chins e os barcos malayos.

---

[1] Plinio, *Hist. natural.*, VI, 26.

Em Alexandria e outras cidades do Egypto pôde Dioscorides observar todos estes productos, que incluiu na sua *Materia medica*. Seria impertinente e pouco util dar aqui uma simples lista das drogas orientaes, mencionadas por Dioscorides, ou pelo seu contemporaneo Plinio, as quaes pela maior parte têem sido satisfactoriamente identificadas nos tempos modernos[1]. Limitemo-nos a indicar que essa lista é longa; e tão longa que durante seculos pouco foi acrescentada, ficando estas encyclopedias —principalmente a de Dioscorides— como a base principal dos conhecimentos das escolas, como a auctoridade suprema, que se annotava e se commentava sem se pôr em duvida.

Estes livros, que gozaram de tanta nomeada e occuparam um logar tão saliente na historia das sciencias naturaes, eram no emtanto deficientissimos e estavam eivados de erros numerosos e grosseiros. Nem Plinio, nem Dioscorides, nem outros escriptores da sua epocha, haviam viajado ao longe. Conheciam as plantas da região mediterranica, tanto quanto se podiam conhecer em seu tempo; emquanto porém ás plantas tropico-orientaes, tinham apenas visto os seus productos. Tiveram talvez nas mãos a casca do *cinnamomo*, o pequenino fructo da *pimenta*, a gomma-resina do *sagapeno*; mas no tocante á feição da planta, á sua patria, a mil outras circumstancias essenciaes, curavam por informações. Ouviam o que lhes contavam marinheiros rudes, absolutamente ignorantes, e nem sempre veridicos. Acrescente-se que já não tinham a critica scientifica de Theophrasto; e que alguns —por exemplo Plinio— eram de uma credulidade pasmosa, acceitando sem re-

---

1 Conf. Pedanii Dioscoridis Anazarbei, *De materia medica Libri quinque*, edição de Curtius Sprengel, Lipsiae, 1829, principalmente o commentario, vol II, pag. 339 em diante; e a *Histoire naturelle de Pline*, edição Littré, París, 1848 e 1850.

paro as versões as mais extraordinarias, as mais improvaveis, as mais inverosimeis. É necessario pensar em quanto são difficeis hoje mesmo as identificações das *drogas* com as *especies vegetaes* que as produzem; reparar em quanta obscuridade envolvia ainda ha pouco a origem do *pau de aloés,* do *gamboge,* ou do *curare;* em quantas adivinhações botanicas restam sem solução para comprehender bem as trocas e confusões de toda a especie, que fatal, inevitavelmente fizeram os escriptores gregos e latinos. As obras, pois, que durante muitos seculos serviram de base ao estudo da historia natural, podiam ser singularmente vastas; mas eram tambem singularmente inexactas.

Do primeiro seculo da nossa era até ao movimento scientifico musulmano, o progresso é pouco sensivel. Galeno, se brilha na historia da medicina como uma estrella de primeira grandeza, no que diz respeito á materia medica vegetal não vae alem de Dioscorides. E mais tarde, os medicos gregos, que estudam e praticam na propria Grecia, no Egypto ou nas colonias gregas da Asia menor, como Oribasio de Pergamo, Aëcio de Amida no v seculo, Paulo de Egina já no VII, e outros, pouco ou nada incluem nos seus escriptos que seja realmente original. Comtudo Aëcio, mais familiar com as terras do oriente, menciona algumas plantas e substancias novas. É o primeiro a nomear a *camfora* entre os ingredientes de certos preparados medicinaes; e este interessante facto da historia da sciencia vem notado com muita exactidão pelo nosso Garcia da Orta[1]. É tambem o primeiro a fallar do *coco,* da *zedoaria,* e do fructo do *Semecarpus Anacardium,* productos da Asia tropical[2]. Devemos mencionar por estes tempos

---

[1] *Coloquios,* fl. 39; conf. Flückiger and Hanbury, *Pharmacographia,* London, 1874, pag. 459.

[2] Royle, *Antiquity of hindoo medicine,* pag. 77.

os escriptos de um viajante, conhecido pelo nome de Cosmas Indicopleustes, o qual percorreu as terras do oriente, nomeadamente a India, e depois se fez frade. Na sua *Topographia christiana* falla de algumas plantas novas; e —o que era mais importante— emenda, em resultado da observação *directa,* varios erros dos antigos. Assim, Plinio havia dito com muita incorrecção, que a planta da pimenta é similhante ao junipero: «*passim vero quæ piper gignunt Juniperis nostris similes*»[1] e Dioscorides havia dito vagamente que era uma arvore baixa «*statura brevis*»[2]. Cosmas, porém, como correu o Malabar e *viu* a planta, diz correctamente, que era uma trepadeira, cujas hastes se enrolavam nas arvores, pois eram mais debeis que os mais fracos ramos da vinha[3]. É necessario, todavia, advertir que alguns d'estes escriptos tiveram então uma publicidade extremamente restricta; e que portanto os erros contidos nos grandes livros mais conhecidos ficaram em geral de pé. Por este modo, se se augmentava o peculio de informações, ou se rectificava uma ou outra noticia inexacta, tudo isto se fazia pouco a pouco, sem progresso sensivel ou transformação radical das velhas idéas.

A lenta infiltração de uns restos de sciencia grega na Asia menor e na Mesopotamia, a emigração para o oriente dos nestorianos, que foram fundar escolas em Edessa, e depois em Djundei-sabur, prepararam o movimento scientifico, ao qual os Khalifas Abassidas ligaram o seu nome. Esse movimento apresenta mais de um ponto de contacto com o renascimento europeu,

---

[1] *Hist. natural.*, XII. 14.

[2] Conf. a versão de Sprengel, I. pag. 298.

[3] ... *quia admodum tenuis debilisque est, perinde atque vitis palmites tenuiores*; conf. Cosmae Ægyptii monachi *Christiana topographia,* texto e versão latina do benedictino Montfaucon, apud *Collectio nova patrum et scriptorum graecorum,* Parisiis, 1706, vol. II, pag. 336.

vindo seculos depois; do mesmo modo que os poderosos, illustrados, faustosos, e um tanto phantasticos Khalifas, Harun-er-Raschid e Al-mamun, têem mais de um traço de similhança com os opulentos soberanos da Italia, com Lourenço o Magnifico, ou com Leão X. Em Baghdad ao findar o seculo VIII, como na Europa ao findar o XV, não se pensou em crear uma sciencia nova e original. Os velhos livros gregos, vistos a distancia, consagrados pela antiguidade e pela admiração de muitas gerações, appareciam como o resumo de todos os conhecimentos humanos, como a meta que não era dado transpor. E os Khalifas, acompanhados pela sua côrte de medicos gregos, de escriptores syrianos, de doutores arabes, só pensaram em adquirir essa velha sciencia dos livros. Al-Mamun, ao fundar as escolas do Khoraçan, mandou emissarios procurar e comprar livros pela Syria, pela Armenia, e pelo Egypto. Estes trouxeram-lhe cargas e cargas, «*sarcinas infinitas*» de volumosos codices[1]. O velho Mesué, o seu discipulo Honain, e muitos outros, lançaram-se com ardor sobre estas «cargas infinitas» de livros; e fizeram versões e compilações syriacas de Aristoteles, de Platão, de Galeno, e mais auctores gregos, das quaes depois se aproveitaram os doutores arabes, que em geral ignoravam a lingua grega. D'estes começos resultou aquelle caracter de sciencia em segunda mão, que conservou sempre depois a sciencia arabica. Para isso contribuiu tambem o cunho especial do espirito semita. Os semitas[2], timidos, meticulosos, tradicionalistas ferrenhos, apegados á auctoridade e á lettra, eram pouco propensos a atrevidas generalisações, e não pos-

---

[1] *Misit tunc multos ex familiaribus suis in Syriam, Armeniam atque Ægyptum, ut illos emerent libros, de quibus sarcinas infinitas et tulerunt et conducerunt...* Leão Africano, citado em Assemani *Bibliotheca Orientalis*, III, 502.

[2] Os persas e outros, que não eram semitas, estavam penetrados pelo espirito arabico; e semitisados pelo islamismo.

suiam a independencia de espirito, necessaria para abrir caminhos novos. Se porém —salvas raras excepções— não imprimiram á philosophia, nem mesmo á medicina um movimento de sensivel progresso, elles não podiam deixar de alargar, quasi involuntariamente, os conhecimentos relativos á historia natural, e particularmente ás plantas.

Alguns, estabelecidos na Asia central, em Bokhara ou em Merv, viam em volta de si a flora, pobre mas interessante, d'aquelles planaltos, e davam naturalmente algumas noticias exactas sobre productos vegetaes, mal conhecidos dos seus antecessores; e, podemos accrescentar, mal conhecidos tambem dos seus successores. Outros, habitando Baghdad, Bassora, ou cidades da Arabia, estavam rodeados de uma vegetação tropical ou sub-tropical; e *viam* aquillo de que os escriptores gregos só ouviram fallar. Com a India e extremo Oriente tinham relações mais frequentes e directas do que nunca tiveram os antigos. Vimos em um dos capitulos anteriores, como os juncos da China traziam as mercadorias a Bassora, ou mesmo subiam o Euphrates até mais acima. Por outro lado, os musulmanos, antes de invadirem a India como conquistadores, haviam-se estendido ao longo do seu littoral como negociantes. Dos arabes que assim visitaram o Malabar, Ceylão, Bengala, e mesmo as ilhas do archipelago, alguns eram instruidos, e deixaram em escriptos interessantes o resultado das suas observações.

Logo do IX seculo temos as relações de viagem de um certo Suleiman, e de um Abu Zaid, que ou visitaram a India e a China, ou pelo menos compilaram as noticias então existentes sobre aquelles paizes[1]. Do mesmo seculo possuimos uma especie de tratado de geo-

---

[1] *Anciennes relations de l'Inde et de la Chine de deux voyageurs mahometans*, traduzidas por Renaudot, e depois por Reynaud.

graphia de Ibn Kurdádbah, onde vem algumas observações botanicas novas. Ahi se encontra a primeira indicação approximada sobre a patria do *cravo;* e, segundo parece, a primeira referencia clara á *galanga*[1]. Do seculo seguinte temos o livro do notavel escriptor e viajante, Maçudi. Sob o titulo singular de *Almargens de oiro,* elle reuniu uma série de indicações vastissimas sobre geographia, historia e sciencias naturaes, tudo entremeado de anecdotas e reflexões de moral, na mais desordenada e pittoresca das confusões. Ahi nos falla do *pau de aloés,* dando a sua verdadeira patria, o Sinf; da *noz muscada* das ilhas orientaes; da *camfora,* que, segundo diz, é mais abundante nos annos de trovoadas; do *bokkam* ou *pau brazil;* do *sandalo* e de muitos outros productos vegetaes[2]. Depois, nos seculos seguintes, temos o livro de Ibn Muhalhal, o qual correu todo o Malabar, a que chama o *paiz da pimenta;* como lhe havia chamado antes d'elle Cosmas e lhe chamou depois d'elle Ibn Batuta[3]; temos as geographias bem conhecidas de Edrisi e de Abulféda; a celebre viagem de Ibn Batuta, a que por mais de uma vez me tenho referido; e finalmente a relação de Abd-er-Razzak, já no xv seculo, alguns annos antes da chegada dos portuguezes á India[4]. Não citámos, nem podiamos citar estes escriptos, como havendo contribuido directamente para augmentar o peculio de conhecimentos geographicos ou scientificos da Europa nos tempos antigos, pois

---

[1] *Le livre des routes et des provinces,* traducção de B. de Meynard no *Journal Asiatique,* série 6.ª, v, 227 e 294.

[2] Conf. *Les prairies d'or,* tr. de B. de Meynard et P. de Courteille, 9 volumes, París, 1861 a 1877, no vol I, pag. 330, 338, 341. Traduzi *Almargens de oiro,* porque a palavra de que usa Maçudi مروج, tomada no singular e com o artigo المرج é exactamente a origem da nossa palavra portugueza *almargem.*

[3] Cito pelos extractos dados por Yule no *Cathay,* CLXXXVI.

[4] Cf. Major, *India in the fifteenth century,* pag. 3 e seguintes.

é certo que pela maior parte ficaram intactos nos seus codices arabicos, d'onde só foram extrahidos recentemente pela brilhante escola de orientalistas modernos. Citâmol-os, porém, como um exemplo dos subsidios, que serviram a Rasis, a Avicenna, a Serapio, aos Mesués, a Isac Judaeus e a outros, para redigirem os seus grandes tratados de medicina e materia medica, que foram vertidos em latim, e estudados na Europa durante a edade média e o renascimento.

Ao mesmo tempo que os grandes escriptores musulmanos adquiriam assim um certo conhecimento da India e regiões do extremo Oriente pelas relações dos viajantes e mercadores, seus correligionarios, obtinham tambem accesso a uma fonte de antiga sciencia, tanto ou mais veneravel do que os mais velhos livros gregos. De feito elles possuiram algumas noções sobre os preceitos da velha medicina hindú, e sobre os recursos da sua materia medica, colhidas em um dos Védas, assim como nas obras do lendario Charaka, e do seu discipulo Suśruta[1]. Sabemos, que nos fins do seculo VIII, assistiam na côrte de Harun-er-Raschid, em Baghdad, dois medicos indianos, chamados Manka e Saleh. Manka verteu do samskrito em persiano a obra classica de medicina, composta por Suśruta, e um tratado sobre os *venenos*, attribuido a Chânakya[2]. Comprehende-se pois que estas celebres obras d'aquella sciencia indiana, ás quaes os brahmanes attribuiam uma grande antiguidade e uma origem mythica e divina, se tornassem familiares a alguns dos eruditos arabes. Royle encontrou nos livros de Rasis, de Avicenna, e de Serapio, varias referencias a Charáka, sob diversas variantes orthogra-

---

[1] Conf. uma noticia sobre estas obras do celebre Wilson, em Royle, *Antiquity of Hindoo medicine*, pag. 56 e seguintes.

[2] Steinschneider e o professor Flügel, citados por Max Müller, *Lectures on the science of language*, 1.ª série, 152.

phicas faceis de explicar —*Xarcha indus*, ou *apud Scirak indum;* ou *dixit Scarak indianus*[1]. Pelas viagens, pela observação directa, ou pela leitura dos velhos manuscriptos indianos se estabelecia pois aquella superioridade, que Garcia da Orta notava com toda a rasão, dizendo: «n'estas cousas da India souberão mais os Arabios do que os Gregos».

Ao mesmo tempo que alargavam os conhecimentos botanicos, os arabes introduziam na sciencia certos elementos de confusão. É claro, que em todos estes tempos antigos, não havia nomenclatura scientifica, obedecendo a regras determinadas, nem cousa com isso parecida. Os gregos designavam as *drogas* e as *plantas* pelos seus nomes vulgares, com toda a incerteza inherente a este genero de nomenclatura. Houve no emtanto entre elles uma certa tradição, mantida pela serie não interrompida de escriptores; e de Hippocrates até Dioscorides, d'este até Paulo, os nomes não se alteram muito. N'aquelles dez seculos as mesmas palavras significaram pouco mais ou menos as mesmas substancias ou os mesmos vegetaes. Isto, porém, não succedeu na passagem para os livros arabicos, onde as plantas estão designadas por novos nomes vulgares, tomados no arabico, no persiano ou n'outras linguas orientaes. Nos casos mesmo em que os sabios islamitas acceitaram o nome grego, alteraram-no profundamente, escrevendo-o em um alphabeto especial, não equivalente ao antigo. Alem d'isso, a escripta arabica, pela falta de vogaes e pela importancia capital dos pontos diacriticos, está mais do que qualquer outra sujeita a erros de copia. Passando de codice para codice, os nomes soffriam modificações e corrompiam-se. E quando mais tarde,

---

[1] Royle, l. c., 37. Ao erudito Sprengel (*Hist. rei herbariae*, 1, 234) não escapou a citação de Rasis; mas não soube a quem se applicava e diz: *Scharak indus, a Rhazeo citatus, plane ignotus.*

Constantino Africano, Gerardo Cremonense e outros verteram aquelles codices no latim barbaro da edade media, servindo-se de uma translitteração caprichosa e sem regras fixas, completaram a confusão. Tudo isto creou uma synonymia complexa, enredada, que fazia o desespero dos commentadores. O nosso Garcia da Orta sentia bem estas difficuldades, e a cada passo declara que tal ou tal nome está «corruto»; ou se revolta contra Gerardo de Cremona, accusando-o de embrulhar tudo, como o Davo da comedia de Terencio. A accusação era um tanto injusta, pois o embrulho vinha de mais longe, e não se póde lançar unicamente á conta d'aquelle zeloso arabista.

Para completarmos esta breve resenha dos caminhos pelos quaes chegaram á Europa noticias sobre a historia natural do Oriente, resta-nos unicamente fallar dos viajantes europeus da edade media. Dividem-se naturalmente em dois grupos: os que correram aquellas terras longinguas impellidos pelo zêlo religioso; os que ali foram levados pelo interesse commercial.

Logo no primeiro quartel do XIII seculo, alguns soberanos da Europa e alguns papas começaram a estabelecer relações com os Khans da Tartaria, os quaes, bastante tolerantes ou bastante indifferentes em materia de religião, se suppunha poderem ser facilmente convertidos ao catholicismo. Enviaram-se embaixadores e missionarios á côrte nomada do grande e mysterioso potentado, o Gran Khan ou *Grande Cão*, como ás vezes se escrevia sem intenção offensiva. Foram ali com um caracter semi-religioso, semi-diplomatico, fr. João de Plano Carpini, Rubruquis e outros frades; mas estas primeiras viagens pouco nos interessam, pois se dirigiram principalmente para a Asia media e septentrional.

Nos fins do seculo teve logar a mais celebre viagem de toda a edade media, a do veneziano Marco Polo. Este correu não só a Tartaria, como a China, varios portos do grande archipelago oriental, e todo o litoral

da India, dando-nos no seu *livro* um extraordinario numero de informações exactas e em parte novas sobre os mais variados assumptos, incluindo a historia natural d'aquellas mal conhecidas regiões[1]. E devemos advertir que a relação da sua viagem se tornou desde logo famosa, sendo vertida em diversas linguas, espalhando-se primeiro em copias manuscriptas, e depois em edições successivas[2], de modo que as observações n'ella contidas entraram no dominio da sciencia, corrente entre eruditos.

Depois de Marco Polo, e nos começos do seculo seguinte, partiu para o Oriente uma hoste de missionarios, parte dos quaes visitaram a India, como foram: o dominicano fr. Jordão, que alguns dizem ter sido portuguez, mas ao que parece sem rasão[3]; o franciscano fr. Odorico de Pordenone, beatificado pela igreja romana[4]; o franciscano fr. João de Marignolli[5] e varios outros. Todos elles entremearam as relações dos seus trabalhos apostolicos de algumas noticias interessantes e originaes sobre as producções d'aquellas terras. Assim fr. João de Marignolli, d'envolta com umas indicações phantasticas e confusas sobre a *flora* provavel do paraizo, dá uma descripção exactissima da *jaca* e da *jaqueira*[6]. Assim fr. Odorico falla correctamente da pimenta e do modo

---

1 A viagem do celebre veneziano foi modernamente annotada com inexcedivel cuidado pelo erudito Yule, *The book of ser Marco Polo,* London, 1871. Cito esta edição que tenho diante de mim; mas há uma posterior e superior.

2 Nomeadamente a traducção portugueza, impressa em Lisboa, no anno de 1502, por Valentim Fernandes.

3 Conf. *Mirabilia* de fr. Jordanus, traduzida e editada por H. Yule, na collecção Hakluyt.

4 Conf. *The travels of friar Odoric,* pag. 1 a 162 e Appendice 1: em *Cathay and the way thither* por H. Yule na mesma collecção.

5 Conf. *Recollections of travel in the east by John de Marignolli,* pag. 335 a 394, em *Cathay,* etc.

6 *Cathay,* 362.

de a colher[1]; do excellente gengibre do Malabar[2]; e descreve como testemunha de vista, posto que com uma certa incorrecção resultante de uma comprehensão incompleta, o modo de preparar o *sagu* nas ilhas do archipelago Malayo[3].

Juntamente com estes frades andavam na India muitos mercadores, principalmente italianos, e mais particularmente venezianos. Logo no começo do XIV seculo, o conhecido escriptor, Marino Sanuto, apontava a grande quantidade de negociantes, que no seu tempo haviam ido á India e voltado à salvamento. Em geral não escreveram, nem lhes conhecemos os nomes; mas podemos calcular a importancia e frequencia das relações commerciaes que elles entretinham com o Oriente por um grande numero de documentos, e, entre outros, pelo livro interessante de Balducci Pegolotti, escripto no meado do XIV seculo. Pegolotti fôra caixeiro ou empregado da grande casa commercial dos Bardi de Florença, e escreveu uma especie de *guia* do negociante com o Oriente, onde se encontra uma serie de dados curiosissimos sobre pesos, medidas, taras, correntes, direitos de alfandega e outras circumstancias relativas ao commercio. Ahi, nas informações sobre os habitos do porto de Constantinopla, vem uma lista muito completa de mercadorias orientaes, como pimenta, zedoaria, páu brazil, cinnamomo, cravo, cubebas, e mesmo substancias pouco vulgares então, e depois bem conhecidas dos portuguezes, por exemplo, o *bastão* do cravo[4]. N'este

---

[1] *Cathay*, 77.

[2] *Cathay*, l. c.

[3] Conf. *Cathay*, 91; póde comparar-se esta curiosa passagem com a moderna e exacta descripção de Wallace (*The malay archipelago*, 377).

[4] O manuscripto de Pegolotti foi impresso no seculo passado em um livro intitulado *Della decima*, etc. Cito pelos extractos, dados por Yule (*Cathay*, 279 a 308 e Appendix III). A confronta-

livro nós temos pois a confirmação circumstanciada do facto historico perfeitamente conhecido, a existencia de um activo commercio com o Oriente, feito pelos florentinos, genovezes e venezianos. E posto que estes em geral recebessem as mercadorias nos portos do Mediterraneo das mãos dos arabes e turcos, que ali as conduziam, é certo que muitos agentes seus, muitos *commis voyageurs* do tempo, correram a India e pontos remotos da Asia.

Entre as viagens do seculo xv merece uma menção especial, pela sua importancia e porque a sua relação ficou escripta, a do veneziano Nicolo di Conti, o qual andou pela India e outras partes da Asia perto de vinte e cinco annos[1]. Merece tambem ser notada a de Hieronimo di Santo Stephano. Este infeliz viajante, que sofreu inclemencias nas terras orientaes, estava, ao que parece, detido em Sumatra[2] quando Vasco da Gama chegou á India. Fecha pois a serie das antigas viagens pelo mar Roxo, que iam ser substituidas pelas navegações em volta da Africa austral.

E necessario, porém, ter em vista que as informações sobre a historia natural do Oriente dispersas por estas obras de missionarios e de mercadores, foram em geral mal conhecidas e pouco aproveitadas. Os auctores, posto que muitos d'elles fossem intelligentes e veridicos, não fallavam como homens de sciencia e da especialidade;

ção minuciosa d'este livro com o que escreveu dois seculos depois o nosso Antonio Nunes (*Lyvro dos pesos da Ymdia* nos *Subsidios* de Felner) daria um interessantissimo capitulo da historia commercial, marcando bem a influencia do novo caminho pelo cabo da Boa Esperança.

[1] Conf. Major, *India in the fifteenth century*, na collecção Hacklugt, 1857. Uma das primeiras, se não a primeira edição d'esta viagem, é a da versão portugueza. Foi impressa em Lisboa no anno de 1502 por Valentim Fernandes, juntamente com o livro de Marco Polo, e sob o titulo *Ho livro de Nicolau Veneto.*

[2] Conf. Major, *India in the fifteenth century*.

e nem sempre as suas observações attrahiram a attenção dos eruditos da Europa. Depois, áparte o livro de Marco Polo, e até certo ponto os de Nicolo Conti, fr. Odorico e poucos mais, as relações das suas viagens ficaram ignoradas, ineditas nos cartorios dos conventos ou inseridas em enormes *Chronicons,* mistura indigesta de toda a sorte de assumptos, donde as desenterrou, como fosseis valiosos, a paciencia de alguns modernos escriptores. Em regra, as noções contidas nos grandes livros classicos, gregos, latinos e arabicos, ficaram intactas. Vemos, por exemplo, Garcia da Orta obrigado a emendar cuidadosamente alguns enganos de Plinio, que já emendára nove seculos antes o monge Cosmas, e dois seculos antes o franciscano Odorico, e no emtanto continuavam a correr com aquella vitalidade persistente e singular do erro.

D'esta exposição, que poderá parecer longa, mas é na realidade curtissima e apenas indicada, pois se refere a um periodo de mais de trinta seculos, se vê como a Europa esteve sempre em contacto com a India. Dos tempos do sabio rei Salomão, aos tempos do venturoso rei D. Manuel, os povos occidentaes, incluindo n'esta designação os da bacia mediterranica, souberam sempre da existencia d'aquella explendida região da luz; e mandaram lá os seus mercadores, as suas expedições militares, ou as suas missões religiosas. Entrevistas mais do que vistas, aquellas terras de Ophir, do Aureo Chersoneso, da Taprobana, do Cathayo seduziram as imaginações pela riqueza e pela singularidade dos seus productos, pelos seus metaes preciosos, pelas suas pedrarias, pelas suas especies aromaticas, pelos seus perfumes exquisitos, pelas fórmas desusadas dos seus animaes, e sobretudo pela attracção do desconhecido, ou antes do mal conhecido. E todas as noticias sobre aquellas terras, noticias vagas, nebulosas, contradictorias, se foram armazenando em numerosos e volumosos manuscriptos durante vinte a trinta seculos.

Quando, depois do meado do xv seculo, começaram a trabalhar os prelos de Roma, de Veneza, de París, de Lyão, de Basilea, de Francfort, e de Antuerpia, deram-se á luz esses manuscriptos n'aquelles in-folios, pesados, compactos, alguns typographicamente primorosos, que ainda fazem o orgulho das ricas bibliothecas. N'uma grande actividade intellectual, n'um desejo reprezado de publicidade, deu-se á luz o thesouro accumulado sem grande escolha, oiro e liga. Na nossa especialidade vemos imprimir os livros latinos, as traducções antigas e modernas dos gregos, as versões dos arabicos feitas na edade media, as dissertações diffusas de todos os doutores, as compilações escholasticas, as exposições, as interpretações, os scholios, os commentarios, as annotações. O dique rompeu-se, e houve uma inundação de sciencia velha. Na corrente, fluctuavam á mistura a verdade e o erro. A confusão era pasmosa. Ninguem antes de Linneu fez uma verdadeira *diagnose,* e as curtas descripções de gregos e arabicos eram, em regra, inintelligiveis. Os nomes, enredados n'uma synonymia complicadissima, de pouco serviam[1]. Gastavam-se paginas e paginas a debater se *tal cousa* de Plinio era o mesmo que *tal cousa* de Dioscorides. Alem d'isso, na edade media ninguem se atrevia a emendar os antigos. Pretendiam concilial-os. Um dos mais famosos doutores d'aquelles velhos tempos, Pedro de Abano, teve por alcunha o conciliador —*Conciliator*—. Ora, as noticias dos antigos eram as mais das vezes inconciliaveis. Toda esta velha sciencia, revolvida pela curiosidade dos eruditos, formava uma massa confusa, onde os diamantes abundavam, mas de envolta com tanto calháu, que mal

---

[1] Um dos mais curiosos exemplos de confusão de nomes, é a troca que fez Myrepso, da canella *(dar-seni* em arabico) com o arsenico. Comprehende-se a que lamentaveis resultados therapeuticos podia levar esta troca.

se podiam encontrar. Nunca meada mais inextricavel desafiou a paciencia humana.

A paciencia humana não recuou. Limitando rigorosamente as nossas observações ao nosso assumpto, isto é, á sciencia das drogas e das plantas, nós vemos surgir os commentadores, cheios de erudição e de coragem. Leoniceno, Manardo, Ruellio, Trago, Cordo, Mattioli, Laguna, Brunfels, Fuchs trabalharam á porfia em desembaraçar a meada. A palavra commentador parece envolver uma critica, uma accusação de falta de originalidade. Nós mesmos n'este trabalho a temos talvez empregado n'esse sentido. Mas a verdade é que o serviço feito pelos commentadores foi enorme. A sciencia não podia progredir sem estabelecer uma certa ordem nas velhas noções. Era necessario desembaraçar o terreno. Fez-se um trabalho, ingrato mas indispensavel, de liquidação. Fecharam-se as contas antigas, apurando o saldo que passava á conta nova. Alem d'isso, os commentadores não estudaram sómente os livros, viram a natureza; procuraram nos campos e nas herborisações a explicação das passagens obscuras dos manuscriptos ou dos incunabulos. Passeando as collinas da Grecia e da Italia, aprenderam a ler Theophrasto e Plinio. Apertando as descripções, obtiveram uma noção mais definida da *especie* vegetal.

Uma circumstancia, na apparencia secundaria, contribuiu poderosamente para fixar o conhecimento das especies. Refiro-me ao uso das estampas. Todos sabem que os progressos da xylographia acompanharam os da typographia. Começou-se a gravar na madeira, com um traço, se não delicado, ao menos artistico e seguro. Introduziu-se então o uso de acompanhar a descripção da planta com a sua imagem. Como as descripções fossem um tanto vagas, e a significação dos orgãos da flor desconhecida, as imagens davam um auxilio valiosissimo. As gravuras da primeira metade do seculo XVI são muitas vezes ingenuas e grosseiras; mas quasi sem-

pre rigorosa e sinceramente traçadas. Tenho diante de mim as estampas das plantas hespanholas, observadas por Clusius, as quaes na verdade foram feitas em uma epocha mais avançada (1567 a 1569). São desenhadas por Pedro vander Borcht, e em parte gravadas por van Campen, por conta do famoso editor Plantino, e podem comparar-se com o que se fez de melhor nos dois seculos seguintes. Os *icones* xylographicos dos livros de Dodoens e de Fuchs, publicados no meado do seculo, são tambem muito notaveis. Varias vezes a descripção um pouco confusa nos deixaria em duvida, se a estampa não viesse determinar a especie do modo o mais claro. Observando as plantas no vivo, debuxando-as com fidelidade, os eruditos do principio do seculo XVI lançavam pois as bases da botanica moderna, ao mesmo tempo que aclaravam algumas passagens obscuras dos velhos auctores.

Mas tudo isto se referia ás plantas da Europa, que estavam ali á mão, que os botanicos *viam*. Os vegetaes exoticos, dos quaes Dioscorides e Plinio fallaram vagamente, e Avicenna ou Rasis com mais algum conhecimento de causa, esses continuavam a ficar no vago. Vinham aos mercados pimenta, canella e camfora; alguns frades, mais occupados da salvação das almas que da determinação das especies, alguns mercadores de Veneza, mais attentos a enriquecer do que a distinguir fórmas vegetaes, haviam visto as plantas; mas nenhum botanico fôra ainda ao Malabar observar o *Piper* enrolado aos troncos finos das arequeiras, nem a Ceylão examinar a folhagem nitida do *Cinnamomum*, nem a Borneo admirar o enorme *Driobalanops* dominando a floresta circumvizinha. Na falta de observação directa, os botanicos da Europa discutiam no vacuo, commentavam os textos palavra a palavra, oppunham os gregos aos arabes, ou os arabes aos gregos, e não chegavam a uma conclusão qualquer. Sentiam muito bem toda a esterilidade das suas discussões; e viam a importancia

das viagens dos portuguezes, sabendo que d'ali e só d'ali lhes devia vir a luz. Laguna recommendava aos que não podiam ir á India, que ao menos fossem á *Casa da India* em Lisboa, e lá veriam todas as especies de canella. Mattioli exhortava os medicos d'el-rei de Portugal, a que tirassem bem a limpo a differença do *cinnamomum* e da *cassia lignea,* já que elle na Europa o não podia fazer. Havia pois uma lacuna na sciencia das plantas, e via-se o modo de a preencher.

Os primeiros portuguezes procuraram desempenhar-se d'este encargo; mas deram-nos apenas noticias, comparaveis com as que haviam dado os italianos dos seculos passados. Fallaram-nos como mercadores attentos, observadores e intelligentes; mas não como homens de sciencia. O primeiro a citar é o auctor do *Roteiro da viagem de Vasco Gama.* Na sua curtissima demora em Calicut reuniu uma copia muito notavel de informações. Soube da existencia de Ceylão, onde havia a «quanella fina»; de Sumatra, onde havia abundancia de «lacca»; de Sião (Xarnauz) onde havia muito «beijoim», e muito «aloee»; e de outros reinos, com as suas respectivas producções. Deu-nos os preços da canella, cravo, pimenta, gengibre, noz muscada, lacca, brazil, ruybarbo, almiscar, pau de aloes, benjoim e incenso[1]. Em poucos dias, e tão accidentados como foram os da primeira visita de Vasco da Gama a Calicut, não era possivel conseguir mais.

Vem em seguida o boticario Thomé Pires, o qual partiu no anno de 1511 para a India, onde exerceu o cargo de «feitor das drogarias», primeiro em Cananor, depois em Malaca, voltando mais tarde a Cochim. En-

---

1 *Roteiro da viagem de Vasco da Gama,* edição de A. Herculano e Castello de Paiva, Lisboa, 1861, de pag. 109 a 116.

viado como embaixador á China, foi executado em Peking dizem uns, morreu na prisão affirmam outros, ou ficou por lá perdido, casando com uma mulher da terra e deixando uma filha chamada Ignez, segundo conta Fernão Mendes Pinto. Fosse qual fosse o seu destino, o que agora nos não importa examinar, elle escreveu de Cochim a el-rei D. Manuel em 27 de janeiro de 1517 uma longa carta, dando-lhe noticia das drogas asiaticas. Pela sua profissão de boticario, por alguns conhecimentos scientificos que possuia, pela natureza do seu emprego no Oriente, Thomé Pires podia fallar n'estes assumptos com mais conhecimento de causa do que os outros escriptores. De feito a sua carta tem muito interesse. Marca com exactidão as procedencias das especiarias e drogas; e faz algumas reflexões dignas de nota sobre a fórma da *galanga*, ou sobre a natureza da *momia*, do *ispodio*, do *estoraque* e do *estoraque liquido*[1]. É certo todavia que elle não era, nem um erudito, nem um botanico —pelo menos não o mostra na sua carta— e deixou portanto intactas todas as questões que convinha resolver.

Tenho fallado repetidas vezes no *livro* de Duarte Barbosa, terminado pelo anno de 1516, e na verdade é uma mina inexhaurivel de informações. Sabia tudo; e, de Sofala até á China, vae-nos dizendo, porto por porto, o aspecto das povoações, os costumes dos habitantes, a natureza das mercadorias, os habitos do commercio. Mas do mesmo modo que Thomé Pires, e ainda mais do que elle, Duarte Barbosa era estranho aos assumptos puramente scientificos. Via o que podia

---

[1] A carta foi publicada no *Jorn. da Soc. Pharm. Lusit.*, 1.ª série, tom. 2.º, pag. 36 por diligencia do patriarcha S. Luiz. Vem impressa tambem na *Gazeta de pharmacia* a pag. 38 por Pedro José da Silva, com algumas modificações resultantes do confronto com o documento original existente na Torre do Tombo.

ver um homem intelligentissimo mas pouco culto; e não ía alem[1].

Poderia ainda citar o *Lyvro dos pezos da Ymdia, e assy medidas e mohedas,* escripto no anno de 1554 por Antonio Nunes[2]. É um documento precioso, no genero do livro de Pegolotti, onde vem enumeradas todas as especiarias e todas as drogas, com as maneiras variadissimas por que eram pesadas nos diversos portos, com os *picotás* complicados admittidos pelos mercadores; mas é um livro de commercio, tratando unicamente as questões que interessam o commercio.

Á parte pois a *Carta* de Thomé Pires, e esta dentro de apertadissimos limites, nenhum dos escriptos portuguezes satisfazia a legitima curiosidade dos botanicos europeus. Nenhum, nem ao menos roçava pelas questões de sciencia, pela origem botanica das drogas, pela comparação da *flora* indiana com o que d'ella disseram os antigos, por todos os problemas, qual d'elles mais interessante, a cuja solução se não podia chegar na Europa. Acrescente-se que todos estes escriptos ficaram ineditos; inedito o *Roteiro;* inedita a *Carta;* ineditos os *Livros* de Duarte Barbosa[3] e de Antonio Nunes.

Foi n'esta situação que Garcia da Orta partiu para a India. Tinha diante de si melhor do que um campo inexplorado —um campo mal explorado. Ía para uma terra, donde se sabia pouco e se queria saber mais. Todas as velhas noticias, incompletas e contradictorias,

---

[1] Conf. *Livro de Duarte Barbosa* nas *Noticias ultramarinas,* II, 235, edição de 1867; ou a versão italiana *Libro di Odoardo Barbosa, portughese,* em Ramusio, I, 288, edição de 1613; ou a versão ingleza de H. Stanley, *The coast of East Africa and Malabar,* na collecção Hakluyt.

[2] Impresso por Felner nos *Subsidios,* etc., Lisboa, 1868

[3] D'este publicou-se a versão italiana; mas ainda assim muitos annos depois.

irritavam a curiosidade sem a satisfazerem. Havia na India uma meada, e era necessario ir lá desembrulhal-a. Orta tinha quasi todas as qualidades necessarias para o poder fazer. Era um naturalista, pela paciencia, pela observação fina, pela liberdade de espirito, pela prudencia sensata. Faltava-lhe apenas mais algum methodo, e mais alguma clareza na exposição. Ia munido de vastos conhecimentos, de largas leituras, e levava comsigo os mais importantes livros sobre a especialidade. Teve pois a boa sorte de chegar a tempo; de se achar em uma situação para a qual estava preparado pelas faculdades naturaes e pelas adquiridas. Para nos servirmos de uma phrase ingleza, de difficil traducção: *he was the right man in the right place.*

Insisti n'este capitulo e já no anterior sobre a erudição de Orta, porque de feito era uma qualidade essencial para escrever um livro valioso sobre as especiarias da India. Se a India fosse um paiz novo, esta qualidade seria dispensavel. Nicolau Monardes era um erudito; mas se o não fosse, teria igualmente feito um livro interessante sobre a America. Gonçalo de Oviedo não tinha talvez estudos profundos, nem era versado na leitura de gregos e arabicos, o que o não impediu de escrever sobre a historia natural do Novo Mundo um dos mais attrahentes livros que existem. Quando Oviedo fallava do milho, do tabaco, da mandioca ou do ananaz não necessitava occupar-se do que antes d'elle tinham dito Dioscorides e Plinio, pela simplicissima rasão de que não tinham dito nada. No Novo Mundo era tudo novo. Não assim na India. Aqui havia cousas novas, e outras já vistas. Havia ausencia de noções, e —o que é muito mais complicado— noções falsas. De tal planta fallaram os arabes sob um nome, os gregos sob outro. Sobre tal droga errou Plinio, e acertou Avicenna. Tudo isto carecia de ser apurado, deslindado, posto em pratos limpos. Para isso era mister um erudito, debruado de um naturalista; porque em

frente dos antigos livros scientificos não devia haver nem ignorancia, nem subserviencia. Nem ignorancia que levasse a descrever como nova uma droga já descripta, augmentando assim a confusão; nem subserviencia, que levasse a acceitar uma asserção contraria aos factos.

Garcia da Orta possuia em parte estas qualidades, e por isso escreveu um livro de grande valor. É evidente que elle não fez, nem tentou fazer uma *flora* da India, nem então se sabia o que isto era. Não fez mesmo cousa parecida com o *Hortus malabaricus,* publicado por Rheede um seculo depois; e muito menos com o excellente *Herbarium amboinense* de Rumpf. Não tinha a paciencia methodica e a força regular de trabalho d'estes celebres naturalistas; e sobretudo não tinha e não podia ter —porque não existiam no seu tempo— as noções já mais completas e exactas sobre a structura das plantas e sobre os caracteres distinctivos das especies, que se encontram n'aquellas grandes obras. Garcia da Orta escreve nos meados do seculo XVI, com as noções e as idéas do seu tempo; e começa por não escrever um livro de botanica. Como quasi todos os seus contemporaneos, ainda encara as plantas unicamente sob o ponto de vista utilitario, e falla-nos apenas das drogas, dos vegetaes alimentares, medicinaes, ou podendo ter um emprego qualquer —do que hoje chamâmos *plantas economicas*. Dentro mesmo d'estes limites, elle não pretende classifical-as ou estudal-as methodicamente. Toma uma ordem arbitraria —a ordem alphabetica— e redige umas conversas bastante desordenadas, *à bâtons rompus,* onde mistura toda a sorte de assumptos. Estas conversas, porém, apesar do seu desalinho, marcam uma epocha, e abundam em passagens interessantes, em observações completamente novas, em elucidações de pontos antes obscuros.

O valor scientifico dos *Coloquios* tem sido geralmente reconhecido; e não me seria difficil accumular n'este lo-

gar muitas citações de referencias laudatorias. E não só de antigas referencias, em livros portuguezes ou extrangeiros, mais ou menos vagas e louvando ás vezes sem grande conhecimento de causa; mas de modernas referencias, feitas depois de um exame detido, e pelas primeiras auctoridades scientificas na especialidade. É certo, porém, que estas apreciações favoraveis teriam um interesse limitado, separadas d'aquellas paginas dos *Coloquios* a que se referem. Será pois preferivel dar uma ligeira idéa do livro pela analyse de algumas das suas paginas, a citar seccamente os elogios que em diversas epocas lhe foram feitos.

Não podemos, é claro, analysar todas as passagens interessantes. Isto só póde ser feito —e tenciono fazel-o— em uma edição critica dos *Coloquios*. No presente trabalho, devo limitar-me a tomar um pequeno numero de exemplos, que nos mostrem como Garcia da Orta tratava as questões, e qual é a significação scientifica da sua obra.

Os *Coloquios* contêem muitas cousas novas e dignas de memoria: *haud pauca nova aut memorabilia continet,* como dizia, apreciando-os, o erudito historiador da botanica, Sprengel[1]. Contêem noticias de plantas desconhecidas; e contêem complementos de noticias sobre plantas e drogas já observadas.

Procuremos alguns exemplos do primeiro caso, notando desde logo que o nosso naturalista ía fallar das cousas novas com perfeito conhecimento de que eram novas. Depois de tratar do aloés, do ambar, do amomo, do anacardo —tudo substancias que os seus predecessores haviam observado— elle enceta o *Coloquio da arvore triste* pela seguinte phrase, curiosa e bem significativa:

---

[1] *Historia rei herbariae,* I, 380.

—«Começo, em nome de Deus, nas mézinhas e simples da India não vistas nem conhecidas...»

Não vista nem conhecida era effectivamente a *arvore triste* —NYCTANTHES ARBOR-TRISTIS, Linn.—, aquella graciosa Oleacea, muito perfumada durante a noite, e que fechava de dia todas as suas flores[1]. Depois fallaram d'ella Christovam da Costa[2], e o dr. Paludano, nas notas a Linschoten[3], e Clusio, pelo que lhe dissera o seu amigo Fabricio Mordente de Salerno, que estivera em Goa[4]; mas todos esses escriptores vem alguns annos depois do nosso naturalista. Este não só descreve a feição d'aquella arvore, como conta a sua adoravel lenda indiana. Diziam que uma formosissima princeza, filha do rei Parizataco, se namorára do Sol; e, abandonada pelo amante voluvel, se matára e fôra queimada, como é uso n'aquellas terras. Das suas cinzas se gerou a arvore triste, que fecha todas as flôres durante o dia para não ver o ingrato amante. Ao terminar a narrativa da lenda, Orta faz esta reflexão: «parece ser que Ovidio seria d'estas partes, pois compunha as fabulas assi d'esta maneira[5]».

Não visto nem conhecido era o *negundo* —VITEX NEGUNDO, Linn.—, cujas propriedades medicinaes Orta enumera, distinguindo-o perfeitamente do *agno-casto*, uma planta botanicamente vizinha[6].

---

1 *Coloquios*, fl. 17, v.
2 *Tractado de las Drogas*, 220.
3 *Navigatio ac itinerarium*, 68.
4 *Exoticorum*, 225.
Lembra, por exemplo, a historia inversa de Clytia:

Tantum spectabat euntis
Ora Dei...
(Metam., IV, 264)

com a differença que a lenda hindú é muito mais poetica.
Coloquios, fl. 152.

Nova era tambem uma Meliacea medicinal —MELIA AZADIRACHTA, Linn.— da qual Orta descreve com bastante correcção a folha e o fructo. Designa-a pelo nome de *nimbo,* muito similhante ao samskrito *nimba;* e ainda hoje é conhecida na India pelo nome hindi de *nim,* ou pelo de *margosa,* derivado da palavra portugueza *amargosa*[1].

Nova era igualmente uma Rutacea —ÆGLE MARMELOS, Corrêa— que dava fructos medicinaes e «estiticos». Orta chama-lhes *marmellos de Bengala,* mas aponta correctamente os seus nomes indianos «belas, belis e cirifoles»[2]. Esta planta devia ser alguns seculos depois determinada e descripta scientificamente por um notavel botanico, que é tambem uma das glorias da sciencia portugueza, o abbade Corrêa da Serra[3].

Ainda eram novos os *paús de cobra.* Orta descreve-os com sufficiente exactidão[4], para que possamos identifical-os; e saber que o primeiro devia ser uma Apocynacea —RAUWOLPHIA SERPENTINA, Benth.[5]—, emquanto os outros sem duvida pertencem á familia das Loganiaceas. Se seguissemos esta enumeração, poderiamos acrescentar —mas sem grande interesse— mais alguns nomes de plantas novas, «não vistas nem conhecidas», e mencionadas pela primeira vez nos *Coloquios.*

---

1 *Coloquios,* fl. 153. Conf. Piddington, *An english index of the plants of India,* Calcutta, 1832; Flückiger e Hanbury, *Pharmacographia,* 136.

2 *Coloquios,* fl. 221 v. Os nomes de *bela, bael, bel* ainda se usam na India *(Pharmac.,* 116); *beli* é o nome em Ceylão (Piddington *Index,* 2); quanto a *cirifole* é a orthographia de Orta para o nome em samskrito, hindi e bengali, *shreephula* (Pidd. l. c.), ou melhor *siri-phala.*

3 Nas *Trans. Linn. Soc.,* v, 222.

4 *Coloquios,* fl. 158 e seguintes.

5 *Rauwolfia serpentina* Benth; *Ophioxylon serpentinum,* Linn. Conf. Hooker, *The flora of british India,* London, 1879, vol. III, p. 632.

Será, porém, mais interessante procurar em alguns exemplos o modo por que Garcia da Orta trata as questões complicadas, das quaes haviam fallado gregos e arabicos; e encontra quasi sempre alguma cousa nova a acrescentar ao que já se sabia.

Tomemos, como primeiro exemplo, a historia então bastante confusa de uns celebrados fructos da India, os *myrobalanos*. Garcia da Orta começa por assentar que os gregos e os latinos, Dioscorides e Galeno, bem como Plinio, haviam dado este nome —o qual significava «bolota cheirosa ou unguentaria»— a uma «mézinha», absolutamente diversa d'aquella, a que em seu tempo se applicava. Isto é perfeitamente exacto, pois o βαλανος μυρεψικη ou μυρον βαλανος dos antigos se deve referir ás sementes de uma ou duas leguminosas —MORINGA PTERIGOSPERMA e MORINGA APTERA— hoje chamadas *nozes de Ben*[1].

Desembaraçado assim o terreno, o nosso medico passa a tratar dos verdadeiros *myrobalanos* da India. Cita o celebre e lendario Charáka, o qual dissera que «sã qentes todos universalmente»; devendo nós comtudo confessar que elle não lêra nem conhecia Charáka, e unicamente repetia uma asserção encontrada no livro de Serapio[2]. Falla depois do famoso medicamento, composto de tres myrobalanos, e chamado «tinepala». Não é difficil reconhecer o nome samskritico de um remedio muito louvado, *tirphala* ou *triphala*, composto dos *tres fructos*, e do qual alguns gregos modernos trataram sob o nome de *triphera parva*[3]. Passando ao estudo especial dos fructos Orta distingue cinco sortes, *citrinos, indicos, belle-*

---

[1] Conf. Guibourt, *Hist. nat. des drogues simples*, 7.ª edição, III, 386.

[2] O texto da versão latina de Serapio é o seguinte: *Et Xarch indus dixit in mirobalanis: universaliter mirobalani sunt calidi...*

[3] Conf. Royle, *Ant. of hindoo medicine*, 37.

ricos, quebulicos, e emblicos. Os tres primeiros entravam na composição da *triphala,* emquanto os ultimos ou *emblicos* não tinham tão frequente emprego medicinal, e serviam geralmente no preparo dos couros. Tudo isto é exacto,mas não é novo. Estas distincções encontram-se já nos arabicos, e nos ultimos gregos, como Myrepso e Actuario; e a enumeração dos cinco myrobalanos, vindo de tempos anteriores a Orta póde ver-se ainda nos livros modernos sobre drogas[1]. Tambem se não podem considerar novas as indicações de Orta sobre a distribuição geographica das arvores dos myrobalanos, pois se encontram já, e com uma relativa exactidão, na carta de Thomé Pires.

Onde Garcia da Orta começa a ser original, é na descripção da fórma das plantas, quando nos diz que as quatro primeiras qualidades têem folhas simples; e pelo contrario a ultima as tem «como os fetos», quer dizer, finamente recortadas. Isto é perfeitamente observado: os myrobalanos *citrinos, indicos, quebulicos e bellericos* são fórmas pertencentes a duas especies de um genero das Combretaceas —TERMINALIA CHEBULA, Retz.; eTERMINALIA BELLERICA, Roxb.— que têem folhas simples e normaes[2]; emquanto os *emblicos* —PHYLLANTHUS EMBLICA, Linn.— pertencem á afastada familia das Euphorbiaceas e têem uma fina folhagem *sui generis*[3], a qual póde lembrar as frondes recortadas de alguns fetos. É

---

[1] Conf. Royle, l. c., 36; Guibourt, l. c., 282.

[2] *Coloquios,* fl. 150; conf. Hooker, *Flora of british India,* II, 445. É claro que Orta não falla em folhas *simples;* mas procura exemplos em arvores conhecidas, tendo folhas *simples,* como o salgueiro e o loureiro. Dos *bellericos* diz elle, que tinham folhas como as do «louro... mais pardaças». Este aspecto *pardaço* resultava das numerosas ponctuações de que estão revestidas (conf. Hooker, l. c.).

[3] Compare-se com a estampa de Wight, *Icones plantarum Indiae orientalis,* tav. 1896.

portanto certo, que o nosso Garcia da Orta observou pessoalmente e com muito bom criterio as celebres arvores dos myrobalanos.

Examinemos outra questão tambem complicada— a procedencia botanica da *camfora*. Garcia da Orta sabia perfeitamente que os antigos não conheceram esta substancia, a qual só fôra mencionada em tempos relativamente modernos por Aëcio de Amida. No momento em que Orta escrevia, encontravam-se no commercio oriental duas qualidades: a primeira vinha de Bornéo, Sumatra e Bairros[1]: a segunda do porto de Chinchêo[2]. Sómente a primeira era muito melhor, incomparavelmente mais cara, e gastava-se toda no Oriente, não vindo á Europa nem um só fragmento d'ella. Tudo isto é exacto; mas continua a não ser novo. Marco Polo, por exemplo, havia atravessado alguns seculos antes as florestas de camforeiras da China e visitado o porto de Chinchêo ou Zayton, por onde se exportava o seu producto. Soubera igualmente da existencia de uma *camfora* muito melhor e muito mais cara no archipelago malayo[3]. O mesmo souberam e disseram mais ou menos claramente varios escriptores arabicos. Orta n'este ponto apenas resumia, completando-as talvez, as noções existentes; mas no tocante ás feições das plantas diz-nos algumas cousas interessantes

Da arvore que dá a camfora da China —CINNAMOMUM CAMPHORA, Nees— sabia elle pouco, e de feito a China ficava-lhe muito longe; mas da Dipterocarpea que pro-

---

[1] *Bairros,* é o porto de *Barús* em Sumatra, por onde se fez nos tempos antigos o mais activo commercio de camfora. Conf. Yule, *Marco Polo,* II, 245.

[2] *Chinchêo* é a fórma portugueza do nome de um famoso porto da China, conhecido na idade-media pelo de *Zayton.* Na provincia de Fo-Kien proxima a Chinchêo havia effectivamente muitas camforeiras. Conf. Yule, *Marco Polo,* II, 187 e seguintes.

[3] Yule, *Marco Polo,* ut supra.

duz aquella substancia em Bornéo e Sumatra —DRYOBALANOPS CAMPHORA, Colebrooke— havia obtido noticias certas. Diz-nos que era uma arvore alta, espaçosa, «de boa copa e aprazivel á vista»; e de feito é uma das maiores e mais bellas arvores que existem. Diz-nos tambem, com toda a exactidão, que a *camfora* é gomma e não miolo; e ás vezes se vê exsudar —*suar* diz elle— pelas gretas e fendas da madeira. Isto observára pessoalmente em um grosso tronco que possuia D. João de Castro, e em uma mesa pertencente a um boticario de Goa.

É tambem interessante o que Orta nos relata sobre o *manná*[2]. Elle conhecia muito bem o manná europeu da Sicilia, ou, como diz, da Calabria —producto do FRAXINUS ORNUS, Linn.—; mas encontrava no Oriente novas qualidades, ainda não estudadas. Nenhuma era produzida propriamente na India; e procediam em geral da provincia de «Usbeque». Sob este nome de Usbeque ou Uzbek, Orta parece abranger o Afghanistan, parte da Persia, e outras regiões da Asia central, d'onde effectivamente vinha e continua a vir o manná para a India, ou pela via maritima de Hormuz, ou pelos desfiladeiros de Herat e de Kandahar[3]. Uma das variedades de manná chamava-se «Xirquest» ou «Xircast», e era um «rucio que cáe d'aquellas arvores ou gomma que nasce d'ellas». Esta indicação é exactissima, incluindo o nome. Ainda hoje nos bazares da India do Noroeste se encontra a mesma substancia sob o mesmo nome de *Shír-*

---

[1] *Coloquios*, fl. 40 v. Conf. a descripção da arvore, dada por Junghuhn, citado por Yule, l. c. II, 246; Crawfurd, *Descriptive Dictionary of the Indian islands*, London, 1856, pag. 81; Roxburgh' *Fl. Ind.*, f. 2, p. 616, ed. de 1832.

[2] *Coloquios*, fl. 132 e seguintes.

[3] Veja-se Davies's, *Report on the trade of Central Asia*, ordered by the House of Commons to be printed, 17 February, 1864.

Khist. Segundo resulta das observações de Hausskne-cht[1], é a exsudação de uma arvore da familia das Rosaceas —COTONEASTER NUMMULARIA, Fisch. et Mey.— e vem em pequenas quantidades do Afghanistan e Turquestan, isto é, do Usbeque de Garcia da Orta. Outra qualidade recebia, segundo Orta, o nome de «tiriamjabin» ou «trumgibin» e nascia sobre os «cardos». Encontra-se modernamente nos bazares do Oriente um manná designado pelo nome de *turanjábin*, o qual é produzido na Persia, Afghanistan e Beluchistan, por uma planta espinhosa da familia das Leguminosas— ALHAGI CAMELORUM, Fisch.—. Muito naturalmente da natureza espinhosa da planta, resultou o nosso naturalista chamar-lhe um *cardo*. O vulgo considerava esta substancia um fructo; mas Orta apurou bem que era «gomma ou resina»[2]. Menciona-se tambem nos *Coloquios* outra especie de manná. Vinha a Goa por mar, do porto de Hormuz, encerrada em odres, e tinha o aspecto de «mel alvo coalhado». Devia sem duvida ser o manná, chamado pelos arabes *Gaz-anjabin*, o qual exsuda dos troncos das tamargueiras —TAMARIX GALLICA, varied. MANNIFERA, Ehrenb.— sob a excitação produzida pela punctura de um insecto especial. Esta substancia é

---

[1] Citado por Flückiger e Hanbury, *Pharmac.*, 372.

[2] Como exemplo da correcção de Garcia da Orta podemos comparar a sua descripção d'esta droga, com as palavras do mais auctorisado livro moderno de pharmacographia, o citado acima de Flückiger e Hanbury.

«E vem em pedacinhos...»	*In little roundish, hard, dry tears...*
algum tanto de côr roxa ao parecer...»	*of a light brown colour*
e os grãos são mais grandes que coentros secos.»	*varying from the size of a mustard-seed to that of a hemp-seed.*

principalmente colhida na peninsula do Sinai, sendo preparada e vendida pelos monges do convento de Santa Catharina; e comprehende-se bem que no XVI seculo chegasse á India pela via de Hormuz. O notavel chimico Berthelot teve occasião de observar modernamente um especimen d'este manná, trazido do Sinai, e descreve-o como um *xarope grosso amarellado*[1], o que corresponde perfeitamente ao *mel alvo coalhado* do nosso Orta. Como se vê, tudo quanto este nos diz sobre os mannás é claro, completo, perfeitamente satisfactorio, e confirmado pelas mais seguras observações das modernas auctoridades scientificas.

Procuremos, porém, alguns exemplos mais. O incansavel e extravagante peregrinador Ibn Batuta, fallára no XIV seculo do *benjoim,* dando-lhe o nome de *luban jáwi;* isto é, *leite* ou *incenso* de Java. D'este nome, usado pelos negociantes arabes, resultára — pela quéda da primeira syllaba — o nome de *benjoim.* Durante a edade media, alguns potentados orientaes mandaram presentes aos dòges de Veneza ou á rainha de Chypre, nos quaes entrava o benjoim; mas a natureza e procedencia d'este perfume ficou muito obscura. Quando Vasco da Gama chegou á India, o seu companheiro de viagem, auctor do *Roteiro,* soube apenas que havia benjoim em Sião, a que chama Xarnauz — corrupção do nome persiano de um dos portos d'aquelle reino, Shahr-i-nao. Garcia da Orta, porém, aclara parte das duvidas. Sabe que em Sião ha o bom «benjoy amendoado»; e em Java e Sumatra outros de menor preço. Comtudo d'estas ultimas terras tambem vinha uma especie muito boa, produzida pelas arvores novas, e chamada «benjoy de boninas». Da arvore de Sião nada sabia, e não admira, pois estamos hoje na mesma igno-

---

[1] *Comptes rendus,* LIII, p. 371; *Pharmac.,* p. 371.

rancia; mas da arvore de Java, Sumatra e Malaca — STYRAX BENZOIN, Dryander — sabia que era alta, de boa sombra, regular, com «seus ramos bem ordenados», tendo folhas menores que as do limoeiro, não tão verdes, e por fóra (quer dizer por baixo) brancas[1]. Averiguára todas estas cousas com difficuldade, recebendo ramos de Malaca, e «folhas mettidas em vinagre», que pagára por bom preço, pois era trabalhoso e perigoso ir áquelles mattos, onde havia muitos tigres. É extremamente notavel este trecho, mostrando-nos como o naturalista portuguez estudava cuidadosamente as questões, reunindo exemplares de plantas, fazendo já uma especie de herbario, e pedindo ou mesmo pagando a collectores que fossem ás regiões mais afastadas, e que elle não visitou. No que diz respeito ao benjoim, os seus esforços não foram inuteis, pois por elles conseguiu ser o primeiro a dar sobre esta droga indicações lucidas e comprehensivas[2].

Tomemos o ultimo exemplo em uma questão particularmente complicada — a historia dos *cardamomos*. Todos haviam fallado d'estes fructos; mas referindo-se a cousas diversas, misturando drogas da Africa com drogas da Asia, distinguindo cardamomos *grandes* e *pequenos* sem os definir exactamente, de modo que ninguem se entendia. O nosso Duarte Barbosa averiguára que o cardamomo do commercio procedia principalmente da India, e apontára a sua existencia nas terras do Canará e Malabar; mas ficára por ahi.

---

[1] *Coloquios*, fl. 29 v.; conf. as diagnoses modernas da especie, notando-se, por exemplo, o seguinte character:... *foliis oblongis acuminatis, subtus albido-tomentosis* (DC., *Prodromus*, VIII, 260), e ver-se-ha como Orta era exacto.

[2] O juizo não é nosso. O dr. Flückiger e Daniel Hanbury, duas auctoridades incontestaveis, dizem modernamente: *Garcia d'Orta, writing at* Goa (1534-1563) *was the first to give a lucid and intelligent account of benzoin... (Pharmac.*, 362).

Garcia da Orta conhecia perfeitamente as difficuldades da questão, e abre o *Coloquio* por estas palavras: «Grande meada temos pera desempeçar, e grandes nós pera desatar, como os que Alexandre cortou pera escusar o trabalho de os desempeçar». Lembra-nos a phrase de que usava muito tempo depois outro paciente e intelligentissimo investigador, em questões de drogas, Geoffroy, quando dizia: *Nulla res est fortasse in re pharmaceutica magis litigiata quam cardamoni notitia.*

Orta passa pois a desempeçar a meada, errando em alguns casos e acertando em outros; e a final conta-nos, como andando «n'estes cuidados» de apurar a verdade em relação aos cardamomos, viera ter a Cochim, onde elle estava, um judeu da Turquia. Orta, com os seus bons habitos, travou logo conhecimento com o judeu, o qual lhe disse que vinha comprar drogas, e entre ellas *cacollá quebir,* isto é cardamomo grande. Seguindo o fio das suas averiguações, o nosso naturalista veiu a saber que esta fórma grande vinha de Ceylão. Mais se confirmou na distincção, quando foi chamado ao interior para curar um irmão do famoso Verido —Kasim Berid— e lá encontrou nos bazares e nas boticas as duas sortes de cardamomo. Assenta pois em que existiam á venda na India o cardamomo *maior* e o *menor,* sómente o menor era produzido na terra, emquanto o maior vinha aos mercados da ilha de Ceylão, unica parte onde nasce. Isto é perfeitamente exacto; o cardamomo menor procede de uma Zingiberacea —ELLETÁRIA CARDAMOMUM, Maton— espontanea pelas matas das montanhas do Canará e do Malabar; e o cardamomo maior procede de uma variedade bem marcada da mesma especie, a qual só se encontra espontanea na ilha de Ceylão. Ha sem duvida alguma muitas outras especies de cardamomo, e Garcia da Orta deixava ainda muito empeçada a meada; mas é certo que lhe encontrou os primeiros fios, e fixou perfeitamente a pro-

cedencia geographica e botanica dos dois principaes cardamomos do commercio[1].

Não seria difficil multiplicar os exemplos, pois raro é o assumpto em que o nosso medico deixa de deslindar alguma confusão, ou de apontar algum facto desconhecido.

Quando falla do *cate* —ou *kat* na moderna orthòographia— descreve primeiramente a arvore d'onde se extrahe —ACACIA CATECHU, Willd.—; e depois o modo por que se obtem na India o extracto da madeira, e se conserva em «trociscos», misturando-o com a farinha do «nachani» —ELEUSINE CORACANA, Gäertn.— uma Graminea alimentar, bem conhecida na India e leste da Africa[2].

Quando trata do «costo» —SAUSSUREA LAPPA, Clarke?— e da sua natureza botanica, uma questão complexa e ainda hoje não completamente liquidada[3], começa por affirmar, contra a opinião dos antigos, que existe uma só qualidade. Este modo de ver é seguido

---

[1] Eis o que dizem a tal respeito Flückiger e Hanbury: *The first writer who definitely and correctly states the country of the cardamom, appears to be the portuguese navigator Barbosa* (1514) *who frequently names it as a production of the Malabar coast. Garcia d'Orta, physician to the viceroy at Goa about* 1563 *mentions the shipment of the drug to Europe; he also ascertained that the larger sort was produced in Ceylon (Pharm.,* 583).

[2] *Coloquios,* fl. 125 v. Sobre esta passagem dizem Flückiger e Hanbury: *Garcia d'Orta gave a particular account of the same drug (catechu) under its Hindustani name of kat... (Pharm.,* 214). Orta enganou-se, porém, em julgar que o *kat* era o famoso *Lycium* (λυκιον) dos antigos, o qual se deve identificar com a casca de varias especies de *Berberis.*

[3] Esta planta —*Saussurea Lappa* Clarke; *Aucklandia Costus* Falconer; *Aplotaxis Lappa* Decaisne— pertence á familia das Compostas, e habita as vertentes do Himalaya. Se a sua raiz é ou não o verdadeiro *costus* dos antigos, é questão ainda duvidosa. Conf. Falconer nas *Trans. Linn. Soc.,* XIX, 23; e Guibourt, *Hist. nat des drogues simples,* III, 28.

em alguns dos mais valiosos livros modernos, que se apoiam na sua auctoridade[1]. Menciona depois os seus nomes arabicos de «cost» e «cast», o seu nome guzarati de «uplot», e o seu nome malayo de «pucho». Modernamente, Royle encontrou a raiz de *costo* nos mercados de Calcutta, correndo sob o mesmo nome de *puchuk*[2].

Quando se occupa da *Galanga*, substancia perfeitamente conhecida dos negociantes e escriptores arabes, faz uma distincção importante e inteiramente nova. Diz-nos que havia duas especies: uma maior e menos aromatica, procedente de Java; a outra mais pequena e mais cheirosa, originaria da China. Perfeitamente exacto; a raiz da especie de Java —ALPINIA GALANGA, Willd.— distingue-se pelos caracteres por elle apontados da raiz vinda da China —ALPINIA OFFICINARUM, Hance— a qual hoje quasi exclusivamente se encontra no commercio[3]. E notarei de passagem, que a origem botanica da ultima apenas é rigorosamente conhecida ha pouquissimos annos pelos trabalhos do dr. Hance[4].

Não citarei mais exemplos, *j'en passe et des meilleurs;* mas estes bastarão para vermos como os *Colo-*

---

[1] *Coloquios*, fl. 70. Guibourt exprime-se d'este modo: *Garcias dit s'être informé des commerçans turcs, arabes et persans, s'il naissait chez eux quelque autre espèce de costus que celle tirée de l'Inde, et que tous lui ont répondu ne connaître que le costus de l'Inde (Hist. nat. des drogues simples*, III, 28).

[2] Diz Royle fallando do costus: *I cannot distinguish it from a root well known in the market there (Calcutta) by the name of Puchuk. This identity was long ago ascertained by Garcias ab Horto (Ant. of Hindoo medicine*, 88).

[3] Eis o que diz Hanbury a este respeito: *Garcia d'Orta first physician to the portuguese Viceroy of India at Goa, and a resident in India for thirty years, is, I think, the first writer to point out* (1563) *that there are two sorts of galangal... this distinction is perfectly correct.* Conf. *Hist. notes on the Radix Galangae of pharmacy*, nos *Science papers*, London, 1876, a pag. 373.

[4] *Journ. of the Linn. Soc.*, XIII (1873), 1.

quios são uma mina riquissima de observações ineditas, escrupulosamente exactas e sensatamente criticadas. Ha ali, á mistura, muitos erros e bastantes confusões, e ficaram naturalmente intactos numerosos problemas que não foram, nem podiam ser resolvidos então; mas estes defeitos pertencem mais á epocha do que ao homem. Em todo o caso, o livro de Orta marca uma data no conhecimento das drogas orientaes. É o primeiro estudo d'aquellas drogas, feito *de visu* e *in situ*, por um europeu, tendo todos os predicados naturaes e adquiridos de um naturalista.

Havia um dever de honra para a sciencia portugueza, apontado por Matthioli e por Laguna —o de escrever um livro sobre as drogas d'aquella riquissima região, da qual Portugal se apoderára pelas armas. D'esse dever desempenhou-se Garcia da Orta, gloriosamente para si e para o seu paiz. Do mesmo modo que os *Tratados* de Pedro Nunes, ou os *Roteiros* de D. João de Castro, os *Coloquios* definem e accentuam o cunho scientifico da grande epocha dos descobrimentos portuguezes.

Das notas, que expressamente multipliquei nas paginas precedentes, se vê como o seu livro é citado nos mais notaveis e mais modernos trabalhos scientificos. N. Guibourt, o erudito professor na Escola superior de pharmacia de París, J. F. Royle, o celebre professor de Pharmacia e Therapeutica no King's College de Londres, D. Hanbury, um dos mais zelosos investigadores do nosso tempo em tudo quanto se refere á historia das drogas, F. A. Flückiger, professor na Universidade de Strasburgo, referem-se repetidissimas vezes ao velho livro portuguez.

Não poderia terminar melhor este capitulo, do que transcrevendo o que ha pouco dizia o ultimo, absolutamente insuspeito, e sem duvida uma das primeiras auctoridades scientificas dos nossos dias em tudo quanto se refere á historia da materia medica. O veredicto do

sabio professor allemão tem uma importancia a que nunca poderia pretender o meu, e alem d'isso não será taxado de parcial, pois não parte de um compatriota do velho medico portuguez. Eis o que escreve o dr. Flückiger em um recente estudo sobre a Pharmacognose indiana:

«Os *Coloquios* são sobretudo notaveis pela riqueza das informações e pelas descripções muito circumstanciadas. Ninguem descreveu ainda as drogas indianas com mais cuidado, nem reuniu sobre ellas informações mais aproveitaveis do que fez Garcia. Sempre que se tratar da historia das drogas indianas será necessario recorrer a Garcia da Orta; apesar dos seus defeitos, que pela maior parte se devem attribuir ao seu tempo, os *Coloquios* occuparão um logar de honra na historia da Pharmacognose [1].»

---

[1] *Vor allen Dingen aber sind die Coloquios höchst merkwürdig durch ihre Reichhaltigkeit und durch oft sehr eingehende Schilderungen. Niemand hat vor Garcia die indischen Drogen mit so grosser Sorgfalt beschrieben und so wiele brauchbare Nachrichten über dieselbén zusammengestellt. Wo irgendwie von der Geschichte indischer Drogen die Rede ist, muss an Garcia de Orta angeknüpft werden; trotz aller Mängel, welche grösstentheils jenem Zeitalter überhaupt zur Last gelegt werden müssen, werden die Coloquios einem Ehrenplatz in der Geschichte der Pharmakognosie behalten.* Conf. *Indische pharmakognosie,* von F. A. Flückiger, nos *Archiv der Pharmacie,* 22. band., 7 Heft., (1884), pag. 253.

CAPITULO XIV

CLUSIUS

Garcia da Orta imprimiu em Goa o seu livro, cujo titulo é o seguinte:

Coloquios dos simples, e || drogas he cousas mediçinais da India, e || assi dalgũas frutas achadas nella onde se || tratam algũas cousas tocantes amedicina, || pratica, e outras cousas boas, pera saber || cõpostos pello Doutor garçia dorta: fisico || del Rey nosso senhor, vistos pello muyto || Reverendo senhor, ho licençiado || Alexos diaz: falcam desenbar- || gador da casa da supricaçã || inquisidor nestas || partes. || Com privilegio do Conde viso Rey. || Impresso em Goa, por Joannes || de endem as x. dias de || Abril de 1563. annos[1].

Vem na primeira pagina não numerada o privilegio do Conde do Redondo, mandando, que «pollo dito tẽpo «de tres annos q̃ se começarã da noteficaçã deste en«diante nenhũa pessoa de qualquer calidade, e condi-

---

[1] Na transcripção d'este e de outros titulos o traço dobrado (||) indica o fim da linha.

«çam q̃ seia possa enpremir nẽ mãdar ẽpremir por ne-
«nhũa via o dito livro sem licẽça do dito doutor...»
O privilegio é datado de Goa «a 5 de novẽbro de 1562»;
e está assignado «Condo (sic) viso Rey.»

Bastará reparar desde logo no titulo do livro para vêr quanto a edição é typographicamente imperfeita; e a leitura das suas paginas não fará mais do que confirmar e reforçar este primeiro juizo. Os erros abundam; a orthographia e a pontuação são caprichosas; a numeração das paginas é irregularissima; e a leitura torna-se em muitas passagens difficil e obscura. No fim do livro se diz, com uma certa tristeza: «Erros de em-
«prensam que sam muytos, e algũs delles podem mu-
«dar o ẽtendimento...» Seguem-se a esta confissão, vinte paginas compactas de *erratas,* algumas vezes erradas, e no fim da *errata,* vem nova confissão ingenua: «Outros muytos erros ha n'este livro, que ho Autor aqui
«na poem, porque por estes se tiraram os outros...»

De certo a arte typographica não estaria muito adiantada na capital do Oriente portuguez, mas o livro de Orta foi alem d'isso victima de uma infelicidade especial, contada pelo seu amigo Dimas Bosque. Diz-nos o erudito licenciado, que o livro «teve na ẽpressam algũs
«erros, por faltar o principal empressor e ficar a obra
«em mãos de hũ homẽ seu companheiro, que no era
«ainda mui destro na arte de emprimer». Este principal «empressor» seria talvez o proprio João de Endem, e por sua doença ou ausencia ficou a obra entregue a algum aprendiz, que, coitado, se desempenhou bem mal do encargo. De resto o que ha de peor, ou mesmo de máo na edição de Goa é o trabalho de composição. O papel é bastante bom, e o typo excellente.

Não creio que Garcia da Orta mandasse fazer uma tiragem muito numerosa do livro; e com o andar dos tempos foram-se perdendo e destruindo os exemplares, de modo a serem hoje bastante raros. Na India, o zeloso bibliographo Rivara não encontrou nem um só,

apesar de expressamente os procurar; e em Portugal mesmo se encontram pouquissimos. Tive occasião de consultar tres: dois pertencentes á Bibliotheca nacional; um d'elles em pessimo estado, e o terceiro á bibliotheca da Ajuda. D'este, que ha mezes tenho em meu poder[1], me servi principalmente no presente trabalho. Alem dos exemplares que vi, poucos mais existem no nosso paiz[2]. Fóra de Portugal, tenho apenas noticia de dois[3]; mas sem duvida se devem encontrar mais alguns.

Tirado assim, segundo parece, em um numero limitado de exemplares, escripto em uma lingua de uso não muito geral, mal impresso e de uma leitura difficil pela multiplicidade dos erros, o livro do diligente naturalista portuguez estava fatalmente condemnado a ter uma publicidade restricta, se não interviesse um notavel homem de sciencia, cujo nome está indissoluvelmente ligado ao nome de Garcia da Orta. Este homem foi Carlos de L'Écluse, mais conhecido pelo nome latinisado de Clusius, o qual nós temos ás vezes aportuguezado, chamando-lhe Clusio.

Carlos de L'Écluse, ou de L'Escluse, era filho de Miguel de L'Escluse, senhor de Watenes, e de sua mulher Guilhermina Quineaut; e nasceu na rica e antiga cidade de Arras, no mez de fevereiro do anno de 1526. Estava então o nosso Garcia da Orta medico em Castello de Vide; e estes dous botanicos, nascidos assim quasi nas extremidades da Europa, que nunca se conheceram e tiveram duas carreiras bem diversas, asso-

---

[1] Por especial auctorisação de sua magestade El-Rei, a quem respeitosamente agradeço.

[2] Innocencio da Silva aponta a existencia de seis ao todo (*Dicc. bibl. port.*, III, 117); mas não tinha conhecimento de todos, e não falla, por exemplo, no da Ajuda.

[3] Na Bibliotheca nacional de París, e na bibliotheca da universidade de Leyde.

ciaram depois os seus nomes scientificamente de modo tão intimo, que será difficil pensar em um d'elles, sem que o nome do outro occorra logo á memoria.

Carlos de L'Écluse estudou primeiro em Gand, d'onde passou para Louvain, séde n'aquelles tempos de uma das mais florescentes e famosas universidades da Europa. Parece que se dedicou a principio ao estudo do direito; e quando saíu da Universidade, aos vinte e dous annos, foi a Allemanha ouvir o celebre jurisconsulto Oldendorp, e depois o ainda mais celebre Melanchton. Seguindo, porém, nas suas viagens de instrucção, L'Ecluse foi parar a Montpellier. Havia já então n'aquella cidade franceza uma conhecida eschola de medicina; e ali o joven estudante de direito encontrou o afamado medico e botanico Guilherme Rondelet, em cuja casa esteve tres annos. Desde essa epocha a sua vocação fixou-se; o direito foi completamente posto de parte, e L'Ecluse tornou-se para o resto da sua vida um puro naturalista e botanico, e um dos mais notaveis botanicos do seu seculo.

Visitou primeiro toda a França meridional, e depois a Suissa e parte da Allemanha, indo fixar-se durante alguns annos em Antuerpia. No de 1563 saíu de novo para uma das suas excursões scientificas e principalmente botanicas, viajando pela Belgica, norte e oeste da França, e penetrando na Peninsula iberica, que percorreu de norte a sul. Esteve então em Portugal, e demorou-se em Lisboa algum tempo, dando-nos descripções das nossas plantas, ainda hoje aproveitaveis, e varias noticias muito curiosas. Falla-nos, por exemplo, dos dragoeiros, que viu na cerca do convento de Nossa Senhora á Graça; ou n'uns certos pimentos amarellados que então se cultivavam em outro convento: *monasterio quodam circa Olysiponem.* Na volta das suas viagens ao sul foi chamado a Vienna de Austria pelo imperador Maximiliano II, a fim de ali dirigir o jardim imperial — *Hortus cesareus.* Mas nem por isso passou a uma vida

mais sedentaria, pois herborisou nos annos seguintes por toda a Austria e Hungria, e fez mesmo algumas viagens á Inglaterra, com licença especial do imperador.

Percorrendo assim a Europa em todos os sentidos, e, nos intervallos das suas viagens, ordenando e classificando as suas collecções, redigindo e dando á estampa os seus numerosos escriptos, e entretendo uma activa correspondencia scientifica com os homens mais notaveis do seu tempo, Clusio passou uma longa vida de trabalho. Uma d'estas vidas a um tempo activas e tranquillas, que devem fazer a nossa inveja. Na dedicatoria de uma das suas obras aos Estados de Hollanda, elle marcava com orgulho a sua idade de quasi oitenta annos: *Anno reparatæ salutis humanæ* CIↃ. IↃC. V. *meæ veró ætatis pæné octogessimo.* Mas ainda então se julgava com forças para trabalhar: *Si veró Deus Opt. Max. vitam mihi produxerit, ut Societatis mercatorum beneficio alia quædam Exotica adipiscar, quorum Historia describi sit operæ pretium: illam etiam me in lucem producturum polliceor, si mediocri utar valetudine.*

Temos o seu retrato na idade de setenta e cinco annos, gravado por Krheyn. Era então um velho secco, mas ainda robusto e energico. Com o cabello e a barba, cortados á escovinha, o bigode branco retorcido, a *fraise* bem gommada em canudos rigidos, tem um certo ar militar, do qual não desdizem as armas dos Watenes, gravadas no alto da pagina. Em volta, porém, estão delineadas as plantas e as conchas, que symbolisam os seus estudos predilectos e pacificos; emquanto, a um lado, sáe de um vaso a famosa tulipa, por elle introduzida na Hollanda, e objecto depois de todos os desvelos dos amadores, e quasi de um culto nacional.

Dos seus estudos sobre as plantas da Hespanha e outras partes da Europa, posto que valiosissimos e devendo ainda hoje ser consultados, não temos a occupar-nos agora; mas Clusio interessava-se tambem em extremo pela historia natural das regiões afastadas. E

como lhe não foi dado visitar aquellas regiões pessoalmente, acolhia com avidez todas as informações que de lá lhe podiam vir. Visitava os principaes navegadores, como Drake e outros, ou correspondia-se com elles; estudava nos mercados os productos tropicaes, como aquella *pimenta de rabo* — PIPER CLUSII, Cas. DC. — á qual depois foi dado o seu nome; e sobretudo lia cuidadosamente todas as publicações sobre a botanica das terras longiquas.

Diz-se que, viajando em Portugal, elle encontrou pelo maior dos acasos um exemplar dos *Coloquios*, em uma estalagem de aldeia, onde fôra forçado a pernoitar[1]. Everardo Vorst, porém, na oração funebre de Clusio, affirma que o achado tivera logar em Lisboa: *Olysipone cum esset, incidit forté fortuna in Dialogos Garciæ ab Orta*...[2]. Ou fosse na aldeia ou na capital, isto devia succeder pelo anno de 1564, ou principio do seguinte, isto é, bem pouco depois de os exemplares dos *Coloquios* chegarem á Europa.

O livro caíu em boas mãos. L'Écluse viu immediatamente o seu grande interesse scientifico e resolveu traduzil-o. Não me consta que elle travasse correspondencia com o auctor, como pareceria natural; impedindo-o talvez de o fazer a difficuldade e morosidade das communicações com a India[3]. Em todo o caso não perdeu

---

[1] Na *Bibliotheca Belgica* do Sr. Vander Haeghen.

[2] Conf. *Oratio funebris in obitum Caroli Clusii*, p. 7. Vem impressa com as *Curæ posteriores*, etc., *ex officina Plantiniana*. 1611.

[3] No anno de 1564, e no de 1567, Orta estava vivo e em Goa, como melhor veremos em uma nota ás paginas seguintes. No emtanto não ha vestigio de correspondencia sua com Clusio, nem na introducção d'este aos *Aromatum*, nem — creio — nas suas cartas. Estas cartas (*Caroli Clusii Atrebatis, Et Conr. Gesneri Tigurini, Epistolæ ineditæ*, etc., Lipsiae, 1830; *Caroli Clusii Atrebatis*, etc. *Epistolæ*, Bruxellis, 1847) não consegui eu ver; mas vi em uma descripção minuciosa dos livros a lista das pessoas a quem eram dirigidas, entre as quaes não figura Orta.

tempo em levar adiante o seu intento, pois logo no anno de 1566 alcançou o privilegio para a edição, e no de 1567 tinha a versão prompta, assim como as gravuras feitas por Nicolai, sobre desenhos de Pedro vander Borcht. O livro saíu das celebres officinas de Christovão Plantino, com o seguinte titulo:

Aromatum || Et || Simplicium Aliquot || Medicamentorum Apud || Indos Nascentium || Historia: || Ante biennium quidem Lusitanica lingua || per Dialogos conscripta, D. Garcia ab || Horto, Proregis Indie Medico, auctore: || Nunc veró primum Latina facta, & in Epítomen || contracta á carolo clusio Atrebate.

(Marca do impressor)

Antuerpiae || Ex officina Christophori Plantini. || CIↃ. IC. LXVII. || Cum Privilegio[1].

Chamei a este livro uma versão; mas de feito é um resumo —*in Epitomen contracta*— bastante diverso do original. Clusio poz completamente de banda a fórma dialogada do livro portuguez; alterou a ordem das materias; e distribuiu os assumptos scientificos, tratados nos *Coloquios*, em duas partes, divididas: a primeira em 58 capitulos e a segunda em 28. Escreveu alem d'isso numerosas notas ao texto, e intercalou-lhe 17 gravuras em madeira.

Apresenta-se naturalmente a questão, de saber até que ponto Clusio estava auctorisado a tomar estas liberdades com o texto; e até que ponto o livro de Orta ganhou ou perdeu nas alterações. Evidentemente os *Coloquios* perderam no arranjo uma grande parte do seu pittoresco e da sua fórma intima. Para nós portuguezes, que procurâmos no livro, não só a parte scientifica, como o lado historico, e a referencia vivída á existencia de Goa, as edições latinas não satisfazem por

[1] Não vi exemplar algum d'esta edição.

modo algum. Em vão buscariamos ali a impressão da vida domestica de Orta, rodeado das suas negras e da sua creada Antonia; ou os interessantes perfis de Sancho Pires, do bispo D. fr. Ambrozio, do Nizamaluco e de tantos outros. O cunho pessoal do escriptor, a sua fórma ao mesmo tempo ingenua e maliciosa, a sua pachorra benevolente, perderam-se tambem na passagem para a lingua latina, e para a disposição mais ordenada e secca de Clusio. Nenhum portuguez se poderá pois contentar com folhear os *Aromatum,* sob pena de receber dos *Coloquios* e do seu auctor uma impressão um pouco falsa, e sobretudo muito incompleta. O livro de Orta nunca foi *traduzido,* e portanto só poderão fazer inteira justiça aos seus defeitos e ás suas qualidades, os que o lerem no original.

Por outro lado, Clusio conservou escrupulosamente todas as indicações scientificas dos *Coloquios;* e não só as conservou, como as dispoz melhor, coordenando-as, tornando-as mais accessiveis, de leitura e de referencia mais faceis. Ora, em ultima analyse, esta parte scientifica é a mais importante do livro; e é pois seguro, que tudo quanto verdadeiramente illustra o nome do nosso antigo medico existe no epitome do seu livro, feito pelo seu admirador. Acrescente-se, que este substituiu a um livro portuguez, cheio de erros, e talvez raro já então, um pequeno livro latino, accessivel a todos os eruditos, nitidamente impresso nas celebradas officinas de Plantino, e que se espalhou rapidamente pela Europa. Durante tres seculos, o livro de Orta tem sido citado dezenas e centenas de vezes; e póde-se afoitamente affirmar que, entre os que o citaram, não mais de cinco por cento o leriam na primeira edição portugueza. Confrontando pois o que os *Coloquios* perderam em originalidade e cunho portuguez, com o que ganharam em publicidade e auctoridade scientifica, é incontestavel que a memoria de Garcia da Orta deve muito, deve mesmo muitissimo a Carlos de L'Écluse.

Vimos em um dos capitulos anteriores, como o livro de Orta, ou um livro n'aquelle sentido, era, por assim dizer, esperado e reclamado. Todas as attenções dos homens de sciencia estavam voltadas para os singulares paizes tropicaes do Oriente e do Occidente, uns mal conhecidos, outros desconhecidos, e para onde navegavam agora portuguezes e hespanhoes. Ramusio compilava e vertia em italiano todas as relações de viagem que podia obter; e do mesmo modo Clusio reunia e redigia em latim todas as noticias sobre historia natural exotica, que lhe vinham parar ás mãos. Entre estas noticias, os *Coloquios* occupavam um logar eminente. As informações, pedidas por Matthioli aos physicos do rei de Portugal, dava-as agora Garcia da Orta; e dava-as de um modo completo, com toda a auctoridade scientifica. Como o livro portuguez de 1563 ficou pouco conhecido, a primeira edição dos *Aromatum,* de 1567, foi acolhida como uma novidade. Isto explica o seu *successo* —para usarmos da expressão moderna—; e esse successo torna-se bem claro pelo numero e frequencia das edições.

A primeira saíu á luz no anno de 1567, e logo no de 1574 foi publicada a segunda. O titulo d'esta é quasi identico ao da primeira, tendo apenas como differença digna de menção a indicação de incluir algumas estampas e notas novas:

...in Epitomen contracta, et ico- || nibus ad vivum expressis, locupletioribus que annotatiun- || culis illustrata a carolo clusio Atrebate.

(Marca do impressor)

Antuerpiae, || Ex officina Christophori Plantini, || Architypographi Regij. || CIↃ. IↃ. LXXIIII[1].

---

[1] Da segunda edição pude consultar o exemplar pertencente ao sr. A. A. de Carvalho Monteiro, que amavelmente poz á minha disposição todos os seus excellentes livros.

Quanto ao corpo do livro é a reprodução quasi exacta da edição de 1567, tendo apenas, como o titulo indica, algumas notas novas ou mais desenvolvidas, assim como varias estampas ineditas.

Seguiu-se a terceira edição, com o mesmo titulo e pequenissimas alterações; é datada de:

Antuerpiae, || Ex officina Christophori Plantini, || Architypographi Regij || CIↃ. IↃ. LXXIX[1].

No anno de 1582, Carlos de L'Ecluse publicou algumas notas a Garcia da Orta, juntamente com outras observações sobre substancias e drogas exoticas, recebidas de varios viajantes, e especialmente do celebre navegador Francisco Drake. O titulo, pelo que diz respeito a Garcia da Orta, é o seguinte:

Caroli || Clusii Atreb. || Aliquot Notae || In || Garciae || Aromatum Historiam. || etc.

(Marca do impressor)

Antuerpiae, || ex officina Christophori Plantini, || M. D. LXXXII[2].

As notas referem-se aos capitulos do *betre,* do *faufel* ou *areca,* do *coccus* ou *nux indica* e da *arbor tristis.* L'Écluse explica, que tinha em seu poder havia annos algumas estampas d'estas plantas, dadas por um certo Affonso Pancio, medico do duque de Ferrara; mas, receiando que não fossem exactas, deixára de as inserir na segunda e terceira edição dos *Aromatum.* Soube depois por Fabricio Mordente de Salerno varias particularidades curiosas ácerca d'aquellas plantas; e, mostran-

---

[1] Da terceira edição examinei dois exemplares: um propriedade do sr. A. A. de Carvalho Monteiro; o outro que faz parte da Bibliotheca da Ajuda.

[2] Examinei dois exemplares que pertencem ao sr. A. A. de Carvalho Monteiro; assim como o da Bibliotheca da Ajuda.

do-lhe as estampas de Pancio, disse-lhe aquelle illustrado viajante que estavam conformes com o que vira em Goa. Isto levou L'Écluse a publicar áparte e desde logo as notas e as estampas, que mais tarde aproveitou na quarta, e principalmente na quinta edição dos *Aromatum*, mencionadas adiante. Não houve pois uma nova edição em 1582, como erradamente dizem algumas obras de bibliographia; mas apenas a publicação áparte de certas notas addicionaes de L'Écluse.

A quarta edição só veiu mais tarde, no anno de 1593; e n'esta reuniu L'Écluse as principaes obras sobre botanica exotica, que havia vertido ou contrahido, a saber: a de Garcia da Orta; a de Christovam da Costa, e a de Nicolau Monardes[1]. Não adoptou titulo geral, mas conservou os titulos especiaes de cada uma. No tocante a Garcia da Orta, o titulo é a reprodução quasi exacta dos das edições anteriores. No fim lê-se:

Quarta editio, || Castigatior, & aliquot locis auctior.
(Marca do impressor)
Antuerpiae, || Ex officina Plantiniana, || Apud Viduam, & Joannem Moretum. || M. D. XCIII. || Cum gratia & privilegio[2].

A parte relativa a Orta tem 217 paginas e 6 não numeradas. No texto ha algumas correcções e addições, estando a figura do *Calamus* alterada, e havendo duas figuras novas.

Veiu finalmente a quinta edição, no anno de 1605, na ultima obra de Clusio:

---

[1] N'este livro vem a quarta edição do livro de Orta; a segunda do de Costa; a terceira do de Monardes.

[2] D'esta edição possue o Gabinete de Botanica da Escola Polytechnica um exemplar, que lhe foi dado pelo fallecido dr. B. A. Gomes. Vi tambem o exemplar pertencente ao sr. Carvalho Monteiro.

Caroli Clusii Atrebatis, || Aulæ Cæsareæ quondam familiaris, || Exoticorum || Libri decem: || Quibus animalium, Plantarum, Aromatum, || aliorum que peregrinorum Fructuum || historiæ describuntur: || Item || Petri Belonii Observationes, || eodem Carolo Clusio interprete. || Series totius operis post præfationem indicabitur. || Ex officina Plantiniana Raphelengii, 1605[1].

N'esta obra Clusio reuniu todos os seus estudos proprios, e todas as suas versões, relativas a animaes e a plantas exoticas. A versão dos *Coloquios* forma o septimo livro da obra, com o seguinte titulo especial:

Caroli Clusi || Atrebatis || Exoticorum || Liber septimus: || sive, || Aromatum, || et || simplicium aliquot || medicamentorum || apud Indos nascentium || historia: || Primùm quidem Lusitanica lingua διαλογικως conscripta, || á D. Garcia ab Horto, Proregis Indiæ Medico: || Deinde latino sermone in Epitomen contracta, & iconibus ad vivum expressis, locu- || pletioribusque annotatiunculis illustrata a Carolo Clusio Atrebate. || Quinta editio, || Castigatior & multis locis auctior.

Vae de pag. 145 a pag. 242, e tem algumas modificações no texto e nas notas, tendo tambem algumas figuras novas ou publicadas unicamente nas *Notae* de 1582. De pag. 243 a pag. 252 seguem as notas sobre palavras arabicas a que já me referi largamente em um dos capitulos anteriores[2], as quaes, pelo testemunho de Isac Casaubon, devem ser attribuidas a José Justo Scaliger. Têem no alto da pagina o seguinte titulo:

Perutiles quædam || in || Aromatum Garciæ || Historiam || Notæ.

---

[1] D'esta excellente edição possue o Gabinete de Botanica da Escola Polytechnica um exemplar modernamente adquirido.

[2] Veja-se o que disse antes a pag. 242.

Demorei-me um pouco n'estas indicações bibliographicas[1], porque a tal respeito se encontram algumas inexactidões em livros portuguezes de muita auctoridade sobre a materia, como são a *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado, ou o *Diccionario bibliographico* de Innocencio Francisco da Silva.

Do que deixâmos dito se vê como Carlos de L'Écluse publicou cinco edições dos *Aromatum* nos annos de 1567, 1574, 1579, 1593, 1605, e alem d'isso algumas notas ao livro no de 1582. Até aos oitenta annos não deixou de trabalhar a sua versão, melhorando-a e locupletando-a com notas e estampas ineditas. Torna-se pois bem claro quanto elle apreciava o livro portuguez, e ao mesmo tempo quanta acceitação o seu resumo latino encontrava no publico erudito e especial da Europa.

Quando se procura o modo por que foi acolhida e julgada a obra de Garcia da Orta pelos homens de sciencia, é necessario ter sempre em vista que ella ficou quasi desconhecida na sua fórma primitiva. Todas as citações do livro, todos os elogios e todas as criticas que lhe foram feitas se referem —com pouquissimas exepções, e essas principalmente em tempos modernos— ao resumo de Clusius. Quasi ninguem leu os *Coloquios* no original portuguez. Scaliger, que os critica, não os leu. Jacob de Bondt, que os commenta, não os leu. D. Nicolau Antonio, que os elogia, não os

---

[1] Encontrei preciosas informações na *Bibliotheca Belgica* pelo sr. Van der Haeghen, bibliothecario em Leyde, um livro feito com inexcedivel rigor. Devo no emtanto dizer, que não vi todos os folhetos publicados d'esta excellente obra, a qual se não encontra em Lisboa; mas unicamente algumas provas pertencentes ao dr. Venancio Deslandes e relativas aos trabalhos de Carlos de L'Écluse. Alem das minuciosas e segurissimas indicações da *Bibliotheca Belgica*, examinei a 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª edições dos *Aromatum*, e só não vi a 1.ª

leu. Humboldt, que lhes nota uma falta, não os leu. Royle, que os cita, não os leu. Mas ha mais; os proprios traductores de Orta, exceptuando naturalmente Clusio, não os leram. Por não ter em vista esta circumstancia se fizeram ás vezes elogios bem pouco merecidos áquelles traductores.

O primeiro d'estes traductores em segunda mão foi Annibal Briganti. A sua versão italiana imprimiu-se em Veneza pela primeira vez no anno de 1576 com o seguinte titulo:

Due Libri || Dell'Historia || De I Semplici, Aromati, || et Altre Cose, Che Vengono || Portate Dall'Indie Orientali, || pertinenti alla Medicina, || Di Don Garzia Dall' Horto, || Medico Portughese; con alcune brevi annotationi || di Carlo Clusio. || Et due altri Libri || Parimente Di Quelle Che Si Portano || dall'Indie Occidentali, || Di Nicoló Monardes, || Medico di Siviglia. || Hora tutti tradotti dalle loro lingue nella nostra Italiana da M. || Annibale Briganti, Marrucino Da Civitá di Chieti, || Dottore & Medico eccellentissimo. || Con Privilegio.

(Marca typographica; uma fonte.)

In Venetia, MDLXXVI.

Não me atreverei a affirmar que Briganti não havia visto os *Coloquios;* mas apezar da sua asserção de haver traduzido *dalle loro lingue;* é certo que elle segue passo a passo a edição latina de Clusio de 1567. O livro é pois a simples reproducção dos *Aromatum* em lingua italiana.

Esta primeira edição da versão italiana não traz nome de impressor; mas pela marca typographica (uma fonte, d'onde saem jactos de agua) póde attribuir-se aos irmãos Zenari, que a usaram nos seus trabalhos[1].

---

[1] Da primeira edição não vi exemplares, e copiei o titulo nos folhetos da *Bibliotheca Belgica.*

Seguiram-se depois novas edições, das quaes vou dar uma breve noticia.

Do anno de 1582 ha duas. Uma vem mencionada nas obras de bibliographia; e tem depois do titulo e da marca typographica (uma estrella com cauda) a seguinte data:

In Venetia, Apresso Francesco Ziletti, 1582.

Da outra não encontro menção nos livros da especialidade, mas tive entre mãos um exemplar, que julgo seria impresso pelos irmãos Zenari. Tem depois da marca typographica (a fonte dos Zenari) esta data, sem nome de impressor[1].

In Venetia, MDLXXXII.

Seguem-se duas edições em 1589. De uma não vi exemplar algum; mas é bem conhecida, e vem citada nos livros de bibliographia. Tem a seguinte data:

In Venetia, MDLXXXIX. || Apresso Giovanne & Andrea Zenari Fratelli.

Vi porém um exemplar de outra edição do mesmo anno[2], que não encontrei mencionada. O titulo é absolutamente igual ao da edição supra; mas depois tem a marca typographica da officina Ziletti (a estrella caudada, com o distico *inter omnes*); e o seguinte:

In Venetia, || Appresso li Heredi di Francesco Ziletti. 1589.

Vem depois duas edições no anno de 1597. Uma tem a seguinte data:

---

1 Vi um exemplar de cada uma das edições de 1582, pertencentes ao sr. Carvalho Monteiro.

2 Propriedade do sr. Carvalho Monteiro, e modernamente adquirido.

In Venetia, MDXCVII. || Appresso Zuane Zenaro.

A outra, da qual vi um exemplar, é datada por este modo:

In Venetia MDXCVII. || Appresso l'Heredi di Girolamo Scotto.

Vem finalmente a ultima edição, feita em 1605, e reproducção pagina por pagina da edição de Zenaro, de 1597. Tem esta data:

In Venetia MDCV. Appresso Zuane Zenaro.

Tomando todas estas fórmas, como verdadeiras edições distinctas, teriamos nem menos de oito: em 1576, em 1582 duas, em 1589 duas, em 1597 duas, e em 1605. Algumas, porém, podem considerar-se como differindo unicamente na direcção ou endereço da typographia. Fazendo mesmo as reducções, que resultam d'esta consideração, ainda vemos que a versão italiana de Annibal Briganti, feita sobre o resumo latino de Clusio, teve uma grande acceitação da parte do publico lettrado, e uma larga extracção.

Resta-nos mencionar a versão franceza de Antonio Colin, publicada pela primeira vez no anno de 1602, sob o seguinte titulo:

Histoire || Des Drogues || Espiceries, et de || certains medicamens || simples, qui nais- || sent és Indes, tant Orientales que || Occidentales, divisée en || deux parties. La premiere composée de trois livres: les deux premiers de M. || Garcie du Jardim, et le troisiesme de M. Chrisphle de la || Coste. La seconde composée de deux livres de M. Nicolas || Monard, traitant de ce qui nous est apporté des Indes || Occidentales, autrement appelées les Terres Neuves. || Le tout fidelement translaté en nostre vulgaire François sur la || traduction Latine de Clusius: Par Anthoine Colin Apoti- || caire Juré de la ville de Lyon, et par lui augmenté || de plusieurs figures.

(Marca do impressor, o monograma de Jesus)

A Lyon, || Par Jean Pillehotte, á l'enseigne du nom de Jesus. || M. DC. II. || Avec Privilege[1].

Como se vê, Antonio Colin traduziu da traducção latina de Clusio, e dil-o clara e honestamente no rosto da obra. Seguiu-se a esta, uma segunda edição em 1619, á qual Colin juntou mais uma parte, e que chama um livro de *l'Histoire du Baulme*. Conservou toda a parte relativa a Orta, Costa e Monardes, acrescentada, segundo parece, com mais algumas notas suas. O final do titulo está alterado pela seguinte fórma:

Le tout fidellement translaté en François, par Antoine Colin, maistre Apoticaire Juré de la ville de Lyon; par lui augmenté de beaucoup d'Annotations de diverses drogues étrangeres et illustré de plusieurs figures non encore veues. Seconde édition reveue et augmentée. A Lyon. Aux dépens de Jean Pillehotte, a l'enseigne du nom de Jésus. M. DC. XIX. Avec privilege du Roy[2].

Ha primeiramente a notar que a referencia a Clusio desappareceu, o que pôde induzir em erro os que só viram esta edição. Por outro lado observa-se que a edição vem claramente marcada como segunda, d'onde resulta que certas edições intermedias, apontadas em alguns livros de bibliographia, não devem existir[3]. Quanto ao texto, é pura e simplesmente o resumo de Clusio e as notas do mesmo, tudo vertido em francez, addicio-

---

[1] Tive nas mãos o exemplar pertencente ao sr. Carvalho Monteiro, d'onde copiei o titulo.

[2] Não vi exemplares d'esta edição; mas encontrei o titulo transcripto no *Dicc. bibl. port.*, III, 438; e recebi de Coimbra uma copia tirada pelo sr. Simões de Castro, do exemplar pertencente á livraria do dr. A. F. Simões.

[3] Cf. *Dicc. bibl. port.* III, 117 e 438; *Bibliotheca Lusitana*, II, 325.

nando-lhe aqui e ali Antonio Colin algumas observações da sua propria lavra. Os elogios de diligente investigador, que por vezes têem sido feitos ao honesto e de certo erudito boticario de Lyão, devem pela maior parte reverter para Carlos de L'Écluse, a quem de direito pertencem[1].

Sem duvida alguma, Annibal Briganti e Antonio Colin, vertendo o resumo do livro de Garcia da Orta, em duas linguas tão cultas e tão geraes, como eram já então a italiana e a franceza, contribuiram para tornar conhecidos os escriptos e o nome do nosso compatriota; mas a quem elle deve principalmente a sua nomeada, é a Carlos de L'Ecluse. Todos os estudos posteriores, com rarissimas excepções, assentam sobre os seus. N'aquelles primeiros tempos, o botanico de Arras foi

---

1 O nosso incansavel bibliographo, Innocencio da Silva, levado pelas indicações de outro bibliographo, tambem distincto, o sr. Pereira Caldas, fez a Antonio Colin alguns elogios (*Dicc. bibl. port.* III, 438) de todo o ponto immerecidos, e que nasceram de um equivoco.

Diz, por exemplo, que elle conhecia o escriptor portuguez Fernão Lopes; e de feito nas notas á *pedrã de Malaca*, Colin escreve: *Ferdinand Lopez au premier livre de l'Histoire des Indes fait mention...* Mas isto é simplesmente a traducção da nota de Clusio: *Ferdinandus Lopez lib.* I, *Historiæ Indiæ meminit...* (*Arom.*, 169, edição de 1593).

Diz tambem que Antonio Colin veiu a Portugal, por isso que em uma das suas notas escreve: *Nous avons veu a Lisbonne des petis vases qui avoyent esté faits de ce Coccos de Maldive.* Mas isto continua a ser simplesmente a traducção da nota de Clusio: *Vidimus vascula ex hoc Cocco de Maldiva confecta Ulyssipone.* (*Arom.*, 110, edição de 1593).

Quem leu Fernão Lopes de Castanheda, e quem veiu a Lisboa, foi Carlos de L'Écluse e não Antonio Colin.

O equivoco nasceu de Colin traduzir as notas servilmente, conservando a fórma grammatical na primeira pessoa; mas desfaz-se desde logo pela comparação dos livros. E desfaz-se tambem pela inspecção do titulo da primeira edição, onde Colin honestamente declara que seguiu Clusio.

o unico, ou quasi o unico, que leu e estudou directamente os *Coloquios*. Mutilou-os talvez um pouco, mas comprehendeu-os bem, e extrahiu d'elles o succo scientifico que continham. Lançou-os tambem em uma larga circulação, á qual não podia pretender o modesto e imperfeito livro de Goa. Em pouco mais de vinte annos, publicou cinco edições do livro, nitidamente impressas e ornadas de estampas. A ultima sobretudo, —nos *Exoticorum libri decem*— é magnifica, e feita com todo o luxo e todo o esmerado primor, que distinguia as obras saídas das famosas officinas Plantinianas. Foi assim que o nome de Clusius se ligou ao de Orta, e que nós não podiamos deixar de o collocar no titulo d'este capitulo mais especialmente destinado ás noticias bibliographicas.

Alguns estudos mesmo, feitos bastantes annos depois, derivam directamente do resumo de Clusius. De um d'estes trabalhos devemos dar uma breve noticia, por isso que tem sido mencionado com certa inexactidão. Refiro-me ao livro de Bontius, ou Jacques de Bondt, o qual depois de fazer largas viagens pelo Oriente, foi no anno de 1625 nomeado medico do governo hollandez em Batavia, onde residiu bastante tempo. Deixou varias obras e entre ellas a seguinte:

Jacobi Bontii Medicina Indorum Lib. IV, Lugduni Batavorum, E. Hack. 1642[1].

O primeiro dos quatro livros em que se divide esta obra de Bontius, intitula-se *Notæ in Garciam ab Orta;* e contém simplesmente algumas reflexões ao livro do medico portuguez, suggeridas ao medico neerlandez pela sua longa permanencia no archipelago malayo, e

[1] Não vi o livro e não respondo pela exactidão do titulo; o pequeno escripto de Bontius foi depois impresso como supplemento á obra mais volumosa: *Prosperi Alpini Medicina Ægyptorum Libri* IV. Li-o na edição de Leyde, 1719.

pelo seu conhecimento das plantas orientaes. Não ha pois uma edição da obra de Orta, de 1642, com notas de João Boncio, como se diz em alguns dos nossos livros[1]; mas apenas a publicação destacada de algumas notas de Jacques ou Jacob de Bondt. Lendo essas notas, é facil reconhecer, pela ordem das materias, e pelas referencias aos capitulos, que Bondt não annotou os *Coloquios;* mas, como todos os outros, conhecia apenas o resumo de Clusius.

Devemos agora apontar uma excepção, e mencionar um livro derivado dos *Coloquios,* directamente e não por intermedio das versões de Clusius —o *Tratado* de Christoval Acosta. Este Christovam da Costa era portuguez de raça e africano de naturalidade. Dizem uns que nasceu na Africa do norte, em Ceuta ou em Tanger; outros dão-n'o como nascido em Moçambique. Qualquer d'estas localidades pertencia então a Portugal; e Costa, depois de formado em medicina, ficou ao serviço do seu paiz, passando á India na comitiva do vice-Rei D. Luiz de Athaide. Em Goa encontrou elle o velho Garcia da Orta, *varon grave, de raro y peregrino ingenio*[2], tendo

---

[1] Por exemplo na *Bibl. Lusitana,* II, 327; e no *Dicc. bibl.* III, 117.

[2] A biographia de Christovam da Costa não está feita, e naturalmente não é este o logar opportuno para a fazer. Interessa-nos, porém, particularmente esta circumstancia especial da sua vida. Quando escrevi as ultimas paginas do capitulo XI, e notei quanto eram escassas as noticias sobre os ultimos annos de Garcia da Orta, escapou-me este facto capital. Sabia bem que Christovam da Costa conhecêra Garcia da Orta; mas não tinha ligado sufficiente attenção á data da sua partida para a India. Se admittirmos que elle foi com D. Luiz de Athaide, como diz Barbosa Machado e nós não temos motivo para contestar, segue-se que chegou a Goa no mez de setembro ou outubro de 1568. Estava pois Garcia da Orta vivo no fim d'aquelle anno; e isto confirma o que avançámos, como simples conjectura, collocando a sua morte nas proximidades do anno de 1570.

Estando já impressas aquellas folhas, consigno aqui esta rectificação importante.

então logar de ler e estudar os *Coloquios*. Costa demorou-se muito pelo Oriente, em *largas peregrinaciones*, como elle proprio diz, ou soffrendo mesmo duros captiveiros *en la Africa, en la Asia, y en la China*, como diz o licenciado Juan Costa. Voltando mais tarde á Europa, foi estabelecer-se como medico em Burgos, onde escreveu o seu livro em lingua hespanhola, acabando por tomar o habito de religioso, depois da morte de sua mulher. O rosto do seu livro é o seguinte.

Tractado || Delas Drogas, y medicinas de las Indias || Orientales, con sus Plantas debuxadas al || bivo por Christoval Acosta medi- || co y cirujano que las vio || ocularmente. || En el qual se verifica mucho de lo que escrivió el Do- || ctor Garcia de Orta. || Dirigido a la muy noble y muy mas leal ciudad de || Burgos || cabeça de Castilha y camara de || su Magestad. || En Burgos. || Por Martin de Victoria impressor de su Magestad. || M. D. LXXVIII. || Con privilegio.

Este livro foi traduzido em resumo por Clusius no anno de 1582, andando depois annexo ás ultimas edições dos *Aromatum* de Orta, e passando tambem para a versão franceza de Colin, como é facil ver pelos titulos transcriptos nas paginas precedentes.

A obra é directamente inspirada pelos *Coloquios*, como de resto o proprio auctor confessa. Sem duvida, Christovam da Costa incluiu ali muitas observações proprias, resultantes da sua longa estada na India e largas peregrinações pelo Oriente. Falla de varias substancias ou plantas, omittidas por Garcia da Orta, como o *macer*, o *pavate* e outras. N'aquellas mesmo de que Orta fallára, acrescenta ou rectifica algumas cousas. Todavia o seu livro é, no fundo, uma versão hespanhola dos *Coloquios*, condensada e arranjada. É esta a impressão, que recebe quem folheia com alguma attenção os dois livros; e que já recebeu Carlos de L'Écluse, o homem que melhor os conhecia, pois traduzíra e annotára

ambos. Diz-nos elle, que quasi tudo no *Tractado* lhe parecêra tirado dos *Coloquios*[1]. Sem desconhecer por modo algum o valor do *Tratado,* e de muitas observações novas ali contidas, podemos incluil-o entre os resumos dos *Coloquios;* mas em todo o caso é um resumo absolutamente independente do que havia feito Clusius.

Póde-se ainda citar um pequeno livro hespanhol, derivado dos *Coloquios,* e, segundo parece, directamente da fórma portugueza. É anterior ao de Christovam da Costa; mas menciono-o em segundo logar, porque é menos conhecido e de menor importancia. Intitula-se:

Discursos de las cosas aromaticas, arboles y frutales, y de otras muchas medicinas simples que se traen de la India Oriental, e sirven al uso de la medicina. Autor el licenciado Juan Fragoso. Madrid. Francisco Sanchez, 1572[2].

Ainda que o licenciado João Fragoso o não confesse, todo o seu livrinho, na parte que diz respeito á India, é claramente tirado da obra de Garcia da Orta.

Para terminar estas noticias bibliographicas, devo mencionar a segunda e moderna edição portugueza dos *Coloquios,* cujo titulo é o seguinte:

Colloquios || dos || Simples e drogas || e || cousas medicinaes da India || e assi de algumas fructas achadas n'ella || (Varias cultivadas no Brazil) || compostos || pelo || Doutor Garcia de Orta || Physico d'ElRei D. João 3.º || 2.ª edição || Feita, proximamente pagina por pagina,

---

[1] *Verum, cum totam historiam cum iis quæ Garcias ab Orta multis anté annis in eo genere commentatus est, diligentiús conferrem, pleraque feré omnia ex illis desumpta esse deprehendebam.* Veja-se *Exoticorum* a pag. 254.

[2] Vi o exemplar da Bibliotheca nacional. Este pequeno livro foi depois publicado em latim por Israel Spach, no anno de 1600.

pela primeira, impressa em Goa || por João de Endem no anno de 1563 || Lisboa: Na imprensa nacional || 1872.

Esta edição foi, como todos sabem, dirigida por F. A. de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. Não seria difficil apontar alguns dos seus numerosos erros e incorrecções, muitos d'elles reconhecidos e emendados pelo zeloso e erudito editor no Post Editum, datado de Vienna de Austria; e devidos a circumstancias independentes da sua vontade e da sua notoria competencia. É-nos porém muito mais agradavel dizer, que a edição, tal qual está, é ainda assim um excellente serviço, prestado ás lettras portuguezas. Poz a leitura dos *Coloquios* ao alcance de muitas pessoas, que nem teriam ensejo de encontrar algum dos raros exemplares da edição da Goa, nem disporiam da paciencia sufficiente para penetrar n'aquellas paginas, crivadas de erros de orthographia e de pontuação.

Temos assim passado em revista as edições, bem como as chamadas *versões* dos *Coloquios,* mostrando que não foram versões, e sim resumos e arranjos muito diversos do original.

Fica por este modo terminada, e dentro dos seus limites naturaes, a tarefa que nos impuzemos. O exame dos livros, onde nos seculos seguintes, directa ou indirectamente, explicita ou tacitamente se aproveitaram os estudos do naturalista portuguez, levava-nos a desenvolvimentos, que o assumpto não exige, nem comporta. O livro de Orta ficava, como uma pedra do edificio scientifico, levantado no decorrer dos seculos. Ao contrario da obra de Arte, que póde valer por si só e independente, o livro de sciencia é o degrau de uma escada ou o élo de uma cadeia. Cada descobrimento scientifico assenta sobre o descobrimento que o precede, do mesmo modo que sobre elle vem apoiar-se o descobrimento que lhe succede. O progresso, illusorio na obra de imaginação e de inspiração, tirada do mais